

PESQUISA EM JORNALISMO E ÉTICA PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO

Monica Martinez

Marcos Paulo da Silva

Laura Storch

Editora

SBP
Jor

**PESQUISA EM JORNALISMO
E ÉTICA PROFISSIONAL**

Monica Martinez
Marcos Paulo da Silva
Laura Storch

**PESQUISA EM JORNALISMO
E ÉTICA PROFISSIONAL**

Brasília, Brasil
SBPJor
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisa em jornalismo e ética profissional [livro eletrônico] / organização Monica Martinez, Marcos Paulo da Silva, Laura Storch. --
1. ed. -- Brasília : Sbpjor, 2020.
PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-88995-00-6

1. Jornalismo; Publicidade; Jornais 2. Ética
3. Ética jornalística 4. Ética profissional
5. Jornalismo 6. Pesquisa 7. Relatos de experiências
I. Martinez, Monica. II. Silva, Marcos Paulo da.
III. Storch, Laura.

20-48002

CDD-174.9097

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética jornalística 174.9097

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Conselho Científico

Alzira Alves de Abreu **(FGV)**
Carlos Franciscato **(UFS)**
Claudia Lago **(USP)**
Danilo Rothberg **(Unesp)**
Fabiana Piccinin **(Unisc)**
Raquel Longhi **(UFSC)**
Sonia Virgínia Moreira **(UERJ)**

Sumário

10

Apresentação

Como a flor do cerrado

Monica Martinez, Marcos Paulo da Silva e Laura Storch

12

Introdução

A esperança em nossa caixa de Pandora

Monica Martinez

Parte I

A Pesquisa em Jornalismo no Horizonte da Ética Profissional

Conferência de Abertura

15

Is It Still Worth Talking About Gatekeeping?

Tim P. Vos

24

A Teoria do Gatekeeping à luz dos novos dilemas ético-dentológicos

Marcos Paulo da Silva

IX JPJOR

29

Estímulo à descoberta científica e à formação de jovens pesquisadores

Rodrigo Botelho e Alciane Baccin

VII POSJOR

35

A pós-graduação em Jornalismo frente ao contexto de recessão na educação

Carlida Emerim e Cintia Xavier

Mesa Temática

41

Jornalismo e Democracia no País do Lava Jato

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

52

Ética e Integridade na Pesquisa Científica em Jornalismo

Rogério Christofollett

Mesa Temática

59

Ética e qualidade jornalística: implicações metodológicas na pesquisa aplicada

Josenildo Luiz Guerra

Oficina

66

Como fazer artigos científicos com apelo internacional

Fábio Pereira

Parte II

Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo

Apresentação

69

Prêmio Adelmo Genro Filho 2019 privilegia diversidade

Marli dos Santos

Pesquisador Sênior

72

Uma história em síntese e uma reflexão provocativa para pesquisadores pressionados a abrir novos horizontes

Edvaldo Pereira Lima

Pesquisa Aplicada

83

Como desenvolver newsgames a partir do Game Design Document para Newsgames

Carlos Nascimento Marciano

Doutorado

102

Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo

Pedro Aguiar Lopes de Abreu

Mestrado

122

Cartografando o Jornalismo Automatizado: redes sociotécnicas e incertezas na redação de notícias por robôs

Silvia DalBen e Carlos d'Andréa

Iniciação Científica

136

Discurso de ódio contra a população LGBT nas publicações de notícias no Facebook

Lucas Souza da Silva e Marcos Paulo da Silva

Parte III

Relatos das Redes de Pesquisa da SBPJor

Rede TeleJor

158

**O local do Telejornalismo:
a Rede Telejor rumo aos
15 anos**

Cárlida emerim e Iluska Coutinho

Rede RadioJor

162

**A consolidação
dos estudos em
radiojornalismo**

Valci Zuculoto e
Marcelo Kischinhevsky

Rede Renami

165

Um ano digno de nota

Demétrio de Azeredo Soster,
Fabiana Piccinin, Marta Maia,
Monica Martinez e Mateus Passos

Rede Retji

168

**Mapear e interpretar
as metamorfoses no
trabalho dos jornalistas**

Jack Mick, Rafael Grohmann,
Roseli Fígaro, Samuel Lima, Fábio
Henrique Pereira e Edgard Patrício

Rede JorTec

172

**Desafios e tendências da
Rede JorTec na interface
entre Jornalismo e
Tecnologias Digitais**

Carlos Eduardo Franciscato e
Gerson Luiz Martins

Rede RenoI

182

**Rede Nacional de
Observatórios da
Imprensa (RENOI):
origens, atividades e
perspectivas**

Fernando Oliveira Paulino e
Rafiza Varão

Apresentação

Como a flor do cerrado

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro e se espalha por Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, Tocantins e – talvez onde tenha sua expressão mais significativa – pelos vastos campos de Goiás, estado que sediou o 17º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), com o tema “Pesquisa em Jornalismo e Ética Profissional”. Reunidos na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, entre os dias 6 e 9 de novembro de 2019, cerca de 500 pesquisadores participaram de conferências, mesas de debate e apresentações de trabalhos, mantendo viva a chama acadêmica dos estudos em Jornalismo no Brasil.

Uma das principais características da vegetação do cerrado é a presença de galhos retorcidos e de raízes fortes, além da beleza de suas flores, como a caliandra e a flor de pequi, que denotam um misto de resistência e charme. Com a licença que somente a poesia permite, pode-se dizer que assim também foi o 17º Encontro Nacional da SBPJor.

Em meio às dificuldades de um ano carregado de obstáculos, com a brusca mudança de sentido nas políticas de fomento à pesquisa no Brasil, o evento resistiu e recebeu a submissão de 279 trabalhos de 437 autores, sendo 152 trabalhos com proposições individuais para as sessões de Comunicações Livres e outros 127 trabalhos em 24 propostas de Sessões Coordenadas. Os trabalhos foram oriundos de 76 instituições, sendo 42 instituições públicas (34 universidades federais e 8 universidades estaduais), 27 instituições brasileiras privadas ou confessionais e sete universidades do exterior (Portugal, Espanha, França e Estados Unidos). Em termos de distribuição regional, foram 26 instituições da região Sudeste, 15 da região Sul, 11 da região Nordeste, oito da região Norte e nove da região Centro-Oeste, um verdadeiro reflexo do crescimento e da consolidação da pesquisa brasileira em Jornalismo.

Para a garantia do crivo crítico na avaliação dos manuscritos, uma das marcas distintivas dos Encontros da SBPJor, foram mobilizados 400 pareceres de 158 pesquisadores, todos doutores com atuação na área. Isso sem falar nos 52 trabalhos aprovados em nove Sessões Temáticas do 9º Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJor), que reuniu dezenas de estudantes de graduação como apresentadores de trabalhos e jovens pesquisadores em nível de doutoramento como pareceristas e mediadores das mesas de debate.

Nesse sentido, seguindo a tradição da Associação, este livro tem como proposta congregar alguns dos principais resultados do 17º Encontro Nacional SBPJor. Nas páginas a seguir, os leitores poderão se deparar com materiais inéditos nos estudos em Jornalismo no Brasil, como o texto da conferência de abertura

proferida pelo pesquisador norte-americano Tim P. Vos, diretor da Escola de Jornalismo da Michigan State University e atual presidente da Association for Education in Journalism and Mass Communication (AEJMC).

Também estão disponibilizados os relatos das mesas temáticas e das discussões das redes de pesquisa credenciadas pela SBPJor e os trabalhos premiados na 14ª edição do Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo, categorias Doutorado, Mestrado, Iniciação Científica, Pesquisa Aplicada e Pesquisador Sênior, esta última registrada com o discurso proferido pelo homenageado Edvaldo Pereira Lima, pesquisador brasileiro de referência no campo do jornalismo literário.

Os números do evento expressam por si a beleza e a resistência da pesquisa em Jornalismo e, como nada é por acaso, espelham metaforicamente a exuberância da flora goiana que tão bem recepcionou a SBPJor. Tal como as encantadoras e resilientes flores do cerrado, as reflexões que emergirão dos capítulos à frente trazem a esperança de que é preciso perseverar e resistir, sem nunca perder a ternura.

Boa leitura!

Monica Martinez, Marcos Paulo da Silva e Laura Storch,
os organizadores.

Introdução

A esperança em nossa caixa de Pandora¹

Monica Martinez²

Prezadas/prezados associadas/associados,
Como presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo na gestão 2017-2019, é com satisfação que as/os recebemos durante o 17º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo e 8º. Encontro de Jovens Pesquisadores. Sejamos sinceros: 2019 não foi um ano fácil para ninguém. E o simples fato de termos nos reunidos naquele momento foi muito significativo e algo a celebrar.

Para mim em particular, ter estado à frente da SBPJor por dois anos evoca dois momentos. O primeiro foi em 2008. Eu fazia meu pós-doutorado na Universidade Metodista de São Paulo, que sediou o SBPJor naquele ano. Gosto de contar que Carlos Franciscato, então presidente, teve a generosidade de se sentar ao meu lado e explicar o que representava uma associação de pesquisadoras/pesquisadores em jornalismo. Aqueles 15 minutos mudaram minha vida. Eu percebi que, de todas minhas atividades acadêmicas – ensino, condução de estudos, projetos de extensão, tarefas administrativas –, o que fazia meu coração bater mais forte era a pesquisa.

Exatamente dez anos mais tarde, em 2018, houve outro momento definidor. Pouco antes da abertura do evento, nosso representante junto à Capes, Edson Dalmonte, havia mencionado que o cenário caótico que vivíamos pedia esperança. Muitos sabem que estudo narrativas míticas. Num curso que fiz no segundo semestre de 2019, uma querida colega me lembrou que a única praga que fica na caixa aberta por Pandora é justamente a esperança. Fiquei uns dias pensativa. Se, para os gregos, a esperança era tida como uma praga, o que nos restaria nestes tempos difíceis?

Foi aí que entendi que não devemos perder tempo esperando. Que o caminho se faz ao realizar as ações concretas e possíveis para o pesquisar. Nestes dois anos, graças ao apoio incansável da nossa diretoria executiva da gestão 2017-2019, da Cláudia Nonato, da Laura Storch e do Marcos Paulo da Silva, e dos nossos conselhos – a quem agradeço imensamente –, fizemos o que esteve ao nosso alcance para deixar a SBPJor ainda mais atuante.

Vou elencar algumas ações: 1) Reformulamos nosso estatuto, que já está disponível no nosso site. Agradeço a Cláudia Lago por concluído esta ação;

¹ Discurso proferido no dia 6 de novembro de 2019 na abertura do 17º. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO).

² Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), onde é líder do Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI). Foi presidente da SBPJor (2017-2019). É autora de “Jornalismo Literário: Tradição e Inovação (Insular, 2016). Integrante da diretoria colegiada da Rede Renami e do comitê de Relações Internacionais da SBPJor.

E-mail: monica.martinez@prof.uniso.br

2) Revemos, com a ajuda dos participantes, o estatuto das nossas redes de pesquisa – que agora somam seis. Aliás, bem-vindas a Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade no Jornalismo e a Rede de Pesquisa em Radiojornalismo. O novo estatuto também já está disponível no nosso site; 3) Para ampliar o alcance de nossas relações de pesquisa internacionalmente, consolidamos nossa estratégia de fazer colóquios bienais; 4) Para estimular ainda mais estas parcerias, implementamos um comitê de Relações Internacionais; 5) Também com este objetivo, mantivemos nossa estratégia de continuar com os palestrantes internacionais, sendo que em 2019 tivemos conosco Tim Vos, o atual presidente da AEJMC, a Association for Education in Journalism and Mass Communication, associação estadunidense fundada em 1912; 6) Além disto, estreitamos laços com entidades como a SOCICOM, a INTERCOM e a IALJS, entre outras; 7) Quanto à visibilidade de nossas pesquisas, nossa menina dos olhos, a Brazilian Journalism Research, encontra-se em franca ascensão. Ela é uma das poucas revistas da área indexada no Scopus e na base emergente da Web of Science e foi ranqueada como A2 pelo Qualis Capes, a estratificação nacional dos periódicos científicos. Além disto, passamos a apoiar a revista internacional trilingue Sur Le Journalisme/Sobre Jornalismo/About Journalism. Nossos agradecimentos a toda equipe e, especialmente, ao nosso editor-chefe, Fábio Pereira; 8) Desde o ano passado, criamos uma nova categoria no Prêmio Adelmo Genro Filho, a Pesquisa Aplicada, e a partir deste ano passamos a oferecer uma terceira oficina ligada à esta nova categoria. Meus agradecimentos a Marli Santos pela eficaz coordenação desta edição; 9) Continuamos com as oficinas que fomentam as bases da arte de pesquisar, este ano sobre como realizar pareceres e como produzir artigos com apelo internacional; 10) É com alegria que criamos nossa editora – como se pode ver pelo selo no e-book anual da SBPJor lançado este ano e disponível na biblioteca virtual de nosso site; e 11) Apesar de todas as dificuldades de 2019, realizamos um encontro consistente e sustentável, expresso inclusive no material. Meus sinceros agradecimentos à organização local, aqui expressos na figura de Ana Temer e sua equipe.

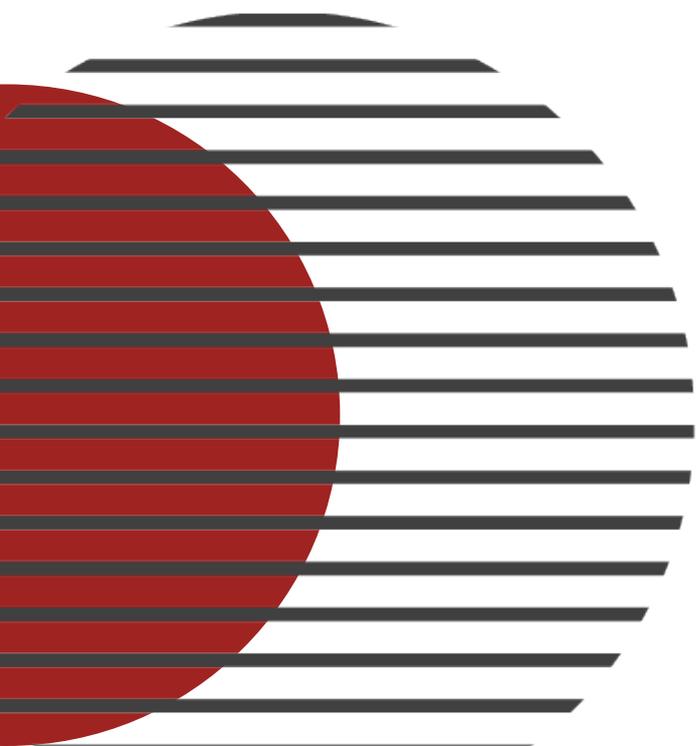
Foi um longo e produtivo processo, que prossegue. Como vocês sabem, em 2019 foi eleita por unanimidade a chapa Conhecimento e Resistência, que segue os esforços da SBPJor em ser reconhecida como uma entidade sólida e atuante em seu campo. Para finalizar, se a esperança é a última praga da caixa de Pandora, como ensina o mito grego, aprendi durante esta gestão que nos resta arregaçar as mangas e lutar com afinco pelo que acreditamos: a pesquisa de qualidade nos estudos em jornalismo.

Agradeço aqui todo o apoio que me foram confiados neste período de dois anos. E desejo meus mais sinceros votos de sucesso à nova gestão!



Parte I

A PESQUISA EM JORNALISMO NO HORIZONTE DA ÉTICA PROFISSIONAL



Conferência de Abertura

Is It Still Worth Talking About Gatekeeping?¹

Tim P. Vos²

Introduction

I would like to thank you all for being here today and for listening to what I have to say. I would like to thank SBPJOR for bringing me here today and a special thank you to Marcos Paulo da Silva for arranging this opportunity.

I only wish I could be addressing you in Portuguese rather than English. I am delighted to attend this conference, because I think I have so much to learn. I have been a professor for just less than 15 years and during this time I continue to approach conferences the way I did as a doctoral student in the early 2000s: what I say at a conference is far less likely to be consequential than what I learn at a conference. So, I look forward to our discussions.

Thinking about Gatekeeping

Dr. Pamela Shoemaker and I published a book, *Gatekeeping Theory*, in 2009, at a time in which changes in the media landscape were still evolving rapidly and the consequences of these changes for theorizing about communication and journalism were still far from clear. It's still the most consequential thing I've written, even though I've continued to feel uneasy about the book almost since the day it was published. The sociologist of journalism Michael Schudson (2013) once pleaded, would journalism please hold still? Trying to describe, much less theorize, an ever-changing phenomenon seeming like an impossible task.

Nevertheless, now that the book *Gatekeeping Theory* (Shoemaker & Vos, 2009) is a decade old, I'd like to use the occasion to ask journalism to stand still for a day and allow for a moment of reflection. In fact, I'd like to reflect on whether it is still worth our talking about gatekeeping any longer. I likely don't need to recite the case for leaving the whole notion of gatekeeping behind. But, allow me to highlight the most compelling reasons for reflecting about gatekeeping's continued utility.

The most obvious and compelling reason is simply this: while the *Gatekeeping Theory* book is a decade old, the concept of gatekeeping is clearly much older and goes back to the mid-twentieth century as a scientific concept. Kurt Lewin's (1951) theorizing about social fields articulated how gatekeeping forces shaped individual decision making. From there, David Manning White (1950) elaborated a gatekeeping approach to news and a cottage industry of gatekeeping scholarship

¹ Conferência proferida no dia 6 de novembro de 2019 na abertura do 17o. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO).

² Professor e Diretor da Escola de Jornalismo da Michigan State University (Estados Unidos). Presidente da Association for Education in Journalism and Mass Communication (AEJMC).

emerged. But, the media landscape of the mid-twentieth century is much, much different from today. The age of dominant, monopoly-style news media meant there were a finite set of gates through which information entered the public sphere. This is, of course, no longer the case. Simply put, gatekeeping made perfect sense 70 years ago – and perhaps even 10 or 20 years ago – but the vast global, digital news ecosystem has so many gates as to make gates meaningless.

Meanwhile, the demise of traditional gatekeepers and the rise of alternative voices in the public sphere make gatekeeping now seem to be an unduly paternalistic practice. Elite media could too easily amplify the voices of the status quo and limit a truly competitive marketplace of ideas. Gatekeeping was seen as fundamentally about control of information, and hence it led to a monolithic culture which was fundamentally undemocratic.

We can add numerous reasons for why it's perhaps no longer worth talking about gatekeeping, but these are two of the most important: gatekeeping makes little sense in a world of countless gates and gatekeeping was unduly paternalistic.

The Question

Having posed the question, 'is it still worth talking about gatekeeping?' you've probably guessed that I would be answering this question in the positive. Answering 'no' would make for a very short presentation. So, to no one's surprise, my answer is 'yes, it is still worth talking about gatekeeping.' But, I believe some discussions about gatekeeping are going to be more fruitful than others, and hence I think it's important to sketch out what aspects of gatekeeping can still lead to worthwhile exploration and which aspects are perhaps better left behind.

Defining Gatekeeping

A necessary step in any discussion of gatekeeping's value as a communication concept is what we mean by gatekeeping. As I recently pointed out elsewhere (Vos, 2019) gatekeeping is used in a confusing array of ways. Gatekeeping describes a role, function, model, and theory. And journalists and scholars aren't always very clear which of these they're talking about. So, let's start by clarifying these four ways of talking about journalism.

A gatekeeping role refers to a normative role whereby certain actors in the information environment see it as their duty or responsibility to pass along some information and not other forms or kinds of information (Vos, 2016). A gatekeeping role flows from an understanding of the role that news media should play in society if certain pro-social values are to be realized. The role can also be an expression of marketing considerations – seeking to target a particular market demographic. In other words, a role is something I set out to do and selectivity is a matter of intention.

A gatekeeping function, on the other hand, refers to gatekeeping that happens independent of the agency or intention of any particular actors in the information environment. A news organization can perform a gatekeeping function whereby some information becomes news and some does not simply because of the selectivity that comes with the practical contingencies of daily work. A newscast can contain only so many news stories, so those that are harder to cover, too complex, lack compelling images, aren't pushed by news sources, or don't comport to particular cultural preconceptions get left out. A glut of information and a scarcity of space drive gatekeeping decisions.

What adds to the confusion is that many scholars who refer to the gatekeeping role are really talking about a gatekeeping function. For example, Axel Bruns (2011, p. 120) argues "as gatekeeping is a practice that is fundamentally born out of an environment of scarcity (of news channels, and of newshole space within those channels), any growth in the overall newshole must necessarily challenge its role." So, even though he is saying 'role', he is referring to a function, not a role. I argue that the gatekeeping function is born out of scarcity; whereas the gatekeeping role is born out of normative ideals or market positioning. Journalists, for example, often choose to withhold the names of rape victims, even though the name of the victim might otherwise be available elsewhere in the information environment (Thomason & LaRocque, 1995). The issue is not scarcity, but normative selectivity. Likewise, when Jane Singer (2008, p. 61) refers to "a traditional gatekeeping role that no longer exists" she is not suggesting that journalists have stopped being selective; she is arguing that journalists no longer control the information environment.

Meanwhile, gatekeeping models and theories seek to understand how selectivity works and what accounts for patterns of selectivity. Thus those realities of the social, physical, and digital world that shape the news have led scholars to seek to understand and explain the processes by which information gets processed into news and how that news is framed, emphasized, placed, and promoted and how it reaches a reader, listener, or viewer (Vos, 2015, p. 4). Scholars have sought to produce gatekeeping models that plot the channels of information distribution and identify the aspects and intentions of the social, physical, and digital world that shape the flow of information (Shoemaker, 1991; White, 1950). These models call researchers' attention to factors that, at certain times and in certain places, plausibly account for how certain kinds of information might make it to the public and certain kinds of information might not.

Gatekeeping theory, meanwhile, goes beyond the factors identified in a gatekeeping model and seeks to identify mechanisms – such as forces at the gates – that account for how selectivity works. Theory also posits enduring features of the social, physical, and digital worlds – things such as socialization and social institutions and norms – and enduring human characteristics – things like cognitive and rational capacities – to offer explanations for a range of enduring patterns of news production and reception (Shoemaker & Vos, 2009).

Thus, gatekeeping theory can be culturally specific, but also identify features that account for human actions across time and place.

The value in coming up with better distinctions is that some of the reasons for leaving gatekeeping theory behind start to crumble. I want to talk about that next.

Leaving Elements Behind

In the past, one of the chief outcomes of the gatekeeping function was the news media's control of information that reached the public sphere. It's probably clear to all of us that this is no longer the case. Social media have, for example, allowed politicians to speak directly to the public without traditional news media acting as mediators. Thus, when observers look around today and see that traditional media outlets lack the control they once did over the information environment, they surmise that gatekeeping is dead. In fact, it is for this very reason that many have been happy to welcome gatekeeping's demise.

However, I want to argue that gatekeeping as a communication concept was really never about control. As I've already suggested, it was about selectivity. So, in the past these two concepts were highly correlated – the greater the selectivity, the greater the control of the information environment. But selectivity and control are clearly different concepts. Journalists still practice selectivity; it's just the practice doesn't result in the kind of control it once did.

So, why – in the absence of control over the information environment – should we care about selectivity? Does gatekeeping retain the theoretical or practical value it once did? That's hard to answer. The gatekeeping concept has needed to be delimited. It has been helpful to identify activities that some have identified with gatekeeping and to parse them as separate concepts. Gate watching is the most notable example of this. Axel Bruns (2011) has proposed a concept that captures how journalists now highlight some subset of already circulating news items and make them more visible to audiences. Bruns sees this as selectivity, but without the ability to exclude items from the public sphere. It contributes to the question, what good are gates if they can't be closed?

Aspects Worth Elaborating

When journalists define gatekeeping, they have indeed often defined it as paternalistic and controlling (Vos & Thomas, 2018). But, in certain situations they have also identified gatekeeping with basic journalistic practices, such as editorial direction and editorial oversight. Both of these forms of gatekeeping are still very much alive and still very much worth our talking about.

Editorial Direction. Let's take editorial direction first. Editorial direction is understood as a combination of duties that set the direction of a news organization or the look or voice of a publication or newscast. Steve Reese (2001,

2009) has often pointed out that the selectivity at the heart of gatekeeping is not just about picking which items would become news, it was also about how that news would be framed, crafted, and emphasized. That's what we see nowadays as news organizations attempt to set themselves apart from the digital flood of gatekeepers by speaking in a characteristic voice to a targeted audience (Jenkins & Vos, 2019).

It's here where we find a couple of answers to why it's still worth examining gatekeeping. By thinking about editorial direction as a form of gatekeeping we pay attention to the role of agency in the selection and shaping of news. Gatekeeping theory has struggled to meaningfully locate agency within gatekeeping processes, but we see how editorial direction is at least partly a matter of agency. The New York Times or Jornal Goyaz look the way they do because the editors and publishers want them to look that way. That agency is limited, however, because they are ultimately reactive to the larger media ecology in which they find themselves. They want a voice and outlook that sets them apart from other news outlets. This voice or outlook is probably not explicitly explained to reporters and writers. So how does it get produced? Well, the answer to that question points to another reason why it's still worth examining gatekeeping: We should recognize that crafting a distinctive voice is a collective, organizational accomplishment that relies on gatekeeping forces in the form of socializing individual reporters into speaking in an organizational voice and seeing with an organizational outlook. How those forces work is worth investigating and theorizing.

So, we should see here that gates are still being kept, just for different reasons. Selectivity was, in the past, driven more narrowly by judgments of newsworthiness. These were decisions about which items, events, and trends had the merits to be fashioned into news. Merits were often judged relative to the needs or wishes of the public sphere. In the present situation, selectivity is driven more narrowly by organizational identity and by obligation to a specific – rather than broad – audience.

Editorial Oversight. In addition to editorial direction, I also mentioned that editorial oversight is conceptualized as a form of gatekeeping. Editorial oversight is seen as a process whereby news organizations or organizational actors go about vetting information. It is a matter of thoughtful consideration, the close attention to getting the story right and producing meaningful news. Editorial oversight is seen as policing content and verifying truth. Many of the observers who were happy to proclaim the death of the gatekeeping function, didn't really anticipate the post-truth era that we've seemingly entered. It was believed that the control that came with gatekeeping would limit audience's perceptions of truth and this would limit the diversity of ideas in the public sphere. That was a reasonable fear at the time. But, now, of course, we have the opposite problem—the public sphere is being denied a set of agreed upon facts and this has opened up the flood gates of misinformation and so-called alternative facts.

Journalism has responded with a fact-checking movement – in other words it has responded with an institutional commitment to editorial oversight. News organizations have vowed to be part of the solution instead of being part of the misinformation problem. Why do they do this? There are still countless gates and misinformation will still make it into the public sphere. The answer, I believe, is that journalists – at least some journalists – see gatekeeping as a social role – as an ethical, social obligation. Gatekeeping is not simply a function of scarcity of space, it is a normative ideal.

However, the editorial oversight that I’m talking about is a different kind of gatekeeping than what we saw in the past. This isn’t about keeping misinformation out of the public sphere – that is beyond journalists’ control. It’s about keeping it off-the-air or out of the pages of the news outlet where they work. But, it’s more than that too. I call this kind of gatekeeping “gate bouncing”. It’s not a particularly clever term, but it’s the best I can do. Journalists act like bouncers at a club, throwing out someone (or, in this case, something) that shouldn’t be there. While news cannot be forced back through a gate and removed from public view or debate, it can be symbolically marked as illegitimate. Fact checking or sorting news from misinformation is a sort of retroactive selectivity. While traditional gatekeepers checked facts before publication, the public sphere now contains information that must be gate bounced to an alternative status of misinformation or lies or urban myths or something else. Critics who – in the past – argued that gatekeeping unduly put journalists in the role of policing the information environment have nevertheless found a new appreciation for fact checking and debunking misinformation (Graves, 2016). However, it underscores the limited control journalistic gatekeepers – or gate bouncers – have over the information environment. There are still countless gates into the public sphere and new misinformation can continue to flood the public sphere. In fact, misinformation that is evicted by one or two or three or more gate bouncers can just reenter through another gate.

This doesn’t make gatekeeping irrelevant. In fact, it underscores another defining feature of gatekeeping that – in the past – we didn’t really pay enough attention to. Back to the 2009 Gatekeeping Theory book, we defined gatekeeping as “the process of culling and crafting countless bits of information into the limited number of messages that reach people each day” (Shoemaker & Vos, 2009, p. 1). I think that definition holds up. You might object – but there are limitless messages in the public sphere. That’s true, but the definition says there are a “limited number of messages that reach people each day” – and that, I believe, is still true. Gatekeeping processes do not ‘end’ when journalists publish but when readers read, listeners listen, and watchers watch. And individuals have a limited capacity to read, listen, or watch news in any given day. Only a small amount gets through that final gate into a person’s consciousness.

Thus, the editorial oversight dimension of gatekeeping is driven by a belief that individual audience members will notice that misinformation is symbolically marked as such by journalists and hence the audience members will ultimately shut the gate to misinformation when it reaches them through alternative gates. Communication theory has long recognized that “the act of reading (instead of the act of publishing) is the pivotal moment in the circulation of meaning” (*italics in original*) (Barnhurst & Nerone, 2001, p. 7). Indeed, the ultimate, final control in gatekeeping was always with the audience member, even if a lot of gatekeeping research has overlooked that fact.

Conclusions

So, I believe I’ve addressed a number of reasons why gatekeeping is still worth talking about. It is true that gatekeeping doesn’t function today the way it did in the past. Journalistic gatekeeping does not end in a controlled information environment. But it does involve activities that still contribute to the health of the information environment. Gatekeeping involves gate bouncing – the act of symbolically marking some information as misinformation.

There are still theoretically interesting reasons to study gatekeeping, such as coming to a better understanding of the role of agency in gatekeeping processes, understanding how market differentiation influences gatekeeping decisions, and explaining how gate bouncing decisions are made.

Studying gatekeeping in the new information environment helps us see some things more clearly than what we saw before.

- Gatekeeping was really about selectivity and not about control. Selectivity may have resulted in control in the era of monopoly-style, traditional media; but they were never one and the same thing.
- Gatekeeping was not simply a matter of selecting news items it was about selecting the shape, voice, frame, and emphasis of information as it was transformed into news.
- Gatekeeping was not simply a function; it was a social role. Selectivity may have been driven by considerations of newsworthiness, but it was – and is – often more than this. It’s also driven by the agency of news organizations, who select news out of normative obligations; or, out of trying to stake out a market position.
- Gatekeeping was not simply about news organizations turning out the news. It involved distributing the news and it involved individuals ultimately deciding what information they would attend to.

There’s also one more thing that we can see better now than what we saw just a decade or so ago. Those who have made the strongest claims about the limited utility of the gatekeeping framework framed the issue as technological disruption. The argument was that it was the digital networked environment that transformed gatekeeping. And while I agree that technology is a sizeable factor in

these changes, probably even the biggest factor, it is not the only factors. There are also changing economic, political, and cultural factors that – although related to technological changes – are not reducible to them. For example, we have had populist politicians with a loose relationship to the truth in the past. But their contemporary presence seems to be changing how gatekeeping is done. As we move forward in theorizing gatekeeping, we need to account for the ways that technological, economic, political and cultural factors work together to change journalism.

I recognize that my perspective on these matters is shaped by the North American context in which I work and think. But, as I said at the outset, the beauty of an academic conference is to learn from the experiences of others. I hope to gain new insights from my interactions with you here.

So, thank you journalism for standing still for a moment so that we could observe you. And thank you all for your time and attention.

References

- Barnhurst, K. G., & Nerone, J. C. **The form of news: A history.** New York: Guilford Press, 2001.
- Bruns, A. **Gatekeeping, gatewatching, real-time feedback:** New challenges for journalism. *Brazilian Journalism Research*, 7(11), 117-135, 2011.
- Graves, L. **Deciding what's true:** The rise of political fact-checking in American journalism. New York: Columbia University Press, 2016.
- Jenkins, J., & Vos, T. P. Journalistic voice as a gatekeeping force. In P. Moy & D. Matheson (Eds.), **Voices:** Exploring the shifting contours of communication (pp. 117-140). New York: Peter Lang, 2019.
- Lewin, K. **Field theory in social science:** Selected theoretical papers. New York: Harper, 1951.
- Reese, S. D. Prologue--Framing public life. In S. D. Reese, O. H. Gandy, & A. E. Grant (Eds.), **Framing public life:** Perspectives on media and our understanding of the social world (pp. 7-31). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.
- Reese, S. D. Finding frames in a web of culture. In P. D'Angelo & J. A. Kuypers (Eds.), **Doing news framing analysis:** Empirical and theoretical perspectives (pp. 17-42). New York: Routledge, 2009.
- Schudson, M. Would journalism please hold still! In C. Peters & M. J. Broersma (Eds.), **Rethinking journalism:** Trust and participation in a transformed news landscape (pp. 191-199). New York: Routledge, 2013.

Shoemaker, P. J. **Gatekeeping**. Newbury Park: Sage Publications, 1991.

Shoemaker, P. J., & Vos, T. P. **Gatekeeping theory**. New York: Routledge, 2009.

Singer, J. B. **The journalist in the network**: A shifting rationale for the gatekeeping role and the objectivity norm. *Trípodos. Facultat de Comunicació i Relacions Internacionals Blanquerna* (23), 61-76, 2008.

Thomason, T., & LaRocque, P. (1995). **Editors still reluctant to name rape victims**. *Newspaper Research Journal*, 16(3), 42-51, 1995.

Vos, T. P. Revisiting gatekeeping theory in a time of transition. In T. P. Vos & F. o. Heinderyckx (Eds.), **Gatekeeping in transition** (pp. 3-24). New York: Routledge, 2015.

Vos, T. P. Historical perspectives on journalistic roles. In C. Mellado, L. Hellmueller, & W. Donsbach (Eds.), **Journalistic role performance**: Concepts, models, and measures (pp. 41-59). New York: Routledge, 2016.

Vos, T. P. Journalists as gatekeepers. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), **The handbook of journalism studies** (2nd edition. ed., pp. 90-104). New York, NY: Routledge, 2019.

Vos, T. P., & Thomas, R. J. **The discursive (re)construction of journalism's gatekeeping role**. *Journalism Practice*, 1-17, 2018.

White, D. M. **The 'gate keeper'**: A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383-390, 1950.

Comentário

A Teoria do Gatekeeping à luz dos novos dilemas ético-dentológicos¹

Marcos Paulo da Silva²

Coube a mim, como atual representante da Diretoria Científica da SBPJor, a responsabilidade de – na impossibilidade de tradução simultânea – fazer um papel muito comum em congressos no exterior: o de comentarista – que vai um pouco além do papel de mediador – da conferência de abertura do colega Tim Vos, diretor da Escola de Jornalismo da Michigan State University, nos Estados Unidos, e presidente eleito da Association for Education in Journalism and Mass Communication, principal organização de ensino e pesquisa em Jornalismo na América do Norte.

Tive a oportunidade de dividir uma mesa semelhante a esta com Tim Vos em 2016 na Syracuse University, em Nova Iorque, em um seminário em homenagem à aposentadoria da professora Pamela Shoemaker (que também já esteve neste espaço de conferencista da SBPJor, em 2009). Shoemaker foi nossa orientadora em comum: do Doutorado de Tim, no começo dos anos 2000, e de meu estágio de doutorado-sanduíche, em 2011. Desde então passamos a ter algumas interlocuções acadêmicas e, gentilmente, Tim Vos não hesitou em aceitar o convite de dialogar conosco nesta noite. Reforço, portanto, o agradecimento em nome da Diretoria da SBPJor.

Instado a tocar na temática central do congresso – Pesquisa jornalística e ética profissional –, o conferencista nos apresenta uma abordagem provocativa a partir de uma leitura contemporânea de uma das mais clássicas teorias do jornalismo. Afinal, como ele mesmo intitula a conferência, faz sentido ainda falarmos em gatekeeping em tempos da chamada pós-verdade? Ainda além: faz sentido falarmos de seleção noticiosa em tempos de enfraquecimento dos contratos simbólicos instituídos historicamente em torno da autoridade jornalística?

Tim Vos inicia sua abordagem recordando a publicação – ocorrida há exatos dez anos – do livro Teoria do Gatekeeping, redigido por ele em parceria com Pamela Shoemaker, que em 2011 ganhou uma edição no Brasil pela Editora Penso. Afirma o conferencista: “naquele momento, em 2009, as mudanças no cenário da mídia ainda estavam evoluindo rapidamente e as consequências dessas mudanças para teorizar sobre comunicação e jornalismo estavam longe de ser claras. Ainda é a coisa mais importante que escrevi, apesar de continuar me sentindo desconfortável com o livro quase desde o dia em que foi publicado”.

¹ Comentário realizado no dia 6 de novembro de 2019 durante a mediação da conferência de abertura do 17o. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), mandato 2019-2021. Foi Diretor Científico da Associação (2017-2019).
E-mail: marcos.paulo@ufms.br

O desconforto do conferencista – que há uma década já se incomodava com a validação em tempos de internet da teoria proposta entre o final dos anos 40 e início dos anos 50 pelo sociólogo Kurt Lewin e adaptada para o estudo de notícias por David White – remete à própria essência da questão de fundo que pauta a fala desta noite: ainda faz sentido falarmos disso?

Se a resposta fosse NÃO – nos provoca Tim Vos – nossa conversa nesta noite poderia ser demasiadamente breve e provavelmente já estaríamos desfrutando o coffee break. A resposta, porém, é SIM, mas não de forma simplista. O conferencista defende que algumas discussões sobre a lógica do gatekeeping são ainda mais frutíferas nos tempos atuais. Para tanto, esforça-se para refinar algumas definições.

Um destaque importante diz respeito ao fato de a ideia de gatekeeping referir-se a um papel normativo pelo qual certos atores no ambiente da informação – os jornalistas – passam a compreender como dever ou responsabilidade a transmissão de certas informações – ou de certas modalidades de informação – e não de outras. Nesse contexto, o ponto fulcral da seleção noticiosa sublinhado por Tim Vos não se relaciona propriamente à ideia de uma eventual escassez (por exemplo: há pouco espaço na página do veículo, logo preciso escolher o que será publicado), mas à ideia de uma seletividade normativa.

Nas últimas décadas, muitas pesquisas em Jornalismo têm buscado perseguir modelos de gatekeeping que identificam os canais de distribuição de informações e os aspectos e as intenções por trás deles. De modo geral, os estudos voltam a atenção para fatores que, em determinados momentos e lugares, explicam de maneira plausível como certos tipos de informação podem chegar ao público. Ou seja, a teoria do gatekeeping pode ter particularidades culturais, bem como pode denotar características que ajudam a explicar as ações humanas em diferentes recortes de tempo e de espaço.

Entretanto, há outras complexidades no processo. Para Tim Vos, no passado, um dos principais resultados da função de gatekeeping era o controle das informações midiáticas que chegavam à esfera pública. Provavelmente, frisa o conferencista, está claro para todos nós que esse não é mais o caso. As mídias sociais, por exemplo, permitiram que os políticos falassem diretamente ao público sem que as mídias tradicionais atuassem como mediadoras. Temos em mente os casos de Donald Trump, na terra de Tim, e de Jair Bolsonaro, aqui no Brasil.

Nesse sentido, pontua o conferencista, muitos observadores do Jornalismo têm olhado em volta nos dias de hoje e constatado que os meios de comunicação tradicionais não possuem mais o controle que antes exerciam sobre o ambiente da informação, supondo, por conseguinte, que o processo de gatekeeping está morto.

É exatamente aqui que reside um dos argumentos centrais da fala de Tim Vos: a ideia de gatekeeping não se refere conceitualmente à ideia de controle, mas à ideia de seletividade. No passado, esses dois conceitos estiveram diretamente correlacionados: quanto maior a seletividade, maior o controle do ambiente informativo. Contudo, seletividade e controle são conceitos claramente distintos. Jornalistas ainda praticam seletividade; mas tal prática não resulta no tipo de controle que outrora teve.

Pode-se, então, pensar conceitualmente nas formas como a seletividade se estabelece. Para Tim Vos, ao longo do tempo, muitas vezes o processo de gatekeeping esteve atrelado a uma visão do jornalista como “controlador” ou até mesmo como um personagem paternalista. Em algumas situações, entretanto, a ideia de seletividade inscreve-se em processos jornalísticos bastante básicos, como a editorial direction – traduzida literalmente como “direção editorial”, isto é, uma determinada combinação de tarefas que definem os rumos de uma organização jornalística – e a editorial oversight, processo com tradução não tão literal, mas que pode ser entendido como uma espécie de vigilância ou supervisão editorial.

No caso da “direção editorial”, no passado, a ideia de seletividade era dirigida mais estritamente pelos critérios de noticiabilidade. Tratavam-se de decisões sobre quais fatos, acontecimentos e tendências receberiam uma valoração para a transformação em notícia. Os méritos eram frequentemente julgados em relação às necessidades ou desejos da esfera pública. No cenário atual, todavia, a seletividade descola-se da esfera pública e passa a ser dirigida mais estritamente a um público direcionado e específico – e não mais para uma audiência ampla.

Por outro lado, no caso da editorial oversight, aqui livremente traduzida como vigilância ou supervisão editorial, volta-se a uma espécie de “policiamento” (entre aspas) do conteúdo e da verificação (aquí bastante entre aspas!) da “verdade”. Para Tim Vos, muitos dos analistas que ficaram felizes em proclamar a morte da função de gatekeeping com o advento da Internet não previram realmente a era de pós-verdade em que aparentemente entramos.

Acreditava-se que o controle advindo dos processos de gatekeeping poderia limitar as percepções de verdade da audiência e isso, por conseguinte, limitaria a pluralidade de idéias na esfera pública. Esse era um medo razoável na época. Mas agora, como pode-se observar, temos um problema oposto: a esfera pública está sendo negada a um conjunto de fatos consensuados na verossimilhança e isso tem aberto as comportas da desinformação e dos chamados “fatos alternativos”.

O jornalismo, por seu turno, tem respondido com o chamado movimento do fact checking, prática que também tem se tornado comum no Brasil. Em outras palavras, as organizações noticiosas passaram a prometer fazer parte da solução

do problema ao invés de integrar o próprio problema da desinformação. Mas, questiona Tim Vos, porque eles fazem isso se aparentemente trata-se de uma guerra perdida, de um eterno enxugar gelo, uma vez que há infinitos “gates” nas redes sociais que farão com que de algum modo a desinformação aporte na esfera pública?

Segundo o conferencista, a resposta localiza-se no fato de que os jornalistas – ou pelo menos alguns deles – acreditam no gatekeeping como um papel social, como uma obrigação ética e social. Uma vez mais, como frisado anteriormente, o processo de gatekeeping não é compreendido simplesmente como uma dinâmica operacional para resolver a escassez de espaço numa determinada mídia, mas reveste-se de um ideal normativo entre os profissionais do campo.

No entanto, a “supervisão editorial” de que trata Tim Vos remete a um tipo diferente de processo de gatekeeping quando comparado ao que era visto no passado. Isto é: não se trata mais de manter a desinformação do lado de fora da esfera pública, pois, no cenário atual, isso está muito além do controle dos jornalistas. Trata-se, por outro lado, de mantê-la fora do ar ou fora das páginas dos veículos jornalísticos onde trabalham esses jornalistas evocados do gatekeeping como princípio normativo.

Todavia, o processo é um pouco mais complexo. Tim Vos denomina de forma caricatural esse tipo de gatekeeper como um “vigia de portão”, que é conceitualmente diferente de um porteiro. Nessa metáfora, jornalistas agem como “seguranças de um clube” que jogam para fora alguém (ou, no caso das notícias, algo) que não deveria estar lá. Embora as notícias não possam ser forçadas a voltar pelo portão por onde entraram – e, assim, removidas do debate público –, por outro lado elas podem ser simbolicamente marcadas como ilegítimas. O fact checking ou a classificação das notícias pela veracidade dos conteúdos mostra-se, assim, uma espécie de “seletividade retroativa”.

Isso não torna o processo de gatekeeping irrelevante. Pelo contrário, na opinião de Tim Vos, ressalta-se uma característica intrínseca do gatekeeping à qual, no passado, não se costumava prestar muita atenção: isto é, os processos de gatekeeping não terminam quando os jornalistas publicam uma informação, mas quando os enunciatários a recebem. Trata-se de uma questão cognitiva, pois, naturalmente, as pessoas possuem uma capacidade limitada de consumo de notícias em um determinado dia. Apenas uma pequena quantidade passa pelos “gates” finais segue para a consciência de uma pessoa comum.

Assim, no cenário contemporâneo, a dimensão “da vigilância ou da supervisão editorial” no processo de gatekeeping é impulsionada pela compreensão de que as pessoas poderão perceber cotidianamente que a desinformação está simbolicamente marcada como tal pelos pressupostos da autoridade jornalística.

Por fim, Tim Vos chama atenção a um aspecto que se desvela de forma mais clara hoje do que a uma década. Ressalta o conferencista: aqueles que fizeram as críticas mais duras sobre as limitações das dinâmicas de gatekeeping com o advento da internet utilizaram-se do argumento de uma “disrupção tecnológica”; ou seja, o cerne da argumentação costumava recair na ideia de que era o ambiente digital em rede que passava a transformar – e a invalidar – os processos de gatekeeping.

Embora concorde com a premissa de que a tecnologia é um fator considerável nessas mudanças, Tim Vos sublinha que não se trata do único fator. Existem variáveis econômicas, políticas e culturais em constante mutação que, mesmo que relacionadas às mudanças tecnológicas, não lhes são redutíveis.

O exemplo que fecha a conferência é preciso: muitos políticos populistas que tiveram relações bastante esgarçadas com o interesse público no passado estão mais fortes do que nunca na contemporaneidade, alterando o modo como as dinâmicas de gatekeeping são construídas. Tim Vos faz a ressalva de que seu vértice de análise está calcado no contexto norte-americano. Entretanto, nada melhor do que o tempo presente no Brasil, entre lives transbordantes de raiva de políticos de alto escalão contra as estruturas tradicionais de mídia, para sabermos que há muitas similaridades por aqui também.

Obrigado e vamos ao debate!

IX JPJOR

Estímulo à descoberta científica e à formação de jovens pesquisadores

Alciane Baccin¹

Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco²

É comum transitar no imaginário das crianças o sonho de ser cientista. Mesmo que algumas cultivem uma imagem estereotipada do cientista de jaleco branco, trabalhando em laboratórios amplos e rodeados de equipamentos sofisticados, algo comum a outras áreas – não ao Jornalismo. Iniciativas de fazer ciência tanto no ensino médio quanto no ensino técnico ainda são escassas no Brasil. A compreensão sobre o “fazer ciência”, a percepção do papel do pesquisador e da participação na construção do conhecimento científico, bem como a satisfação na produção do trabalho de pesquisa e nos resultados disso ocorrem basicamente nos bancos acadêmicos. É nos cursos de Jornalismo que esse imaginário pode ser reconfigurado e reconquistado o sonho de ser pesquisador, a Iniciação Científica é o caminho para aguçarmos a curiosidade científica dos nossos jovens.

Motivar e abrir portas para que graduandos e recém-graduados possam divulgar seus resultados de pesquisa, conhecer e experimentar os processos de produção, redação e comunicação científica, são objetivos dos Encontros de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJor), promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) anualmente. O JPJor é o evento voltado para estudantes da graduação e recém graduados em Jornalismo de todo o país, que ocorre em paralelo ao Encontro Nacional da SBPJor.

Nas nove edições do JPJor, além de valorizar a produção de conhecimento dos estudantes, a SBPJor promoveu um espaço privilegiado de trocas onde os próprios estudantes foram os protagonistas de suas pesquisas, responsáveis pelas comunicações dos trabalhos e pelas discussões fomentadas nas sessões de apresentações. Podemos nos atrever a dizer que o JPJor concretiza-se como um rito de passagem entre o imaginário de cientista e o real, entre ser estudante e reconhecer-se como estudante-pesquisador.

O 9º JPJor

Em 2019, a expressão desse protagonismo juvenil é visível a partir do engajamento dos autores dos 44 trabalhos efetivamente apresentados, apesar das adversidades vividas pela Ciência em 2019, como será comentado abaixo. De 55 submissões, foram aceitos 51 artigos, de 118 autores, entre os estudantes de graduação e seus orientadores.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa e do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: alcianebaccin@unipampa.edu.br

² Professor dos programas de pós-graduação em Comunicação e em Gestão da Informação e do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: rodrigobotelho@ufpr.br

Os trabalhos aceitos foram distribuídos em nove mesas temáticas, estratégia de curadoria que privilegia a reunião de trabalhos e a titulação da mesa pela aproximação de temas, objetos e perspectivas teórico-práticas, conforme pode ser visto no Quadro 01, em relação à programação de 2019.

Quadro 1 - Mesas temáticas do 9º JPJor

Mesa	Título	Trabalhos	Autores	Coordenador(a)
1	Jornalismo, histórias e literatura	6	12	Bruno Ravanelli Pessa (UMESP)
2	Representação de raça e gênero no jornalismo	6	14	Ana Paula Goulart de Andrade (PUC-RJ)
3	Ética e discurso	6	14	Dairan Paul (UFSC)
4	Jornalismo e universidade	6	16	Naiara Rodrigues (USP)
5	Representação, construção de imagem e partidarização	6	13	Guilherme de Paula Pires (UFPR)
6	Vulnerabilidades e estratégias de combate à desinformação	6	14	Mariane Ventura (UFSC)
7	Narrativas digitais	6	14	Ricardo Aoki (UFSC)
8	Jornalismo móvel e redes digitais	4	10	Janaína Kalsing (UFRGS)
9	Convergência jornalística	5	11	Marcelo Barcelos (UFSC)

Este trabalho de curadoria não é trivial no JPJor, uma vez que os graduandos submetem os artigos sem nenhuma categorização. Assim, a estratégia de reuni-los posteriormente visa favorecer o debate entre os participantes, uma vez que reúne em uma mesma sala perspectivas de abordagens muito próximas, privilegiando redes de contatos e a visualização de diferentes perspectivas para um mesmo objeto de estudo.

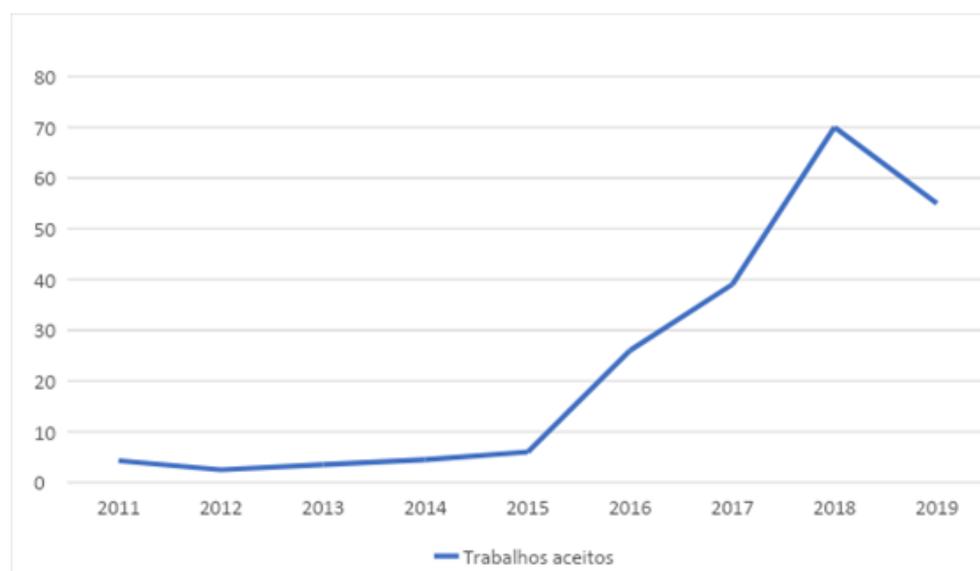
Além disso, a coordenação das mesas por doutorandos também tem sido uma estratégia para favorecer o protagonismo dos jovens pesquisadores da SBPJor. O envolvimento deles com a condução dos trabalhos, bem como na revisão dos artigos, como pareceristas, cria um ambiente propício de experimentação e prática acadêmica.

Além dos nove doutorandos que atuaram como coordenadores de mesas do 9º JPJor, outros 77 pareceristas – sendo a quase totalidade de doutorandos – atuaram no processo de revisão dos artigos, que é feito, assim como em relação aos trabalhos do Encontro da SBPJor, utilizando a plataforma Open Conferece System (OCS), muito similar ao sistema utilizado pela maioria dos periódicos científicos. Com isso, tanto autores como revisores têm contato com plataformas, lógicas e práticas da Ciência, numa perspectiva de ciência aberta e colaborativa, dada a característica do trabalho de pareceres e da própria plataforma, que é open source.

Assim, favorecem-se os princípios do peer review, do debate e da controvérsia científica, proporcionando que autores tenham um feedback sobre seus trabalhos, ao mesmo tempo que avaliadores experimentem um olhar crítico para o “fazer científico”. Além disso, a lógica da avaliação pelos pares acaba por introduzir e reconhecer os doutorandos como cientistas, garantindo a eles o protagonismo que é próprio do “ser pesquisador”.

Na avaliação da edição de 2019, por sua vez, há que se considerar o êxito do evento, que vem crescendo em participação ao longo dos anos, como se pode verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Trabalhos aceitos no JPJor (2011-2019)



Por outro lado, é imprescindível ponderar, na avaliação, as dificuldades encontradas pelos autores em participar desta edição do evento, que coincidiu com um momento atípico vivido pela Ciência brasileira em 2019, evidenciados os cortes e contingenciamentos orçamentários das universidades e das agências de fomento à Ciência. Foram vários os relatos e lamentações pelas dificuldades encontradas para custear inscrição e despesas de viagem e hospedagem.

Para os estudantes de graduação estas dificuldades acentuam-se, tendo em vista a sua condição financeira e profissional. Infelizmente, alguns jovens pesquisadores, por essas limitações e constrangimentos, têm impedida a oportunidade de viver a experiência de um evento acadêmico e o conhecimento que advém deste contato.

Quadro 2 - Distribuição dos trabalhos por região - 9º JPJor

Região	Estado	Instituição	Autores	Trabalhos
Norte	PA	Universidade Federal do Pará	8	4
		Universidade da Amazônia	1	1*
	Total		9	5
Nordeste	CE	Universidade de Fortaleza	5	2
		Universidade Federal do Ceará	5	2
	PB	Universidade Estadual da Paraíba	2	1
		Universidade Federal da Paraíba	2	1
	MA	Universidade Federal do Maranhão	11	4
	BA	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	9	4
	SE	Universidade Federal de Sergipe	2	1
Total		36	15	
Centro Oeste	DF	Centro Universitário Estácio de Brasília	3	1
		Instituto de Educação Superior de Brasília	4	2
		Universidade Católica de Brasília	2	1
		Universidade de Brasília	9	4
	GO	Universidade Federal de Goiás	2	1
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso	7	3
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	5	2
Total		32	14	
Sudeste	MG	Universidade Federal de Ouro Preto	4	3
		Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte	1	1*
		Universidade Federal de Uberlândia	3	1
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2	1
		Ibmec	2	1
	SP	Universidade Metodista de São Paulo	2	1
		Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - UNIFAE	2	1
ES	Universidade Federal do Espírito Santo	2	1	
Total		18	10	
Sul	SC	Universidade do Vale do Itajaí	2	1
		Universidade Federal de Santa Catarina	7	3
	RS	Universidade Federal de Santa Maria	6	3
	PR	Centro Universitário Internacional - Uninter	2	1
		Universidade Estadual de Ponta Grossa	2	1
Total		19	9	

* Autoria em trabalho apresentado com outra universidade.

A partir do Gráfico 1 é possível visualizar o fluxo regional dos trabalhos submetidos ao 9º JPJor, em relação às instituições cujos pesquisadores estão vinculados. Nesse sentido, as submissões tiveram origem em 29 universidades/

faculdades, sendo 17 instituições públicas (14 universidades federais e 3 universidades estaduais) e 11 instituições brasileiras privadas ou confessionais. Em termos regionais, 8 instituições estão localizadas na região Sudeste, 5 instituições na região Sul, 7 instituições na região Nordeste, 2 instituições na região Norte e 7 instituições na região Centro-Oeste.

Aprendendo a fazer ciência

A curiosidade epistêmica pode ser alimentada nos cursos de Jornalismo, bem como a participação dos nossos alunos em eventos científicos que provocam o conhecimento gerado pelos jovens pesquisadores. De acordo com Paulo Freire (1996), a construção e a produção do conhecimento sobre o objeto de pesquisa envolve o exercício da curiosidade. Nenhum pesquisador é o mesmo depois de descobrir as respostas para suas curiosidades.

O exercício de pesquisa também é algo novo, algo desconhecido, para os jovens pesquisadores. Uma pesquisa realizada por Aguiar (1997, p.94) com bolsistas de iniciação científica de vários cursos sobre as compreensões que tinham a respeito de “fazer ciência”, constatou que 65,5% disseram que desconheciam o ambiente da ciência antes da iniciação científica, e 34,5% dos entrevistados consideraram suas concepções anteriores sobre ciência distorcidas mas, posteriormente, modificadas com o maior contato com a ciência através da iniciação científica.

É na graduação que podemos despertar o estímulo à geração de conhecimento, principalmente, porque a curiosidade científica leva o estudante a aprender mais, superando o caráter ferramental da ciência na escola. Para Freire (1996, p.31), os “cientistas e os filósofos superam [...] a ingenuidade da curiosidade do camponês e se tornam epistemologicamente curiosos”. O despertar para a pesquisa surge do interesse que podemos nutrir entre o que conhecemos e o que desconhecemos. A partir da curiosidade é que nos mobilizamos para solucionar um desafio, para buscar a solução a um problema, para pesquisar um conceito mais a fundo. Cada um de nós tem interesses diferentes que surgem do que já nos é conhecido e o que ainda temos a descobrir sobre determinado objeto.

Neste sentido, a orientação da pesquisa na graduação promove a formação de um comportamento intelectual de querer ir além, pois é na relação entre o sujeito epistemológico e o objeto do conhecimento que ocorre a busca pela descoberta e pela superação do que é de senso comum. O fruto dessa relação é a geração de conhecimento.

Outro grande ganho para os jovens pesquisadores que se interessam pela produção de ciência é a possibilidade de ampliar o conhecimento também por meio da socialização, seja com outros jovens pesquisadores, seja com pesquisadores mais experientes também interessados nas mesmas temáticas, também curiosos e dispostos a discutir e contribuir com as pesquisas. Essa

etapa culmina com a satisfação dos jovens pesquisadores em ver o seu trabalho discutido e posteriormente publicado. Trabalho fruto da apropriação do conhecimento que já existia, da construção de conhecimento ainda inexistente e da socialização desse conhecimento, proporcionada pelos espaços de trocas e discussão, como o JPJor. Esse é um exercício de liberdade e de conquista da autonomia intelectual que a SBPJor oportuniza aos jovens pesquisadores em Jornalismo e que tem recebido incremento nas participações a cada ano.

Crença no futuro da pesquisa em Jornalismo

A SBPJor tem um carinho especial e um cuidado com a organização do JPJor porque acredita que os jovens pesquisadores de hoje serão as autoridades científicas de amanhã. Por isso, nutrir esse espaço e estimular a participação qualificada de mais trabalhos tem sido um dos principais objetivos da SBPJor. A pesquisa é a busca constante por conhecimento, e o JPJor mantém vivo em nós a crença que essa busca não terá fim, continuará.

Muitos são os desafios que nós pesquisadores teremos de enfrentar. Estamos vivendo no Brasil um período complicado de severos ataques à Imprensa e ao jornalismo institucionalizado, diminuição de verbas para a Educação, com cortes de financiamento de pesquisas e ofensivas infundadas às universidades, além do esvaziamento dos órgãos de fomento. É diante deste cenário que a pesquisa em Jornalismo se torna ainda mais fundamental. Temos não só o desafio de produzir conhecimento sobre Jornalismo e o momento atual, mas também o desafio de manter vivo nos nossos jovens pesquisadores o exercício da curiosidade, a inquietação que move a juventude e a Ciência.

Referências

AGUIAR, Lucia Cristina. **O Perfil da iniciação científica no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e no Departamento de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado em Química Biológica) - Centro de Ciências da Saúde, Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VII POSJOR

A pós-graduação em Jornalismo frente ao contexto de recessão na educação

Cárlida Emerim¹

Cintia Xavier²

O PosJor

O Jornalismo é um instrumento fundamental para a democracia, tem a função social de, através da divulgação de notícias e informações, distribuir conhecimento e proporcionar à sociedade a oportunidade de saber e emitir sua própria opinião sobre os fatos do mundo. É nesse aspecto de liberdade de pensamento e de apresentação crítica sobre a realidade, que lhe é imputado a condição de “quarto poder”, pela influência e importância que alcançou ao longo do tempo.

Com a chegada da internet, surgiram mudanças muito radicais na essência das empresas e dos modelos de produção e de negócios do jornalismo. E, neste contexto, cada vez mais é necessário promover análises em busca do entendimento deste novo papel e, porque não dizer, desta nova forma de poder que o jornalismo está assumindo na contemporaneidade.

Nesta direção, é imprescindível que a sociedade se configure como uma massa crítica e qualificada com capacidade de entender o valor, a força e a função social que o jornalismo exerce para esta sociedade, compreendendo a importância deste trabalho não só dos profissionais que atuam no mercado mas também dos professores e pesquisadores na formação de novos profissionais, com vistas a manter o papel social e de distribuição de conhecimento inerente ao jornalismo.

Desde 2014 a iniciativa de reunir integrantes dos programas de Pós-graduação em Jornalismo, bem como os representantes dos programas de Comunicação que têm linhas de pesquisa em Jornalismo vem fortalecendo as discussões e as ações coletivas no campo dos estudos do jornalismo no Brasil. O Seminário Nacional dos Programas de Pós-graduação em Jornalismo, o PosJor, que ocorre durante a realização do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) alcança, em 2019, a sua sétima edição e com alguns desafios que se mantém ao longo dos últimos três anos. Isso porque ao se retomar alguns desafios propostos à pesquisa em jornalismo e ao campo como um todo, nos últimos encontros, percebeu-se que, com a postura de cerceamento e acirramento de posturas ideológicas adotadas pelo governo federal a partir de 2019, muitos desses desafios persistiram e, mais, ficaram complexos e difíceis

¹ Jornalista, Mestre em Semiótica, Doutora em Processos Midiáticos, professora e pesquisadora da Graduação e pós-graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Jornalista, Mestre em Comunicação e Linguagens, Doutora em Comunicação, professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) na graduação e Pós-graduação em Jornalismo.

de enfrentar. Tal contexto tem impactado todo o sistema de ensino no Brasil, principalmente os institutos e universidade que atuam com pesquisa e extensão, precarizando os programas de pós-graduação, de modo geral. Porém, a pauta de enfrentamento de dificuldades nos programas de Pós-graduação em Jornalismo tem sido recorrente e, a troca de experiências e o estabelecimento de estratégias de fortalecimento do campo são contribuições inestimáveis advindas dos eventos científicos como este.

A primeira questão a se considerar refere-se à necessidade de fortalecimento de entidades representativas da área de jornalismo. Entidades estas, como sindicatos e associações que já recebiam ataques e tentativas de desmoralização por parte de governos anteriores, porém, com o Governo de Bolsonaro, este contexto acirrou-se, com medidas provisórias que, por exemplo, ferem diretamente as condições profissionais e de regulamentação da atividade profissional em jornalismo. Sem mencionar as inúmeras ofensas proferidas pelo próprio presidente da República ou membros de seu escalão mais próximo, não só a honra de indivíduos como a de empresas e sindicatos. Uma das primeiras mazelas desses atos são aquelas que fecham cursos de graduação e linhas de pesquisa em Jornalismo, em instituições de ensino superior, particulares e, até mesmo, públicas.

Como resultado deste intenso processo de perseguição ao campo do jornalismo e seus integrantes e, de certa forma, aos pesquisadores do jornalismo (e das áreas de ciências humanas), ao contrário do que se presume, o campo se uniu, e tem aproveitado os diferentes eventos científicos para organizar trocas de experiências, planejamento de ações conjuntas em prol do ensino, da extensão e da pesquisa, entre outras propostas, elegendo, prioritariamente, duas grandes frentes de trabalho. A primeira é o reforço das estratégias de aproximação com a sociedade e com o próprio mercado profissional com vistas a apresentar com mais eficácia as ações coletivas, dar mais visibilidade aos manifestos e encontros de modo a contrapor a campanha de difamação e de descrença das práticas e estudos em torno do jornalismo. A segunda é visibilizar de forma mais eficaz e intensiva os resultados científicos das pesquisas empreendidas e demonstrar, quando for o caso, como eles se correlacionam com as diferentes atividades desenvolvidas na sociedade, dando suporte para a ampliação do campo de ação e da valorização do jornalismo, em todos os seus âmbitos.

Com esta perspectiva, abriram-se as discussões do sétimo encontro, com a proposta de avaliação do grave cenário dos Programas de Pós-graduação em Jornalismo em decorrência das políticas adotadas pelo atual governo para a educação bem como alguns reflexos negativos diretos ao campo do jornalismo como, no âmbito dos estudos, o fechamento de linhas de pesquisa e de programas de pós-graduação em jornalismo e, no campo profissional, o fechamento de veículos, a redução drástica de vagas de trabalho com demissões e enxugamento das redações.

O VII PosJor

Durante a primeira parte do encontro, representantes de instituições públicas e particulares relataram sobre a situação e o contexto de suas universidades. Além da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, também estiveram representadas a Faculdade Cásper Líbero, a Universidade de Santa Cruz do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade do Planalto Catarinense, a Universidade Federal de Goiânia e a Universidade de Brasília.

O primeiro ponto questionado foi o reflexo dos cortes de Bolsas de fomento (CAPES, DS ou de Fundações estaduais) para os programas de pós-graduação que não só reflete na evasão de alunos matriculados como também diminui o interesse pela pesquisa e pela especialização, tendo em vista que sem a perspectiva de apoio financeiro, a maioria dos interessados não tem como manter concomitantemente um estudo aprofundado e o trabalho. Considerando que a realidade é a de poucas vagas de emprego na área e, as que existem, mantêm baixas remunerações com equipes reduzidas e sobrecarregadas.

Em outra direção, mais especificamente em instituições particulares, a falta de interesse pelas especializações e cursos de mestrado/doutorado acaba por refletir na oferta de cursos de graduação em jornalismo. Muitas universidades particulares estão extinguindo a especificidade em jornalismo e apostando em cursos mais amplos, retirando o nome jornalismo das ofertas. Um reflexo direto é a oferta de cursos de graduação em jornalismo que acabam se mantendo apenas em instituições com muita tradição, restringindo o acesso a esta formação em determinados espaços geográficos. Em outra direção, também os programas de pós-graduação são impactados por estas medidas, pois sem a perspectiva de apoio financeiro para a dedicação aos estudos, baixa a procura por estes cursos e as instituições reagem organizando novas ofertas, escolhendo por excluir Linhas de Pesquisa em Jornalismo ou, até mesmo, fechar os programas cujo foco é o jornalismo. Medidas que, a seu tempo, contribuem para o apagamento do campo. Cabe ressaltar que, entre 2018 e 2019, dois cursos de nível Mestrado em Jornalismo foram fechados no Brasil, o oferecido pelo Centro Universitário FIAM-FAAM e o da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), ambos em São Paulo.

Nesse cenário, o ensino de jornalismo é desafiado pelo contexto de financeirização da educação e do fortalecimento dos conglomerados educacionais, fortemente afetados pela desregulamentação. Na mesma direção, neste contexto, a pós-graduação e a pesquisa científica no campo são vistos muito mais pela perspectiva meramente dos gastos e retornos financeiros, e não como investimentos necessários ao desenvolvimento social e econômico de um país e de sua sociedade. Os resultados e impactos negativos são muitos na educação superior e no ensino de graduação em jornalismo, principalmente, o baixo investimento em contratação de professores e de estruturação de laboratórios e bibliotecas mais condizentes com as demandas contemporâneas. (EMERIM, PEREIRA, PONTES e GROHMANN, 2019, p.19)

A participação de pesquisadores em jornalismo nos encontros do PosJor demonstrou a necessidade deste movimento de união entre os programas e, conseqüentemente, tais encontros foram dotando de importância o evento. Aliás, por ocasião da realização do último PosJor, em 2018, o relato dos coordenadores já apontava a forte tendência de desestruturação da profissão com a desregulamentação e a desvalorização do profissional em detrimento dos autôditas especialistas. Situação que impacta diretamente a questão do ensino, como se pode ver:

Muito embora a necessidade de se refletir que não é exclusivamente o campo do jornalismo que está sob ataque, mas há uma efetiva desestruturação da grande área definida como Humanidades que engloba, também, Ciências Sociais Aplicadas, junto a órgãos de fomento importantes como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que confiscou, só em 2019, cerca de 11.800 bolsas de pós-graduação, afetando, principalmente, os programas de nota 3 e 4, onde estão a maioria dos programas específicos em Jornalismo no Brasil. Não somente as bolsas para os estudantes em formação, mas, também as de pós-doutoramento, as PNPD, que foram confiscadas e extintas pelo governo federal em 2019. Estas bolsas traziam aos programas a oportunidade de contar com um pesquisador experiente que além de contribuir no desenvolvimento de uma pesquisa mais especializada, também potencializava o aprendizado dos discentes através de parcerias em sala de aula e publicações coletivas. Em tempo, os programas com notas 5, 6 e 7 tiveram suas bolsas devolvidas, logo depois do confisco, o que não ocorreu com os programas 3 e 4. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também não tem ofertado fomentos para a área e têm modificado as políticas de concessão e de cotas de bolsas, privilegiando os programas que têm notas maiores e que, por consequência, tem outro modelo de financiamento, em detrimento dos programas menores que lutam para subir de nota no sistema. A falta de bolsas de fomento também condiciona aos discentes o trabalho e o estudo junto, o que, na maioria das vezes, se torna um empecilho para uma formação de qualidade e diferenciada, além de obrigar os discentes a aumentar o tempo de permanência dentro do programa, o que acaba saindo das métricas exigidas pelos órgãos de avaliação, como tempo desejável de formação.

Para alguns dos participantes do PosJor, esta desestruturação da área de Humanidades, da própria universidade, deve-se ao fato de que as instituições, de modo geral, não se integram de forma mais eficaz com as comunidades que, por sua vez, desconhecem o que realmente é realizado nas instituições. E esta falta de visibilidade poderia não ser um problema desde que a extensão universitária cumprisse seu papel de projetar ações de integração com a sociedade. Porém, antes mesmo dos investimentos em pesquisa serem “sucateados”, a extensão foi a primeira a sofrer com cortes e desmobilização institucional. Há pouco mais de dez anos, os órgãos de fomento ofereciam editais para potencializar as ações e atividades de extensão que precisam, também, de bolsas de fomento e de estrutura para o desenvolvimento dessas ações comunitárias. Os órgãos de

fomento não têm ofertado apoio a extensão, sendo que as instituições acabam separando um volume muito pequeno do orçamento geral para um apoio mínimo, restringindo a potencialidade destas ações comunitárias.

É preciso ressaltar que a extensão é um grande espaço de visibilidade e de ação política das instituições para com seu público alvo, a comunidade e a sociedade como um todo. Esta oportunidade é negligenciada pelos órgãos de fomento e pelos governos estaduais e federais, ao excluírem verbas específicas para o apoio às atividades de extensão. Para o pesquisador Eduardo Meditsch, o PosJor poderá investir numa estrutura mais específica, dividindo o evento em duas partes, ao longo de um dia. Num período, sistematizar os relatos e contextos dos programas para estabelecer ações coletivas e, num segundo momento, trazer à discussão temáticas teórico-metodológicas sobre o jornalismo, refletir sobre a teoria do jornalismo como uma especificidade, compreender a perspectiva de estudar o jornalismo, investir para fortalecer a essência do jornalismo, como bem sinalizou numa das falas durante o evento: “este fórum é para pensar a teoria e a aplicabilidade, as bibliografias, os temas dos pesquisadores do jornalismo nacional e internacional, com base e contribuição para fundamentar o campo”.

Resultados e prospecções

Partindo da perspectiva dos estudos do Jornalismo, o PosJor é um espaço de discussão reflexiva mas também de posicionamento político. O evento precisa fortalecer a identidade e o posicionamento em torno do Jornalismo e buscar estratégias coletivas de enfrentamento político e educacional. Nesta direção, é necessário que ele se articule com as lideranças nacionais e motive os pesquisadores integrantes a ligarem-se às lideranças políticas estaduais, de modo a construir uma rede de trabalho que possa se fazer visível, conhecida e respaldada para lutar pelas demandas do jornalismo, para fortalecer a identidade bem como o posicionamento político em prol do jornalismo. Um exemplo são os financiamentos, excludentes das pesquisas em jornalismo. É preciso movimentar-se politicamente em fundações nacionais e estaduais, mobilizar esforços para que sejam ofertados editais específicos, buscar apoio em fundos setoriais de outras áreas, em ações interprogramas, estabelecer parcerias em publicações que permitam uma redução de custos e a divulgação ampla dos trabalhos. Há outras ações que também se fazem importantes como uma maior participação dos programas e pesquisadores entre si, buscando ocupar os espaços de direito e encontrar novas formas de interação com pesquisadores nacionais e internacionais, potencializando as relações através de textos conjuntos, de dossiês em revistas científicas e de interlocução maior em bancas e atividades de pesquisa.

Diante do exposto, também se definiu por estabelecer um percurso de estudos para dar conta das mudanças estruturais que o jornalismo está sofrendo, em todos os seus âmbitos, de modo a estabelecer um marco teórico e metodológico norteador que permita responder a identidade do jornalismo que está em fluxo,

em plena mutação. E estas perspectivas recaem também por compreender as diferenças efetivas entre os Mestrados profissionais e Acadêmicos no campo do Jornalismo, tendo em vista que o jornalismo tem como especificidade central a interrelação entre a teoria e a prática produtiva, que conformam muitas das pesquisas e dos pressupostos do campo. Tal distinção é fundamental neste momento com vistas a fortalecer o jornalismo e suas especificidades e compreender o que de fato, cada um destes modelos contribui para a sociedade.

Na mesma direção, a aproximação mais efetiva do mercado profissional com os estudos acadêmicos através de parcerias e de projetos conjuntos, que sejam produtivos para ambos e que sirvam para a união e a integração do campo do jornalismo. Para dar conta destas propostas, foram criadas comissões de trabalho que serão executadas ao longo de 2020, sendo: 1) Comissão de Estratégia e Posição Política (coordenado pelos professores Rogério Christofolletti, Demétrio de Azeredo Soster e Fabiana Piccinin); Comissão de Bases e Fundamentos Teóricos (Eduardo Meditsch, Felipe Pontes e Cárlica Emerim); Comissão de Trabalhos Conjuntos (Marli dos Santos, Paula Melani e Cintia Xavier).

A proposta é a de que o Seminário PosJor se organize também como Fórum e, trabalhe ao longo do ano de 2020, para trazer ações mais efetivas para o encontro, dentro da SBPJor, em novembro de 2020.

Referências

EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Fabio; PONTES, Felipe S.; GROHMANN, Rafael. Pós-Graduação em Jornalismo no Brasil: desafios persistentes e proposta de agenda. IN: Pesquisa em Jornalismo: dos conflitos em pauta aos conflitos do campo. Rio de Janeiro: SBPJOR, 2019.

JUCÁ, Beatriz. Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos. In: El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html. Set. 2019.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

Mesa Temática

Jornalismo e Democracia no País do Lava Jato

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer¹

Introdução: um olhar heurístico sobre o jornalismo

“O velho mundo morre, o novo mundo demora a aparecer, e no claro-escuro surgem os monstros” (GRAMSCI, Cadernos do Cárcere, 3/184).

Falar sobre jornalismo a partir de uma perspectiva crítico-científica não é algo fácil. Jornalismo é algo vívido, sujeito ao permanente julgamento do público: faz parte do cotidiano, é algo que todo mundo lê, todos veem, todos dizem se é bom ou ruim, bem ou mal feito, neutro ou parcial. Mas também é algo fundamental para consolidação e permanência dos regimes democráticos.

Justamente por isso, aliás, o jornalismo é também o alvo de críticas de todos que se sentem ameaçados com a verdade ou com a simples exposição de sua incapacidade (mediocridade) e mais ainda por pessoas ou grupos que, com sonhos de grandeza, se julgam especiais ou únicos capazes de decidir os destinos do país. Consequentemente o jornalismo é normalmente tensionado pelas relações de poder, e não raro sofre retaliações aparentemente insuspeitas ou justificadas populistas – para não usar termos piores. Para nos determos ao Brasil dos anos recentes, completamos dez anos da derrubada do diploma de nível superior específico como critério de acesso à profissão, por meio de decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mais recentemente uma Medida Provisória, no dia 12 de novembro no Diário Oficial da União, em um contexto que envolve mudanças na legislação trabalhista e na perda de direitos pelos trabalhadores, propôs o fim da regulamentação profissional, trazendo à tona mais uma estratégia para precarização do exercício da profissão de jornalista.

Os danos implícitos nesta proposta afetam aqueles que hoje trabalham com jornalismo, mas também, ou sobretudo, aqueles que são leitores, receptores, telespectadores e ouvintes dos diferentes suportes que abrigam conteúdos jornalísticos. São propostas que afetam a natureza social da profissão, cuja essência está diretamente ligada à concretização do direito humano, da cidadania e do acesso à informação, prejudicando a sociedade, apenas beneficiando aqueles que lucram com a desinformação e com a falsificação de dados e fatos.

Dessa forma, é importante reforçar que jornalismo não é uma coisa para amadores.

¹ J Pós-doutora em Comunicação pela UFRJ e UFPE; Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo; Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) – Linha Mídia e Cidadania – e do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: anacarolina.temer@gmail.com.

Para começar, o jornalismo, citando Muniz Sodré (1986, p. 83), é ética e técnica; e a técnica – como nos lembram os frankfurtianos – não é neutra. O conhecimento técnico implica em uma maior eficiência no processo produtivo. No caso da comunicação, ou mais especificamente no jornalismo, significa um desequilíbrio na circulação da informação. O material publicado pelo jornalismo ganha sempre proporções maiores que a circulação que cai na boca do povo, em geral ganhando status de verdade, e pode destruir ou construir reputações, mudar ou consolidar opiniões, levar a todo tipo de tomada de decisões.

Já a questão ética tem vínculos profundos com a verdade, com a informação verdadeira, cujas bases são os fatos. A verdade é o elemento fundante do jornalismo, sua força vem da credibilidade, que por sua vez é construída a partir dessa relação com a verdade.

E é justamente em função da somatória desta relação ética e técnica que o jornalismo pode mudar a forma como se percebe a sociedade. Robert Park (1972, p. 183) já em 1922 alertava que as notícias têm a função de “orientar o homem e a sociedade num mundo real”. Chaparro (2004, s/p.) vai além, para ele Jornalismo tem o gene da transformação, não o da efemeridade, uma vez que nessa atividade “...o acontecimento não se define como aquilo que simplesmente acontece, mas como aquilo que, ao acontecer, produz ou pode produzir alterações significativas na realidade e no mundo presente das pessoas”.

Em outros termos, o jornalismo é uma atividade social que dialoga com a sociedade: influencia as ações sociais, políticas e econômicas e é influenciado por essas ações, em um processo contínuo nas quais as forças (poderes) envolvidas não estão em uma situação de linearidade ou de igualdade de condições. Pensar o jornalismo, portanto, envolve não apenas pensar a atividade jornalística, mas suas intenções e consequências na sociedade. Jornalismo envolve a múltipla responsabilidade de ver o mundo, sabendo que suas ações vão impactar e transformar o que foi visto. Portanto jornalismo exige pensar e agir, mas não o agir sobre as coisas, e sim o agir sobre a sociedade, pensar sobre ela, refletir suas ações, e ao dar a visibilidade, mudar a sociedade e suas ações. E fazer tudo isso consciente que estas ações vão mudar também o jornalismo.

O jeito jornalístico de saber das coisas é o que Park chama de uma visão heurística: uma visão ao mesmo tempo ampla e fragmentada da vida social. A sociedade compreendida pelos marcos que determinam mudanças.

Evidentemente, o jornalismo convive com outros tipos de informação, algumas válidas, outras nem tanto. O boato, a mentira, a farsa – nome antigo das fake news – fazem parte da vida e dos registros históricos, e assim como os palpites atrapalham os médicos, a circulação de informações sem a devida certificação, investigação, contextualização e todos os muitos cuidados que envolvem o bom jornalismo, atrapalha o jornalismo – e por extensão, a própria sociedade.

E isso tem acontecido com maior frequência a cada dia. O aparecimento e consequente facilitação do acesso a novos recursos/equipamentos de comunicação e informação deram visibilidade a indivíduos e grupos que, seduzidos pela “...imensa liberação expressiva propiciada pela rede eletrônica” (SODRÉ, 2019), e por uma visão equivocada do direito à liberdade de expressão, tornaram-se atores (produtores e receptores) na divulgação de informações questionáveis. Ou, dito de outra forma, se entregaram à prática de falar e, sobretudo, replicar informações sem antes de certificar dos fatos, sem contextualizar e, principalmente, sem compreender a consequência.

Jornalismo, portanto, é uma atividade complexa, que envolve várias nuances. Inúmeros pesquisadores, é claro, se dedicaram a esse tema. Groth entende que se devem somar os “princípios heurísticos que o pesquisador prefixa como pressupostos de suas análises” (GROTH, 2011, p.65). Colocando de forma mais simples, é necessário trazer para o pesquisador o olhar do jornalista.

Sobretudo, o Jornalismo é o elemento essencial para a democracia. Ele é o crítico, o juiz e principalmente, o fiador das democracias contemporâneas. Neste sentido, é importante deixar claro que não pretendo esgotar o tema, pois vocês bem sabem que cada um destes tópicos daria um debate – ou uma longa série de debates. Assim, vou procurar me deter nos pontos centrais, mas também tentar evitar o óbvio.

E já que vamos falar de jornalismo, é bom explicitar de que jornalismo estamos falando: o jornalismo que integra e dialoga com a vida social. O uso do termo remete, é claro, à perspectiva freiriana. E é intencional, uma homenagem a todos os mestres brasileiros que ousam pensar, ir além de repetir conteúdos pré-aprovados por interesses nem sempre transparentes. Penso em diálogo como aquilo que afeta o outro, que toca sua vida e suas emoções, que gera reação em relação àquele com o qual dialoga, em um processo contínuo.

Sobre jornalismo e democracia

Falamos sobre jornalismo, procurando deixar claro como ele se relaciona com a sociedade. Mas também é necessário deixar evidente a sua relação com a democracia.

Lippmann (2008), autor considerado como fundador do jornalismo moderno pelos norte-americanos, e normalmente associado à Teoria da Agenda, entende o jornalismo como uma ponte entre as formas que as pessoas recebem um conteúdo e os acontecimentos reais.

Portanto, o jornalismo seria essencial para possibilitar escolhas efetivamente democráticas, ou seja, aquelas que tendo como base a informação verdadeira e coerente, permita aos eleitores escolherem representantes e propostas que efetivamente respondam aos seus desejos e necessidades. A escolha legítima,

portanto, implica no acesso à informação verdadeira e de qualidade, que respeite o interesse público. E tornar pública essa informação é algo que somente o jornalismo pode fazer.

Mas mesmo considerando que a escolha da maioria seja guiada por boas informações, alguns limites devem ser considerados.

O princípio geral da democracia é o triunfo da população sobre o poder ilimitado dos déspotas. A democracia sendo o governo do povo, ou de todos, pelos próprios princípios expurga a concentração de poder em um único indivíduo. O Estado democrático, ou eleito democraticamente, pressupõe que o povo – enquanto maioria – permanece soberano, ditas normas e leis, faz valer a sua vontade. Dessa forma a democracia consiste, filosoficamente, em garantir que a opinião da maioria seja seguida ou consolidada, mas sobretudo na manutenção na garantia à que todos possam continuar manifestando suas opiniões.

A base da democracia, portanto, é a igualdade entre os cidadãos. Consequentemente, a democracia é intrinsecamente diferente da monarquia totalitária – para citar um exemplo – no qual o poder do pai contamina e passa para os filhos, no qual uma aristocracia formada apoia o governo e comanda os que não têm voz – nem vez – para expor suas ideias.

Neste sentido, a democracia também não é, e nem se deve aceitar, a “tirania da maioria” – termo cunhado por Cunningham (2009), que lembra que na concentração do poder, mesmo quando apoiado por uma maioria, residiria a ausência de críticas, o que resultaria na aceitação de um “governo ineficaz” e, portanto, na corrosão da própria democracia.

Consequentemente, a verdadeira democracia envolve garantir os direitos essenciais de todos, mesmo quando isso representa um potencial conflito com os desejos da maioria. O fundamento da democracia é apenas a vontade popular, mas sua continuidade está condicionada ao respeito à constituição e à legitimação dos poderes constituídos, aspectos essenciais para limitar os poderes políticos dos que estão no poder, mesmo que estes temporariamente estejam autorizados a atuarem em nome da maioria (BOBBIO, 1996).

Na democracia, o eleitor é soberano, mas não no sentido absoluto que caracteriza os regimes ditatoriais. A base dessa soberania é filosófica, ela legitima o poder, valida o Estado, mas está atrelada à constituição. Desta forma, os valores democráticos, entre eles a garantia de direitos individuais fundamentais, são válidos não apenas para a maioria, mas para todos.

Neste modelo caberia ao jornalismo duas ações fundamentais: divulgar informações para que todos estejam instrumentalizados para fazer exercer seu direito a escolhas efetivamente democráticas; e o segundo, fiscalizar e denunciar

os excessos, de forma a preservar as bases constitucionais necessárias para o funcionamento do modelo democrático.

Mas essa relação tem aspectos em si mesmo complexos.

A democracia, como a conhecemos hoje, tem um vínculo direto com o liberalismo econômico desenvolvido a partir do século XIX. Seu estabelecimento está ligado à ideia da livre empresa e a livre iniciativa, e de forma ainda mais complexa, à noção de violência como algo necessário para manter a ordem. Assim como a democracia, o jornalismo também tem ligações umbilicais com o liberalismo e, portanto, está marcado por contradições.

É verdade que a imprensa existe para “mostrar os fatos”; mas isso não significa que esteja isenta de interesses próprios (e eventualmente conflitantes) sobre estes fatos. Um deles, o mais imediato, é a garantia das condições básicas para sua sobrevivência. Em outras palavras, o lucro.

Aos interesses da empresa somam-se as necessidades dos próprios jornalistas. Jornalista tem prestação da casa, escola dos filhos, dívidas, ambições (que podem ser muitas) e medo (entre eles, o medo de perder o emprego). Sobretudo, jornalista tem um trabalho a ser feito que depende de condições técnicas e sociais que muitas vezes fogem ao seu controle.

Assim, jornalistas e proprietários de empresas jornalísticas sabem que jornalismo é essencialmente dependente do seu público. Uma das máximas dentro das redações de telejornalismo é que não adianta fazer o melhor telejornal do mundo se ninguém vê. Isso significa que o jornalismo (e neste caso específico, o telejornalismo) sempre tem a mão da audiência na balança quando faz escolhas e seleciona fatos (TEMER, 1996).

Essencialmente, os jornalistas trabalham a partir de valores-notícia, elementos que servem como base para o constructo cognitivo que conduz a decisão sobre quais fatos ganharão existência pública – serão transformados em notícia/matéria jornalística, e como serão cobertos e repercutidos em outros veículos. Os valores-notícia mostram que os fatos não possuem um valor inerente, e sua valorização pelos jornalistas obedece a critérios que, sendo aparentemente objetivos, são também móveis e sujeitos a diferentes aspectos – inclusive a ação de outros veículos jornalísticos. Dessa forma, certos temas tendem a crescer exponencialmente a partir da atenção de diferentes veículos que, embora aparentemente não correlacionados, se alimentam mutuamente.

Além disso, assim como os jornalistas trabalham a partir de critérios de noticiabilidade, também as assessorias de imprensa, políticos e profissionais ligados às mídias conhecem as rotinas da produção jornalística. Em outras palavras, eles sabem como produzir armadilhas que desviam a atenção dos jornalistas – e do público para novos tempos.

Quer um exemplo? Na mesma semana em que, depois de muitas cobranças, surge uma trilha para a resolução de um grande crime, um assassinato de uma mulher ligada à política, surgem declarações contraditórias de um político sobre a ditadura e seus instrumentos de controle antidemocráticos.

O país da Lava Jato está repleto de coincidências (intencionais ou não), de temas que não podem ser ignorados pelo jornalista, mas que também obliteram questões que são fundamentais. Mas seja coincidência ou intenção, não dá para deixar algumas questões fora da pauta, não é possível colocá-las em uma gaveta ou guardar para o dia seguinte.

As notícias disputam espaço entre si: o jornalismo é sempre uma escolha, uma seleção de dados e de enquadramentos, de espaço/tempo a ser utilizado para apresentar ou discutir um fato. E escolher muitas vezes significa deixar algo importante em um segundo plano.

Da mesma forma que o país da Lava Jato oblitera o Brasil

O país da lava Jato

O país do Lava Jato não nasceu nas margens do Ipiranga, mas nas reportagens sobre corrupção e violência que passaram a ser exibidas nos telejornais brasileiros, e notadamente no Jornal Nacional, a partir da década de 1990. Essa estratégia, em parte uma reação à queda recorde nos índices da audiência, abriu espaço para uma progressiva mudança qualitativa e, sobretudo, quantitativa na forma como os telejornais apresentavam essas notícias. De fato, embora nos jornais impressos os primeiros sinais de um novo modelo de cobertura da corrupção tenham surgido no início dos anos 1990 (ANTONELLI, 2017), o tema passou a ter maior relevância quando chega ao telejornalismo, que atua como fomentador de pautas em toda a imprensa nacional.

A mudança atendeu as expectativas de uma parcela significativa de receptores, que reagiram com atenção, ou seja, com o crescimento da audiência. Os resultados impactantes trouxeram a corrupção e a violência às pautas diárias dos telejornais e, em um processo de retroalimentação contínua, de toda a imprensa. Para manter cativa a audiência, o jornalismo passou a procurar (investigar) novos escândalos, e como quem procura acha, escândalos cada vez maiores, com números e envolvidos cada vez mais impactantes, foram ganhando espaço nos telejornais.

É a verdade que não foi tão difícil assim achar os escândalos. A violência e a corrupção que hoje ocupam o jornalismo é notícia velha. Consta que começou com o Cabral, ou melhor, com Pero Vaz de Caminha, que aproveitou o ensejo da carta-relato sobre a descoberta para pedir um emprego para um parente. Mas atravessou com pouca descrição o período colonial e o império, e pouco se modernizou na república (velha ou nova). Aliás, é necessário acrescentar que a

corrupção e a política em geral tendem a caminhar de mãos dadas, formatando parcerias que atravessaram séculos de história. No Brasil, com altos e baixos, conviveu com o governo militar, período no qual sua exposição na imprensa era brecada pela censura e pelo medo à truculência do Estado policial. Longe do olhar da imprensa, prosperava o cafezinho, a propina, o dinheiro que encurtava filas e liberava verbas, todo um conjunto de pagamentos ilegais (e imorais) que funcionavam como um imposto indireto para os pobres e uma taxa extra para as empresas. Não por acaso, grandes empresas envolvidas em escândalos de corrupção tinham um departamento especial para propinas, com funcionários específicos, livros caixa e folhas de pagamento mensais.

A democracia abriu espaço para a exposição destes casos – o que é muito bom, mas o enfoque sensacionalista adotado teve consequências. Entre as baixarias eleitorais e os discursos moralizantes (e desmoralizantes), a cobertura sensacionalista contribuiu de forma indireta para consolidar o país da Lava Jato – território pródigo em escândalos e corrupção, nação na qual não existem políticos honestos, logo não existe a boa política.

Os apelos sensacionalistas, a busca pela audiência e pela visibilidade trouxeram para as telas outras características desse novo (?) país, antes oculto pelo mito da cordialidade. Um país que abriga e aceita (e até justifica) aqueles que não odeiam a pobreza, mas odeiam os pobres, pois eles sugam os recursos do Estado com suas doenças e carências intermináveis. E já que odeia os pobres, suspeita dos negros – a menos que brilhem como jogadores de futebol ou na música –, pois de outra forma não poderiam (não deveriam?) ter conquistado aquilo que possuem; tem uma falsa cordialidade com homossexuais e com minorias em geral, sempre olhadas como estranhas e, portanto, mais uma vez, suspeitas. O país do lava jato é o território em que todos – e principalmente as camadas médias da população – temem perder seus parques privilégios, sendo o principal deles o direito ao emprego razoavelmente remunerado. É o país no qual os trabalhadores justificam e repetem a ideia vinculada durante a proposta de reforma trabalhista, que os pobres têm que escolher entre ter direitos ou ter trabalho.

Assim como a corrupção, o racismo, o preconceito e o medo da perda de privilégios também são ideias velhas, mas estavam relativamente ocultas pelo verniz de cordialidade do qual o Brasil se orgulhava. O fim desse mito expôs desigualdades cada vez maiores, a raiva que pontua as relações sociais, a insegurança que afeta a todos.

O país do lava jato deixou sua infraestrutura envelhecer ou, como diria minha avó, está caindo aos pedaços, que gerou uma população jovem e mal preparada e, o pior de tudo, parou de crescer. É um país que sofre de falta de crescimento, falta de expectativas, falta de futuro. Não é mais governado pela esperança, mas pelo medo.

O país da Lava Jato é o país que nós construímos

É importante destacar, mais uma vez, que a imprensa é fundamental para a democracia. Também é válido lembrar a importância da imprensa para que o país da Lava Jato, com todos os defeitos já citados e outros mais, continue a ser uma democracia, continue a ter uma constituição que, mesmo sob constante ameaça de mudanças estruturais – e essa ameaça parece crescer a cada dia – merece ser defendida e respeitada.

Também é necessário lembrar que os escândalos sobre corrupção envolvendo políticos são mais comuns nas democracias liberais (THOMPSON, 2002, p. 142) justamente porque nas democracias a imprensa tem uma maior autonomia (ainda que relativa). Na contemporaneidade, outros fatores contribuem a popularização dos escândalos: as mudanças nas tecnologias de comunicação proporcionaram novas formas de vigilância (o que também tem aspectos positivos), dando crescente visibilidade aos políticos, embora nem sempre isso resulte em uma real discussão política (TEMER, 2002). Mas é importante lembrar também que houve mudanças na cultura jornalística, que se aproxima cada vez mais dos modelos sensacionalistas. Por fim, é inegável o declínio moral da classe política, que parece temer cada vez menos a superexposição de suas negociações internas, mesmo quando estas estão em conflito com a ética e até mesmo com as leis.

A soma destas mudanças aponta que para entender a natureza dos escândalos que relacionam política e corrupção é necessário ir além dos políticos, ou das lideranças política. É necessário analisar as relações e instituições sociais em virtude das quais é atribuído poder público a um indivíduo (THOMPSON, 2002, p. 124), pensar a corrupção como causa e efeito de uma disputa por poder em um sistema político internamente comprometido com os interesses de grupos econômicos e/ou nos interesses grupos no poder. No país da Lava Jato essa relação fica clara nos escândalos mais recentes, quando as relações de troca de favores entre as altas autoridades e dirigentes de grandes corporações empresariais.

É louvável que neste cenário a imprensa tenha se aproximado mais do jornalismo investigativo, embora isso tenha muitas vezes o ponto de partida no denunciamento de indivíduos ou grupos que se sentiram prejudicados. Evidentemente essa cobertura não pode, nem deve, ser deixada de lado.

Mas alguns aspectos podem e devem ser considerados. Para começar existe a questão do negativismo, um sentimento de falta de opção ou falta de esperança que contamina a cobertura política. Além disso, as notícias sobre corrupção são guiadas por valores-notícia relativos à proeminência ou hierarquia dos envolvidos no fato, relevância conflito, disputa, interesse nacional e grandes quantias (em dinheiro) desviadas, seguindo um modelo tradicional, que tendo sido elencado por diversos autores (WOLF, 1999; TRAQUINA, 1993, 2005), já não parece ser suficiente. Dessa forma os destaques estão voltados para nomes das pessoas

envolvidas e para os valores envolvidos, enquanto os aspectos morais e legais, e em menor escala, econômicos, são menos destacados. Em outros termos, trata-se de uma cobertura na qual o interesse do público se sobrepõe ao interesse público.

De forma ampla, cabe aos pesquisadores do jornalismo lembrar que é necessário repensar essa imprensa, rever historicamente o caminho percorrido pelas grandes empresas jornalísticas – poderosas formadoras de pautas – que se perderam usando receitas que já não funcionam, que não sabem (ou não querem) conviver com as novas possibilidades e novos usos de técnicas e tecnologias. É preciso pensar em um jornalismo que vai além do factual, e se preocupe efetivamente em formar cidadãos capazes de compreender as dinâmicas e as contradições que envolvem a política quando efetivamente envolvida em processos democráticos.

Em termos mais imediatos, convido todos a pensar sobre o jornalismo no país da Lava Jato, no qual parte do governo desfaz conquistas e direitos, enquanto outra parte nos distrai com declarações escandalosas e ações calamitosas. A imprensa brasileira tem também o dever de estar atenta ao modelo de democracia adotado no Brasil, que antes de tudo deve ser defendido e valorizado. No país da Lava Jato a imprensa e a democracia convivem com os limites do capitalismo financeiro e é desafiada pelos abismos sociais e econômicos que, entre outras coisas, são alimentados pela baixa escolaridade, pelo baixo conhecimento da história (e de sua própria história) e pela falta de uma formação política e cidadã. Neste caldeirão de limitações, alguns aspectos característicos da contemporaneidade, como a crise generalizada do emprego, as transformações dos costumes, a acessibilidade a tecnologias de comunicação e informação e os desafios impostos por um modelo econômico que (mesmo sem atender as necessidades mínimas de sobrevivência de grande parte da população) está rapidamente esgotando os recursos naturais do planeta, tornam-se motor para o descontentamento social. Somadas, estas questões tendem a formatar uma política negativa, na qual o medo faz surgir o extremismo, o ódio, a intolerância, e todo um conjunto de doenças sociais que advém desses males.

A história nos ensina que a falta de compreensão sobre a importância da democracia e do respeito à constituição pode ir além dos discursos extremistas na defesa ou crítica daqueles colocados (às vezes de forma pouco clara) à esquerda ou à direita; e rotulados como ou conservadores ou liberais; e podem conduzir tanto a anomias sociais como a modelos de (in) governabilidades, pautados pelo ódio, pela sociopatia e pelo desrespeito à cidadania.

A notícia, como já foi dito, disputa espaço e atenção com outras notícias. E se não dá para ignorar as tolices que estão na superfície, também não é possível deixar de lançar um olhar atento sobre as turbulências que correm pelas margens ou ocultam seu cheiro fétido nos tecnicismos das decisões econômicas,

em pseudo imposições orçamentárias, em reformas que são retrocessos e punições, em decretos que expressam birras e vinganças.

É verdade que o país do Lava Jato nos oferece um espetáculo a cada dia, mas ele não é a Sociedade do Espetáculo, sobre a qual filosofou Guy Debord. É antes a sociedade do circo, na qual o espetáculo grotesco/escatológico (SODRÉ, 1997) condena aqueles que menos têm, no qual a hegemonia do capitalismo financeiro torna o lucro e a sobrevivência a única justificativa aceitável, na qual não predomina a justiça, mas os interesses imediatos.

Essa relação é particularmente cruel nos países dependentes da exportação de commodities e/ou nos quais as relações econômicas estão fragilizadas. Nestes casos, a violência das relações sociais recai principalmente nas camadas economicamente mais vulneráveis da sociedade, que se tornam paralelamente autores e sujeitos da contravenção e das respostas extremadas por parte dos aparatos policiais. A essa equação soma-se uma reação emocional das camadas médias, que se sentem ameaçadas – pela violência e pela perda dos poucos privilégios, – e reagem com a eventual produção de discursos que, sendo produto do medo, reproduzem a discriminação em suas múltiplas variáveis e o ódio às minorias, aos movimentos progressistas e às propostas consideradas ameaçadoras por serem muito à esquerda, ou por questionarem um modelo consolidado.

Trata-se de uma sociedade na qual prospera os absurdos, cada vez mais frequentes, uma vez que “no vazio da substância ético-política, não há nada a se ordenar ou gerir. O improvável é cada vez mais possível” (SODRÉ, 2019). Sobretudo, na sociedade do circo não importa quem são os palhaços, pois o que efetivamente está no picadeiro é a democracia.

Nesse país, que declaradamente gostaríamos que voltasse a ser o Brasil do qual nos orgulhamos, não cabe ao jornalismo e aos jornalistas buscar o futuro prometido nos slogans dos governos passados, mas construir esse futuro com informação de qualidade, com transparência e respeito pela constituição e pelo cidadão.

Não vai ser fácil. Mas a dificuldade também é notícia velha para os jornalistas, e se não vale uma manchete, pelo menos deve ser o tema central dos comentaristas e especialistas que, no caso, são pesquisadores do jornalismo.

Referências

ANTONELLI, Diana Fernandes Silva. **A presença e a relevância do noticiário de corrupção em 30 anos de cobertura dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo.** Brasília, UnB, 2017. (Dissertação/Mestrado)

BOBBIO, N. **O futuro da democracia.** Uma defesa das regras do jogo. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

- CHAPARRO, Carlos. **Jornalismo lida com a transformação**. Observatório da Imprensa 13 jul 2004. Disponível em: < observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=285ASP014 >. Acesso em 15 jan. 2006.
- CUNNINGHAM, F. **Teorias da Democracia** - Uma Introdução Crítica - Debates Contemporâneos. Editora: Penso, 2009.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GROTH, Otto. **O poder cultural do desconhecido**: fundamento da Ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PARK, Robert Ezra. A notícia como forma de conhecimento. In STEINBERG, C. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo, Cultirz, 1972.
- SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena, **Técnica de Reportagem** – Notas sobre a Narrativa Jornalística, 2a . edição. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**: Introdução à Cultura de Massa no Brasil. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SODRÉ, Muniz. **Sociedade incivil e barbárie**. Degradação social incita classes à produção do ódio. Folha de S. Paulo. 10.nov.2019 às 2h00. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/sociedade-incivil-e-barbarie.shtml>. Acesso em 17 de novembro de 2019.
- TEMER. Ana Carolina Rocha Pessoa. **Notícias & Serviços nos telejornais da Rede Globo**. Rio de Janeiro: Sotese, 2002.
- THOMPSON, John. **O Escândalo Político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis (RJ). Vozes. 2002.
- TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, Teorias e Histórias. Lisboa, Vega, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. vol. I. Florianópolis. Insular. 2005.
- WOLF, Mauro. **As Teorias da Comunicação**. Lisboa. Presença. 1999.

Mesa Temática

Ética e Integridade na Pesquisa Científica em Jornalismo

Rogério Christofolletti¹

Nas redações e nos laboratórios

Abordar a conduta dos profissionais jornalistas sempre foi um terreno minado para a pesquisa acadêmica do campo. Embora todos reconheçam que a ética seja fundamental para o efetivo exercício jornalístico, evitamos discutir francamente, reconhecer falhas e limites, e não tratamos de problemas éticos, pois esses comprometem nosso fazer técnico, contribuindo para a corrosão da credibilidade e para a erosão da legitimidade social que historicamente o jornalismo construiu em torno de si.

Enfrentar as questões desse tipo pode se traduzir no esgarçamento do tecido que une a categoria e estremecer a convivência nos locais de trabalho, além de expor pública e indesejavelmente fissuras corporativas. Não é só o medo que nos impede de ir além numa honesta discussão ética no jornalismo. Nossa indisposição está ancorada também numa humana lógica de autopreservação moral. Afinal, ninguém quer se mostrar antiético, transgressor dos padrões dos seus pares e, portanto, pária ou desviante.

Precisamos reconhecer também que a comunidade científica pouco pesquisa a ética jornalística. Dedicamos bem menos tempo e energia à análise, à reflexão, à documentação e ao escrutínio deste tema do que às tecnologias e às linguagens, igualmente importantes, mas fartamente estudadas por nossa comunidade científica. São escolhas de pesquisa que revelam nosso interesse, nossas prioridades e os investimentos que fazemos na área, seja de tempo ou recursos pessoais, logísticos e operacionais. Há vinte anos me dedico ao tema da ética no jornalismo e o grupo dessa interlocução no país ainda é muito limitado. Essa condição não está isolada e parece fazer parte de um quadro mais amplo. Nossa comunidade pouco discute também a ética da pesquisa.

Nossos laboratórios repetem o comportamento das redações: reconhecemos a ética no fazer científico como fundante das nossas práticas e isso cria uma certeza tão dogmática que praticamente nos desobriga a pensar sobre ela. Ocupamos muito do nosso tempo nos queixando das condições precárias de se fazer pesquisa no Brasil. E temos razões de sobra para isso. Pensamos bastante sobre nossos objetos de investigação e um outro tanto sobre nossas metodologias, mas – sejamos francos – refletimos muito pouco ainda sobre os cuidados éticos que precisamos adotar, sobre eventuais deslizamentos que cometemos e sobre os dilemas que cercam o nosso cotidiano como pesquisadores.

¹ Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador do CNPq e um dos coordenadores do objETHOS (Observatório da Ética Jornalística). E-mail: rogerio.christofolletti@ufsc.br

A pesquisa em jornalismo no Brasil evoluiu muito rapidamente, graças aos esforços individuais dos pesquisadores, de instituições e entidades, e de políticas de apoio, mesmo que distantes do volume de recursos que desejamos. A SBPJor contribuiu muito para esses resultados também, e é preciso reconhecer que talvez a parcela mais estratégica das suas ações esteja nos movimentos que ajudaram a organizar a nossa comunidade científica. Temos hoje redes de pesquisa consolidadas, com grande capilaridade nacional e comprovada capacidade de trabalho. As revistas científicas do campo estão cada vez mais qualificadas, e os pesquisadores têm buscado se inserir no circuito internacional dos eventos mais importantes da área. É verdade que ainda são poucos os programas de pós-graduação em jornalismo, mas há Mestrados e Doutorados em comunicação que mantêm linhas de pesquisa que contemplam as práticas jornalísticas, e essas iniciativas ainda ocupam o estrato intermediário no sistema de avaliação da Capes. Buscamos ascender no sistema, mas é certo dizer o Brasil tem um pulsante ecossistema de produção científica no campo do jornalismo e que ele espalha, espelha e alimenta uma cultura de pesquisa na área.

Como comunidade científica, estamos prontos para darmos dois saltos quânticos: um metodológico e outro, ético. O primeiro se refere a explorarmos mais as técnicas e os meios para coletar nossos dados e interpretá-los. Podemos contribuir para as ciências humanas e sociais, propondo novas metodologias de pesquisa, aperfeiçoando as já existentes e ousando construir modelos de investigação que possam ser aplicados de forma mais extensiva. O segundo salto quântico está diretamente ligado aos ganhos que podemos colher para as pesquisas e nossa comunidade, ao adotarmos um comportamento mais atento e preocupado com os protocolos éticos na pesquisa.

Não estou dizendo que nossas pesquisas são feitas sem ética ou que a comunidade faça vista grossa para trapanças ou fraudes científicas. Estou afirmando que nossas pesquisas podem ser mais bem consideradas se aperfeiçoarmos nossas técnicas e adicionarmos a elas novas camadas que assegurem a integridade dos procedimentos, a transparência de nossos critérios e a real preocupação com os sujeitos que aceitam participar dessas pesquisas. O apuro técnico e metodológico não contradiz o rigor ético de nossas práticas, e não devemos descolar integridade ética de metodologia.

O cuidado ético não necessariamente produz avanços no conhecimento, mas certamente qualifica a prática científica. Ao definir padrões de conduta, estabelecemos níveis de exigência. Mais exigentes, construímos sistemas de autoavaliação que impelem ao aperfeiçoamento contínuo. A adoção de rigorosos protocolos éticos nos insere também num debate global sobre o lugar da ciência em sociedades complexas. Sociedades que exigem cada vez mais transparência nos procedimentos. Ao passarmos a agir com mais preocupação ética, nós – pesquisadores do jornalismo – sinalizamos aos demais cientistas nossa maturidade e organização como comunidade. Ocupamos, portanto, um outro

lugar na esteira científica, um lugar que se preocupa tanto com os resultados do nosso trabalho quanto com as pessoas que habitam esse locus científico.

De maneira concreta e cotidiana, eu penso que podemos adotar como prática a tramitação de projetos de pesquisa em comitês de ética; que podemos criar novas condições de avaliação ética de artigos em nossas revistas científicas; que podemos capacitar mais nossos pesquisadores nesse aspecto; que podemos, enfim, difundir uma cultura de maior rigor na integridade científica no campo do jornalismo.

Avanços com limites

Em abril de 2016, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a resolução nº 510, estabelecendo normas para a pesquisa nas ciências humanas e sociais envolvendo seres humanos (BRASIL, 2016). A diretiva era um desejo de antropólogos, sociólogos, psicólogos e cientistas da educação e outros campos, há, pelo menos, vinte anos. O sistema brasileiro de avaliação ética de pesquisa é jovem, e ele surge em 1996 com a criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e os comitês de ética locais. O berço dessas preocupações está na Medicina e na Farmácia e não é por acaso que o sistema esteja ligado ao Conselho Nacional de Saúde e ao ministério da área. As normas que vigoraram por anos espelhavam as práticas dessas epistemes e apresentavam uma rigidez e inflexibilidade que nunca foram bem digeridas pelas humanidades e ciências sociais.

Lideradas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), outras sociedades científicas se organizaram para criar o Fórum das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (atualmente denominado Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes – FCHSSALLA), que foi determinante na formulação da resolução 510/16. Por anos, as bases para uma norma de avaliação ética de pesquisas com seres humanos foram discutidas para contemplar nossas complexidades e especificidades científicas. Hoje, os projetos de comunicação, jornalismo ou direito que tramitam em comitê de ética são julgados por esta resolução e não mais pela regra da biomedicina, por exemplo.

A resolução 510/16 foi uma evolução dos marcos regulatórios, mas foi sobretudo o reconhecimento das reivindicações de cientistas bem organizados. Porém, logo percebemos que não bastava uma norma específica; precisávamos também de um sistema alternativo, com uma plataforma própria de submissão e avaliação de projetos, atendendo aos fluxos e demandas das humanidades. A ciência, sabemos todos, é um terreno fértil de disputas de forças e hegemonias. O fórum pleiteou ajustes na Plataforma Brasil, tentou ganhar mais espaço e chegou a propor uma estrutura totalmente nova para avaliar as pesquisas. Os pleitos foram negados, e a presença dos nossos representantes foi praticamente inviabilizada com a dissolução do grupo de trabalho que seria responsável pela formulação de uma norma sobre a gradação de riscos.

O cenário é o seguinte: temos a resolução 510/16, mas precisamos submeter nossos projetos na Plataforma Brasil, genericamente formatada para abrigar pesquisas clínicas ou biomédicas. Não temos uma norma que defina graus de risco nas pesquisas, mas contamos com comitês de ética dispostos a avaliar os projetos. As opções são: ajudarmos a fortalecer o Fórum das Ciências Humanas e Sociais, e auxiliar na busca por um sistema de avaliação ética próprio, ou nos resignarmos à hegemonia das ciências da saúde e nos adequarmos ao que nos foi oferecido, entendendo que as conquistas chegaram ao seu ponto máximo. Como associado, gostaria muito de ver a SBPJor estimulando um debate interno sobre tais questões, na condição de líder ou na costura de uma coalizão com entidades tradicionais como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS).

Para além disso, lembro que o CNPq tem desde 2012 uma Comissão de Integridade na Atividade Científica (CIAC), criada a partir de um estudo de renomados cientistas, composta por um diretor do CNPq e quatro representantes das áreas, e com a função de julgar denúncias de fraude científica. Acredito que o melhor papel da CIAC é o formativo e destaco suas 21 diretrizes² para um trabalho ético na pesquisa científica. A comissão alerta para cuidados na citação de fontes e trabalhos de terceiros, na atribuição de créditos de autoria, e na condução correta e transparente das etapas de pesquisa. As diretrizes orientam a evitar o autoplágio e condenam a manipulação de resultados para satisfazer a conveniência dos pesquisadores. As recomendações tratam ainda da assinatura coletiva em artigos e outros textos, e de métodos inaceitáveis de distorção e enviesamento de dados. O documento conclui de forma genérica, afirmando que “todo trabalho de pesquisa deve ser conduzido dentro de padrões éticos na sua execução, seja com animais ou com seres humanos”.

Construir, implementar e consolidar esses “padrões éticos” é fundamental para qualquer área de conhecimento, pois são aspectos que compõem a própria cultura do campo de pesquisa. Estamos lidando com convencimentos e arranjos, da cristalização de hábitos e da eleição de prioridades, da formação de consensos mínimos em torno de algumas questões, e da efetiva mudança nas ações a partir de nossos pensamentos e sentimentos. Não é algo trivial ou rápido. Chegarmos ao entendimento de que mais rigor ético pode ajudar a pesquisa em jornalismo é um processo que leva anos. Afinal, requer que confrontemos algumas resistências e que alteremos nossas rotinas e práticas.

Alguns de nós ainda acha desnecessário passar projetos pelos comitês de ética basicamente por dois motivos: excesso de burocracia e perda de tempo, o que pode levar ao atraso da pesquisa. Precisamos levar isso em conta, mas não podemos ignorar os direitos dos sujeitos que aceitam participar de nossos experimentos, e não podemos deixar de considerar os riscos a que são,

² Ver em <http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes/> De forma complementar ver ainda o Código de Boas Práticas Científicas da Fapesp em <http://www.fapesp.br/boaspraticas>

eventualmente, expostos. Não podemos deixar também de garantir a esses sujeitos os cuidados éticos em nossos procedimentos.

Integridade na pesquisa em jornalismo

Um dos maiores desafios parece ser a criação e a difusão de uma cultura científica mais intensamente preocupada com a integridade e a ética. Por sua natureza e capilaridade, os programas de pós-graduação têm função estratégica na formação desses cientistas. Hoje, são 57 programas de Comunicação no país, com 89 cursos de mestrado e doutorado. Segundo o Documento de Área da Capes³, a oferta de cursos mais do que dobrou em dez anos, o que permitiu também o aperfeiçoamento da oferta, e hoje o sistema já tem programas 6 e 7, com critérios de equivalência internacional. Para criar e difundir uma cultura preocupada com a integridade ética, esses programas podem atuar em duas frentes: produzir teses e dissertações que espelhem tais preocupações e oferecer cursos ou disciplinas voltadas à ética na pesquisa.

Em novembro de 2019, me detive sobre os dez programas de Comunicação mais bem posicionados na avaliação da Capes, programas com notas 5, 6 e 7⁴, e não detectei em nenhum deles disciplinas específicas sobre o tema. Muito possivelmente conteúdos relacionados à ética e à integridade científica são ofertados de modo fragmentado e superficial em disciplinas como Seminários de Pesquisa ou Metodologias de Pesquisa⁵. Disciplina específica sobre o tema nesses dez programas observados, não foi encontrada, embora possa ser oferecida. Particularmente, tive uma experiência que considerei positiva em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo na UFSC com uma disciplina de dois créditos dedicada ao tema. Adaptei a ementa de uma disciplina que já ofertávamos – Questões Teóricas da Pesquisa em Jornalismo – e enfatizei aspectos como consentimento livre e esclarecido, dignidade humana, vulnerabilidade, protocolos de cuidado com seres humanos, legislação nacional e internacional, funcionamento dos comitês de ética e tramitação de processos pela Plataforma Brasil. A disciplina foi oferecida a uma turma de alunos que já tinham passado por Metodologia de Pesquisa, de modo a privilegiar cuidados éticos e não confundi-los com técnicas, etapas ou procedimentos. É evidente que não estou afirmando que esta é a melhor ou única forma de contribuir para disseminar o tema nos programas de pós-graduação, mas posso dizer que é uma forma e ela é possível.

Observando os dez programas de pós-graduação com maiores notas junto à Capes, não encontrei linhas de pesquisa que abordem a ética científica, o que é natural e esperado. Os programas tendem a reforçar suas áreas de

³ Ver: http://capes.gov.br/images/Documento_de_área_2019/COMUNICACAO.pdf

⁴ Eles estão na UFRJ, Unisinos, UFF, UFMG, ESPM, PUC-RS, UFBA, UFPE, UFRGS e UFSM.

⁵ Para uma visão panorâmica das referências usadas nas disciplinas de metodologia de pesquisa por docentes dos programas de pós-graduação 5 e 6 da Comunicação na Capes, ver Moura (2016).

concentração nas linhas de pesquisa, e essa ausência não significa que haja despreocupação dos programas com relação ao tema. Na Plataforma Brasil, podem ser encontrados projetos desses programas que tramitaram por comitês de ética. Aliás, todos os programas observados têm comitês locais de ética, e em metade deles, há pesquisadores da comunicação/jornalismo como membros, o que sinaliza uma boa inserção local nesses fóruns. Mais que isso: esses pesquisadores retornam às suas unidades de ensino com o potencial de se tornarem multiplicadores dessas preocupações com ética na pesquisa.

Outro importante ambiente para intensificar as preocupações com ética na pesquisa é o ecossistema das publicações científicas. Condições e exigências podem ser feitas aos autores ao longo das etapas de submissão de artigos, de modo a incentivar a adoção de mais rigor ético ou mesmo o uso de alguns protocolos de cuidado. A maior parte dos nossos periódicos científicos relevantes é do tipo open journal, o que franqueia o acesso ao conhecimento produzido, na maior parte das vezes, com financiamento público. Este é um aspecto que escapa a muitos e que está diretamente ligado à universalização dos saberes e à distribuição dos benefícios e avanços científicos.

É visível que os editores têm, gradativamente, adicionado camadas para aperfeiçoar e qualificar o processo de revisão por pares. Várias revistas condicionam a submissão de textos à responsabilização do pesquisador pela autoria e a declarações negativas de plágio. Outras publicações exigem a manifestação expressa do autor para a cessão de direitos autorais e a garantia de anonimização dos seus arquivos e originais, de forma a preservar a avaliação cega dupla. Muitas revistas também consultam os avaliadores sobre eventuais conflitos de interesse.

Não encontrei periódicos que solicitam documentos, atestando a tramitação da pesquisa em comitês de ética, como se vê em publicações da Biomedicina. Talvez isso ainda seja exagerado para a Comunicação e o Jornalismo. No entanto, há editores cada vez mais empenhados em oferecer instruções detalhadas aos autores de modo a aumentar as exigências para a publicação de um artigo. Esses esforços aumentam a burocracia no ato das submissões, mas, sem dúvida, também tornam o sistema um indutor da qualificação dos produtos da pesquisa científica.

A comunidade poderia adotar outras práticas para difundir padrões mais rigorosos de ética na pesquisa em jornalismo. Talvez adotar um código de conduta para os pesquisadores, como o da American Educational Research Association⁶; talvez criar um comitê de ética em pesquisa com seres humanos, como o da Associação Brasileira de Antropologia⁷; quem sabe produzir e publicar manuais de metodologia científica que incentivassem a integridade na pesquisa e evitassem a instrumentalização da ética⁸?

⁶ Ver https://cdn.ymaws.com/www.weraonline.org/resource/resmgr/a_general/aera.pdf

⁷ Ver: <http://www.portal.abant.org.br/2013/07/09/comite-de-etica-em-pesquisa-nas-ciencias-humanas/>

⁸ Autores estrangeiros têm oferecido referências úteis neste aspecto: Ess (2002); Paoletti et al (2013); Van den Hoonaard & Hamilton (2016); Dobrick et al (2018).

Podemos ocupar mais cadeiras em comitês de ética nas universidades, e criar outras instâncias consultivas e educativas como a Câmara Técnica de Ética em Pesquisa na UFRJ ou o Comitê de Integridade Acadêmica, da UFG. Podemos envolver pesquisadores em iniciação científica, mestrandos e doutorandos em cursos de formação ética. Quem sabe as redes de pesquisa da SBPJor motivem discussões internas, reúnam nossos dilemas éticos e talvez apresentem uma mesa coordenada com um debate de alto nível. A própria Brazilian Journalism Research poderia publicar um dossiê sobre o tema...

As possibilidades são diversas, e elas são proporcionais aos nossos interesses e à nossa capacidade de organização e realização. Basta que esta comunidade científica se envolva e identifique os melhores movimentos para aperfeiçoar sua prática. Cada esforço, cada investimento nos torna cientistas mais conscientes dos próprios limites. Portanto, melhores cientistas.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

DOBRICK, F.M.; FISCHER, J.; HAGEN, L.M. (eds.). **Research Ethics in the Digital Age: Ethics for the Social Sciences and Humanities in Times of Mediatization and Digitization**. Springer: 2018.

ESS, C.. **Ethical decision-making and Internet research: recommendations from the aoir ethics working committee**, 2002, disponível em <<http://www.aoir.org/reports/ethics.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2019.

MOURA, C.P. Metodologia da Pesquisa em Comunicação: Estudo Bibliográfico em Disciplinas de Pós-Graduação. IN: MOURA, C.P. de; LOPES, M. I. V. de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

PAOLETTI, I.; TOMÁS, M.I.; MENÉNDEZ, F. (eds.) **Practices of Ethics: An Empirical Approach to Ethics in Social Sciences Research**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

VAN DEN HOONAARD, W.C.; HAMILTON, A. (eds.) **The ethics rupture: Exploring Alternatives to Formal Research Ethics Review**. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2016.

Mesa Temática

Ética e qualidade jornalística: implicações metodológicas na pesquisa aplicada
Josenildo Luiz Guerra¹

Introdução

O objetivo desta exposição é propor um roteiro metodológico para situar o debate sobre a qualidade jornalística no contexto das implicações ético-políticas existentes em qualquer decisão sobre o tema. Para isso, torna-se importante compreender algumas dinâmicas de gestão e avaliação de qualidade, que requerem premissas, conceitos e procedimentos específicos, sem os quais o termo “qualidade” perde sua força norteadora para o aperfeiçoamento da atividade jornalística.

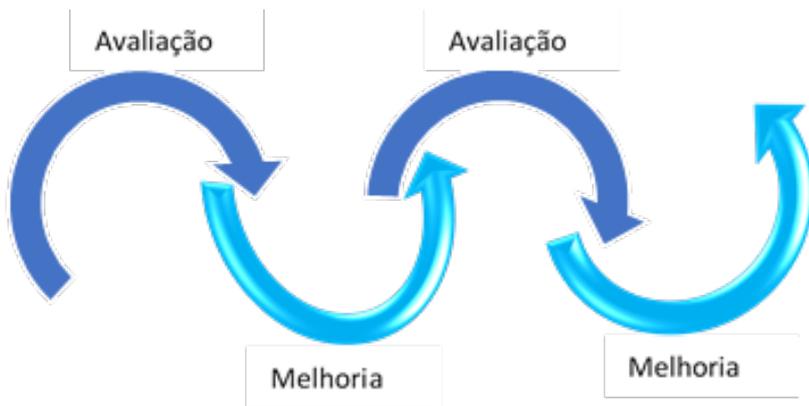
A noção de qualidade é usada em muitos contextos, normalmente, associada a algo bom, positivo, desejável. Mas, o desafio de pensar o conceito aplicado à pesquisa em jornalismo requer que se busque nas áreas dedicadas ao tema, especialmente a administração e a engenharia de produção, os seus fundamentos básicos. Uma das definições mais consensuais entende a qualidade como o “grau no qual um produto satisfaz a requisitos” (ABNT NBR ISO, 9000: 2015). Requisitos, conforme a norma citada, são necessidades ou expectativas do cliente e de outras partes interessadas em relação ao produto.

Há uma dimensão normativa do conceito de qualidade, portanto, que vincula características requeridas – os requisitos – aos produtos que serão oferecidos às partes interessadas. Tais características se tornam referências para o trabalho dos produtores, que devem empreender os esforços necessários para se alcançá-las, inclusive do ponto de vista ético.

A busca da qualidade por uma organização, em uma perspectiva estratégica, não se esgota na avaliação de um produto obtido ao fim de um ciclo de produção. Compreende um conjunto de operações, desde o planejamento com vistas a identificar requisitos, passando pela definição das especificações de produtos e de processos de produção, até se chegar à inspeção do produto final. Em todas as etapas, processos de avaliação devem ser conduzidos para identificar desconformidades e projetar melhorias. A política de qualidade de uma empresa deve prever, sempre de forma associados, processos de avaliação e de melhoria, continuamente.

¹ Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenador do Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo (Qualijor), do Laboratório de Estudos em Jornalismo (Lejor). Membro da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoi). E-mail: guerra.ufs@gmail.com

Figura 1 – Ciclo básico de avaliação e melhoria contínua em uma organização



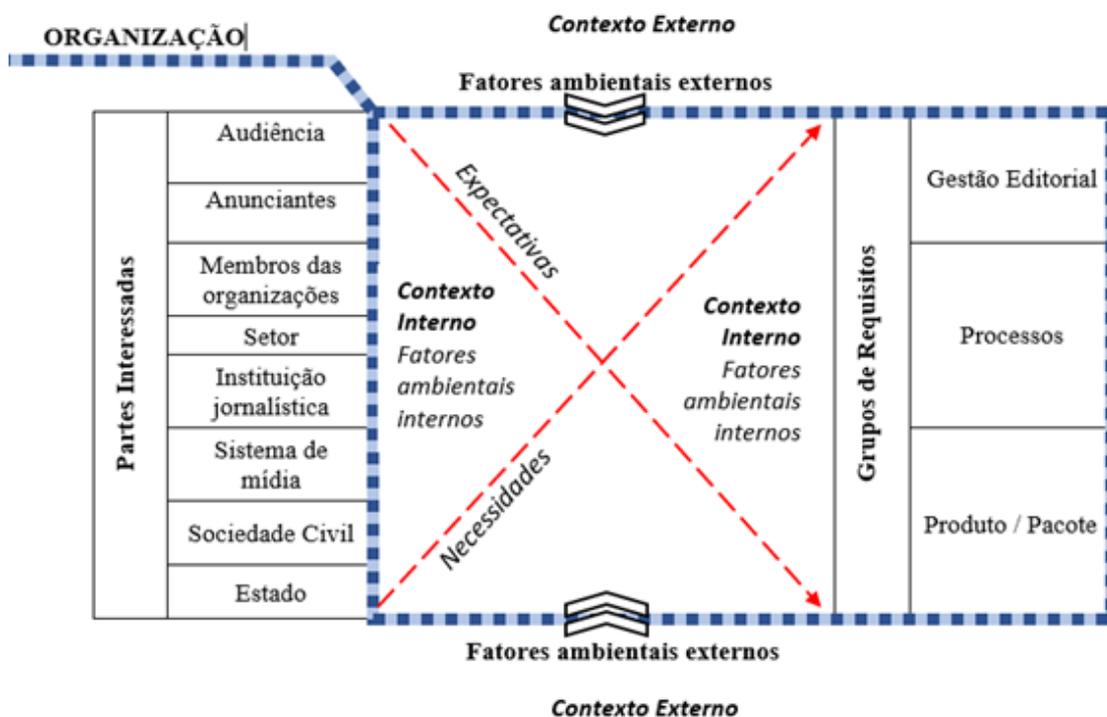
Entre a avaliação e a melhoria, há inúmeras ações voltadas a identificar as causas dos problemas e a desenvolver soluções. Por isso, a discussão sobre qualidade em jornalismo encontra espaço nobre na categoria de pesquisa aplicada, destinada a identificar limitações e a buscar formas de se fazer algo melhor. A pesquisa aplicada em jornalismo visa a articulação de um “conjunto de elementos teóricos e metodológicos voltados para compreender o fazer jornalístico e intervir nele de modo cientificamente orientado” (GUERRA, 2016a, 202).

O que permite fazer a distinção entre situações problemáticas e não problemáticas são exatamente os requisitos, essenciais tanto para a produção de diagnósticos quanto para a proposição de soluções. No jornalismo, os requisitos expressam, em boa medida, as responsabilidades atribuídas, contratadas ou voluntárias (HODGES apud McQUAIL, 2013) assumidas pela Instituição Jornalística e suas organizações perante sua audiência e a sociedade, entre outras partes interessadas. Os requisitos resultam de interações nas quais as partes interessadas vão lapidando, ao longo do tempo, os parâmetros que deverão nortear a atividade. Essas partes interessadas operam em eixos de força, ligeiramente diferentes em sua descrição, conforme o autor, mas que essencialmente apontam para o marco legal existente, o mercado, a mídia (empresas e profissionais) e o público (BERTRAND, 2002; PINTO, MARINHO, 2003; McQUAIL, 2013; FENGLER et al, 2014).

Em cada sociedade, em função de suas condicionantes estruturais e conjunturais, configura-se uma determinada correlação de forças que molda referências de atuação jornalística. Por meio de uma negociação, formal (em ambientes de mídia regulados) ou não (em ambientes de mídia não-regulados), um conjunto de requisitos são firmados explícita (quando formalizados) ou implicitamente (quando tácitos), com maior ou menor clareza sobre seu escopo e alcance. Em ambientes mais democráticos, os processos de negociação podem ser potencialmente mais transparentes e dialógicos, e resultar igualmente em processos de avaliação mais efetivos. Quanto menos democrático for, menos interação e maior o risco de os requisitos serem mais flexíveis, imprecisos ou arbitrários. A implementação de processos de avaliação de qualidade efetivos fica comprometida neste cenário, no qual predominam, não raro, os setores de maior força.

Na Figura 2, um esquema mapeia os atores e sua potencial influência na estruturação dos requisitos de qualidade, divididos em três grupos: gestão editorial, processo e produto.

Figura 2 - Esquema ilustrativo da geração de requisitos de qualidade pelas partes interessadas



Seja qual for o real contexto, cabe às organizações jornalísticas interpretar as demandas apresentadas pelas partes interessadas e moldar seus requisitos de modo a gerar um produto que possa ser reconhecido por elas como “de qualidade”. Quanto menor o acordo sobre os requisitos, maior a margem para uma empresa os definir conforme as expectativas e necessidades das partes interessadas mais influentes, inclusive, ela mesma. E menor a força dos instrumentos de accountability para agir, justamente pela fragilidade dos parâmetros (imprecisão conceitual, técnica ou procedimental) e pela sua fraqueza política. O conjunto dessas interações se dá no âmbito dos contextos externos (fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos, etc.) e internos (recursos, pessoas, equipamentos, etc.), que também influem nos processos de tomada de decisão organizacional.

Decisões para a qualidade

Avaliar a qualidade do jornalismo não é uma tarefa fácil porque há uma forte horizontalidade no entendimento de conceitos chave relativos à definição, validade, escopo e forma de aplicação de requisitos comumente reclamados. Não há, por exemplo, acordos razoavelmente estáveis acerca da ideia de verdade, imparcialidade, objetividade, relevância, interesse público, entre outras referências clássicas, seja do ponto de vista teórico, técnico ou ético. Especialmente, destaque, no contexto das pesquisas em jornalismo. E nem há proposição de referências alternativas devidamente sistematizadas que

reivindique oferecer resultados melhores.

Daí resulta o aspecto metodológico que propomos discutir aqui: a construção de requisitos minimamente consensuais que possam validar processos de avaliação de qualidade jornalística. Para isso, são apresentados cinco momentos de tomada de decisão. Cada momento deve proceder um avanço vertical em relação ao anterior. Ou seja, cada decisão, desde a primeira, estabelece as bases sobre as quais as novas decisões vão se erigir. Cada nova decisão busca aprofundar os termos e operacionalizar em grau crescente as decisões anteriores.

As decisões apresentadas a seguir constituem problemas passíveis de serem considerados no âmbito da pesquisa aplicada em jornalismo. Visam, inclusive, com todas as implicações ético-políticas pertinentes, propor uma agenda para o tema da qualidade na área, voltada a produzir diagnósticos e a buscar soluções para se construir um jornalismo melhor.

Decisão 1 – É necessário e desejável definir os requisitos/responsabilidades, com vistas à construção de um consenso mínimo?

Essa decisão tem um forte componente ético-político. Avalia se as partes interessadas consideram importante ter requisitos claros para orientar a produção e os processos de avaliação. Essa decisão não resulta necessariamente do puro altruísmo das partes, mas do cálculo (político, econômico, etc.) relativo a ganhos e perdas que possam ter para seus interesses, legitimamente considerados. As respostas:

- **Não:** é melhor haver plena liberdade para que as diversas experiências jornalísticas definam por si os termos de sua atuação. Essa decisão flexibiliza a definição dos requisitos, e conseqüentemente, os referenciais éticos, de acordo com os contextos nos quais se insere cada organização. Nessa perspectiva, as partes interessadas que efetivamente contam são as empresas jornalísticas, suas audiências e anunciantes.

- **Sim:** é melhor definir e estabelecer um conjunto claro de referências que vinculem profissionais e organizações a um conjunto de responsabilidades básicas da atividade jornalística em sociedades democráticas. A clareza de conceitos e de métodos fortalece as referências éticas e técnicas da atividade. Associada à sua disseminação junto ao conjunto das empresas e profissionais, proporciona maior segurança para a sociedade acerca dos compromissos fundamentais aos quais toda prática jornalística deve respeitar. A avaliação de qualidade, neste cenário, se constitui um importante instrumento de accountability porque monitora o desempenho dos diferentes veículos jornalísticos com base nos requisitos estabelecidos.

Se “não” for a resposta para a primeira decisão, os processos de avaliação de qualidade e as questões éticas neles implicadas terão impacto pontual na atividade, quando muito. E não fará muito sentido prosseguir para as decisões seguintes, embora não seja vedado. A resposta “sim”, contudo, para gerar efetividade deverá necessariamente avançar rumo à sequência de decisões que aqui se propõe.

Decisão 2 – Quais são os requisitos/responsabilidades (mínimos, que sejam) do jornalismo?

Essa decisão requer que se defina as responsabilidades do jornalismo: Verdade? Objetividade? Subjetividade? Imparcialidade? Autonomia? Isenção? Engajamento? Pluralidade? Diversidade? Crítica? Relevância? Interesse público? Não é objetivo aqui definir ou fechar questão sobre os melhores requisitos. O desafio é metodológico, propor um roteiro através do qual se possa avançar na discussão sobre a qualidade em jornalismo, a fim de construir metodologias confiáveis de avaliação do desempenho da atividade, se possível.

A título de ilustração, nas pesquisas sobre o desenvolvimento de metodologias de avaliação de qualidade e de produção jornalísticas orientada para a qualidade (GUERRA, 2016 a e b), sistematizei uma proposta de responsabilidades, assim formulada:

Jornalismo se destina a produzir livremente informações verdadeiras e plurais acerca de fatos reais do mundo, transmitidas por meio de algum suporte tecnológico, destinadas a compor uma agenda de questões que atenda as expectativas de relevância das audiências (em suas dimensões pública e privada), restringindo-se em ambos os casos notícias sobre fatos que possam violar direitos e garantias individuais e coletivos reconhecidos como valores humanos universais.
(GUERRA, 2016a, p. 202)

Essa proposta constitui um esforço de sistematização do conjunto clássico de referências construídas historicamente pela instituição jornalística. Certamente há quem discorde, o que não constitui problema em si. Quem se propõe a avaliar qualidade, entretanto, deve expressar com clareza quais são as responsabilidades jornalísticas que norteiam sua avaliação e suas propostas de solução. E passar para o momento seguinte.

Decisão 3 – Qual a definição de cada um dos requisitos/responsabilidades?

A decisão do terceiro passo vai delimitar, com precisão, o domínio conceitual, ético e técnico de cada requisito: apresentar um suporte teórico que o sustente; uma justificativa ética que o valide; um escopo que delimite exatamente o que está no seu foco; um protocolo (conjunto de procedimentos) capaz de implementá-lo com efetividade; um padrão de desempenho que estabeleça a medida do aceitável em termos de resultado alcançado. A decisão 3 deve estabelecer um conjunto claro de referências, de alcance e de efetividade para cada um dos requisitos.

Decisão 4 – Como implementar esses requisitos nas organizações?

A decisão 4 vai selecionar as possibilidades de implementação dos requisitos no âmbito das organizações. As definições de caráter conceitual e abstrato das etapas anteriores precisam ser materializadas em especificações técnicas para produtos e processos de produção. Cada organização deve decidir sobre como operar para entregar os requisitos de qualidade de seus produtos, em função dos recursos disponíveis (financeiros, materiais ou humanos), dos instrumentos de

gestão editorial e accountability que adota (se adotar), dos padrões tecnológicos que opera, entre outras condicionantes internas. Deverá, também, em sua política de qualidade, demonstrar que têm condições e comprometimento para cumprir os requisitos estipulados. As deliberações deste momento decisório representam o esforço para adequar os aspectos normativos dos requisitos aos aspectos práticos para sua obtenção no contexto organizacional.

Decisão 5 – Como avaliar a qualidade – se as organizações entregam os requisitos?

A decisão 5 vai definir como avaliar se a organização está produzindo o seu noticiário conforme os requisitos estabelecidos. A partir dos requisitos, deverão ser definidas metodologias (como avaliar), indicadores (o que mensura o cumprimento do requisito) e padrões de desempenho (a medida do satisfatório/insatisfatório). Todos esses elementos deverão ser acordados, sem o que a avaliação de qualidade poderá ser contestada. Se houver consenso sobre o requisito, mas não houver consenso sobre a metodologia usada para avaliá-lo (ou sobre os indicadores, ou sobre os padrões), não se terá um juízo de mérito reconhecido pelas partes. Certamente, o processo de avaliação de qualidade pressupõe margens de tolerância, pois nenhum requisito será contemplado em absoluto. O importante do processo de avaliação é calibrar o adequado grau de efetividade do produto em relação ao prescrito pelo requisito. Com os diagnósticos produzidos e validados em relação aos problemas detectados, os esforços se redirecionam para buscar as soluções capazes de elevar o patamar de realização da atividade.

Considerações finais

O propósito desta breve exposição foi abordar a relação entre qualidade jornalística e ética, na perspectiva da pesquisa aplicada em jornalismo. Isso significou definir qualidade e sinalizar duas ações profundamente interconectadas nesse tema: a identificação de problemas (avaliação) e a capacidade de construir soluções (melhorias). Para ambas, a clareza dos requisitos é uma exigência essencial.

O processo de construção dos requisitos, demonstrou-se, envolve interações entre as diversas partes interessadas no produto jornalístico. Há um componente ético-político relativo à definição das responsabilidades do jornalismo em sociedades democráticas, base e origem dos requisitos de qualidade. A horizontalidade no entendimento de conceitos que potencialmente identificam o jornalismo de qualidade – como verdade, imparcialidade, objetividade, etc. – constitui grande desafio para o estabelecimento efetivo de processos de avaliação.

No âmbito do jornalismo, este desafio requer o esforço da pesquisa aplicada, que deverá partir de conceitos básicos – e dos componentes ético-políticos a eles vinculados – para desenvolver modos de aplicação na prática profissional (GUERRA, 2016a e b). O que se procurou mostrar é que o movimento da pesquisa aplicada deverá verticalizar as investigações, no sentido de apurar e refinar

o entendimento sobre a prática jornalística em termos conceituais, técnicos, processuais e éticos. Ou seja, as exigências da pesquisa aplicada podem promover uma renovação em nossos esforços de compreensão do próprio jornalismo. E a agenda da qualidade, em nossas pesquisas aplicadas, poderá nos ajudar a fazer a conexão entre as dimensões normativa e prática da atividade.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9000:2015. **Sistemas de Gestão da Qualidade – Fundamentos e vocabulário**. São Paulo/SP: ABNT, 2015.
- BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: Edusc, 2002. 513 p.
- FENGLER, Susanne, EBERWEIN, Tobias, MAZZOLENI, Gianpietro, PORLEZZA, Colin, RUSSMOHL, Stephan. (org.). **Journalists and Media Accountability: An International Study of News People in the Digital Age**. New York: Peter Lang, 2014.
- GUERRA, Josenildo L. Guia da Agenda Jornalística (GAJ) na perspectiva de uma proposta de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 12, n. 6, Dez, 2016a.(198-223)
- GUERRA, Josenildo Luiz. Qualijor - sistema de gestão da produção jornalística orientado para a qualidade editorial: pesquisa aplicada e de desenvolvimento experimental em jornalismo. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação |E-Compós** (Brasília), v. 19, 2016b. (1-26)
- McQUAIL, Dennis. **Journalism and Society**. London: Sage, 2013.
- PINTO, Manuel, MARINHO, Sandra. A qualidade em Jornalismo: problematização e operacionalização do conceito. Braga (PT): Universidade do Minho, 2003. (Comunicação apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos e II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, realizado na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, em 10 e 11 de abril de 2003). Acesso em 0/04/2017. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/997>

Oficina

Como fazer artigos científicos com apelo internacional?

Fábio Henrique Pereira¹

Sobre a Oficina

Este capítulo traz um resumo da oficina ministrada no 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo que discutiu algumas estratégias de publicação de artigos destinados a periódicos científicos internacionais. A oficina foi dividida em quatro partes: a escolha do periódico; a preparação dos originais; o acompanhamento do processo de avaliação e a divulgação do artigo após a publicação. Apresentaremos brevemente cada uma delas a seguir.

Saber escolher onde publicar tem impactos importantes nas possibilidades de publicação e difusão dos resultados de uma pesquisa. Essas escolhas devem considerar o foco e escopo da revista (e a adequação do artigo aos seus critérios), sua taxa de rejeição, o tempo médio de avaliação e seu impacto junto aos leitores de determinada área do conhecimento. Algumas estratégias utilizadas na escolha do periódico foram elencadas. É possível, por exemplo, fazer um acompanhamento sistemático das chamadas de trabalho de interesse do autor. O pesquisador também pode basear sua decisão nas avaliações propostas pela CAPES ou pelos principais indexadores da área (Web of Science, Scopus, Scielo). Todas essas estratégias possuem vantagens e desvantagens. Contudo, independente do critério utilizado, o autor deve ter consciência de que publicar em determinado periódico não deixa de ser uma escolha política, no sentido de reforçar um posicionamento (epistemológico, acadêmico) junto aos pares.

Após a escolha da revista, o passo seguinte é a preparação dos originais. Ter uma boa pesquisa em mãos é apenas um dos pré-requisitos desse processo. É importante que o artigo tenha condições de passar pelos vários filtros aos quais ele será submetido antes da publicação. Uma sugestão óbvia, mas que nem sempre é respeitada, é conhecer a revista onde se quer publicar, ler sua descrição, normas editoriais, ter o hábito de acompanhar (e citar) artigos desse periódico. O editor precisa ter ciência de que aquela revista foi escolhida por ser o melhor meio possível para a publicação daquele trabalho específico. Além disso, uma atenção especial deve ser dada às normas da revista. Vários artigos são eliminados na primeira etapa de seleção, no desk review, por não obedecerem às instruções aos autores.

Na preparação dos originais, alguns cuidados são necessários. Primeiro, é preciso fazer uma introdução clara, objetiva e com boas perguntas ou hipóteses de investigação de forma que o editor/revisor/leitor tenham ciência da relevância e originalidade do artigo. Na revisão de literatura, usar referências atuais e que

¹ Professor associado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. É editor-executivo da revista Brazilian Journalism Research e coeditor da Sur Le Journalisme. E-mail: fabiop@unb.br

não se limitem apenas a autores nacionais. Uma seção importante e que costuma ser negligenciada por alguns pesquisadores é a metodologia. Ela deve ser descrita de forma exaustiva e rigorosa, deixando claro não só a ancoragem metodológica adotada, mas também todos os procedimentos e as escolhas realizados ao longo da investigação. A análise dos resultados deve ser sistemática e em consonância com os objetivos e as perguntas da pesquisa. Finalmente, elabore conclusões fortes, mostrando que o artigo traz, de fato, contribuições importantes para a área.

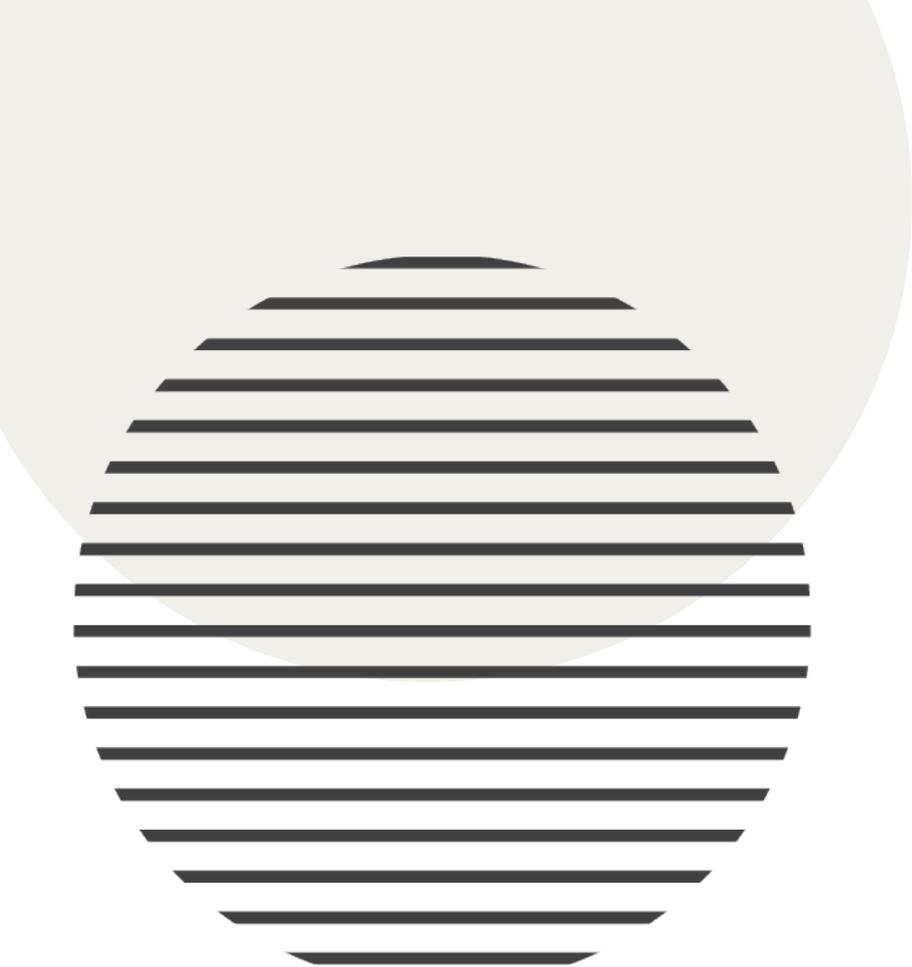
Antes de submeter ao artigo, sempre faça uma última revisão do texto e de sua adequação às normas do periódico. Para manuscritos redigidos em idiomas estrangeiros, recomenda-se usar os serviços de um tradutor ou revisor profissional, preferencialmente nativo.

Durante a avaliação, o artigo passará por várias etapas de seleção: desk review, blind review, a leitura das novas versões encaminhadas à revista etc. Nesse processo, o contato com o periódico será sempre o editor. É ele quem tomará as decisões finais em relação ao manuscrito e é com ele que o autor deve negociar a versão final do texto. É ele, na verdade, que precisa ser convencido da importância de se seguir com a publicação do manuscrito. Por isso, uma postura sensata é evitar confrontos desnecessários ou atitudes arrogantes nas trocas com o editor. Por mais que alguns retornos sejam excessivamente duros e rigorosos, considere a avaliação como um processo de aperfeiçoamento da qualidade do artigo. Por outro lado, não deixe de argumentar ou se posicionar quando necessário; o importante aqui não é aceitar tudo o que é imposto pela revista, mas saber negociar com o editor as condições de redação do texto.

Com o artigo publicado, é importante que ao autor participe da sua divulgação junto às redes de contato e possíveis pesquisadores interessados no tema. Para alguns assuntos, o autor provavelmente possui muito mais inserção e capilaridade do que o periódico, mesmo que ele seja bem indexado. Além disso, se o seu artigo for bem visto e citado, isso provavelmente abrirá portas para outras publicações.

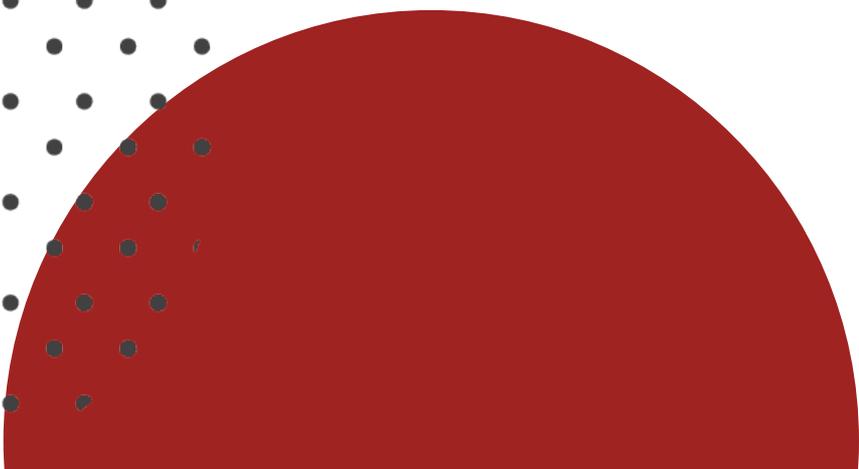
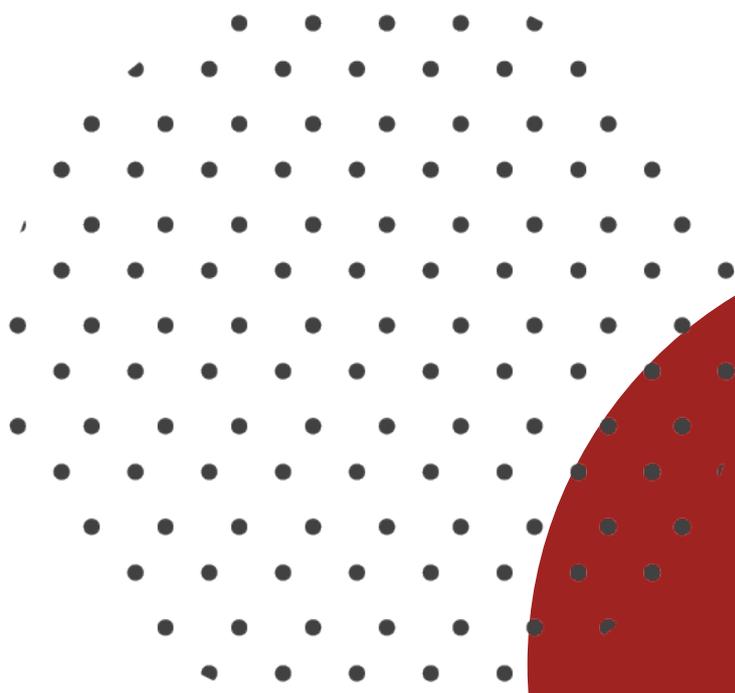
Para concluir

Há várias vantagens na publicação em periódicos internacionais: o processo de edição costuma ser rápido e executado de forma profissional, os pareceres geralmente são bem redigidos e o artigo tem mais possibilidades de ser lido e citado por pesquisadores de outros países. Contudo, ao decidir investir nesse tipo de publicação, o autor deve ter consciência das implicações dessa escolha em termos de alinhamento com um tipo de ciência mainstream e que vai, de modo geral, privilegiar temáticas, referenciais, idiomas e formas de se fazer, redigir e divulgar pesquisa científica. Conhecer esses constrangimentos que marcam o sistema de publicações internacionais não significa se submeter automaticamente a eles. Ao contrário, trata-se de um saber que pode ser usado para desenvolver modalidades de subversão à ortodoxia das regras do jogo científico.



Parte II

PRÊMIO ADELMO GENRO FILHO DE PESQUISA EM JORNALISMO



Apresentação

Prêmio Adelmo Genro Filho 2019 privilegia diversidade

Marli dos Santos¹

O início

O Prêmio Adelmo Genro Filho (PAGF) de Pesquisa em Jornalismo foi criado por iniciativa da SBPJor em 2004, e “se destina a reconhecer a qualidade do trabalho acadêmico realizado nas universidades ou nos centros/institutos de pesquisa, valorizando a atuação individual dos pesquisadores” (SBPJOR, 2019). A primeira premiação ocorreu em 2006, nas categorias Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. No ano seguinte, 2007, surgiu a categoria Pesquisador Sênior (julgada pela diretoria executiva) e, em 2018, a de Pesquisa Aplicada. Na 14ª edição do PAGF, em 2019, foram cinco as modalidades de premiação, quatro delas julgadas por comissões externas.

As comissões julgadoras externas são compostas por três membros convidados pela coordenação do Prêmio, pertencentes a programas de pós-graduação em Comunicação e Jornalismo, devidamente reconhecidos pelos órgãos federais. Em cada comissão há um/a coordenador/a, sendo que os/as pesquisadores/as convidados/as em cada categoria não conhecem os/as demais participantes de outras comissões. A não divulgação prévia da identidade do júri à comunidade acadêmica é uma medida para preservar a independência das comissões. As comissões de avaliação atribuíram notas aos critérios estabelecidos nas fichas de avaliação. Cada trabalho obteve uma média a partir da soma dos 7 quesitos, resultando em uma classificação geral dos trabalhos. Em 2019, os membros das comissões (exceto a Sênior) representaram 12 instituições (UFF, UFG, UNISINOS, ESPM, UFOP, UFJF, UFPA, UFSM, UFMA, UFRGS, UFSC e UFS).

PAGF 2019 em números

O balanço do 14º Prêmio Adelmo Genro Filho em 2019 é muito positivo, apesar do cenário de dificuldades nesse período. Por isso mesmo é de se valorizar a inscrição de 83 trabalhos candidatos ao Prêmio, sendo 32 na categoria Mestrado, 23 em Iniciação Científica, 17 em Doutorado e 11 em Pesquisa Aplicada. Como nem todos os programas de pós-graduação oferecem o curso de doutorado é de se esperar que a categoria Mestrado tenha recebido maior número de trabalhos. Também foi expressiva a participação de graduandos na categoria Iniciação Científica, papel importante do Prêmio no incentivo a futuros/as pesquisadores/as. Destacamos ainda a considerável participação na categoria Pesquisa Aplicada, que na sua segunda edição superou as expectativas da organização do Prêmio.

¹ Coordenadora geral do PAGF 2019. Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Coordenadora do GT Estudos sobre Jornalismo da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação- ALAIC e vice-coordenadora do GT Gêneros Jornalísticos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom.

Outros dados importantes sobre a participação apontam a origem dos trabalhos inscritos por estado, região e Instituição de Ensino Superior (IES). Verificamos que todas as regiões foram representadas no PAGF 2019, mas a maioria dos trabalhos inscritos vem da região Sul (51%), seguida da Sudeste (27%), em parte porque há concentração de Programas de Pós-Graduação na área de Comunicação nessas regiões, conforme menciona o Documento de área – Ciências aplicadas I (MINISTÉRIO..., 2016).

No que se refere à presença dos estados, foram 17 participantes, garantindo a diversidade de temas e abordagens teórico-metodológicas. Rio Grande do Sul (19), São Paulo (13) e Santa Catarina (12) tiveram maior número de inscritos. Ressaltamos que em Florianópolis (SC), foi criado o primeiro Programa de Pós-graduação em Jornalismo, portanto com produção científica destacada em Jornalismo, e em São Paulo há a maior concentração de programas de pós-graduação em Comunicação (14). São expressivas as participações do Paraná, com 9 trabalhos, e Minas Gerais, 6 inscritos.

Sobre as instituições de origem dos pesquisadores pudemos observar que o PAGF 2019 teve ampla diversidade de IES, inclusive de escolas que não possuem programas de pós-graduação em Comunicação, como a Universidade do Sagrado Coração, em Bauru (SP), e o Instituto Superior e Centro Educacional Bom Jesus (IELUSC), em Joinville (SC). No total foram recebidos trabalhos de 39 instituições, majoritariamente universidades públicas federais e estaduais (27), seguidas das confessionais/comunitárias (8), como as PUCs, Mackenzie e Unisinos, e privadas (4), como ESPM, Faculdade Cásper Líbero e Fiam/FAAM. Alguns trabalhos na categoria Pesquisa Aplicada reuniram pesquisadores de instituições com perfis diferentes, como no caso do trabalho “Vaza, Falsiane!": iniciativa de letramento midiático contra notícias falsas em redes sociais”, que envolveu pesquisadores de IES diferentes e da incubadora Repórter Brasil; e “Qualijor: sistema de gestão da produção jornalística orientado para a qualidade editorial”, menção honrosa na categoria, que envolveu pesquisadores da área de Ciências da Computação, como parceiros para o desenvolvimento do projeto. Destacamos a participação expressiva de duas instituições no Prêmio em 2019: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ambas com 11 trabalhos, nas categorias Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado.

Diversidade

O resultado privilegiou a diversidade. As 5 regiões brasileiras foram representadas no PAGF 2019, sendo que foram agraciados pesquisadores de 9 instituições: Prof. Dr. Edvaldo Pereira Lima (USP), Categoria Sênior; Lucas Souza da Silva (UFMS) e Carolina Cattaneo (UFRGS), Categoria Iniciação Científica; Carlos Nascimento Marciano (UFSC) e Josenildo Guerra, Débora Maria Coelho Nascimento, Laerth de Jesus Bernardo, Elissandro Messias Santos, Ladyllsson Porto Silva Sobrinho, Liliane do Nascimento e Alanna Molina Vieira Lins (UFS), Categoria Pesquisa

Aplicada; Silvia de Freitas Dal Ben Furtado (UFMG) e Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida (UEPG), Categoria Mestrado; e Pedro Aguiar Lopes de Abreu (UERJ) e Moreno Cruz Osório (UNISINOS), Categoria Doutorado. Muito mérito dos ganhadores!

Referências

MINISTÉRIO da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **CAPES.Documento de área - Ciências Sociais Aplicada I**. 2016. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/31_CSA_I_docarea_2016.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

SBPJOR. **Prêmio**. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/sbpjour/pagf/>. Acesso em 10 jan. 2020.

Pesquisador Sênior

Uma história em síntese e uma reflexão provocativa para pesquisadores pressionados a abrir novos horizontes¹

Edvaldo Pereira Lima ²

Texto de natureza dupla – roteiro de apresentação oral e artigo para o volume da SBPJor dedicado ao 17º Encontro –, centrado na cerimônia de outorga do Prêmio Adelmo Genro Filho, categoria Pesquisador Sênior, dirijo-me a cada uma e a cada um, irmãs e irmãos desse campo unificado onde estamos todos inseridos, o da pesquisa em jornalismo no Brasil, convidando para esta breve viagem narrativo-reflexiva. Há uma história a ser compartilhada, como é praxe nessa cerimônia, importante oportunidade de resgaste de memória. Procuo integrá-la, porém, a uma reflexão inspiradora para a comunidade de pesquisadores deste presente desafiador que nos obriga a todos a procurarmos medidas urgentes, na resposta à crise em curso que ameaça todo o jornalismo, crise envolta por uma rede complexa de múltiplas crises que em seu conjunto ameaça a própria civilização contemporânea.

Transformar é preciso. Abrir horizontes. Mapear novos caminhos.

O ponto de partida é o meu agradecimento de coração e mente abertos pela honra do Prêmio com que fui contemplado e meus cumprimentos igualmente plenos de reconhecimento e louvor à SBPJor por dedicar tamanha nobreza de incentivo a pesquisadores de todos os níveis, iniciantes a veteranos, ano após ano. Louvo, igualmente, a memória desse colega de nossa irmandade acadêmica, Adelmo Genro Filho, em homenagem a quem o Prêmio foi instituído, colega que não tive a oportunidade de conhecer em vida.

Todos nós, veteranos de ontem, noviços de agora, somos agentes e passageiros do mesmo campo e suas múltiplas interações dinâmicas no rodopio da história em movimento. Campo no sentido simbólico, metafórico, associado ao conceito em física. A concentração num certo movimento, nos mais distintos níveis de existência interconectados, dos elementos que compõem um sistema integrado, com identidade e função próprias. Elementos que variam dos mais sutis e etéricos aos mais densos e concretos. O campo da pesquisa em jornalismo, por sua vez, é parte de um todo maior, o jornalismo em si. Cada um de nós, indivíduo desse sistema, é simultaneamente resultado desse todo maior que nos envolve e nos molda, mas também é agente cocriador do próprio. Somos criaturas e cocriadores.

¹ Texto baseado no discurso proferido no dia 6 de novembro de 2019 durante a cerimônia de premiação do Prêmio Adelmo Genro Filho, Categoria Pesquisador Sênior, no 17o. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO).

² Professor (aposentado) da Universidade de São Paulo. Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Pós-doutorado em Educação (Universidade de Toronto). Escritor e jornalista. 15 títulos publicados, entre obras acadêmicas e livros-reportagem. Seu livro Páginas Ampliadas, em quarta edição, tornou-se obra seminal de jornalismo literário no Brasil.

Esse raciocínio faz-me considerar que este Prêmio homenageia um indivíduo, mas essa é apenas a face personalizada de um campo específico, no todo do jornalismo, que está sendo reconhecido pela comunidade acadêmica especializada. O campo do jornalismo literário. Compartilho o sentimento de que estamos todos nós, desse segmento, sendo homenageados por nossos pares.

Cabe então, em princípio, um breve registro histórico dessa caminhada individual, entrelaçada ao dinamismo sistêmico da realidade ampliada a que está associada.

O protagonista é um jovem adolescente sonhador que no interior de um Brasil profundo, movido pelo desejo intuitivo de escrever e correr mundos, povos e nações, um dia leva um choque desses que abalam as entranhas profundas do ser. Descobre a revista **Realidade**, o maior templo da sacrossanta produção consistente de jornalismo literário em toda a história da imprensa brasileira. Navega, como em transe, pelas reportagens de uma extraordinária arte narrativa de formidáveis repórteres-escritores como Narciso Kalili, José Hamilton Ribeiro, Oriana Fallaci, Roberto Freire. O mapa fica claro: quer fazer parte desse admirável mundo novo em que se viaja pelo mundo contando histórias reais centradas em pessoas.

Mais tarde, já rapaz, por uma quase mágica costura do destino, e pelas mãos de uma mentora improvável, Ann Iodice Hoskins, vai parar nos Estados Unidos. Mora a cinco minutos de ônibus da Universidade de Harvard. É tempo do novo jornalismo norte-americano. Na banca de jornais e na livraria da universidade, o nirvana da descoberta de Tom Wolfe, Joan Didion, Gay Talese, Norman Mailer, Esquire, The Atlantic e The New Yorker, mestres – e mestra –, templos gráficos do jornalismo literário.

Flash forward. O protagonista, agora homem jovem, influenciado pela mentora Sarah Bacal, professora da ECA-USP, recebido pelo mentor, professor Gaudêncio Torquato, está decidido a fazer carreira acadêmica, em paralelo à atuação como jornalista no mercado profissional, já transformando em realidade o sonho de correr mundo e escrever. É editor de turismo, depois escreve sobre o setor de transporte aéreo para a mais importante publicação mundial especializada.

Quando entra para o Mestrado na ECA, década de 1980, o jornalismo literário está moribundo na imprensa periódica. O jovem sonhador, de espírito pioneiro e desbravador de novos horizontes – talvez por seu signo de Áries –, turrão, teimoso intelectualmente – talvez por seu ascendente em Capricórnio –, decide ali, paradoxalmente tímido fora do palco de ensino e socialmente talvez algo arredo, por eventual leve sintoma de Síndrome de Asperger, define que vai dedicar sua vida acadêmica ao resgate do jornalismo literário. Considera-o a joia mais preciosa do jornalismo. Se nas redações o deserdaram, que na academia se construa um refúgio.

A estratégia para isso e os recursos táticos?

União entre teoria e prática. O resgate do passado, sim. Mas a ação proativa de experimento, renovação e reciclagem do jornalismo literário, também. Contribuição da academia para toda a sociedade.

A Dissertação de Mestrado só poderia ser, então, um estudo da **Realidade**. Mas ao examinar de perto o contexto temático onde via encaixar-se o jornalismo literário, o jovem aprendiz percebeu que do ponto de vista conceitual e metodológico, os instrumentos teóricos então vigentes no jornalismo estavam defasados em relação a avanços importantes noutros campos do conhecimento científico. Percebeu que seria importante um caminho multidisciplinar. Deve ter sido o primeiro aluno de pós-graduação em jornalismo da ECA que foi fazer a disciplina de psicodrama pedagógico, da área de teatro.

E então descobriu a disciplina do professor Flávio Queiróz de Moraes Filho, que propunha a adoção da Teoria Geral de Sistemas nos estudos de comunicação social. O jovem embarcou na adaptação da Teoria para o jornalismo. Resultou na Dissertação de Mestrado, transformada em livro que no Brasil ninguém quis publicar. Mas no México a Trillas lançou a versão em espanhol, o livro sendo vendido para vários países latino-americanos e sendo adotado pelo menos por uma universidade espanhola. Primeiro fruto do seu ninho acadêmico, do qual tem muito orgulho aquecido no coração. O CJE – Departamento de Jornalismo e Editoração – da ECA, na USP.

E depois?

O Doutorado. A Tese? Sim, **Realidade** está contemplada. Mas no âmbito de um contexto intelectual maior, vislumbrado pelo intelectual ainda jovem, algo rebelde. É que o pesquisador em progresso percebeu que se o foco central fosse a **Realidade**, sua contribuição seria apenas um registro histórico. Queria além. Contribuir para a renovação do jornalismo literário era a meta, sim? Haveria algo do jornalismo literário ainda sobrevivente, mesmo que agonizante, que poderia receber uma injeção de novo oxigênio e, portanto, renascer? Havia. O livro-reportagem.

A redemocratização do país, após os tenebrosos anos de regime militar ditatorial, trouxe à tona um interesse do público por livros-reportagem típicos do jornalismo investigativo, denunciando os mil e um casos escabrosos, assim como as histórias censuradas do nosso período de chumbo. Uma ou outra obra trazia algo de jornalismo literário em sua matriz narrativa.

O livro-reportagem seria, assim, um terreno fértil para se fomentar o jornalismo literário no país. Por isso, esse outro eu que resgato no espelho da memória, ainda portador de cabelos negros e quase zero saliência adiposa em áreas pouco

recomendáveis do corpo, dedicou a Tese a isso. Transformou-a depois em Páginas Ampliadas – O Livro-Reportagem Como Extensão do Jornalismo e da Literatura – Jornalismo Literário. O livro se tornaria uma obra seminal. Já se encontra em quarta edição atualizada e ampliada desde 2009, continuando a ocupar status de clássico de referência acadêmica desde sua primeira edição, na década de 1990. O interesse crescente pelo livro-reportagem fez com que muitos cursos de graduação acabassem introduzindo uma disciplina especializada ou abordassem o tema. Também muitos passaram a oferecer a realização do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – nessa modalidade. Páginas Ampliadas ajudava.

O Doutorado, relembra esse outro eu mesmo de agora, versão fios brancos – e poucos – na cabeça, ampliou-me a ação estratégica. Já professor concursado da USP – em regime de tempo parcial, por opção própria, pois planejei a carreira com um pé na academia e outro no mercado profissional externo – conquistei o direito de desenvolver trabalhos em nível de pós-graduação. Criar disciplinas próprias, orientar Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, criar experimentos e proativamente enxertar inovações no campo.

Jovens pesquisadores que se aproximavam, como alunos e eventualmente orientandos, formavam progressivamente a massa crítica de uma nova geração de docentes e estudiosos centrados em jornalismo literário. E então o termo jornalismo literário que, suspeito, passou a ser empregado no Brasil – com ressalvas ou não – somente a partir da minha Tese de Doutorado, tornava-se objeto de estudo e eventualmente de ensino em distintas instituições. Quase sempre, o elo era o livro-reportagem.

O ninho de onde proliferava esse impulso expansivo pelo Brasil era esse movimento espontâneo na ECA. De maneira sistêmica, indiretamente relacionada ao território específico que trilhei, o do jornalismo literário, havia a atmosfera geral estimulante do desenvolvimento do campo da pesquisa em jornalismo como um todo, no CJE. Bebi nessa fonte, mesmo eu tendo procurado lapidar o meu próprio caminho, diferenciado e individualizado, que não comungava de maneira explícita com propostas teóricas e metodológicas de meus colegas experientes. A atmosfera estimulante para a pesquisa era mais de caráter subjetivo. Vinha de ícones como José Marques de Mello, meu orientador Gaudêncio Torquato, Cremilda Medina, Dulcília Buitoni.

Do núcleo de novos pesquisadores que se aglutinavam ao meu redor surgiram dois casos dignos de notas.

Assumi a direção do Curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba, a Uniube, tradicional instituição privada do Triângulo Mineiro, em paralelo à minha docência na USP, no final da década de 1990. Reformulei o projeto pedagógico da habilitação em Jornalismo, centralizando-o no jornalismo literário. Foi a primeira – e creio que é a única – vez na história do ensino no Brasil em que uma graduação se organizou em torno dessa modalidade.

A renovação da habilitação trouxe resultados espetaculares. O jornal-laboratório *Revelação*, religiosamente publicado toda semana, encartado em um dos diários da cidade, vira e mexe pautava os veículos locais, pela ousadia e pelo impacto, junto ao leitor, das matérias produzidas pelos alunos. A milenar arte de contar histórias atualizada com os recursos da nossa era e a narrativa centrada em pessoas, tendo como propósito a ressignificação da realidade através da compreensão, tudo isso alicerçado por uma estética narrativa de qualidade, são a essência do jornalismo literário. O leitor sentia a diferença.

Não foi à toa, então, que o projeto de renovação do jornal-laboratório como vitrine da renovação do curso, acabou resultando no prêmio Top Educacional 1999 da ABMES, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

O projeto Uniube se transformou numa extensão do nosso trabalho na USP, um laboratório prático onde aplicávamos o que estávamos avançando, em teoria, em São Paulo. O nosso pequeno grupo na ECA constituiu-se na maior concentração de pesquisadores e professores de jornalismo literário no país. Todos direcionados por mim, como orientador ou professor, a desenvolver trabalhos que significassem a incorporação de novos elementos teóricos ou conceituais ao jornalismo literário, nesse processo proativo de renovação. Levei vários desses jovens a compor o corpo docente na Uniube, onde tiveram a oportunidade de dar partida a suas carreiras de professores e pesquisadores.

A nossa querida colega Monica Martinez – presidenta da SBPJor na gestão 2017-2019 –, hoje a pesquisadora em atividade na universidade brasileira mais produtiva em pesquisas centradas em jornalismo literário, foi uma dessas pessoas. Eu havia delineado uma adaptação do método estruturador de narrativas chamado de *A Jornada do Herói*, empregado especialmente no cinema, para histórias biográficas reais, em jornalismo literário. A professora Monica, apaixonada por mitologia e pelos dois grandes teóricos da Jornada – Joseph Campbell e Carl Gustav Jung – desenvolveu sua Tese de Doutorado, sob minha orientação, experimentando o emprego da Jornada no ensino de jornalismo. Onde foi aplicado o experimento? Na Uniube.

O estimado Raul Osório Vargas – hoje docente na Universidade de Antioquia em Medellín, Colômbia –, encaminhado por mim para pesquisar possíveis convergências entre o jornalismo literário e a história oral, foi igualmente testar a aplicação desse diálogo, lecionando na Uniube. O mesmo faria o professor Alex Criado, hoje na Espanha. E outros jovens, como Sérgio Vilas-Boas, iniciariam carreiras nessa ponte aérea acadêmica de viagem semanal só possível pelo entusiasmo da juventude. Toda semana, 483 quilômetros de São Paulo a Uberaba, outros tantos dois dias depois, no caminho de volta.

Outro episódio marcante nasceu de iniciativa do colega Celso Falaschi, então professor da PUC em Campinas, e que tinha sido meu aluno de pós-graduação

na ECA. Convidou-me, assim como a Sergio Vilas-Boas, então meu orientando, a nos unirmos a ele e seu aluno de graduação Rodrigo Stucchi para criarmos o primeiro site de jornalismo literário no Brasil, o TextoVivo.

Dois anos depois, Celso veio com outra ideia brilhante, um tanto ousada. Que tal se criássemos o primeiro curso de pós-graduação, lato sensu, em jornalismo literário, no país?

Assim fizemos. Constituímos a Academia Brasileira de Jornalismo Literário – ABJL – e fizemos parceria com instituições credenciadas pelo MEC para conduzirmos esse curso pioneiro. O núcleo central do corpo docente? O mesmo grupo desses jovens da ECA, alguns mais oriundos do projeto na Uniube, outros não. Ana Taís e Eduardo Portanova Barros, Renato Modernell. Mais adiante, pudemos incorporar ao corpo docente alguns de nossos alunos de maior destaque em turmas anteriores da própria pós-graduação. Fabiano Ormaneze, Mauri König, Cristiano Castilho, Ben-Hur Demeneck.

O curso aconteceu durante 12 anos consecutivos – principalmente em São Paulo, mas também em Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Goiânia –, a maior parte do tempo sob a égide da ABJL, que também organizou, em 2007, a primeira conferência brasileira de jornalismo literário. O evento contou com a participação de convidados ilustres do Brasil e do exterior, como Eliane Brum e Caco Barcellos, Mark Kramer da Universidade de Harvard, Paulo Moura, de Portugal.

A ABJL foi extinta em 2013, mas o curso continuou mais alguns anos, administrado pela empresa que montei para esse fim. Desde 2016, porém, o curso está hibernando. Com as crises múltiplas do país, não se formou mais turma.

Outros avanços da pesquisa em jornalismo literário?

Esse grupo que teve a ECA como espaço-ninho e depois a ABJL, de algum modo, foi de fato a principal fonte disseminadora do jornalismo literário pelo universo acadêmico brasileiro, numa fase histórica pioneira. Depois, iniciativas não associadas ao nosso grupo começaram a surgir, aqui e ali. Grupos de estudos na Intercom, apresentações de trabalhos em congressos. O número de pesquisadores que não tem raiz histórica nem na USP nem na ABJL foi crescendo.

Minha trajetória depois dessa fase pioneira inicial?

Ampliei o que esboçara na Tese de Doutorado, de desenvolver uma proposta conceitualmente estruturada de renovação do jornalismo literário, para o que denominei Jornalismo Literário Avançado. Adotei uma base transdisciplinar para esse avanço, a par com a revolução epistemológica que está acontecendo em fronteiras de vanguarda do conhecimento científico.

As inovações conceituais e os métodos e procedimentos incorporados que constituem o corpo do Jornalismo Literário Avançado trouxeram-me a oportunidade de plantar internacionalmente sementes inspiradoras, penso, para uma renovação desejada, se a comunidade global sentir algum valor em aproveitá-las, oportunamente. A incorporação da Jornada do Herói e de elementos da psicologia junguiana rendeu o convite para um pós-doutorado na Universidade de Toronto, assim como breves períodos de professor-visitante na Universidade de Florença, na de Londres e na de Antioquia. A criação paralela do método Escrita Total de escrita criativa, que desenvolvi primordialmente para potencializar a soltura de texto necessária para se escrever jornalismo literário, serviu de principal impulso para dois períodos de professor-visitante na Universidade EAN, de Bogotá.

Aposentei-me precocemente da USP em 2006, por força de uma séria questão familiar de saúde que precisei atender e me exigiu afastar-me de São Paulo por um tempo. Para Goiânia, por sinal.

Continuo tão ativo quanto, ou quase, profissionalmente. Produzi alguns artigos acadêmicos adicionais sobre jornalismo literário, desde então, para publicação no Brasil e no exterior. Participei de eventos internacionais da IALJS – International Association for Literary Journalism Studies –, a entidade global criada em 2006 que reúne especialistas acadêmicos de todo o mundo. Tenho ocasionalmente contribuído para livros e artigos dessa organização. Passei a escrever mais livros-reportagem, sempre em estilo de jornalismo literário, especialmente no campo de narrativas biográficas.

Curiosamente, no meu projeto mais recente, surpreendi-me vendo-me exercer de um modo não ortodoxo um papel de pesquisador do jornalismo. Escrevi a biografia-perfil de Joelmir Beting, ícone de primeira grandeza da história do jornalismo de economia no Brasil. No estilo de abordagem que adotei e no contexto, acabei por contribuir com uma versão simplificada da história dessa especialidade jornalística, assim como trouxe episódios da história do radiojornalismo, elementos da memória do jornalismo de televisão – Joelmir é apontado como o primeiro âncora da tevê brasileira –, e exposição de algo da crônica esportiva, assim como os bastidores operacionais da produção de colunas especializadas e da linguagem jornalística. O livro deve ser publicado no início de 2020.

Um saldo de reflexão desse resgate histórico para o cenário atual e para o panorama mais abrangente do jornalismo como um todo? E para o nosso campo da pesquisa em jornalismo?

Creio que a sociedade disruptiva deste nosso caótico século XXI em curso, geradora de uma crise de identidade ameaçadora do jornalismo, impõe a obrigação da reconquista transformada do lugar que lhe compete. A proliferação

das fake news, a banalização da comunicação pública pelos inúmeros meios novos de mídia social digital, o ataque fascista de líderes políticos sociopatas à imprensa, a vergonhosa, criminosa e facínora manipulação da opinião pública por governantes vis e irresponsáveis, o retrocesso trágico das visões de mundo daqueles que detêm momentaneamente o poder e tentam destruir o conhecimento e a cultura independentes, todo esse teatro dramático impulsiona obrigatoriamente o jornalismo a uma profunda revisão interna de si mesmo e a uma firme luta de preservação de si mesmo como um campo da maior relevância para a preservação da sanidade da sociedade, assim como para a manutenção do estado democrático.

O jornalismo tem de procurar provar-se a si mesmo a que veio, na civilização contemporânea, em meio a esse furacão terrível de mudanças em que a humanidade e as sociedades estabelecidas estão sendo chacoalhadas pelos ventos tsunâmicos de proporção monstruosa. A sociedade precisa de comunicação pública isenta comprometida com a ética, os direitos humanos, os valores universais básicos de todos os tempos e lugares. A primeira função clássica do jornalismo é oferecer essa via à sociedade. Mas para isso o jornalismo tem de lamber sua própria ferida, fazer-se o mea culpa, onde falhou. Renovar-se de postura.

O lugar do jornalismo é também sua outra função clássica de investigar e apurar os descarrilhamentos públicos das elites, figuras públicas e das instituições.

Mas só isso não basta. O jornalismo precisa rever, com redobrada coragem cívica, o papel escabroso que às vezes cumpre, por força de uma mentalidade distorcida e tacanha de leitura da realidade social, em que gera efeitos colaterais potenciais, em seu processo de comunicação, que contribuem para o aprisionamento das consciências, assim como para a involução da espécie.

As mensagens geram resultados de cocriação de realidades, no inconsciente coletivo. Excesso de distorção nessa percepção provoca a manutenção do estado do mundo nesse terrível cenário de estagnação da qualidade intrínseca do ser humano e da sociedade. Por trás da vistosa tecnologia futurista, desfila o pecado letal cada vez mais visível da destruição gradativa do planeta, por ignorância da visão de mundo que alicerçou o modelo civilizatório que adotamos desde a Revolução Industrial. Esse modelo faz explodir na nossa cara o seu lado sombrio e desumano. O jornalismo muitas vezes se mantém congelado nessa diabólica armadilha mental, por não mover seus alicerces epistemológicos de uma base linear, simplista, mecanicista e destrutiva, para uma urgente e necessária base sistêmica, holística, complexa.

É preciso mudar, e urgentemente, para que o jornalismo se alie de fato às correntes de força de vanguarda que estão pavimentando a via de transformação radical da civilização para conceitos, métodos, práticas e processos

revolucionariamente inovadores e sustentáveis. Asseguram a vida em todas as suas formas delicadamente integradas. O jornalismo precisa incorporar o conhecimento transdisciplinar ou propostas similares igualmente sustentadas num movimento de conquista de sabedoria no trato da vida. Precisa renovar-se, abandonando sem apego os viciados modelos mentais que introjetou, mas que está ameaçando o futuro da humanidade, pelos seus abomináveis efeitos da ignorância.

O que isso a ver com o campo da pesquisa em jornalismo?

Tudo. Um seu papel nobre é pesquisar reativamente o estado manifestado das coisas, tal como produzido pelo jornalismo. É relevante estudar como se está praticando o jornalismo de dados com as novas tecnologias a serviço do profissional da área. Mas se a pesquisa em jornalismo deseja ocupar um lugar de contribuição ainda mais significativa e premente, para a reconfiguração da atividade diante dos enormes desafios de transformação que o mundo humano enfrenta, creio que é necessária uma atitude proativa de maior ousadia. Em lugar de esperar a constatação de uma realidade pronta e acabada, ajudar a co-criá-la. Dialogar multidisciplinarmente e se possível transdisciplinarmente com outras áreas do conhecimento. Acompanhar a vanguarda das aceleradas mudanças epistemológicas em progresso velocíssimo nas ilhas de excelência dos diversos campos de conhecimento. Criar, experimentar, aplicar e ousar trazer para o sistema jornalístico, lá fora dos territórios universitários, contribuições que antecipem as inevitáveis crises disruptivas de nosso tempo, oferecendo caminhos prováveis para a adaptação aos novos tempos.

Que ajudem o jornalismo a demonstrar, como campo de conhecimento que também é, que, de fato, estamos todos interconectados na dança cósmica da existência e que as dramáticas mudanças de hoje são no mínimo de dimensões planetárias. E que só elevando nosso nível de consciência e amor pela vida – e, portanto, por nós mesmos e por nossos semelhantes – podemos cocriar a realidade luminosa do futuro que tanto desejamos.

Só assim, penso, o campo da pesquisa em jornalismo honrará, em larga escala, sua contribuição potencialmente promissora para ajudar o jornalismo em si a se tornar um agente de mérito na gigantesca missão de dignificar o ser humano, sacralizando a Terra. Para isso, todos nós temos de dar as mãos.

Referências

Livros acadêmicos

LIMA, Edvaldo Pereira. **El periodismo impreso y la teoría general de los sistemas: un modelo didactico.** Cidade do México: Trillas, 1991.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Escrita Total.** São Paulo: Clube de Autores, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo literário para iniciantes**. São Paulo: Edusp, 2014.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas** – o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura - jornalismo literário. São Paulo: Manole, 2009, quarta edição atualizada e ampliada.

Livros-reportagem

LIMA, Edvaldo Pereira. **Ayrton Senna** – herói de um novo tempo. São Paulo: Clube de Autores, 2009, volumes 1 e 2.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Colômbia espelho América 26**. São Paulo: Clube de Autores, 2013.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Joseph Davidowicz e a diáspora**. São Paulo: Clube de Autores, 2015.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Maestro de voo** – Azul e Pedro Janot – uma vida em desafios. São Paulo: Manole, 2014.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O mentor**. São Paulo: Gente, 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Por trás do tapete mágico: histórias da aviação**. São Paulo: Clube de Autores, 2016.

Capítulos de livros acadêmicos:

LIMA, Edvaldo Pereira. A century of nonfiction solitude: a survey of Brazilian Literary Journalism. In John S. Bak e Bill Reynolds, editors. **Literary journalism across the globe**. Amherst e Boston: University of Massachusetts Press, 2011.

LIMA, Edvaldo Pereira e Monica Martinez. Eliane Brum: new star in Brazil's literary journalism firmament. In Richard Lance Keeble e John Tullock, editors. **Global literary journalism: exploring the journalistic imagination**, volume 2. Nova York: Peter Lang, 2014.

LIMA, Edvaldo Pereira. Jornalismo da complexidade latino-americana global. In Antonio López Hidalgo, coordenador. **Periodismo narrativo en América Latina**. Quito: Ciespal, 2017.

Livros como editor (prática experimental de alunos de pós-graduação)

LIMA, Edvaldo Pereira (coordenador). **Econautas: ecologia e Jornalismo Literário Avançado**. Canoas e São Paulo: Editora da ULBRA e Fundação Peirópolis., 1996.

LIMA, Edvaldo Pereira (coordenador). **O Tao entre nós**. São Paulo: Com/Arte, 1994.

Artigos acadêmicos

LIMA, Edvaldo Pereira. Histórias de vida em Jornalismo Literário Avançado. **Comunicarte**, Campinas, SP, v. 19, 2002.

LIMA, Edvaldo Pereira. Jornalismo literário: o desafio de agora. **Cadernos da Comunicação - Série Estudos**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 89-94, 2003.

LIMA, E. P. Jornalismo literário: o legado de ontem. **Cadernos da Comunicação - Série Estudos**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 09-13, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. Literary journalism and transformative communication: proposal for the alignment of the new discipline with the growing trend of a communication transformative practice in social and human development. **Brazilian Journalism Research (online)**, v.14, p. 840-861, 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. Memória do futuro: Jornalismo Literário Avançado no século XXI - 1. **Inovcom** (São Paulo), v. 5, p. 68-78, 2013.

LIMA, Edvaldo Pereira. Memória do futuro: Jornalismo Literário Avançado no século XXI - 2. **Inovcom** (São Paulo), v. 6, p. 12-23, 2014.

LIMA, Edvaldo Pereira. Now into the future: Advanced Literary Journalism. **Literary Journalism – IALJS Newsletter**, outono 2017.

LIMA, Edvaldo Pereira. O jornalismo literário e a academia no Brasil: fragmentos de uma história. **Revista Famecos (Online)**, v. 23, p. 25024-n/a, 2016.

LIMA, Edvaldo Pereira. O Jornal-laboratório REVELAÇÃO e a Humanização da Narrativa Jornalística. **ABMES Cadernos**, Brasília, v. 4, p. 45-66, 2000.

Pesquisa Aplicada

Como desenvolver newsgames a partir do Game Design Document para Newsgames (GDDN): pesquisa aplicada no curso de graduação em Jornalismo da UFSC

Carlos Marciano¹

Introdução

O uso da tecnologia no jornalismo permite novas maneiras de se contar histórias e acreditamos que a capacidade de imersão dos jogos pode contribuir para o entendimento desses conteúdos. Essa união entre jogos e jornalismo pode ser observada nos newsgames, jogos cujo enredo é pautado em fatos jornalísticos, mas que visam não só entreter como também estimular, por meios lúdicos, a compreensão do fato noticiado.

O uso de jogos jornalísticos em sites de notícias, apesar de crescente, ainda é tímido, e um dos fatores que podem contribuir para o cenário é a falta de conhecimento sobre como produzir esse tipo de conteúdo, que requer conhecimento técnico, equipe multifuncional e, acima de tudo, planejamento para que as informações não fiquem em segundo plano. Pensando nisso este trabalho visa apresentar a aplicação de uma proposta metodológica sobre o desenvolvimento de newsgames com base no planejamento do jogo através do desenvolvimento do Documento de Game Design para Newsgames (GDDN).

Esta experiência foi aplicada na disciplina Questões Empíricas e Aplicadas da Pesquisa em Jornalismo: Metodologia de Estudos em Newsgames², com a participação de alunos de Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – PPGJOR, do curso de Graduação e profissionais da área que se matricularam como disciplina isolada³.

Newsgames no contexto educacional

Desde a década de 1960⁴ até os dias atuais muito se evoluiu no universo dos jogos eletrônicos, tanto na qualidade gráfica quanto na narrativa e imersão, ampliando sua utilização inclusive para além do entretenimento. No que se refere aos newsgames pode-se dizer que o marco inicial surgiu com September 12th⁵, desenvolvido por Gonzalo Frasca. Ao lançá-lo em 2003 o autor tinha a proposta de utilizar conteúdos lúdicos para estimular reflexão sobre os temas

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: carlosnmarciano@gmail.com

² Disponível em: <https://midiaonline.sites.ufsc.br/questoes-empiricas-e-aplicadas-da-pesquisa-em-jornalismo-metodologia-de-estudos-em-newsgames/>, acessado em 03/06/2019.

³ Modalidade aberta a participação da comunidade em disciplinas na UFSC.

⁴ Em 1962 foi desenvolvido o jogo Spacewar, produzido no MIT pela equipe liderada por Steve Russel, com o objetivo de demonstrar o potencial do computador PDP1, que trazia como novidade um display individual, frente às antigas máquinas que utilizavam folhas matriciais.

⁵ Disponível em: < <http://www.newsgaming.com/games/index12.htm> >. Acesso em 2 de janeiro de 2019

da atualidade, lógica que ainda se mantém nas equipes de desenvolvedores que visam aplicar tal ferramenta dentro do jornalismo.

O termo newsgame se refere aos jogos cujo enredo é embasado em notícias ou acontecimentos em curso, sendo que, através da mecânica e objetivos, o jogador é inserido no contexto retratado, e assim pode refletir sobre o tema.

Ilustrando o surgimento dos jogos jornalísticos, Santos e Seabra (2014) defendem que a base narrativa deles originou-se nos infográficos hipertextuais⁶. De acordo com os autores, o jornal online El Mundo, em meados de 2002, utilizava-se de mashups⁷ para veicular informações noticiosas. Compartilhando da ideia de Frasca (2003), Sicart (2008) também defende que a dinâmica dos newsgames se propõe ao debate público, desse modo, seguem a linha editorial do veículo em que são publicados.

Expandindo a definição de Frasca, Bogost, Ferrari e Schwaizer (2010) estabelecem seis gêneros de newsgames, cada um deles definido de acordo com o conteúdo que abordam: Newsgames de eventos recentes (Current Events Newsgames), Newsgames Infográficos (Infographic Newsgames), Newsgames Documentário (Documentary Newsgames), Newsgames de Raciocínio (Puzzle Newsgames), Newsgames de Comunidade (Community Newsgames) e Newsgames de Letramento (Literacy Newsgames).

Os autores ressaltam que um newsgame pode se enquadrar em mais de um gênero, desde que suas características estejam de acordo com as diferentes modalidades. Quinze anos após o pioneirismo de Frasca encontramos no ambiente online várias iniciativas lúdicas cujo conteúdo se basearam em fatos noticiados, algumas produzidas por veículos jornalísticos de renome (como The New York Times, El País e Folha de S. Paulo) e outras por desenvolvedores independentes que, em alguns casos, não possuem formação ou ligação profissional com a área da comunicação e jornalismo.

Existem portais jornalísticos que, na descrição de seus produtos lúdicos, os categorizam explicitamente como newsgames. Um exemplo é o Syhacked⁸, publicado em 2017 no site da Al Jazeera's, com o objetivo de colocar o jogador no papel de um jornalista investigando a atuação de hackers na guerra cibernética da Síria. Já o quiz “Seja um libertador da América”⁹, publicado em 2015 na seção Especiais ZH, dentro do portal do veículo jornalístico Zero Hora, é um exemplo de ferramenta que não apresenta em sua descrição o termo newsgame. O material

⁶ De acordo com os autores, são chamados de infográficos hipertextuais os infográficos que mesclam sons, textos e imagens. Em alguns casos o conteúdo desses materiais pode alterar de acordo com o tempo.

⁷ Referem-se aos aplicativos que formam uma nova ferramenta ao combinarem, em um mesmo suporte midiático, conteúdos de outros dispositivos.

⁸ Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2016/10/hacked-al-jazeera-news-game-syrian-cyberwar-161025085328121.html>> Acesso em 3 de fevereiro de 2019.

⁹ Disponível em: < <http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/zh-gremio-95/>> Acesso em 3 de fevereiro de 2019.

em questão aborda a trajetória e os personagens do time de futebol gremista que se sagrou Bicampeão da Libertadores da América em 30 de agosto de 1995.

Independente do assunto abordado, produzir um newsgame não é tarefa simples e requer planejamento, além de conhecimentos técnicos de arte e programação. A fim de auxiliar nesse entendimento, este trabalho apresentará a seguir uma experiência empírica de desenvolvimento de jogos jornalísticos.

Metodologia

A disciplina Questões Empíricas e Aplicadas da Pesquisa em Jornalismo: Metodologia de Estudos em Newsgames surgiu da necessidade de proporcionar aos alunos um conhecimento sobre os conceitos referente aos newsgames, jogos sérios e sua aplicação no jornalismo. Expor as potencialidades dos newsgames no jornalismo e como essa união se efetiva é didaticamente fundamental para que os alunos possam visualizar a sua aplicabilidade no mercado. Promovemos discussões e análises críticas sobre o estereótipo dos jogos como mero entretenimento – no sentido de propor uma quebra de paradigma. Na disciplina também aplicamos uma metodologia de análise e desenvolvimento de newsgames (Documento de Game Design para Newsgames – GDDN) desenvolvida pelo doutorando Carlos Marciano e, como fechamento desta prática, propomos a concepção de um modelo de newsgames e sua publicação, além de uma reflexão sobre os newsgames produzidos na disciplina. Inicialmente documentamos as atividades da disciplina no site da disciplina (Figura 1).

Figura 1: Site da disciplina sobre Newsgames aplicado aos alunos de Pós-Graduação, Graduação e profissionais do Jornalismo.
Disponível em: <https://midiaonline.sites.ufsc.br/>



Iniciamos a disciplina com uma abordagem mais teórica sobre os conceitos e tipos de newsgames propostos por Frasca, Bogost, Ferrari e Schwaizer (2010) e Marciano (2016). Mesmo em uma abordagem mais teórica, propusemos aos alunos uma análise exploratória sobre o tema e estudos de caso disponíveis na mídia. Desta forma promovemos uma discussão inicial sobre o tema. Após esta ambientação, abordamos o documento intitulado que norteou o desenvolvimento dos newsgames desenvolvidos em sala de aula. O Documento de Game Design para Newsgames (GDDN) apresenta requisitos fundamentais para esta produção, seu processo de desenvolvimento será abordado mais profundamente a seguir no tópico “O que é Game Design Document para Newsgames (GDDN)”

Na sequência da disciplina após a abordagem mais teórica, iniciamos com a parte prática que requer conhecimentos básicos sobre lógica de programação. Para fazer esta introdução usamos a plataforma Scratch, projeto desenvolvido pelo Lifelong Kindergarten Group do MIT Media Lab, disponibilizado gratuitamente. Com esta plataforma os alunos tiveram algumas aulas sobre lógica de programação e desenvolveram jogos simplificados para exercitar o conhecimento adquirido. Após a introdução sobre lógica, preparamos os alunos para desenvolver o seu newsgame, os alunos foram divididos em grupos, totalizando 4 grandes grupos multidisciplinares.

Em cada grupo as funções de cada participante foram logo definidas¹⁰: Produção de conteúdo, Design e Arte, Programação e sonorização (músicas), conforme a habilidade ou interesse de cada aluno em aprender as funções, algumas não tão habituais para profissionais da área do jornalismo. As primeiras aulas foram destinadas a brainstormings¹¹ para os grupos definirem o tema do seu jogo e o preenchimento do Documento de Game Design para Newsgames (GDDN).

Após o preenchimento dos requisitos do GDDN, os grupos apresentaram suas ideias aos professores e alunos para uma última análise e definição do tema e tipo de jogo futuramente desenvolvido (GamePlay)¹². Nesta fase, a disciplina foi totalmente prática e de assessoramento por parte dos professores. Um curso introdutório foi proferido por Carlos Marciano, bolsista de estágio-docência, sobre o Construct 2¹³, software escolhido para os alunos utilizarem no desenvolvimento dos newsgames, visto que o programa apresenta programação simplificada. Entre os conteúdos apresentados no curso introdutório estiveram a ferramenta aos alunos aprenderam sobre os controles básicos do software, diferenças entre jogos mobile e web, interface de design e sistema de programação. A partir deste momento cada grupo intensificou o desenvolvimento dos newsgames e cada

¹⁰ Grupos de Trabalho: https://docs.google.com/document/d/1AEVq90wJmxaobL_Fr1KLn42npDUYm2bbQJ8Xts-4GG0/edit?usp=sharing

¹¹ O brainstorming é uma dinâmica de grupo que é usada em várias empresas como uma técnica para resolver problemas específicos, para desenvolver novas ideias ou projetos, para juntar informação e para estimular o pensamento criativo.

¹² Game Play: Disponível em: <http://www.formuladejogos.com.br/single-post/2016/06/27/3-Gameplay-O-que-%-C3%A9-Gameplay>, acessado em 10/2/2019.

¹³ Disponível para download em <https://www.scirra.com/construct2>

aluno exercitou a sua função já previamente determinada e descritas no GDDN de cada projeto.

O que é Game Design Document para *Newsgames* (GDDN)

Indo na contramão das crises econômicas, o mercado de jogos tem faturamento constante, englobando o campo dos mobiles, consoles e boardgames. Embora o uso dos games para entretenimento seja o principal motivo desse crescimento exponencial, não é de hoje que educadores perceberam o potencial dessa ferramenta e os utilizam em sala de aula para trabalhar os mais variados assuntos, através da linguagem lúdica e até colaborativa.

O trabalho aqui apresentado, em termos de sua natureza, é definido como uma pesquisa experimental aplicada, uma vez que visa gerar conhecimento sobre o desenvolvimento e aplicação de um novo formato jornalístico - *Newsgames* aplicado a notícias.

Nessa linha, Moran (2013) enfatiza a importância de superar a educação tradicional, focando-se na aprendizagem do aluno através do diálogo e envolvimento. Inserir os jogos em sala de aula como ferramenta pedagógica complementar, seja na sua produção ou análise, é fazer uso da prática experimental, sistematizada no que Moran (2013) chama de metodologia ativa de aprendizagem.

Dentre os métodos propostos pelo autor, utiliza-se aqui da “aprendizagem personalizada” (adaptada ao ritmo e necessidade de cada pessoa ou grupo), “aprendizagem colaborativa, entre os pares” (grupos de interesse, presenciais ou virtuais, que compartilham o que sabem a fim de sanar as dúvidas) e “aprendizagem baseada em projetos” (alunos se envolvem com tarefas e desafios para resolver um problema ou desenvolver um projeto). Este trabalho relata uma experiência com essa metodologia, na qual estudantes aprenderam sobre jogos jornalísticos através da disciplina prática de produção de *newsgames*.

Antes de o jornalista ir apurar a matéria é realizada uma reunião de pauta, ou seja, uma reunião entre editores e repórteres para definir os acontecimentos que deverão ser noticiados (factuais ou não), bem como as fontes e desdobramentos que o artigo deverá seguir.

A mesma lógica vale para o *newsgame*: antes de realizar o desenvolvimento do jogo é recomendável que a equipe se reúna, pense nos aspectos técnicos e conceituais do jogo, apresentando assim um Game Design Document (GDD) que sistematize os objetivos da ferramenta e deixe claro de que forma o conteúdo do jogo estará relacionado com a matéria jornalística.

Existem diversos modelos de GDD, mas, de uma forma geral, ele atua como um grande guia, pois detalha para equipe as etapas de desenvolvimento, incluindo as atividades, cronogramas, recursos, funções e prazos.

Quanto maior o projeto, maior o detalhamento necessário, sendo assim o estudo apresentado visou sistematizar o desenvolvimento de um Game Design Document para Newsgames (GDDN), unindo o lead jornalístico com alguns pontos de GDD tradicionais, sistematizando-os assim em 13 tópicos, conforme apresentados a seguir.

História (O quê?)

Esse item aborda a descrição detalhada da história, contendo começo, meio e fim. Apresenta uma breve descrição do ambiente onde o jogo acontece e também dos principais personagens envolvidos na história. Aqui deve-se incluir a resposta para a primeira pergunta do lide jornalístico (O quê?) ou seja, apresentar o fato ocorrido.

A história deve sinalizar a matéria (no caso de um newsgame que complementa um assunto abordado em outras mídias) ou tema jornalístico (no caso de um newsgame que não complementa outra mídia e é divulgado como forma independente de debater o assunto, por exemplo, em newsgames editoriais) que deu origem a ideia do newsgame. É interessante que exista alguma menção no newsgame sobre a temática trabalhada, seja na forma textual (na tela de menu, por exemplo) ou inserindo links dentro do jogo para redirecionar o jogador ao conteúdo que deu origem ao newsgame.

Objetivos (Por Quê?)

Esse item apresenta uma descrição genérica do objetivo(s) do jogo, o detalhamento irá acontecer na gameplay. Inclui-se aqui o que deve ser alcançado pelo personagem principal, qual a finalidade do game (comercial, educativo, etc) e a que público o jogo se destina. Em uma notícia, a resposta para a pergunta seis do lide (Por quê?) apresenta a causa, os motivos que ocasionaram determinado fato. Aqui ela pode ser incluída de duas formas:

Resposta ligada a gameplay do jogo, ou seja, o objetivo do newsgame irá representar, direta ou indiretamente, a causa da notícia. Por exemplo, em uma notícia sobre a destruição de uma cidade por um furacão, a causa para o fato destruição é o surgimento do furacão. Assim o newsgame pode ter como objetivo fazer os moradores escaparem do furacão (nesse caso o objetivo representa indiretamente a causa, pois o furacão simboliza o motivo pelo qual as pessoas estão fugindo, mas as pessoas é que são controladas pelo jogador). Outro objetivo pode ser obter informações sobre os pontos afetados pelos ventos, para isso o jogador irá controlar o furacão e fazê-lo passar pelos locais afetados (nesse caso o objetivo representa diretamente a causa, pois o furacão é controlado pelo jogador).

Resposta ligada ao objetivo do newsgame. Nesse caso não se explica o motivo do jogo, mas sim o motivo principal para a criação do newsgame e sua relação com o conteúdo noticioso (é um newsgame para complementar uma matéria de um site ou algum outro veículo? Ironizar algum tema? Simplificar conteúdos complexos como matérias de economia?).

É recomendável que um newsgame não seja restrito a um tipo específico de público, mas seja pensado para que a maioria das pessoas possa jogá-lo, disseminando assim o conteúdo informativo de forma mais eficaz.

Equipe e Deadline

Basicamente este item sinaliza qual o tempo disponível, quantas pessoas e quais especialidades são necessárias para desenvolver o projeto. Em se tratando de newsgames o tempo de desenvolvimento age diretamente sobre o tipo de projeto e a equipe necessária para desenvolvê-lo.

Uma equipe mínima ideal é composta pelo jornalista (responsável pela apuração do conteúdo e acompanhamento se o mesmo está sendo desenvolvido de acordo com o objetivo do newsgame), um artista (responsável pela criação dos elementos gráficos – tais como cenários, personagens, fotografia – podendo ser encontrados dentro da própria redação como os ilustradores de infográficos, fotógrafos ou web designers) e um programador (responsável por codificar o jogo no software e linguagem de sua preferência, podendo também ser encontrado dentro da própria redação como os profissionais de Tecnologia da Informação).

Um newsgame simples pode ser feito rapidamente por profissionais que dominam várias habilidades, mas ter profissionais com habilidades distintas trabalhando em conjunto é fundamental para trabalhos com maior qualidade e tempo de desenvolvimento reduzido.

Embora aconteça, não é recomendável que seja lançado um newsgame semanal ou diário. Para atingir efetivamente o potencial comunicativo dos newsgames é recomendável que ele seja planejado e discutido na reunião de pauta, estabelecendo assim um tempo maior para seu desenvolvimento juntamente com a evolução na apuração da reportagem. É importante também que todos os envolvidos na produção conversem sempre entre eles, a fim de resolver rapidamente qualquer dificuldade que possa aparecer. Obviamente o fator financeiro também é relevante, visto que no caso de contratação de pessoal externo ele deverá ser levado em consideração, assim é preciso pensar também não só a questão do tempo, mas se existe verba disponível para o desenvolvimento de tal trabalho e de quanto é este valor.

Sendo assim, antes de iniciar o desenvolvimento é importante pensar em questões como: quando o newsgame será lançado? Irá ser divulgado junto com a matéria ou de forma independente? É um newsgame simples que pode ser desenvolvido por poucas pessoas? Será necessário investir em pessoal de fora para desenvolver o projeto? Qual a verba destinada para esse newsgame? Qual o valor de mercado cobrado para cada um dos profissionais necessários? Quanto cada profissional selecionado irá cobrar pelo serviço?

Gameplay e Plataforma (Como?)

Este item é um dos mais importantes e completos, pois irá descrever a mecânica do jogo. Para isso é relevante que as descrições respondam às seguintes perguntas: quais são os desafios encontrados pelo jogador e quais os métodos usados para superá-los? Como o jogador avança no jogo e como os desafios ficam mais difíceis? Como o gameplay está relacionado com a história? O jogador deve resolver quebra-cabeças para avançar na história ou deve vencer chefões para progredir? Como funciona o sistema de recompensas (pontos, dinheiro, experiência, itens colecionáveis, armas, poderes)? Quais os benefícios que o jogador tem com cada um desses itens? Qual é a condição de vitória (salvar o universo, matar todos os inimigos, coletar 100 estrelas)? Qual é a condição de derrota (perder 3 vidas, ficar sem energia)? Em que plataforma o jogo será disponibilizado (web, mobile, Android, IOS, tabuleiro, cartas)?

Em uma notícia, a resposta para a pergunta cinco do lide (Como?) apresenta o modo, a maneira como o fato ocorreu. Neste item ela pode ser incluída de duas formas:

Diretamente à gameplay: o modo como o fato ocorreu é representado na gameplay do game. Por exemplo, em uma notícia cujo fato são manifestações contrárias ao governo, o “como?” é indicado no lide com a menção de que os manifestantes entraram em conflito com a polícia. Um newsgame sobre esse fato pode justamente colocar o jogador no papel dos manifestantes ou policiais, fazendo-o assim participar do conflito e conhecer as consequências para os dois lados combatentes. Ou seja, o newsgame simula e ilustra o modo como o fato ocorreu na realidade.

Diretamente ao newsgame: neste caso a gameplay não necessariamente faz uma simulação da maneira como o fato ocorreu na realidade. Assim este tópico irá explicar como o jogo será desenvolvido, quais suas características de entretenimento e informação, tendo em mente as definições anteriores de objetivo, tempo e financiamento.

Em síntese, coloca-se aqui as ideias iniciais das fases, como o jogador irá alcançar os objetivos propostos, quais as recompensas e desafios que ele irá encontrar para atingir esse objetivo, como a informação será apresentada ao jogador. Também é detalhado neste ponto em que plataforma o jogo será disponibilizado, de modo que artistas e programadores saibam antes de iniciar o projeto em quais linguagem e resoluções devem trabalhar.

Personagem (Quem?)

Neste item se deve pensar as características físicas e de personalidade dos personagens principais (nome, idade, raça, temperamento), sua história no jogo (pensar no passado do personagem pode ajudar a pensar em como ele irá se desenvolver no universo “presente” do jogo), bem como suas habilidades (poderes especiais, golpes especiais, armas), que alterações ele pode sofrer durante o jogo (ficar mais forte, trocar de roupa) e as ações que eles podem executar (andar, correr, pular, pulo duplo, escalar). Se possível, é aconselhável também apresentar aqui um esboço gráfico dos personagens.

Personagem não é um requisito para os newsgames, pois depende da mecânica escolhida pelos desenvolvedores. No entanto, caso os desenvolvedores optem por acrescentar algum, é recomendável que ele represente virtualmente a resposta para a segunda pergunta do lide (Quem?).

Isto é, aconselha-se que o avatar controlado pelo jogador seja a representação do personagem envolvido no fato noticiado ou, ao menos, tenha alguma ligação com o conteúdo retratado.

Inimigos

Assim como nos personagens, é necessário também pensar as características físicas, de personalidade e habilidades dos inimigos. Um newsgame não precisa necessariamente apresentar inimigos, mas se assim for planejado pelos desenvolvedores é aqui que se deve apresentar as características. Se possível, é aconselhável também apresentar aqui um esboço gráfico dos inimigos.

Inimigo é tudo aquilo que coloca uma dificuldade no jogo, sendo assim, um jogo cronometrado, por exemplo, pode ter o tempo como próprio inimigo. Também é preciso pensar no grau de dificuldade, por exemplo, se o jogo fica mais rápido com o passar do tempo ou os inimigos mais fortes.

Assim, é necessário pensar: quantos serão? Em que momento do jogo irão aparecer? Qual o nível de dificuldade que cada um apresenta ao jogador para ser derrotado (10 vidas, 3 rounds, é um inimigo que não precisa ser derrotado e pode ser desviado apenas)? Como eles se comportam, interagem e quais suas habilidades (andam para frente, surgem aleatoriamente, disparam tiros)? Como eles serão derrotados (clicando em cima, sendo atingidos por um tiro)? O que o jogador ganha ao derrotá-lo (pontos, acesso a novas áreas, vencem o jogo)?

Universo do jogo (Onde?, Quando?)

Neste item apresenta-se a descrição e ilustração prévia dos cenários e mapas do jogo, bem como as respostas para as perguntas 3 e 4 do lide. É importante destacar aqui também onde o jogador irá encontrar as informações noticiosas, de que modo elas serão apresentadas, ou seja, onde está a apuração jornalística dentro do jogo. Em uma notícia, a resposta para a pergunta 3 do lide (Quando?) informa a data ou momento em que o fato ocorreu, já a resposta para a pergunta 4 do lide (Onde?) apresenta o local do acontecimento (estrada, casa, quarto, cidade).

Ambas podem ser apresentadas no newsgame em telas de informações nos menus do jogo, ou através de indicações gráficas durante a gameplay (por exemplo, desenhos que simbolizam a época e local do fato, como cenários com suásticas ao fundo e representação de Auschwitz em um newsgame que retrata uma notícia sobre a vida de Hitler).

A música e efeitos sonoros também são de extrema importância, pois dão mais dinamismo a jogabilidade e servem como feedback de determinadas ações para o jogador. Algumas questões também podem auxiliar no planejamento desse tópico: como as fases do jogo estão conectadas? Qual a estrutura do mundo? Qual a emoção presente em cada ambiente? Que tipo de música deve ser usada em cada fase? Qual a necessidade de cada cenário?

Controles

Seja nos jogos tradicionais ou nos newsgames, ter em mente como são acessados os botões do jogo e como os personagens serão controlados é fundamental para se pensar a programação. É importante ressaltar também que cada plataforma apresenta características diferentes, ou seja, no caso de mobile deve-se pensar em controles touch screen, já no caso de jogos pelo PC pode-se optar por teclado e mouse por exemplo.

Os controles podem ser explicados no decorrer do jogo, podem aparecer em um menu específico ou mesmo podem ser suprimidos (neste caso, pressupõe-se que o jogador já tenha familiaridade com o determinado gênero de jogo e seus comandos básicos). Se possível, recomenda-se colocar aqui um esboço do controle que será utilizado, seus botões e funções no jogo.

Embora não seja comum, pode-se pensar em diferentes controles para cada plataforma como no caso de jogos para computador ou mesmo em aparelhos mobile que permitem a inserção de joystick. Se existir, deve ser exemplificada aqui as combinações de botões e suas respectivas funções dentro do jogo, sejam estas para abrir um menu novo, desligar o som, ou mesmo dar ao personagem uma habilidade especial.

Caso tenha-se a intenção de disponibilizar um newsgame em várias plataformas, o mesmo deverá ser programado para atender as particularidades de controle de todas elas, podendo isso demandar mais tempo dos programadores e, algumas vezes devido as resoluções e tamanhos de tela, ter que ser feito um layout para cada plataforma.

Câmera

A câmera não é um fator muito relevante nos newsgames, sendo normalmente ajustada para que o jogador tenha visão completa dos personagens e cenários. No entanto, caso os desenvolvedores optem por alguma alteração, a mesma deve ser explicada aqui como irá ocorrer (de cima para baixo, visão em primeira pessoa) e qual a função dessa visualização diferenciada (dar zoom no inimigo, acessar o mapa).

Interface

Neste item é planejado o design das interfaces do jogo, tais como tela inicial, menu de opções, tela de pause, menu de itens, tela de loading, tela de créditos,

etc. Apresenta-se também os elementos de indicação do jogo, conhecidos como HUD (head-up display).

A interface representa os elementos visíveis na tela que irão sintonizar o jogador dentro do jogo. No caso de newsgames, normalmente é nela que aparecem as informações jornalísticas, seja por meio de telas de menu, botões ou mesmo explicação de algum item que o jogador encontra durante a partida.

Quando o projeto abrange personagens e tempo é importante planejar como o HUD será visível, ou seja, em que parte da tela o jogador terá informações sobre a vida do personagem, os pontos coletados e o cronômetro do jogo. Apresentar aqui o rascunho da disposição desses elementos também é aconselhável.

Cutscenes

Devido às questões de tempo e a função de ser objetivo com as informações, não é comum utilizar cutscenes em newsgames. No entanto, caso elas sejam uma opção adotada pela equipe, aqui deverá ser pensado como elas serão desenvolvidas (descrever o roteiro, definir o método e ferramentas utilizadas para produção ou captação, explicar em quais momentos do newsgame estas cutscenes irão aparecer e por qual motivo).

Vale lembrar que pode ser inserido aqui tanto vídeos introdutórios como animações e normalmente a função principal da cutscene é explicar ao jogador o enredo por trás do jogo, a história de algum personagem e qual a ligação dele com o game.

Cronograma

O tempo é um fator fundamental para o desenvolvimento de um newsgame, portanto estabelecer um cronograma prévio com divisão de tarefas, início e fim do projeto é de extrema importância. Normalmente o cronograma é dividido entre os meses de desenvolvimento e as atividades são planejadas semanalmente, para que a equipe se encontre uma vez por semana ou a cada quinze dias e apresente o avanço em suas respectivas tarefas.

Vale ressaltar a necessidade de cumprimento dos prazos, porém todo projeto está suscetível a contratemplos e, neste caso, deve ser feito um novo cronograma explicando o fato e estabelecendo novos prazos.

A boa gestão de um cronograma garante um trabalho de qualidade, sem sobrecarregar nenhum integrante da equipe. É importante definir aqui um cronograma inicial, com as etapas do projeto, a divisão de tarefas e uma previsão do tempo total para cada uma ser concluída.

Orçamento

Em relação ao orçamento é necessário saber quais os equipamentos necessários para a produção do jogo, bem como o valor de mercado do trabalho de cada profissional envolvido. É pertinente fazer também uma planilha de pagamentos explicando detalhadamente onde o dinheiro será investido (tanto em recursos de pessoal como de infraestrutura) além de marcar os valores e por qual período determinado profissional estará vinculado ao projeto.

A pessoa responsável pelo controle financeiro precisa estar sempre atenta para que o custo não ultrapasse o valor total disponível, principalmente em casos de editais, pois todos os custos deverão ser comprovados com notas fiscais ou recibos.

Estudos de Caso desenvolvidos em sala de aula

Após receberem orientação sobre como desenvolver o GDDN, materializá-lo e terem as aulas de apoio sobre newsgames e utilização do Construct 2, os estudantes puderam apresentar as ideias iniciais à turma, discutir sobre as potencialidades de cada tema escolhido e fazer reflexões sobre o processo criativo.

SOS Hercílio

A proposta apresentada pelo grupo 1 foi criar o SOS Hercílio,¹⁴ um jogo (Figura 2 e Figura 3) sobre a restauração da ponte Hercílio Luz. De acordo com Aoki, Batista, Beilfuss, Leão e Malkowski (2019, no prelo), ela é uma conexão entre ilha e continente localizada em Florianópolis (SC), foi inaugurada em 1926 e interditada em 1991. Desde então, algumas empresas assumiram a responsabilidade pelo restauro mas em seguida abandonaram a obra, tornando o término do restauro uma incerteza. A última encarregada previa a conclusão da obra em outubro de 2018, mas o prazo foi ampliado até o segundo semestre de 2019.

De acordo com o GDDN¹⁵, o objetivo era apresentar ao jogador uma breve história sobre o assunto, os investimentos feitos pelo Governo do Estado, o processo de interdição e a importância na vida dos catarinenses. Duas jornalistas do grupo foram encarregadas de apurar as informações necessárias para a produção da reportagem “Ponte Hercílio Luz: 96 anos de história e muitas incertezas”¹⁶, a qual embasa o jogo e aparece na tela inicial da interface do SOS Hercílio.

Para transformar a história em uma experiência lúdica ao jogador, o grupo definiu a narrativa onde um turista precisa passar pela ponte, indo na direção continente-ilha. Ele precisa acender todas as lâmpadas que encontra no

¹⁴ Disponível em: <https://aokittos.itch.io/sos-hercilio>, acessado dia 10/03/2019.

¹⁵ Disponível em https://drive.google.com/file/d/1QY0F484BujGBL3JT3FdnHRXforbWOf_F/view?usp=sharing, acessado dia 10/03/2019.

¹⁶ Disponível em: <https://midiaonline.sites.ufsc.br/ponte-hercilio-luz-96-anos-de-historia-e-muitas-incertezas/>, acessado dia 10/03/2019.

caminho, pois cada vez que uma lâmpada é acesa o jogador recebe uma informação sobre a ponte Hercílio Luz.

Figura 2: Captura de tela da interface do jogo SOS Hercílio no momento em que o personagem acende uma das lâmpadas.



Também é preciso ficar atento às peças da ponte que caem no decorrer da tela e podem ferir o personagem, diminuindo sua vida. No final do caminho está localizado um portal que dá acesso à ilha de Florianópolis, porém ele só abre se o jogador tiver aceso todas as lâmpadas no caminho.

Figura 3: Tela final do jogo; aparece após o personagem atravessar o portal da ponte.



Mete a Colher

A violência contra a mulher em Santa Catarina foi o tema de "Mete a Colher"¹⁷, jogo (Figuras 4 e 5) apresentado pelo grupo 2. A ideia surgiu a partir da expressão popular "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". Segundo Bourscheid, Carvalho, Mueller, Silva e Ventura (2019, no prelo), o principal motivo

¹⁷Disponível em: <https://marciano.itch.io/ng-meteacolher>, acessado 10/03/2019.

da escolha do tema foi a constatação de que em Santa Catarina os índices de agressões, abusos e demais violências contra mulheres oferecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-SC) são inquietantes. Só no primeiro semestre de 2018 foram registrados 9 estupros por dia e 53 lesões corporais, também diárias.

Para dar suporte ao jogo, a equipe produziu a reportagem "Violência contra a mulher não tem endereço"¹⁸. Foram colhidas informações como: tipos mais recorrentes de violência contra a mulher, locais onde já foram denunciados casos, entrevistas com vítimas e autoridades.

Conforme descrito no GDDN¹⁹, o cenário do jogo é a Avenida Beira Mar Norte, uma das principais vias de Florianópolis, onde já houve tentativa de estupro. É possível escolher entre um avatar homem e mulher, mas independente da escolha, a experiência de jogo é a mesma para os dois. São apresentadas algumas cenas no decorrer das fases e é preciso que seja feita uma escolha em interferir ou não. O jogador deverá responder cinco perguntas, e quando a resposta é correta ele recebe uma colher. Ao final do jogo, dependendo do número de colheres que tiver coletado, será apresentado seu desempenho em relação às respostas obtidas nas cenas.

Figura 4: Captura de tela do jogo Mete a colher.



¹⁸ Disponível em: <https://midiaonline.sites.ufsc.br/a-violencia-contr-a-mulher-nao-tem-endereco/>, acessado 10/03/2019.

¹⁹ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QgPJ_du_JXg-1C5RfyMZA5EeI9mTOM5K/view?usp=sharing, acessado 10/03/2019.

Figura 5: Tela final do jogo Mete a colher.



Fact-checking O Jogo

O terceiro grupo escolheu a checagem de fatos (Figuras 6 e 7) como tema para produzir o newsgame "Fact-checking O Jogo"²⁰. Para Bonaldo, Oliveira, Pimenta, Roberto e Rosati (2019, no prelo), o intuito era exibir ao público a estrutura e funcionamento de uma agência de checagem de fatos e apresentar as etapas necessárias a serem superadas para obtenção de uma informação verdadeira. A equipe produziu um projeto transmídia, com jogo, redes sociais e um site²¹ com informações sobre checagem de fatos cujo conteúdo complementa a experiência do usuário.

O grupo se inspirou no jogo "Where in the World is Carmen Sandiego?" para produzir a interface com perguntas e resposta. Em "Fact-checking O Jogo", o personagem é um estagiário de jornalismo contratado para checar uma série de informações veiculadas durante o período eleitoral de 2018.

Como apresentado no GDDN²², no jogo são apresentadas três frases a serem checadas. Uma é sobre a Lei Rouanet: "É verdade que a Lei Rouanet retira recursos de outras áreas, como saúde e educação para investir em cultura?". Há a frase sobre previdência: "O panfleto 'Verdades sobre a reforma da previdência' é verdadeiro?". A última é sobre Voto nulo: "Voto nulo e em branco possuem o mesmo efeito?"

Ele precisa visitar algumas fontes: Congresso, Biblioteca, Universidade, Internet e conferir se a informação passada pela chefe é correta. É importante ficar atento ao deadline definido; caso o estagiário não consiga juntar as informações a tempo, ou não conseguir formular a checagem corretamente, ele é demitido. Se ele conseguir obter informação de qualidade e em tempo, é promovido.

²⁰ Disponível em: <https://marciano.itch.io/fact-checking>, acessado em 10/03/2019.

²¹ Disponível em: <https://factcheckingojogo.wordpress.com/>, acessado em 10/03/2019.

²² Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YYkTy2ziAX7g3ZZlF8FkghsKilm6f87T/view?usp=sharing>, acessado em 10/03/2019.

Figura 6: Captura de tela de Fact-checking. O jogo - conversa com chefe



Figura 7: Captura de tela de Fact-checking. O jogo - tela de fonte



Quando as regras vêm

Motivado pelas discussões no Supremo Tribunal Federal em 2019, o grupo 4 escolheu o tema aborto para criar o newsgame "Quando as regras vêm"²³, (Figuras 8 e 9). Conforme Christia, Coelho, Jansen, Koyama e Santos (2019, no prelo), a interrupção de gravidez é permitida no Brasil apenas em caso de risco à gestante, anencefalia ou estupro. Sendo assim, a mulher que não se enquadrar nos casos citados não tem permissão legal para interromper a gestação pois o ato é considerado crime.

Como o Estado não permite o aborto, os dados sobre assunto não são muito consistentes. Outro ponto importante é a falta de amparo adequado: como o aborto ainda não é visto como questão de saúde pública, o procedimento acaba sendo feito em clínicas clandestinas e/ou de maneira precária e sem assistência médica.

Para dar suporte ao jogo e complementar a experiência do usuário, foi produzida uma reportagem intitulada "Quem aborta no Brasil?"²⁴ e um programa de rádio chamado "Somos todas clandestinas"²⁵.

De acordo com o GDDN²⁶, a intenção do jogo é propor uma reflexão sobre a descriminalização do aborto. A personagem é Rosa, mulher que decide interromper uma gestação e precisa decidir de que maneira irá fazer isso. Há quatro finais diferentes, uma simulação de situações que podem ocorrer na realidade com mulheres na mesma situação.

Figura 8: Captura de tela do jogo " Quando as regras vêm " (apresentação de personagem)

²³ Disponível em: <https://nawenbunny.itch.io/quando-as-regras-vm> , acessado em 10/03/2019.

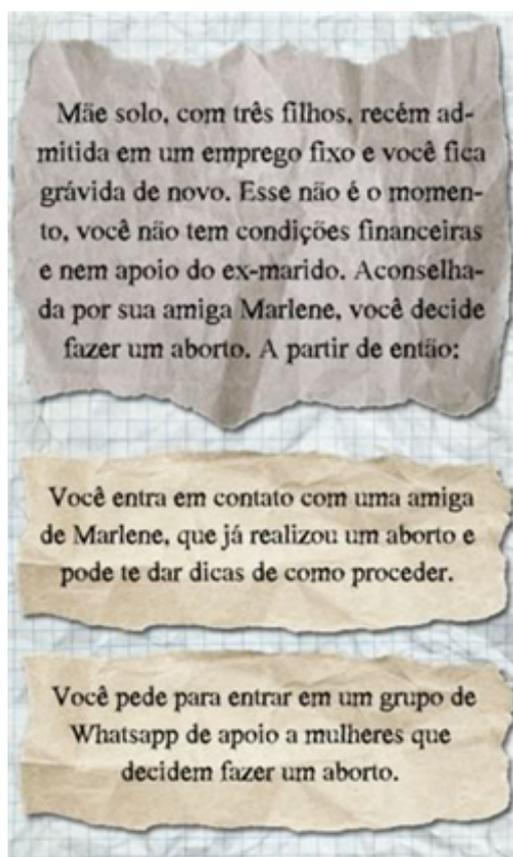
²⁴ Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1--WULL9dnLI0IPXf8V0fQ3UtTJ5DJ1F2ojh5Pr6hOQw/edit?usp=sharing> , acessado em 10/03/2019.

²⁵ Disponível em: <https://soundcloud.com/rafaela-coelho-11/somos-todas-clandestinas> , acessado em 10/03/2019

²⁶ Disponível em; <https://drive.google.com/file/d/1LKn-Zp5uYYiTmJQBtWdosiUYSc2pt5Bm/view?usp=sharing>, acessado em 10/03/2019.



Figura 9: Captura de tela do jogo " Quando as regras vêm



Considerações Finais

Apresentamos neste trabalho um relato de uma aplicação prática em sala de aula cujo objetivo inicial era promover uma discussão sobre este novo formato e o desenvolvimento de newsgames. Após a disciplina, pudemos verificar que os resultados foram além da expectativa primária. Notamos um engajamento

e interesse dos alunos para conhecer novas tecnologias de produção e adaptá-las ao Jornalismo. Em nenhum momento percebemos que atividades multidisciplinares como Programação (e.g) e demais relacionadas aos GDDs, foram obstáculos nesta nova produção.

Em um momento tão promissor para os Jogos Digitais, porque não desenvolver histórias em um contexto lúdico ou de ação para contextualizar uma realidade? Acreditamos que Jornalistas podem atuar neste mercado de forma a potencializar novos formatos e narrativas digitais sem se distanciar de seu ethos de formação. A experiência na disciplina mostrou que, com direcionamentos e orientações, tal desenvolvimento de newsgames é possível.

Percebemos com a aplicação do Game Design Document para Newsgames (GDDN) que o mesmo atuou como ponto crucial nesse planejamento dos newsgames, posteriormente desenvolvidos com orientações quanto à parte de programação.

Acreditamos que incentivar o uso de novas ferramentas com o propósito jornalístico é extremamente relevante. Assim, com base na experiência da disciplina, cremos que a disseminação e aplicação do GDDN em outras instâncias acadêmicas, ou mesmo em redações comerciais, pode facilitar esse processo.

Referências

BOGOST, Ian; FERRARI, Simon; SCHWEIZER, Bobby. **Newsgames: journalism at play**. London: The MIT Press, 2010. 235 p ISBN 9780262014878.

MARCIANO, Carlos Nascimento. **Jogando ética: newsgames de letramento no ensino de deontologia jornalística**. 2016. 237 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PJOR0081-D.pdf> , acessado em 08/02/2019.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Educatrix – Dossiê Currículo, São Paulo: Moderna, a. 7, n. 12, p. 66-69, 2013.

_____, **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II, Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

SANTOS, Luciene A; SEABRA, Geraldo A. **NewsGames – Teoria Geral Aplicada dos games baseados em notícias: criando as bases narrativas de um novo modelo de Jornalismo Online**, e-book, 2014.

Doutorado

Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo

Pedro Aguiar ¹

Introdução

Quarenta anos atrás, o mundo da Comunicação comemorou a aprovação do Relatório MacBride, resultado de três anos de análises e debates conduzidos por uma comissão internacional formada pela UNESCO. Por sua vez, a comissão foi produto de anos de campanha e pressão por uma reforma na comunicação internacional, conhecida pela sigla NOMIC (Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação) e iniciada em 1973 no seio do Movimento dos Países Não-Alinhados. No contexto bipolar da Guerra Fria, tal bloco representava a maior parte das nações da África, Ásia e América Latina (com notável exceção do Brasil), que, na maioria, tinham sido colonizadas pelas potências europeias ou pelos EUA (BISSIO, 2014).

Os sete anos de campanha pela NOMIC mobilizaram jornalistas, gestores públicos e pesquisadores acadêmicos no esforço de denunciar que os países colonizadores (o Primeiro Mundo, ou Norte Global) ainda mantinham uma relação de dominância na comunicação internacional sobre os países colonizados (o antes chamado Terceiro Mundo, ou Sul Global), mesmo depois da independência destes últimos. Diversos levantamentos, estudos quantitativos e qualitativos e relatórios feitos na época apontavam o dedo para um mesmo culpado: as agências transnacionais de notícias.

Ao fornecerem grande parte das notícias publicadas na imprensa dos países periféricos, não só para assuntos estrangeiros mas também domésticos, as agências Reuters, Associated Press, AFP e UPI² (então chamadas de “As Quatro Grandes”), segundo esses estudos, perpetuavam na comunicação a relação de subordinação colonial que as antigas metrópoles haviam nominalmente encerrado com as emancipações políticas.

Pois, naquele contexto anterior à internet, a saída que muitos dos mesmos jornalistas, acadêmicos e políticos viam para corrigir a desigualdade nos fluxos Norte-Sul de notícias era precisamente fomentar a criação de agências operadas pelos Estados soberanos dos países descolonizados. Entre as décadas de 1940 e 1980, o número de agências na África, Ásia e América Latina explodiu, com a

¹ Jornalista e professor de Jornalismo da UFF (Universidade Federal Fluminense), em Niterói (RJ). Doutor em Comunicação pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e mestre em Comunicação pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Ganhador do Prêmio Adelmo Genro Filho 2019, da SBPJor, na categoria doutorado.

² A UPI, embora ainda exista em 2020, é hoje um fragmento do que foi na época da Guerra Fria. Depois de falir e ser vendida por cinco vezes (1982, 1985, 1988, 1991 e 2000), a agência agora está nas mãos do grupo News World Communications, fundado pelo conservador evangélico coreano Reverendo Moon.

criação de agências em quase todos os países que iam ficando independentes (BOYD-BARRETT; RANTANEN, 1998, p. 8). Esse tipo de serviço jornalístico entrou na lista de entidades fundamentais à soberania que cada novo Estado-nação implantava: um banco, correios, uma empresa de energia, uma universidade, uma companhia aérea e uma agência de notícias.

A digitalização e a globalização do acesso à informação pareceriam colocar um freio nessa tendência, mas, mesmo depois da disseminação da internet, de 1995 em diante, novas agências continuaram sendo criadas – especialmente nas monarquias árabes e em países insulares do Caribe e da Oceania. E, em lugar de ameaçar sua continuidade, as mídias digitais forneceram novas janelas de visibilidade e disseminação para essas empresas, a custo virtualmente zero, o que foi muito bem recebido por gestores de orçamentos estatais periféricos, frequentemente reduzidos.

Neste cenário, faltavam dados primários para compreender qual papel exercem hoje as agências de notícias dos Estados do Sul Global, e em que medida o jornalismo que praticam é diferente de suas congêneres dos centros do sistema-mundo, muitas delas empresas bilionárias como a Reuters, a Bloomberg e a Dow Jones.

Foi esse o objetivo da pesquisa apresentada neste capítulo: identificar quais são, onde estão e como funcionam todas as agências de notícias mantidas por Estados soberanos no Sul Global, de modo a conhecer suas estruturas operacionais, seus produtos jornalísticos e suas estratégias para sobreviver num mundo em que a produção da informação foi barateada e facilitada, mas a circulação da informação continua controlada por empresas e governos das mesmas potências coloniais de outrora.

Problema e metodologia da pesquisa

O principal problema de pesquisa era entender quais são as condições de produção e operação específicas do jornalismo praticado pelas agências de notícias estatais no contexto das periferias do sistema-mundo – ou, de forma mais ampla, quais são as especificidades estruturais das agências de notícias do Sul Global. Como agências de notícias são empresas dedicadas à circulação da informação, fornecendo material para os veículos de mídia, seus clientes, não se aplica a elas a maior parte da literatura sobre Jornalismo e Comunicação que enfatiza a produção de notícias e sua publicação. O foco, neste caso, precisava estar na circulação.

Para responder essa questão, a hipótese central da qual se partiu foi a de que, no contexto da convergência digital, a natureza da brecha Norte-Sul na comunicação internacional está não tanto mais na esfera da produção, e sim principalmente na esfera da circulação: embora a produção de mídia tenha ficado muito mais barata e acessível com os dispositivos digitais, os canais para fazer circular esses

conteúdos permanecem concentrados e controlados por corporações privadas e por entes estatais dos centros do capital.

Derivando dessa hipótese, duas premissas orientaram a investigação. A primeira era a de que a circulação de informações no contexto periférico tem o Estado como força-motriz. O Estado seria, portanto, protagonista dessa etapa econômica da comunicação internacional no Sul Global, como já previra a ideologia desenvolvimentista do pós-guerra, em meados do século XX. A premissa secundária com que se trabalhou foi a de que a forma de tratamento e processamento da informação nas agências de notícias dos países periféricos é ontologicamente distinta daquela das agências transnacionais de notícias (como Reuters, AP, AFP e Bloomberg): enquanto estas tratam a informação como mercadoria, as agências do Sul lidam com a informação como direito, por sua função social e por seu valor estratégico. Assim, foi desenvolvido na tese o conceito de informação-mercadoria³, paradoxalmente aplicado por exclusão ao modelo operacional das agências dos centros, e não das periferias. A informação-mercadoria não seria simplesmente um produto informativo posto à venda, nem uma informação circunstancialmente mercantilizada, mas sim aquela que, no ciclo do capital-mercadoria, é produzida em função de seu valor de troca.

Como se pode perceber, o referencial teórico-metodológico necessário para embasar a pesquisa mobilizou arcabouços conceituais da Economia Política (em duas de suas vertentes aplicadas: a Economia Política Internacional e a Economia Política da Comunicação) e da Geografia (particularmente, na recente área interdisciplinar das Geografias da Comunicação). Particularmente, a obra de Wallerstein (1974) forneceu a macroteoria fundadora, a dos sistemas-mundo, que sustentou permanente diálogo com autores da Comunicação Internacional, em especial Mattelart (1994; 1996; 2000) e Boyd-Barrett (1980; 2000; 2011; 2012a; 2012b; 2014), sendo este último a principal referência em estudos sobre agências de notícias.

Entretanto, o tripé teórico só se completou quando a pesquisa se propôs assumir uma perspectiva do próprio Sul Global – não como objeto, mas como sujeito do conhecimento. Assim, os chamados Estudos Descoloniais, em proximidade com a proposta das Epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2009), contribuíram para pôr em xeque as definições normativas de jornalismo e de agências de notícias trazidas pela bibliografia produzida nos centros do sistema-mundo. As propostas de adotar a perspectiva descolonial nas pesquisas em Comunicação, deslocando-se “da visão culturalista para a Economia Política” (HERRERA, SIERRA e DEL VALLE, 2016, p.98), conferiram coesão ao ferramental teórico.

³ Como termo, a ideia conjugada de “informação-mercadoria” aparece em diversas referências na literatura acadêmica, não só brasileira mas em diversas línguas, em disciplinas tão distintas quanto a Comunicação, a Economia, o Direito, a Geografia e a Ciência da Informação. Mas o que se propôs na tese foi trabalhar tal ideia como um conceito, isto é, tendo uma definição precisa e propriedades identificáveis em distintos contextos.

Para delimitar quais agências seriam estudadas, a pesquisa começou com um levantamento exploratório prévio, que identificou ao todo 2.712 agências, sendo 1.698 delas ativas em 2018. Sobre este conjunto, apenas dois critérios foram aplicados: 1) que fossem de propriedade estatal (integral ou parcial); e 2) que tivessem sede estabelecida em país não pertencente à OCDE. Com esse filtro, restaram 110 agências em 105 países,⁴ constituindo estas o corpus da pesquisa (Tabela 1).

Tabela 1 – Agências estatais de notícias do Sul Global

Tabela 1 – Agências estatais de notícias do Sul Global	
América Latina e Caribe	África Subsaariana
<i>Télam - Telenoticiosa Americana</i> (Argentina)	<i>SANews - South African Government News Agency</i> (África do Sul)
<i>BGIS - Barbados Government Information Service</i> (Barbados)	<i>Angop - Angola Press</i> (Angola)
<i>ABI - Agencia Boliviana de Información</i> (Bolívia)	<i>ABP - Agence Bénin Presse</i> (Benin)
<i>ABr - Agência Brasil</i> (Brasil)	<i>BOPA - Botswana Press Agency</i> (Botsuana)
<i>PL - Prensa Latina</i> (Cuba)	<i>AIB - Agence d'Information du Burkina</i> (Burkina Faso)
<i>ACN - Agencia Cubana de Noticias</i> (Cuba)	<i>ABP - Agence Burundaise de Presse</i> (Burundi)
<i>ANDES - Agencia de Noticias del Ecuador y Suramérica</i> (Ecuador)	<i>Inforpress - Agência Cabo-Verdiana de Notícias</i> (Cabo Verde)
<i>AGN - Agencia Guatemalteca de Noticias</i> (Guatemala)	<i>ACAP - Agence Centrafricaine de Presse</i> (República Centro-Africana)
<i>JIS - Jamaica Information Service</i> (Jamaica)	<i>ACI - Agence Congolaise d'Information</i> (Congo)
<i>Notimex - Agencia de Noticias del Estado Mexicano</i> (México)	<i>ACP - Agence Congolaise de Presse</i> (República Democrática do Congo)
<i>IP Paraguay - Agencia de Información Paraguaya</i> (Paraguai)	<i>AIP - Agence Ivoirienne de Presse</i> (Costa do Marfim)
<i>Andina - Agencia Peruana de Noticias y Publicidad</i> (Peru)	<i>ADI - Agence Djiboutienne d'Information</i> (Djibuti)
<i>SKNIS - St. Kitts and Nevis Information Service</i> (São Cristóvão e Névis)	<i>Erina - Eritrean News Agency</i> (Eritreia)
<i>AVN - Agencia Venezolana de Noticias</i> (Venezuela)	<i>ENA - Ethiopian News Agency</i> (Etiópia)
Ásia-Pacífico	<i>AGP - Agence Gabonaise de Presse</i> (Gabão)
<i>BNA - Bakhtar News Agency</i> (Afeganistão)	<i>GNA - Ghana News Agency</i> (Gana)
<i>BSS - Bangladesh Sangbad Sangstha</i> (Bangladesh)	<i>AGP - Agence Guinéene de Presse</i> (Guiné)
<i>MNA - Myanmar News Agency</i> (Birmânia)	<i>ANG - Agência de Notícias da Guiné</i> (Guiné-Bissau)
<i>AKP - Agence Kampuchea Press</i> (Camboja)	<i>GEP - Guinea Ecuatorial Press</i> (Guiné Equatorial)
<i>Xinhua</i> (Agência de Notícias Nova China) (China)	<i>LENA - Lesotho News Agency</i> (Lesoto)
<i>CNS - China News Service</i> (China)	<i>LINA - Liberia News Agency</i> (Libéria)
<i>KCNA - Chung-Yang Tongshin</i> (Coreia do Norte)	<i>ANTA - Agence National d'Information Taratra</i> (Madagascar)
<i>PACnews - Pacific Islands News Service</i> (Fiji)	<i>MANA - Malawi News Agency</i> (Maláui)
<i>PNA - Philippines News Agency</i> (Filipinas)	<i>AIM - Agência de Informação de Moçambique</i> (Moçambique)
<i>Antara - Lembaga Kantor Berita Nasional Antara</i> (Indonésia)	<i>NAMPA - Namibia Press Agency</i> (Namíbia)
<i>KPL - Khaosan Pathet Lao</i> (Laos)	<i>ANP - Agence Nigérienne de Presse</i> (Níger)
<i>Bernamea - Berita Nasional Malaysia</i> (Malásia)	<i>NAN - News Agency of Nigeria</i> (Nigéria)
<i>Montsame - Mongolyn Tsakhilgaan Medee</i> (Mongólia)	<i>KNA - Kenya News Agency</i> (Quênia)
<i>RSS - Rashtriya Samachar Samiti</i> (Nepal)	<i>APS - Agence de Presse Sénégalaise</i> (Senegal)
<i>APP - Associated Press of Pakistan</i> (Paquistão)	<i>ATOP - Agence Togolaise de Presse</i> (Togo)
<i>Lankapuvath</i> (Sri Lanka)	<i>STP-Press - São Tomé e Príncipe Press</i> (São Tomé e Príncipe)
<i>TNA-MCOT - Thai News Agency</i> (Tailândia)	<i>SAP - Seychelles Agence Presse</i> (Seicheles)
<i>CNA - Central News Agency</i> (Taiwan)	<i>SLENA - Sierra Leone News Agency</i> (Serra Leoa)
<i>Tatoli - Agência de Notícias de Timor-Leste</i> (Timor-Leste)	<i>SONNA - Somali National News Agency</i> (Somália)
<i>TTXVN - Thông Tấn Xã Việt Nam</i> (Vietnã)	<i>ZANIS - Zambia News and Information Services</i> (Zâmbia)
	<i>ZIANA - Zimbabwe Inter-African News Agency</i> (Zimbábue)

⁴ Cinco países têm duas agências estatais de notícias cada: Bósnia-Herzegovina (SRNA e FENA); China (Xinhua e CNS); Cuba (Prensa Latina e ACN); Líbia (JANA e LANA); e Rússia (TASS e Sputnik).

Leste Europeu e Eurásia

ATA - Agjencia Telegrafike Shqiptare (Albânia)
ArmenPress - Armenian News Agency (Armênia)
AzerTAc - Azerbaijan Döwlet Teleqraf Agentliyi (Azerbaijão)
BelTA - Belarúskae Telegráfnæ Aguëntstva (Bielorrússia)
FENA - Federalna Novinska Agencija BiH (Bósnia)
SRNA - Novinska Agencija Republike Srpske (Bósnia)
Kazinform (KazAkparat) (Cazaquistão)
MIA - Makedonska Informativna Agencija (Macedônia)
Moldpres (Moldávia)
Kabar - Kirgizskoye Natsionalnoye Informatsionnoye Aguëntstvo (Quirguízia)
TASS - Telegráfnoye Aguëntstvo Sovietskogo Soyuz (Rússia)
Sputnik (Rússia)
Tanjug - Telegrafiska Agencija Nove Jugoslavije (Sérvia)
Khovar - Novosti Tajikistana (Tadjiquistão)
TDH - Türkmen Döwlet Habarlar Agenligi (Turcomenistão)
Ukrinform - Ukrainske Natsionalne Informatsiyne Agentstvo (Ucrânia)
Uza - Uzbekistan National News Agency (Uzbequistão)

Oriente Médio e Norte da África

SPA - Saudi Press Agency (Arábia Saudita)
APS - Algérie Presse Service (Argélia)
BNA - Bahrein News Agency (Bahrein)
QNA - Wakalat al-Anba al-Qatariya (Catar)
ATP - Agence Tchadienne de Presse et d'Édition (Chade)
MENA - Middle East News Agency (Egito)
WAM - Wakalat Anba'a al-Emarat (Emirados Árabes)
SABA - Yemen News Agency (Iêmen)
INA - Iraqi News Agency (Iraque)
IRNA - Xabar Guzāra Jomhuri-e Eslāmi (Irã)
Petra - Jordan News Agency (Jordânia)
KUNA - Kuwait News Agency (Kuwait)
NNA - National News Agency (Líbano)
JANA - Jamahiriya News Agency (Líbia)
LANA - Wakalat al-Anba'a al-Lībiyā (Líbia)
AMAP - Agence Malienne de Presse et de Publicité (Mali)
MAP - Maghreb Arabe Presse (Marrocos)
AMI - Agence Mauritanienne de l'Information (Mauritânia)
ONA - Oman News Agency (Omã)
WAFA - Wakalat al-Anba' al-Falastin (Palestina)
SANA - Syrian Arab News Agency (Síria)
SUNA - Sudan News Agency (Sudão)
TAP - Tunis Afrique Presse (Tunísia)

Fonte: AGUIAR, 2018. Levantamento próprio conduzido para a pesquisa de doutorado do autor.

O foco esteve em aspectos estruturais e operacionais, sem examinar o conteúdo dos textos e serviços prestados pelas agências examinadas. A pesquisa buscou fiar a análise com base no concreto, não em níveis de abstração elevados.

As agências de notícias do Sul Global no século XXI

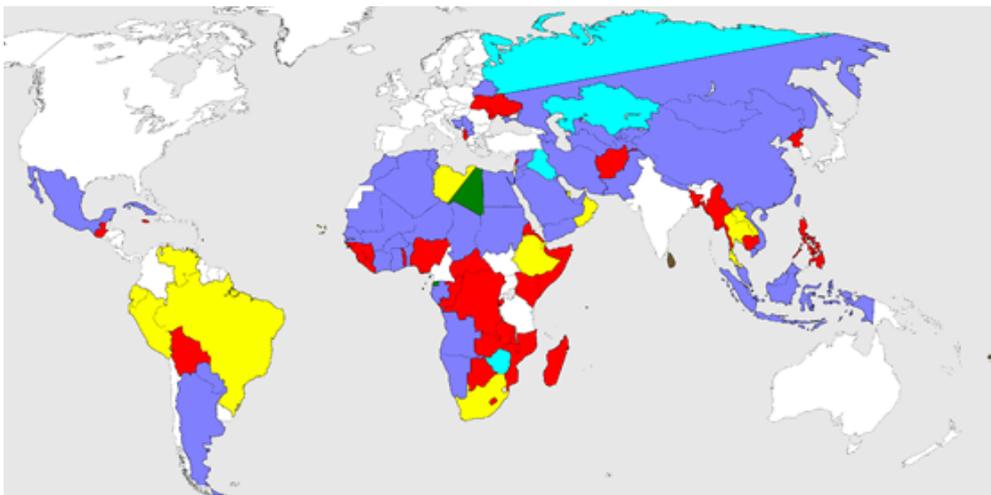
O que a pesquisa obteve para ajudar a entender como operam atualmente as agências de notícias do outrora Terceiro Mundo, hoje chamado de Sul Global, foi um quadro complexo em que se observaram poucas tendências gerais. Há nele tanto empresas gigantes, como a Xinhua chinesa e a TASS russa, até serviços modestos, em pouco distintos de uma página na internet, como a Guínea Ecuatorial Press (GEP). Algumas sequer têm recursos (financeiros e humanos) para manter websites ativos, mas pode-se verificar que funcionam por meio da reprodução de seus despachos na imprensa nacional de seus países.

Na tese, o recorte em cinco regiões de análise (América Latina e Caribe; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Ásia-Pacífico; Leste Europeu e Eurásia) ajudou a identificar tendências regionais e certas dinâmicas impelidas por proximidade geográfica e cultural. Mas, para efeito de síntese, os resultados da pesquisa são aqui apresentados apenas no somatório global, dentro de cada categoria de análise utilizada.

Estatutos e relações com o Estado

Conquanto todas as 110 agências de notícias incluídas na pesquisa sejam – direta ou indiretamente, total ou parcialmente – propriedade dos respectivos Estados nacionais dos territórios onde estão sediadas, as relações estatutárias e de controle variam bastante. A natureza institucional-jurídica de quase metade, 52 delas, é de empresas autônomas, enquanto 36 são órgãos públicos ou repartições da administração pública, 16 são consideradas simples serviços prestados por outros órgãos ou entidades, duas são cooperativas entre jornais e empresas de mídia (a Lankapuvath, do Sri Lanka, e a PACnews, de Fiji), quatro integram um grupo ou conglomerado estatal, e uma é uma simples página web para publicação de notícias (a GEP). Quanto ao vínculo de controle, 64 delas são subordinadas a um ministério ou pasta do Poder Executivo, 21 respondem diretamente à chefia de governo, 12 estão sob a guarda de uma empresa pública de radiodifusão (caso da Agência Brasil, que funciona dentro da EBC), quatro são vinculadas ao parlamento ou a um conselho de Estado, duas a partidos políticos, uma a agência reguladora, duas integram uma cooperativa, duas são sociedade mista público-privada, uma a facção beligerante ou grupo dissidente clandestino (a JANA, da Líbia) e uma não teve sua entidade mantenedora identificada.

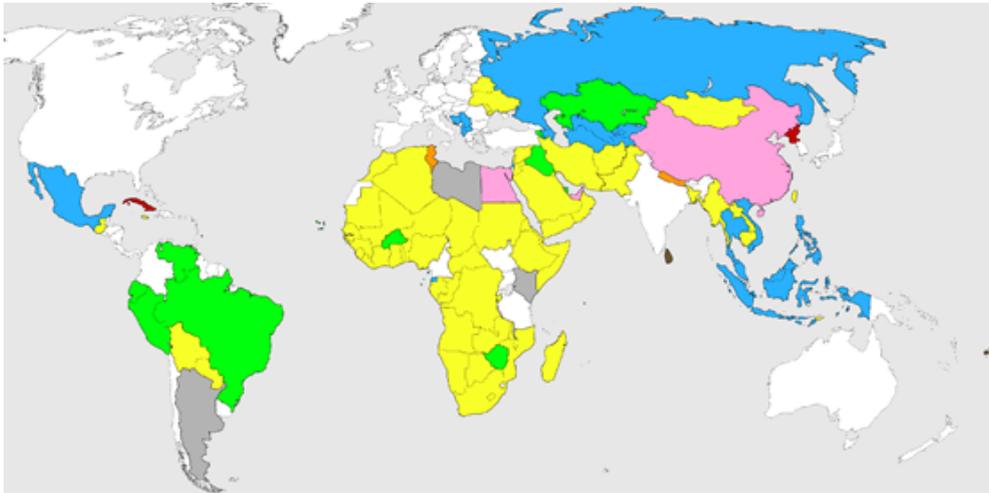
Figura 1 – Agências por tipo de natureza institucional



- empresa autônoma (pessoa jurídica própria)
- serviço prestado por empresa ou entidade
- órgão público, setor/repartição de governo
- empresa de um grupo ou holding estatal
- cooperativa entre jornais e mídia
- blog/página web para publicação de notícias

Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 2 – Agências por tipo de vínculo de controle



- agência subordinada à chefia de governo
- agência subordinada a uma empresa estatal de radiodifusão
- agência subordinada a um partido político
- agência subordinada a um parlamento ou conselho de Estado
- agência subordinada a um ministério
- agência subordinada a uma sociedade mista público-privada
- agência subordinada a uma cooperativa de mídia
- outros tipos de vínculo de controle

Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

Recursos humanos e estrutura operacional

Em relação à quantidade de jornalistas trabalhando na agência, os números variaram entre a Bernama malaia, com 300, e os 13 da ANG, da Guiné-Bissau, incluindo os 135 da Petra jordaniana, os da e os 50 da MIA macedônia. Curiosamente, a maioria das agências que declara a quantidade de jornalistas contratados não especifica quantos deles trabalham como correspondentes – e vice-versa. A Sputnik russa emprega 80 correspondentes; a SANA síria, 43; a CNS chinesa, 40; a APP paquistanesa, 22; e a AIM moçambicana, somente dois.

A título de comparação com outras agências não incluídas na pesquisa, a PTI, da Índia, declara ter 400 jornalistas e a Anadolu, da Turquia, declara empregar 2.200 funcionários ao todo, inclusive não-jornalistas.

Quanto à localização das praças de correspondências, é admirável como as agências de notícias do Sul repetem o padrão de localização das agências do Norte (Figura 3). Embora haja aglomerações em países específicos do Sul, em virtude das praças domésticas da agência nacional de cada um, as maiores concentrações gerais de praças estão nos países europeus e estadunidenses, além do Japão. Entretanto, entre eles figuram também alguns dos grandes países periféricos, como Rússia, China, Índia e Irã.

Figura 3 – Praças de correspondências das agências de notícias do Sul Global



Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

As variáveis sobre produtividade são a categoria mais incompleta, já que muito poucas agências divulgam este tipo de dado – mesmo quando solicitadas. De forma geral, não declaram as médias de quantos despachos por dia costumam enviar, nem quantas palavras por dia, quantas fotos, quantos vídeos ou quantos cliques sonoros. A cultura organizacional de sigilo, tão cara às agências do Norte, por receio de prejudicar suas estratégias de comercialização, também afeta as agências do Sul. Entretanto, a explicação para tal atitude, neste segundo caso, deve estar relacionada ao valor estratégico, em contraposição à ideologia da informação-mercadoria. Os poucos dados obtidos na coleta e nas respostas ao questionário para esta categoria estão dispostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Dados de produtividade de agências pesquisadas				
Agência	Assinantes	Despachos/dia	Palavras/dia	Fotos/dia
ADI	--	5	250	--
AIM	--	12	--	--
Angop	--	400	--	--
APS-Argélia	--	600	--	200
ArmenPress	--	300	--	--
ATA	--	100	--	50
BelTA	700	170	--	100
Bernamea	--	300	--	--
BNA	--	150	--	--
KUNA	--	200	--	--
MAP	--	590	--	20
MIA	--	350	--	--
MIA	225	100	--	--
NAN	--	200	--	--
Petra	22	120	--	--
SANA	--	500	--	150
SPA	--	400	20.0241	151
Sputnik	--	790	--	--
SRNA	--	250	--	--

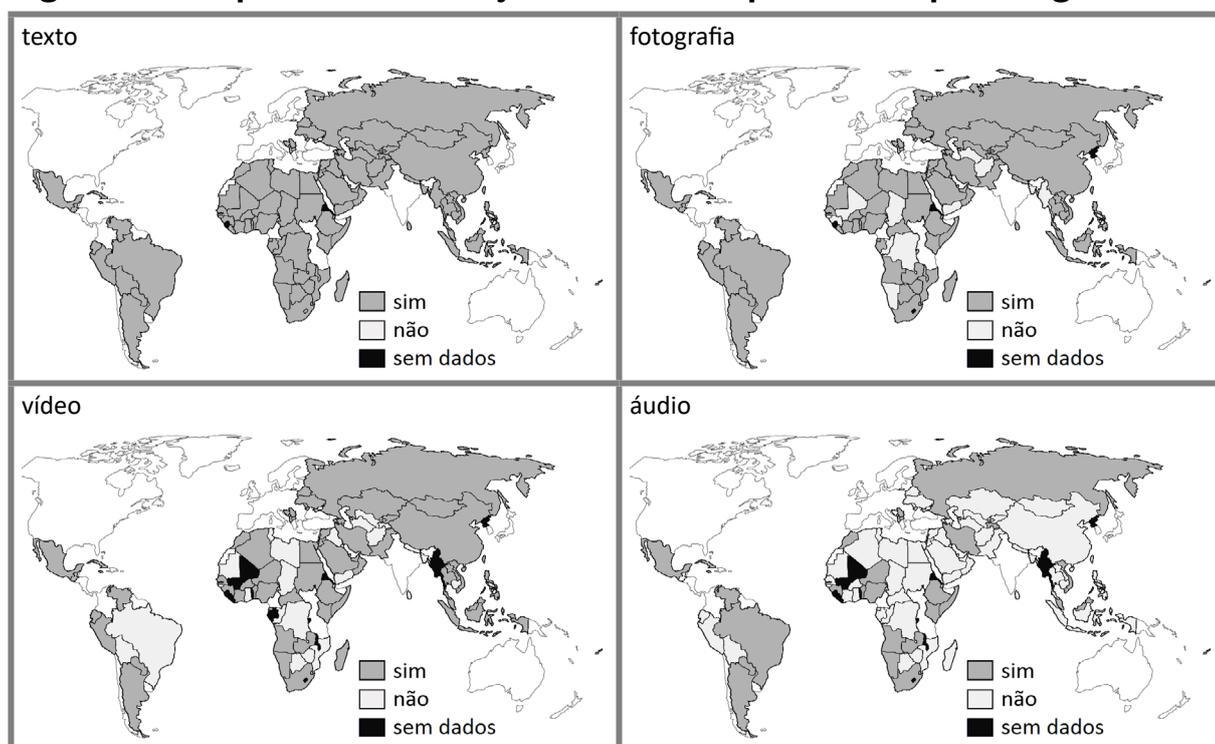
Tanjug	100	350	--	100
TASS	5.000	1.500	--	--
Télam	2.800	500	--	--
Ukrinform	--	300	--	--
Xinhua	--	290	--	--

Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

Serviços prestados

O perfil das cestas de serviços prestados pelas agências estatais do Sul Global destoa pouco de uma região para outra. O predomínio do texto é evidente, e os serviços fotográficos são consolidados em segundo lugar, um quadro para o qual não se prevê alteração tão cedo. Mesmo em tempos de previsão de hegemonia do audiovisual graças ao streaming de vídeo e a promessas de universalização da banda larga, vídeo é um serviço menos comum em função dos custos de produção envolvidos (da captação à edição e à transmissão), mas poderia surpreender, a princípio, que a oferta de áudio não seja mais comum, dada a importância do rádio como meio de comunicação de massa nos contextos periféricos e aos índices altos de analfabetismo. Entretanto, fatores particulares da linguagem radiojornalística – como a relação de proximidade com o ouvinte, as marcas de oralidade, sotaque e estética sonora – inibem o aproveitamento de material pré-gravado de agências na programação de emissoras, em virtude de suas marcas impessoalidade, padronização e, frequentemente, produção por estrangeiros ou jornalistas distantes do contexto dos clientes (Cf. AGUIAR, 2017).

Figura 4 – Suportes de serviços noticiosos prestados pelas agências



Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

Agências de notícias não fornecem apenas notícias propriamente ditas, mas toda uma gama de serviços de informação que servem de matéria-prima para jornalistas nas redações editarem as notícias, bem como outros gêneros

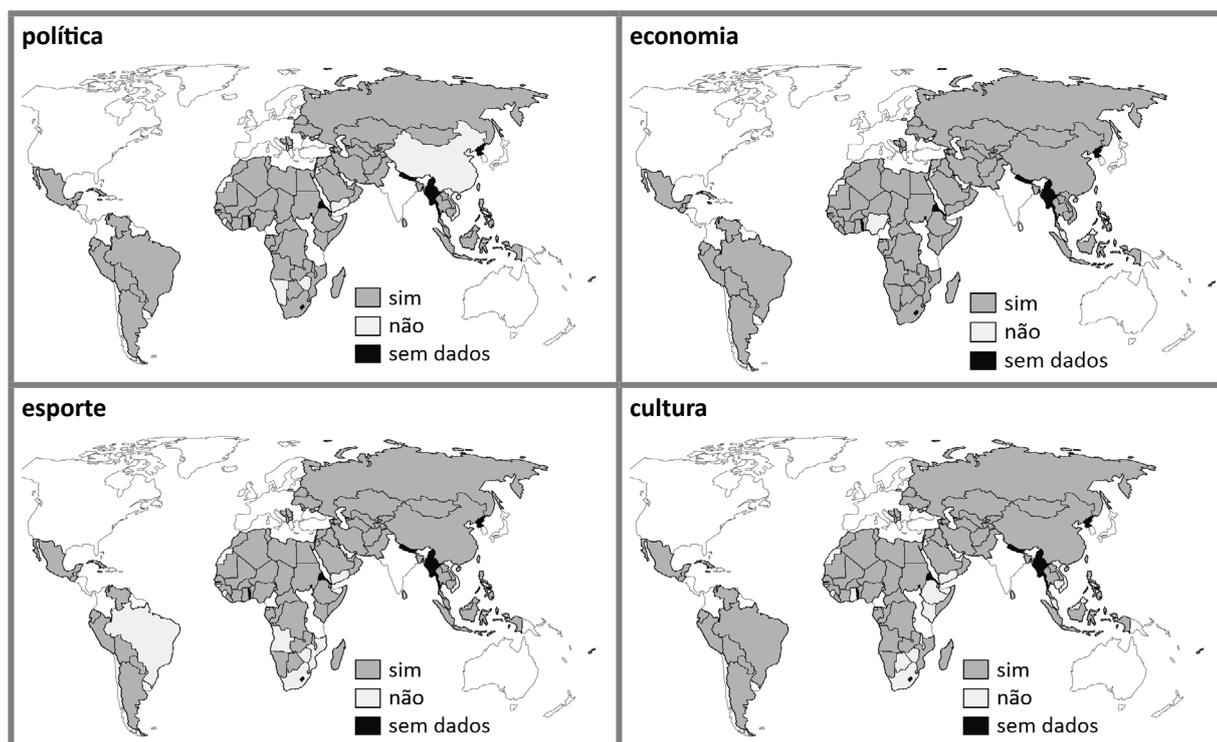
jornalísticos – reportagens, crônicas, perfis, entrevistas – e materiais não-textuais, como fotografias, áudios e vídeos. Mas os serviços não-jornalísticos das agências, prestados para clientes mídia e não-mídia, são também importantes fontes de receita para as empresas do setor. Se isto vale para agências comerciais do Norte, é ainda mais para as agências do Sul Global, onde a escassez do capital aumenta a necessidade de diversificar as formas de autofinanciamento.

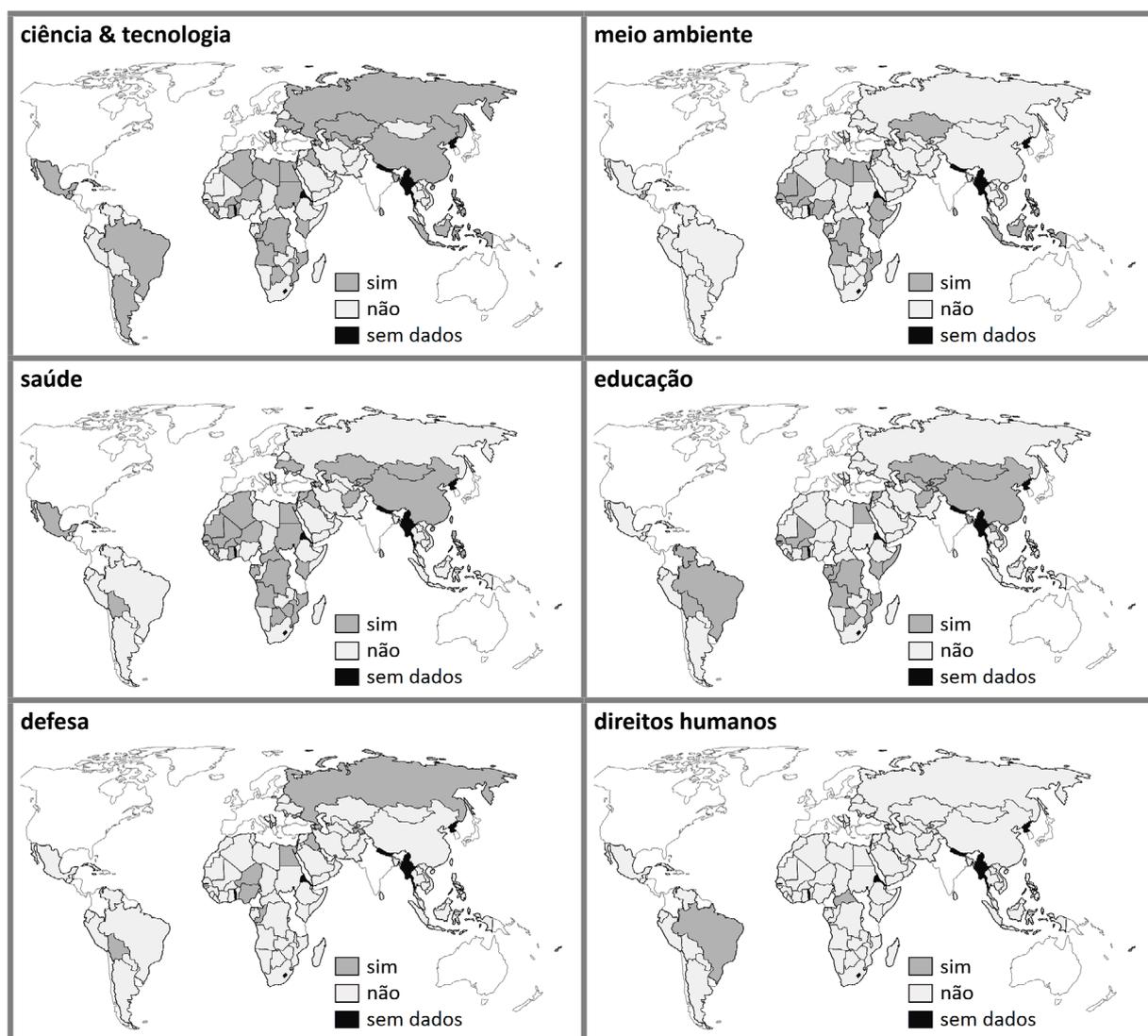
Assuntos cobertos

Os assuntos contemplados nos serviços noticiosos também variam do cânone do jornalismo moderno-colonial até particularismos só compreensíveis se examinados em contexto local-regional. Em agências de notícias periféricas, raramente a divisão temática se reflete na composição de “editorias”, de forma com que todos os redatores e editores produzam despachos a respeito de todos os assuntos. A divisão, quando há, aparece no serviço (e nos websites) sob distintas rubricas, que são as palavras-chave escolhidas para indicar e agrupar notícias por semelhança temática.

As rubricas temáticas dos assuntos mais frequentemente cobertos pelas agências estatais do Sul Global se distribuem entre 91 de política, 99 de economia, 64 de internacional, 48 de local, 28 de regional (da região supranacional ou do continente), 20 de defesa e assuntos militares, 91 de esportes, 58 de sociedade, 43 de saúde, 36 de educação, 46 de ciência e tecnologia, 86 de cultura, 26 de turismo, 30 de meio ambiente, 20 de agropecuária e notícias rurais, 12 de energia e mineração, nove de cooperação e integração, dez de religião, quatro de notícias da diáspora e comunidades emigrantes e, finalmente, mais nove de faits-divers.

Figura 5 – Rubricas temáticas mais comuns entre as agências pesquisadas





Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

A ausência de uma agência em uma dada rubrica ou seção não significa automaticamente que ela não cubra o assunto correspondente, mas apenas que não lhe dedica uma ênfase específica. Pode ser o caso de um assunto ser coberto dentro da rubrica “Geral” ou em outro recorte temático, em lugar de geográfico, assim como de fato pode ser o caso de simplesmente não ser noticiado. O que os dados aqui presentes indicam é a ênfase dada por cada agência e cada região de agências do Sul Global a determinados temas, o que é significativo de certas demandas e urgências do jornalismo praticado nas periferias do capital.

Algumas rubricas foram exclusivas de certas regiões, indicando idiossincrasias regionais na atenção específica dada a determinados tópicos. É o caso de HIV/AIDS, que aparece apenas na África, e diabetes, apenas no Caribe. Saneamento, Florestas, Gastronomia e Infância também são exclusividades africanas. Já Mundo Acadêmico e Conferências aparece somente no Oriente Médio, enquanto Setor Automotivo consta apenas na Ásia. De maneira ainda mais específica, algumas seções temáticas são singulares de certas agências, refletindo a relevância de um dado assunto na vida nacional de seu país. Por exemplo: a MENA, do Egito, dedica uma seção à Arqueologia, atividade intensa naquele país. A SABA, do Iêmen, abriu uma rubrica dedicada à campanha militar saudita contra o país, levada a

cabo desde 2015, sob o nome Saudi aggression on Yemen (“agressão saudita ao Iêmen”). Monarquia é uma rubrica exclusiva da TNA-MCOT, da Tailândia, enquanto Reconstrução Nacional é apenas da ANGOP, de Angola (país devastado por duas décadas de guerra civil).

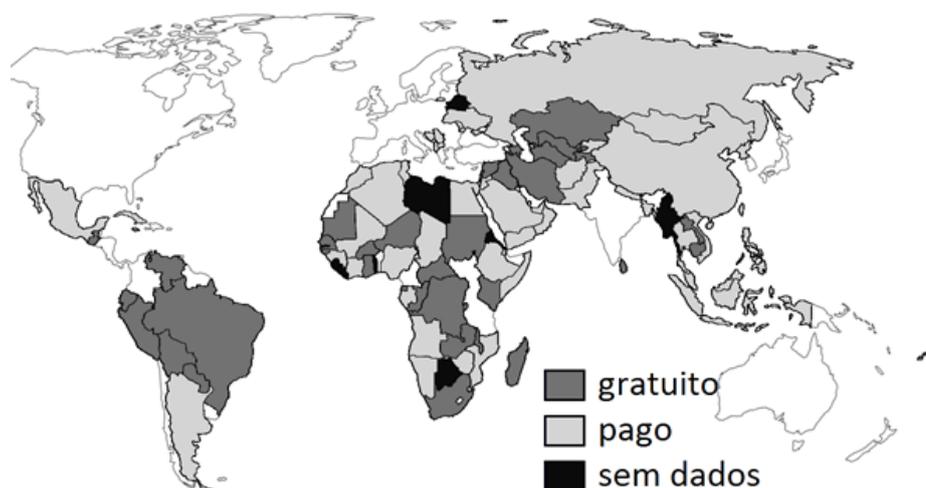
Tecnologias adotadas

O referencial tecnológico, em todas as suas implicações políticas e econômicas, oferece indícios preciosos para situar as agências em relação umas às outras, bem como ao próprio sistema de comunicação e aos aparatos estatais de cada país. Agências dotadas de equipamentos de transmissão de dados, não apenas por internet, mas também por satélite, além de capacidade de produção de conteúdo multimídia e em diferentes formatos, tendem a conquistar influência e relevância junto à mídia de seu país e do exterior, em contraste com outras configuradas apenas como websites para publicação de textos e fotos. O acesso a essas tecnologias, no entanto, além do impacto no orçamento dos Estados periféricos, é frequentemente restrito por fatores políticos e jurídicos, como a participação em consórcios internacionais de satélites e de cabos de fibra óptica. Não tendo a chance de participar dessas infraestruturas de telecomunicações, não faz sentido a esses países equiparem suas agências com tal capacidade.

Em relação às interfaces digitais, 102 agências estatais do Sul Global têm websites ativos, nos quais 52 permitem acesso a seus serviços a assinantes previamente cadastrados por uma área fechada (intranet). Outras oito fornecem conteúdos por outros meios, como fax.

Surpreendentemente, o critério de gratuidade ou cobrança revela uma dispersão bastante equilibrada das agências, para a qual há poucos recortes regionais evidentes – como uma certa tendência na Ásia Central, na zona setentrional do Oriente Médio e na América do Sul (Figura 6). Em relação à questão de se o site da agência tem uma área exclusiva para assinantes, acessível mediante login, em 52 casos há, e em 50 não há, e em seis delas não foi possível identificar.

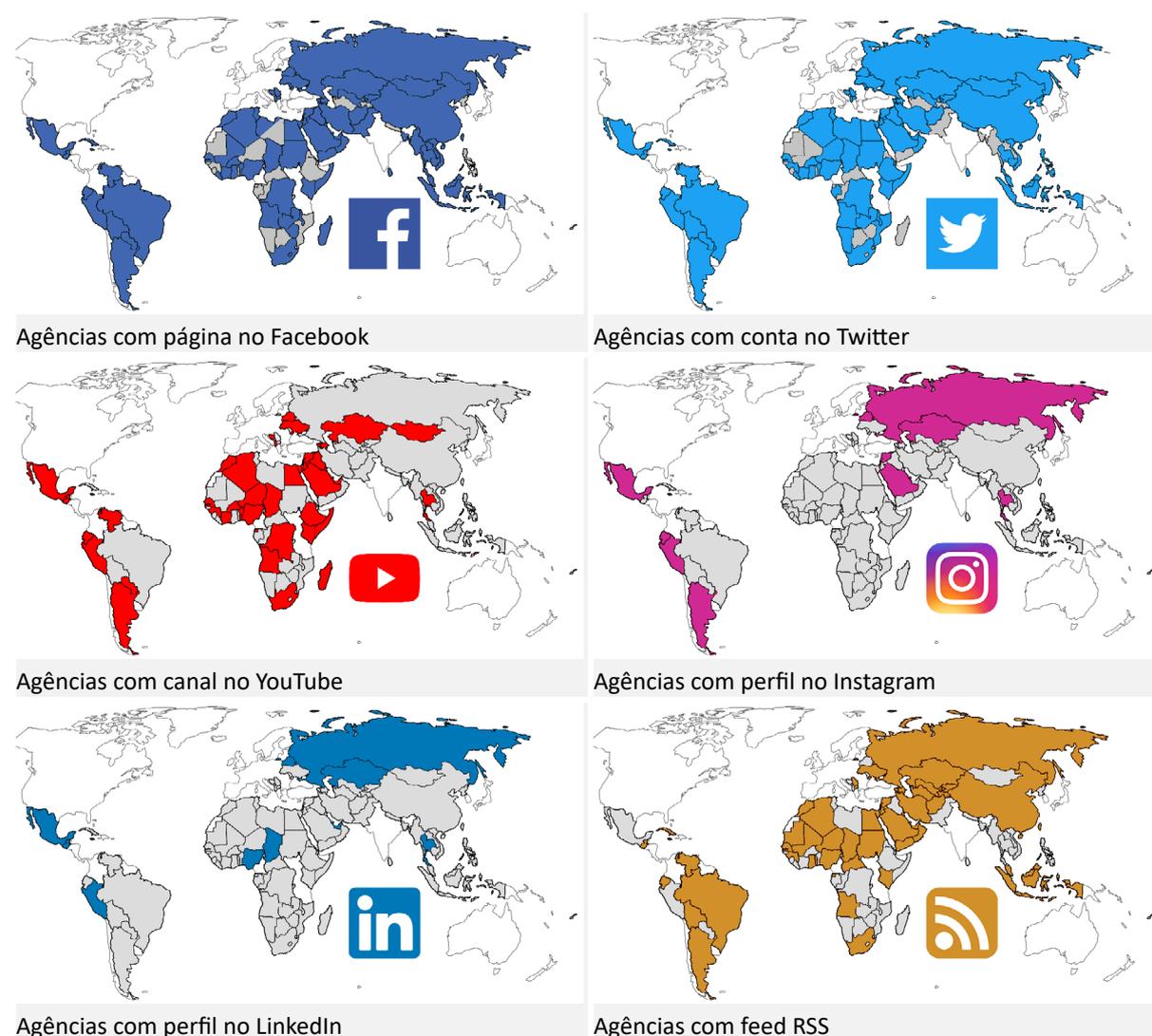
Figura 6 – Agências que cobram pelos serviços noticiosos



Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

agências eletrônicas PDA (a Prensa Latina, de Cuba, e a Kabar, do Quirguistão). Nas mídias sociais, 91 dessas agências estão no Facebook, 87 empregam o Twitter, 54 têm canais no YouTube, 15 publicam fotos no Instagram ou Flickr, 13 têm perfil no LinkedIn e 38 usam o GooglePlus. Além disso, 60 delas oferecem newsfeeds na tecnologia RSS de notificação para atualizações de conteúdo (Figura 8).

Figura 8 – Uso de mídias sociais pelas agências pesquisadas



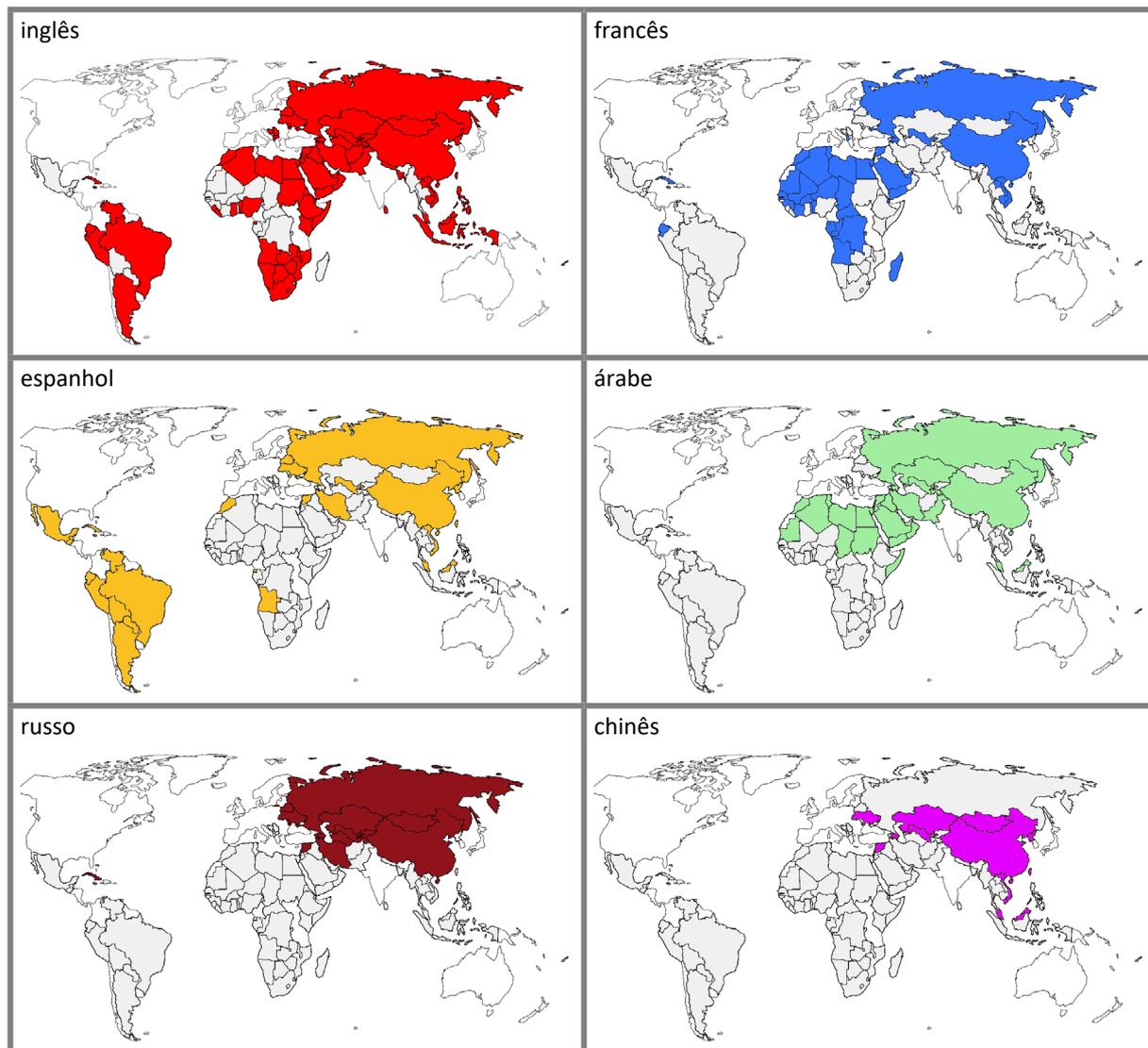
Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

Não se deve esquecer, porém, que todas essas mídias sociais são empresas privadas sediadas nos países do Norte, nos centros do moderno sistema-mundo, e que a transferência paulatina das interfaces de publicação das agências estatais para essas plataformas proprietárias significa uma forma de privatização dos fluxos de informação dos Estados periféricos, abdicando da soberania informativa pela qual a geração da NOMIC tanto combateu. A publicação de conteúdos nessas mídias sociais obedece a normas contratuais ditadas por essas corporações (algumas delas gigantes da nova mídia, como Google e Facebook) e deixa a distribuição das agências do Sul, a rigor, refém do capital transnacional.

Idiomas usados

Talvez não haja aspecto mais sintomático da colonialidade que os idiomas usados nos serviços noticiosos das agências de notícias do Sul Global. Por isso, é relevante o dado de que a maioria absoluta, 85 das 110 agências pesquisadas, presta serviço noticioso no idioma dos antigos colonizadores, e em 48 delas o idioma nativo do próprio país não é utilizado nos serviços – usa-se apenas o idioma do colonizador. Somente 11 não utilizam nenhum idioma colonial (e em nove delas isso não se aplica, porque são de países que não sofreram colonização).

Figura 9 – Idiomas mais comuns dos serviços noticiosos das agências



Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

Pelos mapas da Figura 9, constata-se claramente que os únicos idiomas de fato “globais” são o inglês, o francês e espanhol – não por acaso, as línguas da três maiores potências coloniais da Modernidade. Sua expansão deveu-se precisamente à dominação colonial e à sua conseguinte perpetuação no imperialismo (político-econômico e de mídia). O árabe, o chinês e o russo, ainda que utilizados fora das suas respectivas regiões de origem, são majoritariamente restritos a elas, e portanto configuram idiomas de âmbito regional, não global. A ampla utilização das três línguas europeias nos serviços das agências do Sul

reflete a colonialidade ainda premente no jornalismo periférico e no setor da circulação da informação.

Clientela, cooperação e relações institucionais

No universo das agências de notícias, a cooperação é um fator essencial para o funcionamento dessas organizações jornalísticas. É por meio da cooperação que as agências fazem intercâmbio de notícias com colegas, que recebem informações de lugares onde não têm praça, que são acionadas por congêneres para fornecer material para coberturas específicas (por exemplo, um acidente ou atentado que vitime cidadãos de um determinado país). É nessa troca que os fluxos de informação se materializam, frequentemente desigual, frequentemente assimétrica e sempre implicando relações de poder (BOYD-BARRETT, 1980, p.195).

A cooperação materializa-se também na assistência técnica e profissional prestada de forma assimétrica, das agências mais ricas e mais bem equipadas para as agências mais precárias. A cooperação internacional é mais que uma tradição no setor das agências de notícias: é muitas vezes estratégica a longo prazo para a agência transnacional, que ajuda a formar um parceiro local que lhe será útil no futuro, e necessária para a agência nacional de um país do Sul Global, que muitas vezes tem nessa fonte externa o único recurso para estabelecer-se como funcional, adquirir equipamentos, capacitar jornalistas e técnicos e abrir canais de fluxos de notícias internacionais para romper o isolamento comunicativo.

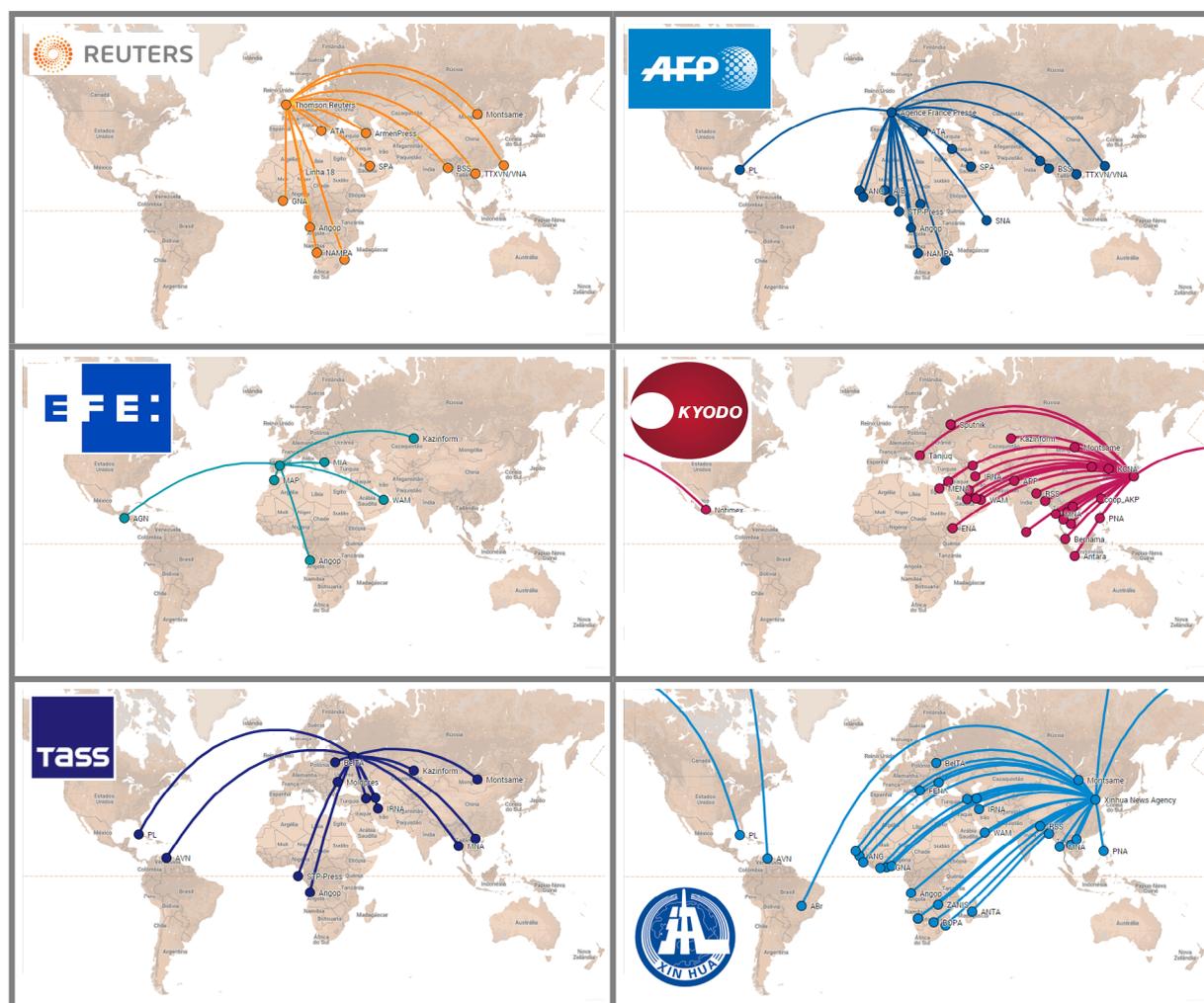
É na cooperação entre as agências que se forma o nexo global-nacional entre elas, instável como define Boyd-Barrett (1980, p.192). Vinte anos depois de sua obra-fundadora, o autor voltou ao tópico dos intercâmbios entre agências transnacionais e nacionais, afirmando ver estas últimas como “partes componentes de um sistema jornalístico global [global news system] que se sobrepõe a outros sistemas” (BOYD-BARRETT, 2000) e concluiu que as agências de notícias “usam umas às outras como fontes, vendem umas para as outras, formam alianças umas com as outras, vendem serviços para veículos clientes e usam veículos clientes como fontes de informação, e por aí em diante” (BOYD-BARRETT, 2000).

Contudo, observa o autor, este sistema jamais foi equilibrado, sempre acometido de “disfuncionalidades”, cuja natureza vem mudando na era da convergência digital. A exposição gratuita de frações dos serviços de agências na web e nas mídias sociais minou a histórica posição delas como atacadistas da informação e as transformou, ainda que marginalmente, em fornecedores diretos para o público. A conversão para o padrão tecnológico digital e a integração de dispositivos a redes globais de informação tornou obsoletos alguns dos serviços prestados enquanto facilitou a integração de conteúdos e criou demanda para outros. E a desregulação de mercados nacionais de comunicação desfez monopólios para as agências estatais, escancarando territórios para a concorrência desigual das agências transnacionais – rompendo o nexo global-nacional de cooperação estabelecido desde a era colonial.

O que se verifica nos dados obtidos na pesquisa é um crescimento desproporcional das grandes agências asiáticas – Xinhua e Kyodo – nos laços de cooperação com as agências nacionais do Sul Global, em contraste com uma redução da cooperação com as agências europeias e estadunidenses. Em todo o Sul Global, 11 agências têm acordos comerciais ou de cooperação com a Reuters, cinco com a AP, 19 com a AFP, seis com a EFE, seis com a Lusa, duas com a DPA, sete com a ANSA, 30 com a Kyodo, dez com a Yonhap, cinco com a Anadolu, 31 com a Xinhua e 13 com a TASS (Figura 10).

Entretanto, é preciso ter claro que a redução na cooperação não significa, de nenhuma maneira, uma retração na atuação das agências do Norte nos mercados jornalísticos do Sul. O que ocorre é uma substituição da estratégia de cooperação (e da redistribuição indireta por meio das agências nacionais) por outra de concorrência direta, como Boyd-Barrett havia antecipado. A agência espanhola EFE, por exemplo, aparece com apenas um laço de cooperação na América Latina, mas está presente em quase todos os países da região como fornecedora para a mídia. Nesse sentido, observa-se a entrada da China nos mercados africanos adotando a estratégia de cooperação que as agências do Norte estão abandonando.

Figura 10 – Cooperação de agências transnacionais com agências estatais do Sul Global (parcial)



Fontes: Elaboração própria, com base nos dados coletados na pesquisa.

Mais difícil é fazer uma comparação em relação à base de clientes e de assinantes de cada uma. A maioria das agências de notícias estatais do Sul Global, assim como as do Norte, tampouco declara o número de assinantes que recebem seus serviços. A TASS russa, uma das maiores do mundo, afirma ter 5.000 assinantes, mesma ordem de grandeza dos 2.800 declarados pela Télam. Complexifica-se a situação ao se considerar que, para a maioria das agências, como fornecem de graça seus serviços, é mais adequado empregar a terminologia “assinantes” que “clientes”, já que este último pressupõe remuneração pelos serviços.

Conclusões

Não há um perfil geral das agências de notícias estatais do Sul Global. Há, isso sim, uma heterogeneidade estrutural entre elas, da mesma maneira como as análises de Economia Política Internacional reconhecem nas economias periféricas. Certas agências do Sul são colossos operacionais (Xinhua); outras, grandes mas nem tanto, contam com redes próprias de correspondentes em grandeza expressiva, mas evidentemente aquém das agências transnacionais. Algumas são serviços de divulgação de atos oficiais, não só restritos a regimes autoritários, enquanto outras perceptivelmente esforçam-se em fornecer material jornalístico com pluralismo para sua própria mídia conterrânea, mas esbarram em limitações de orçamento e de recursos humanos e técnicos.

Utilizando critérios como quantidade de praças de correspondências, variedade do cardápio de serviços, número de línguas usadas nos serviços e a gratuidade ou cobrança pelos serviços, poucos são os atributos comuns que compartilham. Ainda assim, correndo o risco de pecar pela generalidade, poderia ser esboçada uma espécie de taxonomia, a partir de algumas tipologias traçadas em termos amplos:

1. Agências transnacionais “emergentes”: Xinhua e TASS
2. Agências comerciais autônomas (têm mais de 30 praças, cobram pelos serviços, têm cardápio variado e usam mais de quatro línguas): Télam, Antara, Bernama, Notimex, MENA, MAP, WAM, KUNA, APS-Argélia, CNA
3. Agências promotoras de visibilidade nacional no exterior (geralmente não cobram, usam várias línguas e prestam diversos serviços): IRNA, Prensa Latina, TTXVN, Sputnik, SPA, KUNA, CNS, AzerTAc, SANA
4. Agências de autonomia relativa (cobram pelos serviços, têm cardápio variado e usam mais de quatro línguas): ArmenPress, Ukrinform, Tanjug, Angop, MIA, BelTA, TNA-MCOT, APS-Senegal, Moldpres, WAM, ATA, Petra, QNA, BNA, ONA, GNA, Montsame, NAN, NNA, NAMPA
5. Agências semi-capturadas (parcialmente controladas pela mídia privada): Lankapuvath, APP, PACnews, RSS
6. Agências de divulgação oficial (não cobram, prestam só serviços básicos e usam poucas línguas): BelTA, Kazinform, Kabar, Khovar, TDH, UzA, ABr, AIB, ANDES, Andina, AVN, SABA, WAFA, BNA, NNA, AMI, SUNA, KNA, ZANIS, ACP, AIB, Inforpress, SNA, Lankapuvath, AKP, KPL, PNA

7. Agências para mídia doméstica (pouca variedade de serviços, baixa produtividade, uma ou duas línguas): ABP-Benin, ABP-Burundi, AGP-Gabão, AGP-Guiné, AIP/ICNA, AMAP, ACAP, ADI, ENA, SNA, LENA, MANA, SLENA, TATOLI, AGN, ATPE, Bakhtar, BSS
8. Serviços de informação governamental: BGIS, JIS, SKNIS, SANews, IPP, KCNA, FENA, SRNA
9. Agências precárias: AIM, SONNA, ANG, BOPA, ZIANA, Erina, LINA, LANA, MNA, ACI, ANG, ANP, ANTA, ATOP, MANA, SLENA, STP-Press, ABI, AGN, JANA, MNA
10. Agencióides (assessorias de comunicação sob rótulo de agências): GEP, JANA

Inúmeros outros aspectos foram abordados na tese e podem ser lidos em detalhe na íntegra do trabalho. O objetivo geral proposto no início, de fornecer dados empíricos atualizados sobre as agências de notícias dos países periféricos, acompanhado de formulações conceituais específicas para a realidade das periferias globais, foi alcançado, pelo que se espera. Mas a demanda por estudos nesta área está longe de ser satisfeita. Faltam mais estudos mais específicos sobre países, temas, realidades nacionais e regionais, algumas agências de notícias em particular e algumas das articulações entre elas e delas com a mídia. Se esta tese puder ser um ponto de partida para outras pesquisas mais concentradas, já terá valido a pena.

Ao fim, resta a esperança de que sejam feitas mais pesquisas sobre agências de notícias nos países do Sul Global, de forma a diminuir a prevalência da colonialidade nos estudos de Comunicação Internacional e a contribuir para que, por meio de uma compreensão mais abrangente sobre a circulação da informação, a discrepância objetiva entre periferias e centro seja reduzida.

Referências

AGUIAR, Pedro. **Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo**. Tese de doutorado (orientadora: Sonia Virgínia Moreira). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

_____. **Sistemas Internacionais de Informação Sul-Sul: do pool não-alinhado à comunicação em redes**. Dissertação de mestrado (orientadora: Suzy dos Santos). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2010.

_____. Vozes da América: convergência digital, radiojornalismo e agências de notícias latino-americanas. **Rádio-Leituras**, v.8, n.2, 2017, p. 160-187.

ANDRADE, Samária Araújo. **Jornalismo em Mutação: estudo sobre a produção de conteúdo na fase do capitalismo avançado**. Teresina: EdUFPI, 2015.

ARÉBALOS, Alberto. ¿Sobrevivirán las agencias noticiosas?. **Pulso**. Miami: Centro Internacional de la Prensa. Universidad Internacional de la Florida (EUA). 2000.

⁵ Disponível em <http://tiny.cc/ANSGtese>; e <uff.academia.edu/PedroAguiar>.

BISSIO, Beatriz. **São os BRICS Herdeiros do Espírito de Bandung?** continuidade e ruptura de 1955 a 2014 na diplomacia do Sul. in: Anais do 2º Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais. João Pessoa: ABRI, 2014.

BOYD-BARRETT, Oliver. As Agências Nacionais de Notícias na Turbulenta Era da internet. **Comunicação & Sociedade**, v.33, n.57, p.7-56, jan./jun. 2012a.

_____. **Media Imperialism**. Londres: SAGE, 2014.

_____. National and International News Agencies: Issues of Crisis and Realignment. **International Communication Gazette**, v.62, n.5, 2000, p.5-18.

_____. Researching the News Agencies. In: VOLKMER, Ingrid (org.). **The Handbook of Global Media Research**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012b.

_____. **The International News Agencies**. Londres/Beverly Hills: Constable, SAGE, 1980.

BOYD-BARRETT, Oliver (org). **News Agencies in the Turbulent Era of the internet**. Col·leció Lexikon. Barcelona: ACN/Generalitat de Catalunya, 2011.

BOYD-BARRETT, Oliver. RANTANEN, Terhi. **The Globalization of News**. Londres: SAGE, 1998.

BOYD-BARRETT, Oliver. THUSSU, Daya Kishan. **Contra-Flow in Global News: international and regional news exchange mechanisms**. London, John Libbey, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: EdUNESP, 2014.

LISBOA, Juliana; AGUIAR, Pedro. Circulação de Notícias no Espaço Lusófono: intercâmbio de notícias entre agências de notícias do Brasil e dos PALOPs. **Brazilian Journalism Research**, v.13, n.3, dez.2017, p.12-35.

MATTELART, Armand. **Comunicação-Mundo: história das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A Globalização da Comunicação**. Bauru: EdUSC, 2000.

_____. **A Invenção da Comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O “Novo Ritmo da Redação” de O Globo: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. **Parágrafo**, v.2, n.2. jul.-dez./2014, p.59-79.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**, v.I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the 16th Century. Londres: Academic Press, 1974.

Mestrado

Cartografando o Jornalismo Automatizado: redes sociotécnicas e incertezas na redação de notícias por robôs

Silvia DalBen¹

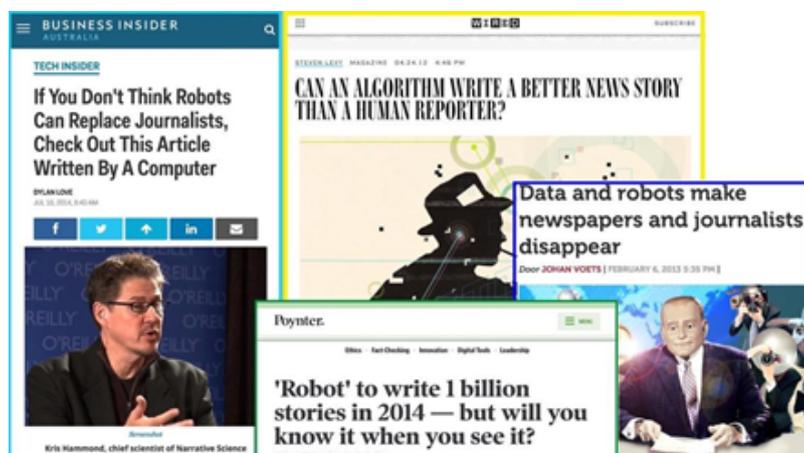
Carlos d'Andréa²

Nós, jornalistas, seremos substituídos por robôs?

Em março de 2017, a revista ProXXIma publicou uma matéria com um título alarmante: “Mande seus jornalistas embora, que meu software resolve o resto para você” (MARCONDES, 2017). O texto repercutia duas palestras apresentadas no festival SXSW que discutiam projetos de automação desenvolvidos pelos jornais The Washington Post e The New York Times. Com tom enfático e pessimista, esta matéria chama a atenção por descrever esta tecnologia como uma máquina que “cospe uma notícia pronta e acabou”, uma visão simplificada que propaga a ideia de que, para ter acesso a esta inovação, basta adquirir o software Wordsmith com um custo mensal de US\$ 1.000,00. “Imagine isso comparado com os salários de todos nós, jornalistas. É o começo do fim para todos nós” (MARCONDES, 2017).

Como esta, são várias as reportagens que adotam títulos sensacionalistas para divulgar a implementação de robôs que redigem notícias, publicadas principalmente a partir de 2012 quando a Forbes anunciou a adoção desta tecnologia para a redação de balancetes financeiros de empresas listadas na bolsa. Algumas manchetes (Figura 1) questionam se seria possível um algoritmo escrever melhor uma notícia que um repórter, exaltam a capacidade de um robô que escreveu um bilhão de notícias em 2014, e ainda levantam a hipótese de que robôs e dados serão os responsáveis pelo desaparecimento de jornais impressos e jornalistas.

FIGURA 1 – Manchete de reportagens sobre notícias automatizadas



¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde pesquisou sobre Jornalismo Automatizado com financiamento da Fapemig. Esta pesquisa recebeu o Prêmio Adelmo Genro Filho 2019 na categoria Mestrado. Email: dalben.silvia@gmail.com.

² Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2017/2018, foi pesquisador visitante no Departamento de Media Studies da Universidade de Amsterdam (UVA), na Holanda. E-mail: carlosfbd@gmail.com.

FONTE – Reprodução da internet³

Extrapolando os títulos, outro padrão narrativo que se destaca nestas reportagens é o uso recorrente de imagens com mãos robóticas sobre teclados ou de robôs humanoides usando computador, utilizadas para ilustrar estes textos (Figura 2).

FIGURA 2 – Robôs humanoides ilustram reportagens sobre Jornalismo Automatizado



FONTE – Reprodução da internet⁴

Ao associar o Jornalismo Automatizado a imagens de robôs humanoides, estas reportagens evocam um imaginário social pessimista que considera o avanço tecnológico uma ameaça, retórica frequentemente retratada em filmes e romances de ficção científica. Esta estratégia atrai a atenção do leitor, porém invisibiliza várias especificidades desta tecnologia ao reiterar um discurso de medo e evocar reações inflamadas de jornalistas que saem em defesa da profissão.

Citado por Marcondes (2017), Wordsmith é o nome dado ao software de Natural Language Generation⁵ (NLG) desenvolvido pela startup Automated Insights, que realiza o processamento de grandes volumes de dados estruturados em tabelas CSV para gerar como output textos que seguem uma estrutura repetitiva e pré-determinada. De forma simplificada, podemos dizer que softwares NLG funcionam como um tradutor, convertendo dados em textos. Marcondes (2017)

³ Montagem criada pela pesquisadora. Fonte: www.businessinsider.com.au/narrative-science-quill-gamechanger-2014-7 (LOVE, 2014); www.wired.com/2012/04/can-an-algorithm-write-a-better-news-story-than-a-human-reporter/ (LEVY, 2012); numrush.com/2013/02/06/data-and-robots-make-newspapers-and-journalists-disappear/ (VOETS, 2013); www.poynter.org/news/robot-write-1-billion-stories-2014-will-you-know-it-when-you-see-it (KIRKLAND, 2013).

⁴ Montagem criada pela pesquisadora. Fonte: www.slate.com/blogs/future_tense/2014/03/17/quakebot_los_angeles_times_robot_journalist_writes_article_on_la_earthquake.html (OREMUS, 2014); www.theguardian.com/media/shortcuts/2014/mar/16/could-robots-be-journalist-of-future (GANI, HADDOU, 2014); www.theatlantic.com/technology/archive/2012/03/robot-journalism-isnt-scary-its-just-plain-bad/330324/ (GREENFIELD, 2012); www.pulzo.com/tecnologia/asi-funcionan-los-robots-periodistas-que-transforman-datos-en-textos/PP69774 (PULZO, 2016); gizmodo.uol.com.br/por-que-devemos-nos-empolgar-com-a-invencao-de-robos-jornalistas/ (BURGOS, 2012); mashable.com/2014/07/01/robot-reporters-add-data-to-the-five-ws/#r4J2zh_3Ogqh (ULANOFF, 2014); www.theatlantic.com/technology/archive/2012/04/robot-journalism-still-doesnt-sound-scary/328893/ (GREENFIELD, 2012).

⁵ Natural Language Generation é um subcampo da Inteligência Artificial que abrange o desenvolvimento de sistemas com o intuito de produzir textos em linguagem natural. (REITER, DALE, 2000)

sugere a possibilidade de jornalistas serem substituídos pelo Wordsmith, porém quando observamos o seu funcionamento, vemos uma realidade bem distante da ideia de “robôs” e mais próxima de computadores, softwares e algoritmos, objetos que já ocupam as redações há algumas décadas.

Desde 2014, o Wordsmith é utilizado pela agência Associated Press para a produção de cerca de cinco mil notícias a cada trimestre sobre resultados financeiros de empresas listadas na bolsa, uma experiência semelhante à realizada pela Forbes em parceria com outra startup, o Narrative Science. Softwares como este estão sendo adotados desde 2010 para coberturas de esportes, finanças, terremotos, eleições, homicídios, previsões do tempo, trânsito por vários veículos ao redor do mundo, dentre eles o Los Angeles Times, o Le Monde, o The Washington Post, a Deutsche Welle, o MittMedia, o Southern Metropolis Daily, para citar alguns exemplos.

Assim, conduzimos esta pesquisa motivados por compreender o cenário no qual o Jornalismo Automatizado é implementado nas redações jornalísticas, em uma tentativa de desconstruir a perspectiva tecnocêntrica que associa esta inovação à imagem de robôs e de compreender a dimensão humana por trás dos processos de produção de uma notícia automatizada. Inspirado pelos Estudos de Ciência e Tecnologia – Science and Technology Studies (STS) em inglês – e pela Teoria Ator-Rede (TAR), buscamos neste artigo destacar as redes sociotécnicas mobilizadas neste processo, em um esforço de revelar os agenciamentos entre atores humanos – jornalistas, programadores, empreendedores – e não-humanos – computadores, softwares, bancos de dados vinculados a esta inovação tecnológica.

Inspirados pelas lentes de observação sugeridas pela Cartografia de Controvérsias (VENTURINI, 2010), descrevemos três estudos de caso onde veículos jornalísticos adotaram softwares NLG para a produção de milhares de notícias guiadas por dados: são eles, o projeto The Homicide Report, do jornal Los Angeles Times, o projeto The Opportunity Gap, da ProPublica, e a cobertura das eleições francesas em 2015 pelo jornal Le Monde.

Jornalismo Automatizado

Desde 2012, foram publicadas várias pesquisas sobre a aplicação de softwares NLG no contexto jornalístico, um campo de estudos que está na interseção entre o Jornalismo Computacional⁶ e as Ciências da Computação e é impulsionado, principalmente, por pesquisadores norte-americanos e europeus. Por ser um fenômeno recente, ainda não há um consenso em como denominar o uso desta tecnologia. Nesta pesquisa, optamos pelos termos Jornalismo Automatizado (CARLSON, 2014; GRAEFE, 2016) e notícias automatizadas (CARREIRA, 2017), mas

⁶ Jornalismo Computacional é um campo que discute o desenvolvimento e a aplicação de softwares que auxiliem os jornalistas nas tarefas de apuração, organização e divulgação de informações precisas e confiáveis. Uma área em plena expansão que abrange a “combinação de algoritmos, dados, e conhecimento das ciências sociais para complementar o papel de regulação do jornalismo”. (HAMILTON, TURNER, 2009, p. 2)

outros nomes também são utilizados, como Dörr (2015) que adota “Algorithmic Journalism” (Jornalismo Algorítmico), ou Van Dalen (2012) que prefere “machine-written journalism” (jornalismo escrito por máquina), ou ainda Carlson (2014) que descreve esta inovação como “Robot Journalism” (jornalismo robô) ou “The Robot Reporter” (repórter robô).

De modo geral, estes estudos argumentam que os jornalistas consideram as notícias automatizadas chatas e cheias de clichês, mas concordam que esta tecnologia tem o potencial para modificar a forma como eles trabalham. Se por um lado os mais pessimistas temem perder o emprego e preveem uma crescente personalização e polarização dos conteúdos, por outro os mais otimistas visualizam um futuro onde a automação liberará os repórteres de tarefas mecânicas e rotineiras para se dedicarem mais a reportagens investigativas, o que poderia inclusive impactar positivamente na qualidade das matérias jornalísticas. (VAN DALEN, 2012, p. 653; CARLSON, 2014)

Apesar de cada pesquisa ter sua especificidade, todas elas buscam trazer informações, análises e reflexões sobre a adoção desta nova tecnologia por empresas jornalísticas, e um dos desafios que se coloca é estabelecer um conceito para o Jornalismo Automatizado. Carlson (2014) o define como “processos algorítmicos que convertem dados em narrativas jornalísticas com ação limitada ou nenhuma intervenção humana além das escolhas iniciais de programação” (CARSLON, 2014, p. 1), enquanto Graefe (2016) o conceitua como “processos com o uso de softwares e algoritmos que automaticamente geram notícias sem nenhuma intervenção humana – depois da etapa inicial de programação do algoritmo, claro”. (GRAEFE, 2016, p. 14)

Ambas definições limitam a ação humana à etapa de programação dos algoritmos, o que ao longo desta pesquisa demonstrou ser uma visão simplificada que não destaca a complexidade de desenvolvimento, implementação, monitoramento e manutenção de um software desta natureza. Nesta pesquisa, questionamos este olhar reducionista e defendemos que, por trás dos processos de produção automatizada de uma notícia, há uma rede complexa envolvendo diversos atores humanos e não-humanos que não pode ser reduzida apenas a uma rede de bancos de dados, templates, algoritmos e programadores.

Jornalismo: rumo a uma autonomia tecnológica?

Para analisar o Jornalismo Automatizado, buscamos inspiração no enquadramento teórico interdisciplinar dos Estudos de Ciência e Tecnologia – Science and Technology Studies (STS) em inglês – que propõe olhar para a ciência e para a tecnologia como disciplinas acopladas e como culturas socialmente construídas. (SISMONDO, 2010) Dentre as várias abordagens vinculadas ao STS, nossa principal influência é a Teoria Ator-Rede (TAR) que defende uma perspectiva não-antropocêntrica voltada para a formação de redes a partir das associações entre atores humanos e não-humanos. Na busca pelas redes

sociotécnicas mobilizadas pelo Jornalismo Automatizado, duas concepções de autonomia nos auxiliaram neste processo: os conceitos de autonomia tecnológica (WINNER, 1977) e de mediação técnica (LATOURE, 1994).

Winner (1977) define autonomia tecnológica como “a crença de que de alguma forma a tecnologia está fora do controle e segue seu próprio curso, independente da direção humana” (WINNER, 1977, p. 13). Trata-se de uma ideia que se tornou uma obsessão na literatura dos séculos XIX e XX e que alimenta o medo da tecnologia não seguir mais aos propósitos humanos, tendo autonomia para agir por si mesma e escapar da dominação de seu criador. Winner argumenta que os “artefatos técnicos” são caracterizados pelo “enorme tamanho, complexas interconexões e uma interdependência sistêmica” (WINNER, 1977, p. 200), onde uma parte é essencial para o trabalho das outras partes. Em busca de um ponto de vista que aproxime a autonomia tecnológica da autonomia humana, ele conceitua a tecnologia como “uma parte do nosso ser que foi transferida, transformada e separada das nossas necessidades vitais e inteligência criativa. Qualquer esforço para recuperar esta parte da vida humana deve ser vista, primeiramente, como impraticável e até absurda.” (WINNER, 1977, p. 333)

Na discussão em torno da mediação técnica, Latour (1994) defende que “nenhuma ação sem mediação é possível” (LATOURE, 1994, p. 29) e que “a responsabilidade pela ação deve ser compartilhada entre os vários actantes” (LATOURE, 1994, p. 34). Em um agenciamento homem-objeto, ambos se modificam e influenciam o curso da ação, e destas ligações surgem os híbridos. Para Latour,

objetos que existem apenas como objetos, acabados, que não fazem parte de uma vida coletiva, não são conhecidos, estão enterrados abaixo do solo. Objetos reais fazem sempre parte de instituições, vibrando em seu status misto de mediadores, mobilizando terras distantes e pessoas, prontas para se tornarem pessoas ou coisas, sem saber se são compostas de uma ou de muitas, de uma caixa-preta que esconde um labirinto de multidões.
(Idem, p. 46)

Ao contrário do que muitos argumentam, Latour (1992) defende que o avanço tecnológico não elimina, e sim mobiliza ainda mais pessoas. Considerar um artefato técnico autônomo seria desconsiderar uma infinidade de humanos que se mobilizaram para criar aquele objeto (LATOURE, 1992, p. 252). “A ideia bizarra de que a sociedade é feita de relações humanas é uma imagem espelhada de outra ideia não menos bizarra de que as técnicas são constituídas por relações não-humanas” (LATOURE, 1992, p. 239).

Inspirados por estas discussões em torno da autonomia tecnológica e da mediação técnica, concebemos o Jornalismo Automatizado como resultado da ação de híbridos, de uma composição de forças entre diversos actantes onde um “programa de ação” é estabelecido para a publicação automatizada de notícias em que parte das ações é delegada pelos humanos para os softwares NLG. Neste contexto, não há nenhum sentido imaginar uma situação onde os softwares

NLG atuam de maneira isolada, autônoma e independente da ação humana de profissionais que atuam nas redações jornalísticas. O uso de sistemas de produção automatizada de notícias só se viabiliza se inserido em um contexto social mais amplo onde se estabelecem relações de interdependência entre jornalistas e profissionais de outras áreas afins com as tecnologias que os cercam.

Jornalismo Automatizado: estudos de caso

Apresentamos a seguir três estudos de caso onde softwares NLG foram adotados por veículos jornalísticos para a produção automatizada de notícias, sendo dois exemplos de empresas localizadas nos Estados Unidos e um na França. Nestes três projetos, havia a disponibilidade de um grande volume de dados estruturados que foram processados por algoritmos para gerar milhares de narrativas dirigidas por dados, todas elas com narrativas simples, padronizadas e repetitivas.

Los Angeles Times cria uma nova forma de reportar homicídios

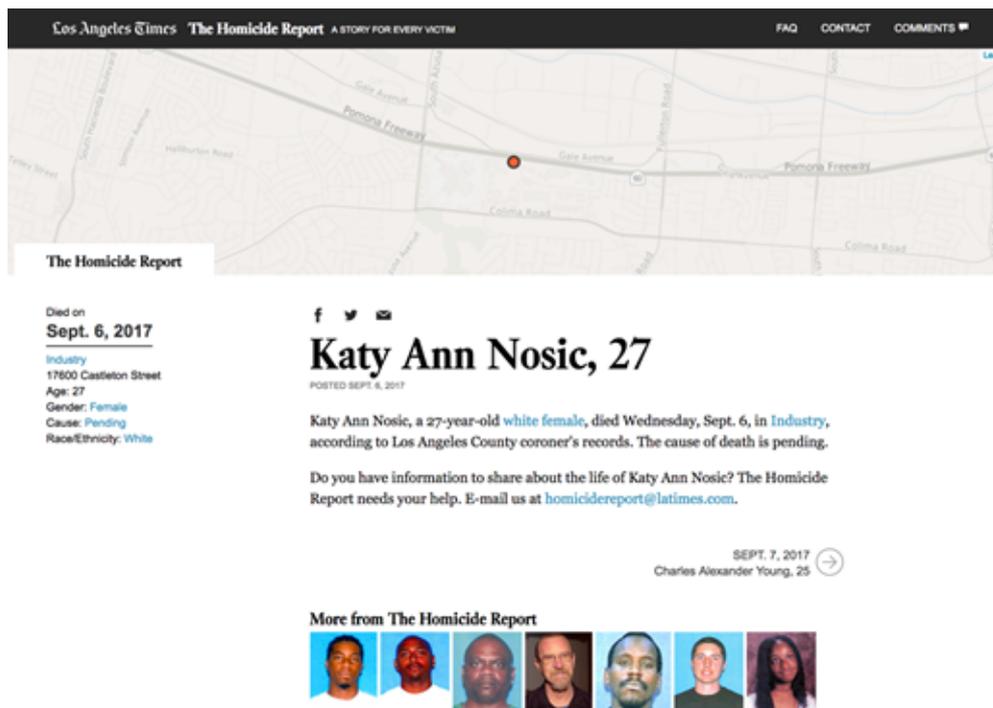
Desde 2007, os jornalistas do Los Angeles Times experimentavam uma nova forma reportar homicídios com o projeto The Homicide Report [homicide.latimes.com], que tinha a desafiadora missão de escrever uma notícia para cada caso ocorrido na região metropolitana de Los Angeles. A premissa era buscar uma forma igualitária para tratar cada ocorrência, em um esforço de ir contra o “valor notícia” que acaba dando mais atenção para casos envolvendo uma adolescente branca ou um assassinato em massa, e não dá visibilidade para casos frequentes envolvendo jovens negros de 17 a 22 anos mortos nas regiões mais pobres da cidade. (REID, 2014)

O projeto foi lançado em formato de blog e era alimentado por uma repórter, mas o volume de casos acabou se tornando um grande desafio, o que motivou a criação de uma nova plataforma lançada em janeiro de 2010 desenvolvida pela equipe de jornalismo de dados. A principal novidade deste sistema foi a publicação automatizada de um breve texto para cada caso de homicídio, batizado de robô-post (YOUNG, HERMIDA, 2014). Com dados do Los Angeles County coroner's office, cada post segue uma estrutura repetitiva e pré-determinada informando data, localização, raça, nome, idade da vítima e em qual bairro ocorreu o crime. (Figura 3)

Envolvido no desenvolvimento da plataforma, o jornalista e programador Ken Schwencke afirma que o algoritmo responsável pela atualização automática do The Homicide Report era extremamente simples.

É um tipo simples de inovação, um tipo simples de ferramenta que tem um forte impacto. Faz muito com muito pouco. Não é um pedaço complicado de código, não é uma teoria complicada, não é um algoritmo complicado. É uma coisa simples que construímos que tem um impacto desproporcional em relação à quantidade de tempo que efetivamente gastamos nela (YOUNG, HERMIDA, 2014).

FIGURA 3 – Robô-post publicado no The Homicide Report



FONTE – Reprodução de internet⁷

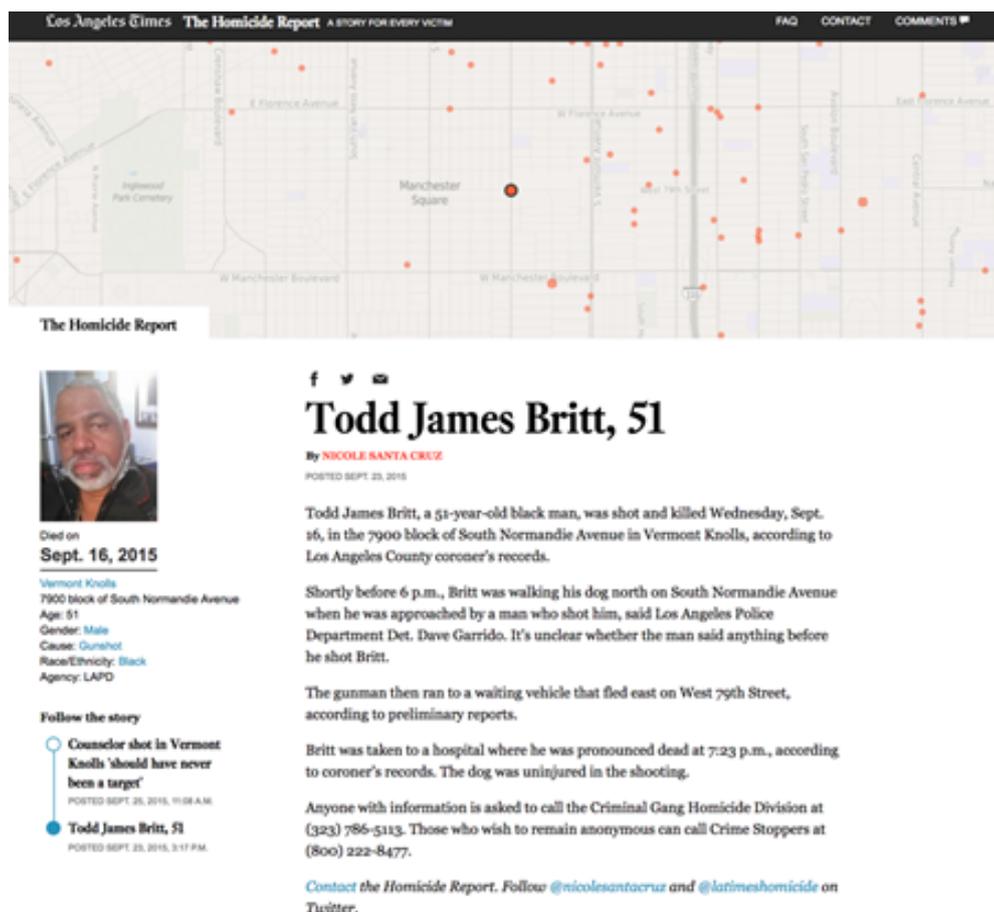
A partir do robô-post inicial, os repórteres escolhem parte dos casos de homicídios que são atualizados com mais informações (Figura 4), incluindo foto da vítima e detalhes sobre a causa e as condições do crime, em uma apuração aberta para a contribuição dos leitores. Uma das responsáveis pela atualização das notícias, a jornalista Nicole Santa Cruz destaca que

Homicídios não são iguais, homicídios não são os mesmos. A violência não é a mesma entre as comunidades e entre as raças e, ao expor isso e deixar as pessoas falarem honestamente, a esperança é que talvez as pessoas comecem a pensar de maneira diferente e que você possa estimular uma mudança. (...) Ao expor os níveis de violência, você faz com que as pessoas falem sobre elas de uma maneira real, realista e sem fingimentos (REID, 2014).

Young e Hermida (2014) observaram que não houve uma percepção negativa em torno do robô-post pelos jornalistas do Los Angeles Times, que encararam esta inovação tecnológica como uma ferramenta para atingir a meta de cobrir todos os homicídios da cidade. Um destes jornalistas, Ben Welsh, destaca o custo-benefício de se usar algoritmos para publicar notas sobre pequenos fatos que, por terem um “valor-notícia” baixo, acabam não sendo pautados pela grande imprensa, mas ainda assim são de interesse de uma pequena parcela de leitores (YOUNG, HERMIDA, 2014, p. 9).

⁷ Disponível em: <http://homicide.latimes.com/post/katy-ann-nusic/> Acessado em 08/09/2017

FIGURA 4 – Notícia atualizada por jornalista no The Homicide Report



Los Angeles Times The Homicide Report A STORY FOR EVERY VICTIM

FAQ CONTACT COMMENTS

The Homicide Report

Todd James Britt, 51

By NICOLE SANTA CRUZ
POSTED SEPT. 23, 2015

Todd James Britt, a 51-year-old black man, was shot and killed Wednesday, Sept. 16, in the 7900 block of South Normandie Avenue in Vermont Knolls, according to Los Angeles County coroner's records.

Shortly before 6 p.m., Britt was walking his dog north on South Normandie Avenue when he was approached by a man who shot him, said Los Angeles Police Department Det. Dave Garrido. It's unclear whether the man said anything before he shot Britt.

The gunman then ran to a waiting vehicle that fled east on West 79th Street, according to preliminary reports.

Britt was taken to a hospital where he was pronounced dead at 7:23 p.m., according to coroner's records. The dog was uninjured in the shooting.

Anyone with information is asked to call the Criminal Gang Homicide Division at (323) 786-5113. Those who wish to remain anonymous can call Crime Stoppers at (800) 222-8477.

Contact the Homicide Report. Follow @nicolesantacruz and @latimeshomicide on Twitter.

Dead on **Sept. 16, 2015**

Vermont Knolls
7900 block of South Normandie Avenue
Age: 51
Gender: Male
Cause: Gunshot
Race/Ethnicity: Black
Agency: LAPD

Follow the story

Counselor shot in Vermont Knolls 'should have never been a target'
POSTED SEPT. 23, 2015, 11:08 A.M.

Todd James Britt, 51
POSTED SEPT. 23, 2015, 3:17 P.M.

FONTE – Reprodução de internet⁸

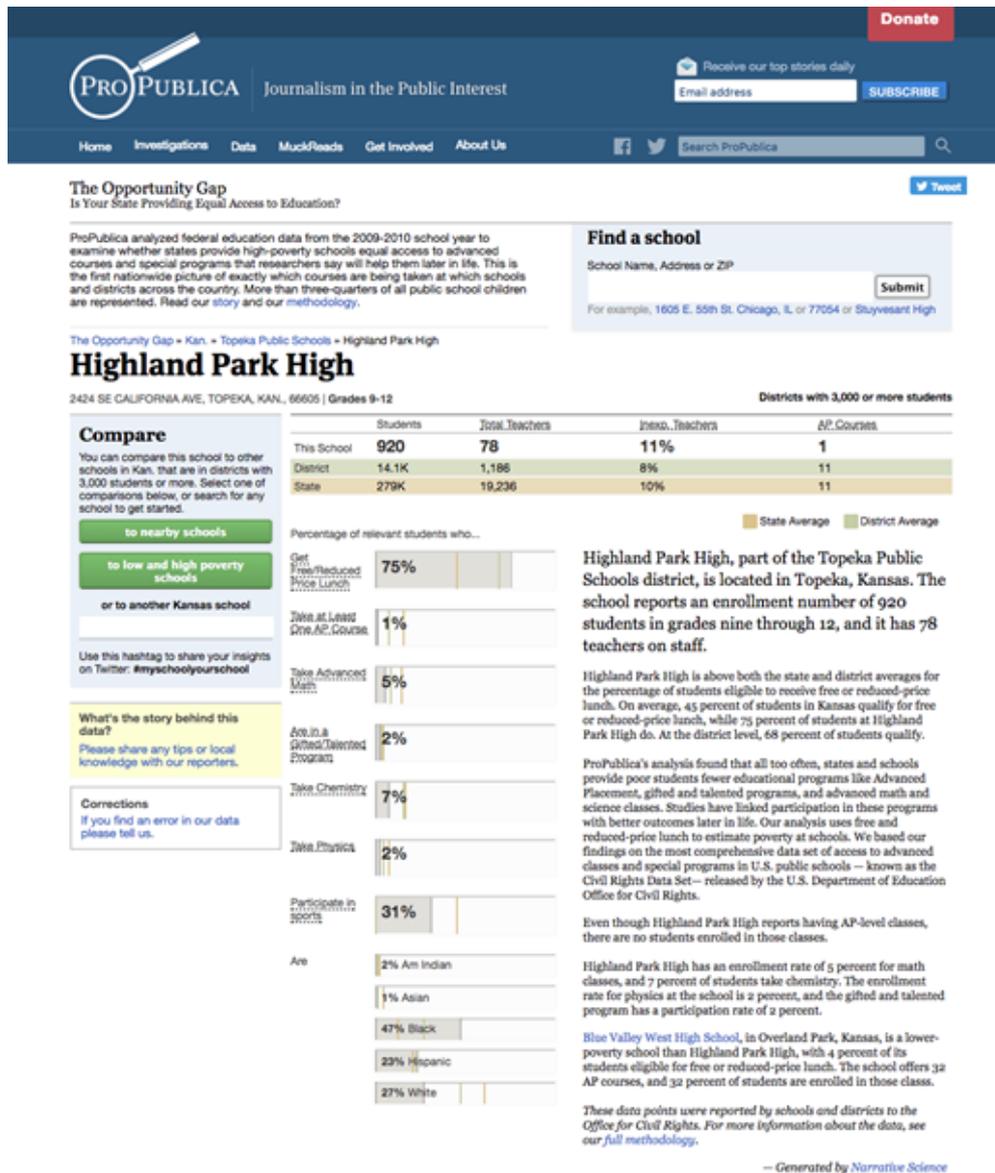
ProPublica adota o Jornalismo Automatizado em projeto sobre educação

Lançado em 2011, o projeto The Opportunity Gap da ProPublica [<http://projects.propublica.org/schools>] reúne informações sobre escolas públicas localizadas nos Estados Unidos e o desempenho de seus alunos, com dados coletados pelo U.S. Department of Education Office of Civil Rights. Com o objetivo de avaliar e comparar o acesso a cursos avançados em escolas localizadas em regiões mais pobres e mais ricas do país, o projeto tem como premissa: “O seu estado oferece acesso igualitário à educação?”.

Em 2013, a ProPublica resolveu atualizar o site e incluir uma notícia para cada uma das 52 mil escolas que fazem parte do banco de dados, conteúdo que foi produzido de forma automatizada com uma parceria com a startup Narrative Science. A estrutura da notícia automatizada começaria com um resumo dos dados específicos de cada escola seguida de uma comparação desses resultados com os as médias alcançadas pelo distrito e pelo estado onde ela está localizada.

⁸ Disponível em: <http://homicide.latimes.com/post/todd-james-britt/> Acessado em 08/09/2017

FIGURA 5 – Notícia Automatizada publicada no The Opportunity Gap



FONTE – Reprodução de internet⁹

Na Figura 5, é possível ver um exemplo sobre uma escola de Ensino Médio localizada no distrito de Topeka, no Kansas, onde há um alto índice de estudantes negros e latinos, com 75% dos alunos recebendo subsídio para o almoço, e indicadores abaixo da média do distrito e do estado em termos de cursos avançados de matemática, física, química e esportes.

Um dos envolvidos no projeto, o editor Scott Klein, comenta que esta parceria com o Narrative Science foi sugestão de um dos investidores da empresa - Mac Arthur Foundation - motivada pelo interesse de transformar dados em histórias (KLEIN, 2013). Para ele, um dos maiores desafios foi editar 52 mil notícias ao mesmo tempo, que demonstraram que desenvolver um software NLG é um processo muito mais complexo do que apenas completar frases com lacunas em branco e algumas variáveis interpoladas. “Editar uma notícia não significa que você editou todas elas. (...) as edições que faziam sentido em um caso não fizeram sentido em outros, e as frases que pareciam corretas devido a um conjunto de circunstâncias pareciam erradas nos outros - muitas vezes

⁷ Disponível em: <http://projects.propublica.org/schools/schools/201226001476> Acessado em: 08/10/2017

sutilmente” (KLEIN, 2013). Apesar das dificuldades, Klein avaliou positivamente o uso de softwares NLG nas redações: “A geração algorítmica de histórias parece ser uma solução intrigante para o problema de escalonamento de narrativas no jornalismo na era da big data” (KLEIN, 2013).

Le Monde realiza cobertura automatizada de eleições

Em 2015, o jornal Le Monde estabeleceu uma parceria com a startup Syllabs para desenvolver um projeto que previa a produção de notícias automatizadas para a cobertura das eleições departamentais da França naquele ano. O projeto utilizou como fonte dados fornecidos pelo Ministério do Interior e pelo Instituto Nacional de Estudos Estatísticos e Econômicos (INSEE) e, após três meses de desenvolvimento, na noite das eleições foram publicadas 36 mil notícias automatizadas com o resultado de todos os municípios e cantões (DATA2CONTENT, 2016).

Como mostra a notícia com os resultados do município de Saint-Amour (Figura 6), a cobertura automatizada das eleições pelo Le Monde consistia em textos simples e padronizados, mas que informavam ao leitor as estatísticas da votação e qual candidato havia saído vitorioso no pleito. Neste projeto, todas as notícias não eram assinadas, mas incluíam ao final a seguinte informação: “Estes textos foram escritos em colaboração com a Data2Content, uma marca registrada da Syllabs, com base em dados do Ministério do Interior e do INSEE”¹⁰(DATA2CONTENT, 2015).

Com esta cobertura, o Le Monde liderou a audiência durante as eleições entre os veículos jornalísticos franceses, na frente da France TV e do Le Figaro (DATA2CONTENT, 2016). O Le Monde foi o primeiro jornal a firmar uma parceria com a Syllabs, que atualmente também trabalha com as empresas L'Expres, Radio France, Les Echos e Le Parisien.

FIGURA 6 – Notícia automatizada com resultado das eleições publicada pelo Le Monde

The image shows a screenshot of a news article from Le Monde. At the top, there is a large blue and red header that reads "Départementales 2015". Below this, a navigation bar contains the text "POLITIQUE ELECTIONS DÉPARTEMENTALES 2015 Elections départementales : les résultats département". The main heading of the article is "SAINT-AMOUR 3913". Below the heading, it states "POPULATION EN 2012 : 13 441 habitants PRÉSIDENT DU CONSEIL GÉNÉRAL SORTANT : Christophe PERNY". The main body of the text is titled "Résultats du second tour des élections départementales (29 mars 2015) : canton de Saint-Amour (Jura)". The text describes the results of the second round of the 2015 departmental elections in the canton of Saint-Amour (Jura), mentioning the candidates and their respective percentages of votes. At the bottom, there is a small note: "Ces textes ont été écrits en collaboration avec Data2Content, une marque de la société Syllabs, à partir des données du Ministère de l'Intérieur et de l'Enseignement Supérieur".

Diretor adjunto do site France Bleu, o jornalista Erwann Gaucher comenta sobre a cobertura automatizada realizada pelo Le Monde. "O próprio tratamento dessas inovações na imprensa, a terminologia utilizada, é um espinho no pé. O termo robô jornalista já é um problema. Devemos nos concentrar nos usos" (SOCIAL MEDIA CLUB, 2017). Para ele, o uso de imagens que remetem aos robôs humanoides reflete o medo de ter o emprego roubado por uma máquina, quando, no entanto, esta tecnologia está mais próxima de algoritmos e softwares que poderiam liberar o tempo dos jornalistas. "Sem este sistema, não seria possível dar os resultados dos 36 mil municípios e cantões entre as 8h da noite e as 6h da manhã, aumentando assim o conteúdo publicado na internet e enviando os jornalistas para campo" (CARASCO, 2016).

Um dos fundadores da Syllabs, Claude de Loupy, também lamenta o uso massivo de imagens de robôs humanoides na frente do computador. "Esta imagem está completamente errada. Nós não somos o lado sombrio da força" (CARASCO, 2016). Para ele, jornalistas precisam se interessar mais pelo processamento de dados, e editores devem se comprometer a disponibilizar mais tempo para os repórteres agregarem valor a estas informações, com investigações, reportagens, entrevistas.

Jornalismo Automatizado se aproxima do Jornalismo de Dados

Os estudos de caso descritos nesta pesquisa fornecem elementos suficientes que nos permitem afirmar que a dimensão humana por trás do Jornalismo Automatizado extrapola a atuação apenas de programadores limitada a uma etapa inicial de desenvolvimento dos softwares NLG. Vimos nestas descrições vários jornalistas e editores envolvidos nestes projetos, desde sua criação, passando pelo desafio de editar milhares de notícias, chegando ao processo de atualização dos conteúdos automatizados por repórteres. Percebemos neste mapeamento que as notícias automatizadas estão bem próximas do Jornalismo de Dados, vinculadas ao trabalho de equipes multidisciplinares mobilizadas para a produção de conteúdos dirigidos por dados.

No caso do Los Angeles Times, a adoção do Jornalismo Automatizado partiu de uma demanda interna dos próprios jornalistas, que atuaram também como programadores motivados em desenvolver uma solução que permitisse ao jornal manter a cobertura de todos os homicídios da região. Por outro lado, nas experiências desenvolvidas pela ProPublica e pelo Le Monde, vemos a implementação de softwares NLG nas redações a partir de parcerias com startups de tecnologia – o Narrative Science e a Syllabs, respectivamente. Sobre a ProPublica, um dos detalhes que nos chama a atenção são os comentários de Scott Klein que pontua a dificuldade de editar 52 mil notícias automatizadas.

¹⁰ Texto original: "Ces textes ont été écrits en collaboration avec Data2Content, une marque de la société Syllabs, à partir des données du Ministère de l'Intérieur et de l'Insee." (DATA2CONTENT, 2015)

Em muitos casos, ele se deparou com comparações que funcionavam em um contexto, mas não funcionavam em outro, criando falsas analogias, o que demonstra que a implementação de sistemas como este no contexto jornalístico é bem mais complexa do que aparenta ser num primeiro olhar para esta tecnologia.

Considerações finais

Ao olhar para o Jornalismo Automatizado, um objeto que nos desafia a refletir sobre a crescente mediação algorítmica da profissão, esta pesquisa buscou observar as redes sociotécnicas vinculadas ao uso de softwares NLG para a produção de notícias automatizadas. Buscamos nesta pesquisa um ponto de vista simétrico que não exaltasse nem uma perspectiva determinista e utópica que se dirige aos avanços tecnológicos a partir de um discurso revolucionário, nem uma visão pessimista que associasse esta inovação à ideia de ameaça e medo, em um futuro onde as redações seriam tomadas por robôs humanoides. Nos inspiramos no STS na busca por um olhar que estivesse atento para as sócio-materialidades, para a formação de redes e para entender como o big data, os algoritmos e a Inteligência Artificial estão sendo incorporados ao jornalismo digital.

Sobre a aplicação de softwares NLG em atividades jornalísticas, esta pesquisa sinaliza para **um uso restrito desta inovação** em veículos de circulação digital, onde esta tecnologia é adotada para a produção de notas e notícias simples e repetitivas. A cartografia destes três estudos de caso nos auxilia a compreender o contexto no qual o Jornalismo Automatizado vem sendo implementado nas redações.

Um dos fatores que nos motivou a conduzir esta investigação foi a **perspectiva tecnocêntrica de alguns pesquisadores** que enfatizam que “o elemento humano direto e ativo é eliminado do processo de criação no Jornalismo Algorítmico” (DÖRR, 2015) ou que estas notícias são resultado de “processos algorítmicos [...] com ação limitada ou nenhuma intervenção humana além das escolhas iniciais de programação” (CARLSON, 2014). No nosso ponto de vista, esta parece ser uma visão simplificada que prioriza suas análises nos textos finais publicados pelos veículos, mas que invisibiliza os processos e a complexa rede de profissionais e tecnologias mobilizadas por esta inovação. Estas definições parecem superestimar o papel desempenhado pelos programadores, os colocando em um lugar central na dimensão humana por trás dos softwares NLG que não se atenta para o trabalho desempenhado por outros profissionais. Defendemos que a adoção destes sistemas por uma redação passa por pelo menos quatro etapas – desenvolvimento, implementação, monitoramento e manutenção – sendo que todas elas exigem o trabalho de muitos profissionais cercados de muitos artefatos técnicos.

Argumentamos que **existe um novo ecossistema em formação** onde cada vez mais jornalistas trabalham em equipes multidisciplinares, ao lado de engenheiros,

programadores, analistas de dados, envolvidos ainda com universidades, pesquisadores, startups e empreendedores. A automação das práticas jornalísticas pode ser vista como uma oportunidade para os jornalistas lidarem com a big data e ampliarem a cobertura de assuntos dirigidos por dados, mas ela não deve ser adotada sem um olhar atento para os impactos sociais e políticos desta tecnologia nas redações.

Referências

CARASCO, Aude. **Un “robot” est entré dans la rédaction.** La Croix. 06/03/2016. Disponível em: <http://www.la-croix.com/Economie/Medias/Un-robot-entre-dans-redaction-2016-03-06-1200744561>. Acessado em: 28/10/2017.

_____. **In the US, Germany, France, Russia, China and Norway, robot writers are gently multiplying.** Janeiro, 2016. Disponível em: <http://blog.syllabs.com/robot-writers-are-gently-multiplying/>. Acessado em: 24/09/2016.

CARLSON, Matt. The Robotic Reporter. **Digital Journalism**, 2014. DOI: 10.1080/21670811.2014.976412

CARREIRA, Krishma Anaísa Coura. **Notícias Automatizadas: A evolução que levou o jornalismo a ser feito por não humanos.** 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

D'ANDRÉA, Carlos. DALBEN, Silvia. Redes Sociotécnicas e Controvérsias na redação de notícias por robôs. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**, 2017, n.15, v.1, p. 118-140

DATA2CONTENT. **Our Robot Writers Working with Le Monde.** Abril, 2015. Disponível em: <http://blog.syllabs.com/robot-writers-le-monde/>. Acessado em 24/09/2016.

DÖRR, Konstantin Nicholas. Mapping the field of Algorithmic Journalism. **Digital Journalism**, 2015. DOI: 10.1080/21670811.2015.1096748

GRAEFE, Andreas. **Guide to Automated Journalism.** Tow Center for Digital Journalism. Janeiro, 2016. Disponível em: <http://towcenter.org/research/guide-to-automated-journalism/>. Acessado em: 04/05/2016.

HAMILTON, James T. TURNER, Fred. **Accountability through algorithm: Developing the field of computational journalism.** Report from the Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences (CASBS). Stanford University, Summer workshop, 2009.

KLEIN, Scott. **How to edit 52,000 stories at once.** ProPublica 24/01/2013 Disponível em: <https://www.propublica.org/nerds/how-to-edit-52000-stories-at-once> Acessado em: 09/10/2017

LAFLEUR, Jennifer. **Methodology on Our Educational Opportunity Project: About the Data and Our Analysis** ProPublica 30/06/2011 Disponível em: <https://www.propublica.org/article/opportunity-gap-methodology>. Acessado em: 09/10/2017.

LATOURE, Bruno. Where are the missing masses? Sociology of a few mundane artifacts. IN: BIJKER, Wiebe E. LAW, John (eds). **Shaping Technology / Building Society: Studies in Sociotechnical Change**. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. On technical mediation – philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, nº 2, p. 29-64, 1994.

MARCONDES, Pyr. **Mande seus jornalistas embora, que meu software resolve o resto para você**. Proxima 15/03/2017 Disponível em: <http://www.proxima.com.br/home/proxima/blog-do-pyr/2017/03/15/manda-seus-jornalistas-embora-que-meu-software-resolve-o-resto-para-voce.html>. Acessado em 30/08/2017.

REID, Alastair. **How Homicide Report tells the ‘true story’ of LA’s violent crime**. Journalism.co.uk 28/01/2014 Disponível em: <https://www.journalism.co.uk/news/how-the-homicide-report-tells-the-true-story-of-la-s-violent-crime/s2/a555713/>. Acessado em: 08/09/2017.

REITER, Ehud. DALE, Robert. **Building Natural Language Generation Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SOCIAL MEDIA CLUB. **L’Intelligence Artificielle dans les Médias**. Blog Social Media Club. 11/04/2017. Disponível em: <http://www.zdnet.fr/blogs/social-media-club/l-intelligence-artificielle-dans-les-medias-39851112.htm>. Acessado em: 28/10/2017.

VAN DALEN, Arjen. The Algorithms behind the headlines, **Journalism Practice**, 6:5-6, p. 648-658, 2012. DOI: 10.1080/17512786.2012.667268

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

WINNER, Langdon. **Autonomous Technology: Technics-out-of-control as a theme in political thought**. MIT Press, 1977.

YOUNG, Mary Lynn; HERMIDA, Alfred. From Mr. and Mrs. outlier to central tendencies: Computational journalism and crime reporting at the Los Angeles Times. **Digital Journalism**, v. 3, n. 3, p. 381-397, 2015.

Iniciação Científica

Discurso de ódio contra a população LGBT nas publicações de notícias no Facebook¹

Lucas Souza da Silva²

Marcos Paulo da Silva³

Introdução

Este artigo tem como propósito desenvolver uma análise sobre o discurso de ódio contra a população LGBT⁴ propagado nos comentários das publicações de notícias nas fanpages dos três principais ciberjornais do estado de Mato Grosso do Sul. O estudo desenvolve-se a partir de revisão bibliográfica e pela observação crítica dos conteúdos dos comentários tidos como discursos de ódio na interação do leitor com as publicações de notícias no Facebook. Nesse sentido, embora se trabalhe com a nomenclatura “discurso” no interior do conceito de discurso de ódio, o estudo não pretende desenvolver propriamente uma análise discursiva, uma vez que se vale da perspectiva metodológica da análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

O trabalho visa destacar a nova dinâmica informacional propiciada pela internet, sobretudo nas redes sociais, que oferece liberdade para os usuários compartilharem conteúdos e publicar comentários. O leitor se torna parte do processo comunicacional, deixando de ser um mero receptor de informação para se tornar um usuário de mídia capaz de transmitir e divulgar conteúdos – uma espécie de gatekeeper (SHOEMAKER; VOS, 2009) – nas suas plataformas de redes sociais, como é o caso do Facebook. O usuário tem, agora, o poder de escolher as redes em que quer participar e qual o grau de participação e de investimento que pretende.

A Constituição brasileira de 1988, documento por sua vez amparado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assegura em seu capítulo I (Direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º) e no capítulo V (Comunicação social – arts. 220º e 221º) os direitos do cidadão e dos meios de comunicação quanto à livre manifestação do pensamento, da expressão e da informação,

¹ O artigo constitui uma síntese da monografia defendida como trabalho de conclusão de curso em Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em dezembro de 2018.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e jornalista graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) E-mail: lucas_13088@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), mandato 2019-2021. Foi Diretor Científico da Associação (2017-2019). E-mail: marcos.paulo@ufms.br

⁴ A sigla aqui adotada, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), segue deliberação da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008. Há controvérsias quanto à nomeação de todos os Ts, a inclusão de um Q (para queers) ou um A (para assexuais), um I (para intersexos), mas há consenso na busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção das desigualdades trazendo à tona pertencimentos sexuais e de gênero.

sob qualquer forma de processo. Isso serve de parâmetro para o usuário emitir opinião, pensamentos e ideologias políticas sem repressão e censura. Com a atomização das redes sociais como o Facebook, os usuários compartilham essas opiniões em seus perfis pessoais que instantaneamente alcançam toda uma comunidade que pode confirmar ou contrariar aquela ideia exposta.

O principal problema é quando as opiniões manifestadas ferem a dignidade humana do grupo social ao qual a publicação faz referência. A mesma carta magna que relega a liberdade de expressão também assegura o direito à dignidade para grupos historicamente mais frágeis e propensos a sofrer discriminação e preconceito, como os LGBTs. O Facebook permite uma expressão comunicativa com mediação algorítmica, mas sem cerceamento direto, que dá margem para a confusão entre liberdade expressão e discurso de ódio. Assim, as redes sociais configuram um local hostil ao debate promovido e pautado pelas mídias online, sobretudo às minorias sociais como os LGBTs, que historicamente sofrem com a ausência de políticas públicas que punam a injúria e a difamação destinado a ferir a dignidade humana desse grupo minoritário.

De acordo com o próprio Facebook, 2,5 milhões de posts foram removidos no primeiro trimestre de 2018, número que subiu para 3,3 milhões nos últimos três meses do ano (FACEBOOK, 2018). Após a democratização da mídia online possibilitada pelo acesso à internet por parte da população brasileira – que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) conecta 116 milhões de pessoas no país – os grandes veículos de comunicação migraram para os sites e principalmente, para as redes sociais como o Facebook. Pesquisa realizada pela agência americana Quartz, que divulga notícias sobre a economia global, aponta que o Brasil é o líder mundial no ranking dos países que mais consomem notícias por meio do Facebook, com 67% de sua população buscando se informar, prioritariamente, na rede social (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2015).

Essa comunicação mais horizontal e democrática direciona o fazer jornalístico com o objetivo de convergir informação, tecnologia e o leitor cada vez mais conectado e ativo. Desse modo, o jornalismo tem utilizado o Facebook como seu aliado no compartilhamento de notícias e informações aos seus leitores e até mesmo dos próprios usuários da rede social. Em contrapartida, numa perspectiva deontológica, é dever exigido pela conduta profissional do jornalista defender e garantir os direitos dos grupos minoritários que sofrem discriminação, como preceitua o artigo nono do capítulo II do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias” (FENAJ, 2007).

Nessa conjectura, adota-se como recorte empírico comentários postados na mídia social Facebook nas fanpages dos três ciberjornais com o maior número de curtidas e seguidores em Mato Grosso do Sul: Correio do Estado, com 498

mil curtidas e 487 mil seguidores; Campo Grande News, com 449 mil curtidas e 452 mil seguidores, e Midiamax, com 355 mil curtidas e 353 mil seguidores. Como técnica de amostragem, adota-se o modelo não-probabilístico de representatividade social (LOPES, 2005, p. 145). Na prática, foram selecionadas três matérias de cada veículo no período entre 9 de julho de 2016 e 28 de agosto de 2018, cujas temáticas tratassem de temas controversos relacionados ao universo LGBT e que tivessem mais de 200 reações e 50 comentários na publicação da notícia na fanpage dos três ciberjornais. A seleção das nove matérias, além da quantidade mínima já citada de reações e comentários, também adotou como pré-requisitos fundamentais as publicações que deram enfoque exclusivo às questões LGBTs, e também a busca por temas diversificados, que abrangessem a complexidade dos grupos inseridos nas siglas da expressão LGBT e que tratassem da temática da homossexualidade em diferentes cenários e abordagens.

O artigo pretende evidenciar a influência que o discurso de ódio é capaz de produzir em grupos minoritários como as LGBTs. Diante da potencialidade e influência que esses comentários hostis propagados nas redes sociais obtêm, a análise tem a finalidade de identificar as modalidades que se materializam no processo de disseminação do discurso discriminatório contra a população LGBT nas publicações de notícias no Facebook.

O objetivo diante da temática escolhida é estabelecer uma categorização quantitativa e qualitativa dos comentários analisados e discutir os resultados obtidos. O artigo é composto por tópicos que discutirão o conceito de discurso de ódio, o retrospecto do preconceito contra a população LGBT, as características de conversação em redes sociais, o jornalismo no Facebook, a incivilidade nos comentários das fanpages dos ciberjornais e a análise final, contendo os dados estatísticos obtidos com o estudo e a utilização da Constituição Federal como parâmetro para inferências e discussões.

Internet, redes sociais e a transformação na comunicação midiática

O modo de linguagem universal digital e a nova lógica dos sistemas de comunicação criam um cenário propício para a comunicação horizontal global (CASTELLS, 1999). O sistema de informação em rede com a convergência de novas tecnologias intensifica e aumenta o número de conteúdos e informações disponíveis para os leitores sobre os mais variados assuntos.

Diante da informação concentrada na rede mundial de computadores, as empresas, as instituições sociais e as pessoas físicas das mais variadas culturas passam a integrar um sistema que permite uma comunicação global mediada por computadores em larga escala (CASTELLS, 1999). Segundo o autor espanhol, a Internet é “talvez o mais revolucionário meio tecnológico da Era da Informação” (CASTELLS, 1999, p. 82).

Assim como a semântica “revolução” sugere, a criação da Internet possibilita mudanças radicais dentro da sociedade contemporânea, tanto no contexto político, econômico, social e cultural. Todas essas alterações impactam diretamente nas comunicações e no modo como as pessoas se informam na nova era da informação. “[...] Assim como a Revolução Industrial modificou, no passado as feições do mundo moderno, a ainda incipiente Revolução Digital já está transformando as faces do mundo pós-moderno” (MEYER-PFLUG; LEITE, 2016, p. 83). As empresas jornalísticas cientes do poder que a rede de computadores exerce sobre os consumidores de informação na era contemporânea, passam a utilizar o ciberespaço e a compartilhar informação nos sites e nas plataformas de redes sociais na tentativa de expandir o público consumidor de notícias.

Boyd (2007, p. 126) classifica as conversações em rede em relação à dinâmica do novo espaço comunicacional no ciberespaço em quatro características. Segundo o autor, os principais aparatos que viabilizam a dinâmica do novo método de conversação em rede são a persistência, a buscabilidade, a replicabilidade e as audiências invisíveis. A persistência relaciona-se com o registro das conversações pelas ferramentas técnicas de rede, ou seja, conforme o indivíduo se comunica em redes sociais, as mensagens são armazenadas pelo sistema e persistem naquele espaço, “a menos que exista uma ação no sentido de excluí-las” (RECUERO, 2013, p. 116). A segunda característica é intrínseca à primeira. Trata-se da buscabilidade, uma vez que devido ao armazenamento das mensagens, elas podem ser resgatadas e pesquisadas a qualquer momento pelos mecanismos de software que possibilitam a recuperação de informações processadas em rede.

A replicabilidade, por sua vez, refere-se à facilidade com que as mensagens podem ser reproduzidas por outros atores e, dessa forma, “espalham-se nas redes entre os diversos grupos, migram e tornam-se conversações cada vez mais públicas, moldam e expressam opiniões, geram debates e amplificam ideias” (RECUERO, 2013, p. 116). A última característica, definida como audiências invisíveis, é observada após a replicabilidade das mensagens para além dos atores da conversação. Ela tem a participação de centenas de pessoas, por vezes, com milhares de interações que são acessíveis por todos os atores, espalhando-as e fazendo com que migrem entre os grupos e entre os sites de rede social (RECUERO, 2013).

Essas quatro características formam o cenário fundamental e propício para a transmissão de informações, já que depois da veiculação das mensagens, elas permanecerão no ciberespaço, serão encontradas pelos mecanismos de buscabilidade e também serão replicadas pelos indivíduos em rede para uma audiência invisível, que atinge uma larga escala de públicos com características e culturas diferentes. (RECUERO, 2007). Tal cenário é apropriado pelo jornalismo, que identifica nas redes sociais o terreno ideal para a propagação de notícias em larga escala, utilizando das características da conversação em rede e reinventando suas práticas no novo meio tecnológico de comunicação midiática.

As consequências para o jornalismo dessa apropriação do ciberespaço é o aumento da audiência e o fortalecimento do vínculo com o leitor, transformando a audiência em comunidade (CANAVILHAS 2011). Para o autor português, as redes sociais facilitam uma troca na forma como os usuários se relacionam com os meios de comunicação, fortalecendo os vínculos pelo desenvolvimento do sentimento de pertencimento a uma comunidade.

Nessa perspectiva, segundo Recuero (2007), as redes sociais na internet funcionam como fontes, filtros ou como espaços de reverberação das informações. Elas atuam de maneira complementar à função jornalística, não apresentando o mesmo comprometimento deontológico, mas auxiliando na mobilização de pessoas, na construção de discussões e mesmo no apontamento de diversidades de pontos de vista a respeito de um mesmo assunto.

A reverberação dos conteúdos jornalísticos nas redes sociais, segundo Recuero (2007), agrega credibilidade para a informação, uma vez que pode indicar a relevância do conteúdo para a comunidade, atribuindo valor às notícias dentro da comunidade das redes sociais. “As informações disponibilizadas nos sites de rede social tornam-se mais acessíveis, menos privadas, mais circulantes” (RECUERO, 2014, p.117).

As redes sociais como o Facebook, por exemplo, disponibilizam em suas plataformas as condições necessárias para que seus usuários emitam opinião. “Também acrescentam comentários e novas análises, envolvendo os usuários como também produtores das informações” (RECUERO, 2007, p.12). Nesse sentido, as publicações do Facebook concedem espaço para que os usuários da rede social reajam de várias maneiras às postagens de conteúdo veiculadas pelas páginas de entretenimento e notícias. A utilização do Facebook pelos sistemas de comunicação é um dado adquirido nomeadamente como agregador de notícias e como plataforma de difusão de informação.

Diante desta autonomia propiciada por um espaço descentralizado e sem muitas regras definidas – seja pela plataforma das redes sociais, o que facilita a interatividade dos usuários, seja pelo jornalismo, que utiliza do alcance destas redes para veicular informação – tem-se um cenário propenso para a propagação de uma multiplicidade de comentários em rede, sem prévio controle ou moderação. Dessa forma, o fenômeno do discurso de ódio propagado nos comentários de publicações de notícias no Facebook assume caráter central em relação aos danos e as violações de direitos fundamentais das vítimas deste discurso, como a população LGBT, objeto de estudo desta análise.

O discurso de ódio contra a população LGBT no Facebook

O termo “discurso de ódio” é originado do inglês hate speech e, segundo Brugger (2007, p. 151), refere-se a “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra

tais pessoas”. De acordo com o autor, esse tipo de discurso é manifestado por meio da discriminação de caráter religioso, nacional, racial, sexual, ético e de classe, reconhecidos em discursos nazistas, racistas, xenofóbicos, homofóbicos, misóginos, e tem como elemento nuclear para a sua identificação a concepção de incitação à discriminação, destinada essencialmente aos grupos minoritários.

Daniel Sarmiento (2006, p. 54- 55) define o fenômeno como “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, orientação sexual, dentre outros fatores [...]”. Samanta Ribeiro Meyer-Pflug (2009, p. 97), por seu turno, define o discurso de ódio como a manifestação de “ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”.

A partir dessas definições de discurso de ódio, é importante compreender quem são os grupos minoritários vítimas desse tipo de preconceito. Segundo Castro e Freitas (2013), vários grupos sofrem discriminação por não se encaixarem nos padrões estabelecidos pela sociedade. “Esse discurso tem por objetivo propagar a discriminação para com todo aquele que possa ser considerado ‘diferente’, quer em razão da etnia, orientação sexual, condição econômica ou gênero, para promover a sua exclusão social” (CASTRO; FREITAS, 2013, p. 344).

O discurso de ódio contra a população LGBT, para Rios (2007), é efeito de uma ordem heteronormativa que estabelece uma diferenciação entre os sujeitos e cria um sistema de hierarquização no qual as pessoas LGBT foram e são categorizadas como “anormais”, bem como tal construção constitui um mecanismo utilizado há séculos para manter estes setores à margem do direito comum, inscrevendo-os em regimes de exceção. O objetivo pretendido dessa manifestação ofensiva é humilhar para amedrontar pessoas ou grupos sociais evidenciando que, por suas características específicas, não são dignos da mesma participação política. Em outros casos tal aversão pode evidenciar o conflito interno do indivíduo com suas próprias tendências homossexuais, de modo que atitudes intolerantes representam a eclosão de uma “insuportável identificação” com a homossexualidade (RIOS, 2007).

Para Junqueira (2009), o discurso discriminatório contra a população LGBT é um fenômeno que se manifesta desde a infância e os traumas podem se manifestar na vida adulta das vítimas.

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas veem-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica. Por meio dessa pedagogia, estudantes aprendem a “mover as alavancas sociais da hostilidade contra [a homossexualidade] antes mesmo de terem a mais vaga noção quanto ao que elas se referem. (JUNQUEIRA, 2009, p. 17).

A partir dessa repressão, os principais efeitos causados pelo discurso de ódio na população LGBT constituem-se a perda de autoestima, a diminuição na participação política, o prejuízo na autonomia social e o reforço da estigmatização e da estereotipia do preconceito na sociedade como um todo. Paradoxalmente, o maior perigo no que se refere ao discurso de ódio não é simplesmente a propagação da prática a outros membros da sociedade, mas a própria imposição autoritária de ideias preconceituosas com o propósito de fazer calar grupos minoritários. Segundo Fiss (2005), a essas circunstâncias que calam as vozes das vítimas do discurso de ódio dá-se o nome de “efeito silenciador do discurso”. Para o autor, o efeito tende a diminuir a autoestima das vítimas, inibindo a participação social no debate público. Em vista disso, quando tais vítimas falam, precariza-se o efeito de autoridade de suas palavras, é como se nada dissessem.

De acordo com Sarmiento (2006), há dois tipos de comportamentos prováveis da vítima: revidar com a mesma violência ou retirar-se da discussão, amedrontada e humilhada. Segundo o autor, nenhum deles contribui minimamente para o desvelamento da complexidade do fenômeno.

No primeiro caso, há riscos evidentes para a paz social e para a ordem pública. Ao invés de uma discussão voltada para o bem comum, corre-se o risco de deflagração de uma verdadeira guerra no espaço público, em que a política ver-se-ia reduzida ao modelo de Carl Schmitt, de batalha entre inimigos, que é tudo menos democrático. No segundo caso, as vítimas do ódio, oprimidas, humilhadas e sentindo-se deserdadas por um Estado que se recusa a protegê-las, retraem-se e abandonam a esfera pública. O resultado é prejudicial não só a elas, que são privadas do exercício efetivo da sua cidadania, como a toda a sociedade, que perde o acesso a vozes e pontos de vista relevantes, cuja expressão na arena pública enriqueceria e pluralizaria o debate público (SARMENTO, 2006, p. 33-34).

Além dos riscos sociais e psicológicos para o indivíduo atingido pelo discurso de ódio homofóbico, o grupo ao qual ele pertence também sofre os efeitos da manifestação ofensiva. Segundo Silveira (2007), ainda que um indivíduo seja referido nesse discurso, haverá violência ao segmento social ao qual ele pertence, na sua integralidade. Trata-se, portanto, de um dano não divisível e difuso em sua abrangência. Por exemplo, se a repetição de afirmações de senso comum alegando que os gays masculinos são depravados e devassos e que as lésbicas só se relacionam com mulheres pelo fato de não terem encontrado o homem compatível e adequado à trazê-la de volta aos padrões de gênero e sexualidade, “acaba afetando a percepção que a maioria das pessoas têm dos integrantes destes grupos, reforçando estigmas e estereótipos negativos e estimulando discriminações” (SARMENTO, 2006, p. 42).

Em suma, o ato do discurso de ódio afeta particularmente a impressão que a vítima terá de si própria e interfere também na visão que a sociedade, inclusive aquela que não exterioriza o preconceito, terá da população LGBT. As manifestações de ódio criam um ambiente que reforça o preconceito, “mesmo

entre indivíduos equilibrados que provavelmente nunca chegariam ao ponto de expressarem-se de forma violenta contra minorias” (SARMENTO, 2006, p.42).

Nessa perspectiva, Meyer-Pflug (2009) frisa que em razão da ofensa se consubstanciar em certa individualidade a qual identifica o sujeito enquanto membro de um determinado grupo social, ela porventura cessa com a perda desse elemento identificador, levando, pois, à renúncia de crenças religiosas, opção política, orientação sexual, por exemplo, implicando até mesmo na perda da identidade do indivíduo. Para a autora, o grande desafio que se apresenta para o Estado e para a própria sociedade é permitir a liberdade de expressão sem que ela “possa gerar um estado de intolerância, ou acarretem prejuízos irreparáveis para a dignidade da pessoa humana e também para a igualdade” (MEYER- PFLUG, 2009, p. 99).

Incivilidade *online* no Facebook

Na medida em que as civilizações avançam, as tecnologias e os meios de comunicação se reinventam e acompanham o processo evolutivo das sociedades. Como já discutido anteriormente, as redes sociais desempenham um papel de protagonismo quanto à capacidade de interação frente aos veículos de mídia que não estão no ciberespaço. No cotidiano das sociedades contemporâneas, é fácil ter acesso às notícias e se manter informado com os smartphones, tablets e computadores. Aliada a essas tecnologias, a mudança de engajamento do público também foi fundamental na nova dinâmica de interação observada as redes sociais, uma vez que se tem a necessidade de permanecer produtivo e conectado vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para consultar mensagens ou acessar seus dados. Existe uma expressão recorrente e aparentemente inócua, inspirada nas máquinas: o sleep mode. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade e acesso. Ela supera a lógica do desligado/ligado, de maneira que nada está de fato “desligado” e nunca há um estado real de repouso (CRARY, 2014, p. 22-23).

Tem-se então, um público obcecado por estar conectado, por informação e por participar e interagir em uma plataforma de mídia social que permite múltiplas reações. Desse modo, um problema social, tema ou evento político, opinião ou perspectiva sobre qualquer assunto é representado nas redes sociais digitais, por meio de alguma postagem ou comentário que será replicado, comentado, discutido e pessoas reagirão a ele de diversas formas (GOMES, 2014).

Para Leal da Silva (2011), é possível afirmar que um discurso consoante no meio de divulgação escolhido promoverá maior impacto. Com base nessa ideia, Morato (2017) destaca quatro aspectos fundamentais que promovem maior impacto

na disseminação do discurso de ódio no Facebook: o alto alcance, a sensação de anonimato, a transmissão veloz de conteúdos e a possibilidade de conexão de pessoas e conteúdo em um curto espaço de tempo. “O Facebook também é palco para a reprodução de assimetrias sociais, opressões e discursos de ódio travestidos de liberdade de expressão” (MORATO, 2017, p. 95).

As raízes da incivilidade nas interações sociais mediadas por computador foram abordadas em alguns estudos psicológicos, que sugerem que quando se trata de apresentação de pontos de vista e opiniões opostas, há uma diferença fundamental entre as interações cara a cara e as mediadas pela internet (KIESLER et al., 1984). Antoci (2016) define incivilidade online como uma forma de interação ofensiva que pode variar desde comentários agressivos, discussão incensada, críticas rudes, reivindicações ultrajantes, discurso de ódio e assédio. Plataformas como o Facebook, tornaram-se ambientes propensos a expressão do ódio, constituindo uma formulação do espaço público capaz de replicar e radicalizar os conflitos da realidade social.

A incivilidade online é um fenômeno ainda mais controverso que o discurso de ódio disseminado em outros canais de comunicação, uma vez que a imposição de restrições à liberdade de expressão na Internet é um problema controverso, pois a rede se expande de uma maneira relativamente avessa ao controle e, no entanto, com a generalização de sua utilização, surgem questões concernentes à garantia de bens constitucionalmente protegidos.

De acordo com as políticas de segurança do próprio Facebook, a empresa não permite postagens de “conteúdos que ataquem pessoas com base em sua raça, etnia, nacionalidade, religião, sexo, gênero ou identidade de gênero, orientação sexual, deficiência ou doença, sejam elas reais ou presumidas. Contudo, nem todos os comentários e publicações são denunciados pelos usuários e vítimas do discurso de ódio e, quando são, ainda passam por análise criteriosa dos supervisores de conteúdo do Facebook. Conforme dados da SaferNet (entidade nacional com atuação no enfrentamento aos crimes e violações aos direitos humanos na internet), em 2016, por intermédio de denúncias, foram identificadas 1.363 publicações homofóbicas, sendo 782 só no Facebook (54,5%); das 291 publicações que foram removidas, 175 (55%) foram excluídas do Facebook (SAFERNET, 2016).

Para Morato (2017), o ambiente online, em especial as redes sociais, mostram-se como um espaço atrativo e fomentador do discurso de ódio, pois “a sensação de anonimato e a distância entre os interlocutores [...] se potencializam nas redes sociais reforçando a reprodução da LGBTfobia (MORATO, 2017, p.100). Os sites de redes sociais têm se tornado um lugar privilegiado para a expansão dos extremismos e dos discursos de ódio, principalmente pelo suposto anonimato para aqueles que imaginam proteger sua verdadeira identidade atrás de perfis falsos ou da volatilidade das redes digitais que, em geral, permitem que o registro

seja eventualmente apagado. Segundo Santos (2016), a sensação de impunidade acompanhada da possibilidade de anonimato são condições as quais servem de fomento às ações desse tipo.

Além do anonimato, outros fatores colaboram para a ideia de incivilidade online e para a disseminação do discurso de ódio contra a população LGBT no Facebook. De acordo com Antoci (2016), a audiência ofertada pela internet tem aumentado a visibilidade da incivilidade. O Facebook permite que pessoas ou grupos continuem alcançando novas audiências, recrutando novos membros e criando comunidades de ódio. Para Recuero (2014), as mídias sociais mantêm algumas formas de comunicação em registro potencialmente semiprivado e podem legitimar o discurso de ódio, dando-lhe ressonância, seja através de concordância, apoio, curtidas e compartilhamentos.

Além do anonimato e da audiência conferida nas redes sociais como o Facebook, os métodos de conversação em rede, discutidos anteriormente, tais como a buscabilidade, replicabilidade, persistência e as audiências invisíveis também potencializaram o efeito propagador dos discursos de ódio nas redes sociais. O Facebook, por exemplo, expandiu-se de tal forma que ao final de 2017 alcançou mais de 2,13 bilhões de usuários pelo mundo (ESTADÃO, 2018). Somente no Brasil, o Facebook ocupa a primeira colocação entre os sites de redes sociais e é o site mais visitado pelos usuários brasileiros em todas as classes sociais e faixas de escolaridade, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015, mantendo-se em primeiro lugar com 83% dos usuários.

A partir de fevereiro de 2016, o Facebook lançou cinco novas “reações”, mecanismos técnicos pelos quais os usuários podem demonstrar seu sentimento em relação às publicações no *feed* de notícias⁵. São elas: "Amei", "Haha", "Uau", "Triste" e "Grr". Com essa iniciativa, os usuários não apenas podem optar por curtir ou não a postagem, mas também manifestar emoções diante das publicações na rede social. De acordo com Morato (2017), o Facebook também é utilizado de maneira negativa, principalmente, na propagação de discursos de ódio, uma vez que suas ferramentas potencializam a interação, às reações e o compartilhamento.

Para resolver os dilemas da rede social, o Facebook, criou um documento chamado “Padrões da Comunidade”, no qual lista os tipos de conteúdos que podem ser publicados e compartilhados na plataforma. Segundo o documento, estas políticas foram criadas para proteger os usuários e delimitar que tipo de conteúdo pode ser removido a partir de denúncias. Em março de 2015, o documento foi atualizado e acrescentou-se o discurso de ódio na lista dos conteúdos passíveis de remoção. Os termos proíbem a divulgação de ameaças diretas, autoflagelação, organizações perigosas, bullying e assédio, ataques a figuras públicas, atividades criminosas, exploração e violência sexual e

⁵ Listagem das ações e atualizações feitas na rede, pelos amigos e páginas curtidas pelo usuário.

medicamentos controlados. O documento também conta com uma seção denominada “Como incentivar um comportamento respeitoso”, onde comunica que poderá excluir os conteúdos que propaguem o discurso de ódio, nudez e violência/conteúdo pornográfico.

No que diz respeito à política relacionada ao discurso de ódio, o site diz remover conteúdos de ataque com base em raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, deficiências graves e doenças. Contudo, permite “humor, sátiras ou comentários sociais relacionados a esses tópicos”. Como o próprio documento dos Padrões da Comunidade afirma, “devido à diversidade de nossa comunidade global, lembre-se de que algo que pode ser desagradável ou perturbador para você pode não violar os Padrões da Comunidade” (FACEBOOK, 2017). A estrutura física e de mão-de-obra da empresa ainda não suporta a alta demanda de conteúdo a ser monitorado. Dessa forma, facilmente encontra-se discursos de ódio nos comentários de publicações de usuários comuns, de páginas de entretenimento e de ciberjornais no Facebook, foco da presente pesquisa.

Análise dos Comentários das Publicações de Notícias no Facebook

O estudo avaliou os comentários de nove publicações de notícias localizadas na plataforma de comentários das páginas no Facebook dos três principais e mais populares ciberjornais da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que juntos somam mais de 1,2 milhões de seguidores: Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax. Para isso, foi utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2009).

Tal estudo foi complementado por uma análise quantitativa das interações e por uma posterior análise qualitativa dos comentários das publicações de notícias analisadas no Facebook, novamente fazendo uso do método indicado por Bardin (2009). Neste segundo caso, a pesquisa efetua-se a partir de categorias criadas pelo próprio pesquisador durante a pré-análise com base na revisão bibliográfica, conforme a metodologia da AC possibilita. Ao final do processo, foram realizadas inferências que derivam do cruzamento dos indícios fornecidos por esses dados com o referencial teórico apresentado nos tópicos iniciais do artigo, o que possibilita consolidar a interpretação e o tratamento dos resultados obtidos.

Na prática, foram selecionadas três matérias de cada veículo no período entre 9 de julho de 2016 e 28 de agosto de 2018, cujas temáticas tratassem de temas relacionados ao universo LGBT, conforme apresentado na Tabela 1. A seleção das nove matérias adotou como pré-requisitos fundamentais as publicações que deram enfoque exclusivo às questões LGBTs e também a busca por temas diversificados que abrangessem a complexidade dos grupos inseridos nas siglas da expressão LGBT e que tratassem da temática da homossexualidade em diferentes cenários e abordagens. Para a seleção das matérias, foi utilizado o mecanismo de busca do Facebook. Para efeitos do estudo, os termos

pesquisados no dispositivo de procura da rede social foram os seguintes: “LGBT (s)”, “lésbica (s)”, “gay (s)”, “bissexual (s)”, “travesti (s)”, “transexual (s)”, “transgênero (s)”, “homossexual (s)”, “homossexualidade”, “homofobia” e “LGBTfobia”.

Tabela 1 - Tabela de dados das 9 matérias analisadas pela pesquisa³

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA DE PUBLICAÇÃO	CIBERJORNAL	REAÇÕES	COMENTÁRIOS
Carnaval da diversidade tem muito beijo, mas também uma dose de autocensura	27/02/2017	<i>Campo Grande News</i>	968	483
Primeiro casal gay a contar história no Lado B vai dar sorte a quem quer casar	09/06/2016	<i>Campo Grande News</i>	507	122
Na marcha LGBT, moçada é maioria, apesar de ainda sofrerem pressão dos pais	01/10/2017	<i>Campo Grande News</i>	922	404
Tartaruga mais velha do mundo é homossexual e namora há 26 anos	24/10/2017	<i>Correio do Estado</i>	977	236
Concurso irá eleger os gays mais bonitos de MS neste sábado	21/09/2017	<i>Correio do Estado</i>	609	207
Parada LGBT leva cores do arco-íris para o centro de Campo Grande	26/11/2016	<i>Correio do Estado</i>	714	111
Em estreia no teatro, Tammy Miranda aparece só de cueca e beija muito no palco	30/05/2017	<i>Midiamax</i>	320	100
Menino de 9 anos comete suicídio após revelar a colegas de classe que era gay	28/08/2018	<i>Midiamax</i>	1216	58
5ª parada da diversidade neste sábado ressalta luta contra homofobia	30/09/2017	<i>Midiamax</i>	203	63

Fonte: Autor (2018)

O estudo fez o levantamento de 1784 comentários que foram realizados nas nove publicações de notícias identificadas na AC. Ao todo, foram constatados 481 comentários classificados como discurso de ódio, o que corresponde a 27% de todas as interações analisadas. Após a análise quantitativa, foram sistematizadas nove categorias de discursos de ódio com base no que foi observado nos 1784 comentários analisados pela pesquisa. São elas: vitimização; patologização; repulsa pela existência ou repúdio pelas atitudes das pessoas LGBTs; descrédito pela informação jornalística, veículo de comunicação ou redator da notícia; injúria ou ofensa à dignidade da pessoa humana; imposição da moralidade e da religiosidade pessoal; abordagem biologizante; apelo à suposta influência comportamental e de pensamento infanto-juvenil e opinião intermediada por citação de autoridade.

Categorias de discurso de ódio contra a população LGBT

1) VITIMIZAÇÃO - é o ato ou o efeito de (se) transformar em vítima (MORATO, 2017). Segundo Van Dijk (2012), os discursos dessa natureza tendem a demonstrar uma dramaticidade em relação ao intragrupo de modo a tornar, por reflexo,

membros do extragrupo vilões. A estratégia consiste em construir argumentos que apontem o intragrupo como vítima e apontem, conseqüentemente o “privilégio” do extragrupo. Por exemplo, quando é discutido a criminalização da LGBTfobia, um dos argumentos mais utilizados é de que todas as pessoas sofrem violência diariamente no Brasil. Nesse ponto de vista, infere-se que morrem muito mais pessoas heterossexuais do que homossexuais, logo não há a necessidade de um aparato jurídico que ampare e que proteja os LGBTs e, quando o tema é discutido, interpretam a necessidade da lei de criminalização da LGBTfobia como um privilégio ao grupo minoritário. Contudo, sabe-se que as pessoas heterossexuais não morrem simplesmente por serem heterossexuais e sim por outros fatores externos que os homossexuais também estão suscetíveis. Logo, “há uma vitimização de pessoas contrárias à cidadania da população LGBT ao tentarem evidenciar uma suposta opressão do extragrupo” (MORATO, 2017, p.41).

Figura 1: Exemplos da categoria Vitimização observada nos comentários classificados como discurso de ódio



Fonte: Autores (2019)

2) PATOLOGIZAÇÃO - Ato ou efeito de transformar um fenômeno em doença ou anomalia, mesmo que não seja. Esta categoria engloba tanto a patologização comportamental quanto a biológica. Antes dos estudos aprofundados sobre gênero, a ideia de que a homossexualidade fosse um tipo de transtorno mental foi iniciada em 1886, quando o sexólogo Richard von Krafft-Ebing afirmou que homossexualidade era provocada por uma “inversão congênita”, adquirida no nascimento ou no decorrer da vida. Tal ideia ganhou força na Associação Americana de Psiquiatria que classificou a homossexualidade como “desordem” em seu primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais. Com base nesses estudos, a Organização Mundial da Saúde (OMS), incluiu a homossexualidade na Classificação Internacional de Doenças (CID) de 1977 como uma doença mental. Treze anos depois, a OMS fez uma revisão das doenças em uma Assembleia Geral e retirou a classificação, além de retirar a nomeação de “homossexualismo” – o prefixo “ismo” na medicina indica doença. O Conselho Federal de Psicologia do Brasil deixou de tratar a orientação sexual como doença em 1985. Esta categoria de discurso de ódio pode aparecer nos comentários

em termos que remetem à patologia, a associação com doenças e transtornos. A categoria também é manifestada quando os pais encaram o fato do filho ser homossexual, por exemplo, como uma fase da idade, ou problema superável com a ajuda de profissionais da psicologia e da medicina.

Figura 2: Exemplos da categoria Patologização observada nos comentários classificados como discurso de ódio



Fonte: Autores (2019)

3) REPULSA PELA EXISTÊNCIA OU REPÚDIO PELAS ATITUDES DAS PESSOAS LGBTs – Embora todas as categorias apresentem ramificações da LGBTfobia, esta primordialmente abrange a maior parte dos comentários ditos homofóbicos. Etimologicamente, a palavra é composta por dois termos distintos: homo, o prefixo de homossexual; e o grego phobos, que significa "medo", "aversão" ou "fobia". Em outras palavras, LGBTfobia significa aversão irreprimível, repugnância, medo, ódio, preconceito que algumas pessoas, ou grupos nutrem contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais. As outras categorias utilizam-se de outros fatores para desvalorizar ou condenar as práticas homossexuais, esta utiliza-se apenas do puro ódio, nojo e abominação contra a população LGBT. Comentários como “nojo”, “que horror”, “credo”, ou figuras representando vômito foram classificadas nessa categoria de discurso de ódio.

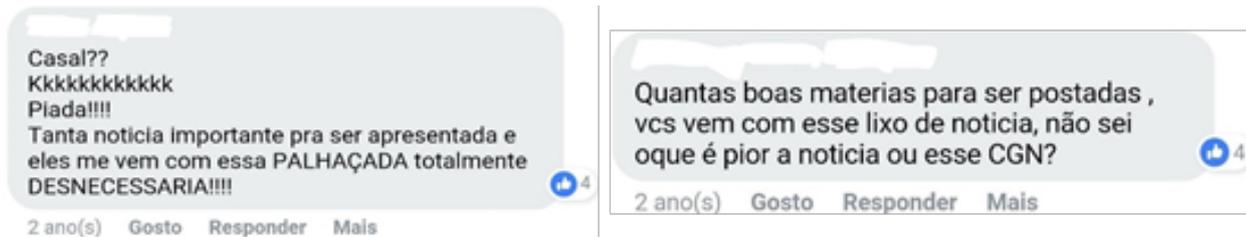
Figura 3: Exemplos da categoria Repulsa observada nos comentários classificados como discurso de ódio



Fonte: Autores (2019)

4) DESCRÉDITO PELA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO OU REDATOR DA NOTÍCIA – Esta categoria de discurso de ódio tem como propósito principal promover a descredibilidade do conteúdo apresentado e da matéria publicada na fanpage. Por se tratar de questões relativas a um grupo minoritário da sociedade, os leitores não veem motivo de se pautar conteúdos referentes à população LGBT em uma população majoritariamente heterossexual. Em vista disso, manifestam a posição contrária à temática abordada, julgam o posicionamento político e ideológico do veículo de comunicação e ofendem até mesmo o jornalista que reportou a notícia. Nesta categoria, foram selecionados comentários como “lixo de matéria”, “jornal sem conteúdo”, “fim do jornalismo” e entre outras ofensas na tentativa de desvalorizar o caráter noticioso da informação.

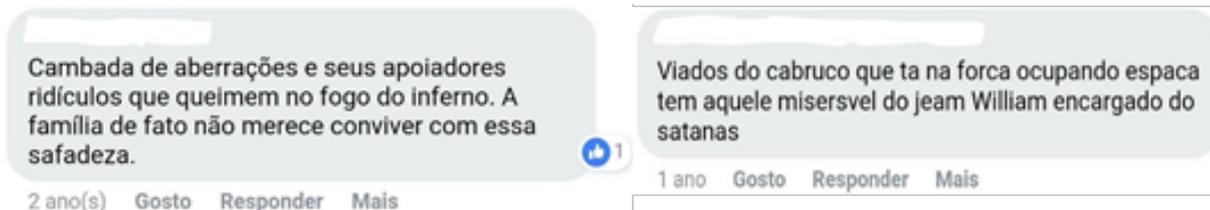
Figura 4: Exemplos da categoria Descrédito pela Informação Jornalística observada nos comentários classificados como discurso de ódio



Fonte: Autores (2019)

5) INJÚRIA OU OFENSA À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – Difere essencialmente da categoria de repulsa ou repúdio pelas pessoas ou pelos comportamentos dos LGBTs no que diz respeito ao propósito do comentário. Os comentários desta categoria objetivam ferir, exclusivamente, a dignidade da pessoa humana. As manifestações de ódio não se estabelecem apenas contra as atitudes e comportamentos do grupo LGBT, mas contra as pessoas, isto é, trata-se de um ataque à identidade e ao ser humano em sua integridade. O discurso de ódio em questão apresenta comentários do tipo “seus lixos”, “aberrações” e termos pejorativos de referência como “viados”, “bichinhas” e “boiola”.

Figura 5: Exemplos da categoria Injúria observada nos comentários classificados como discurso de ódio

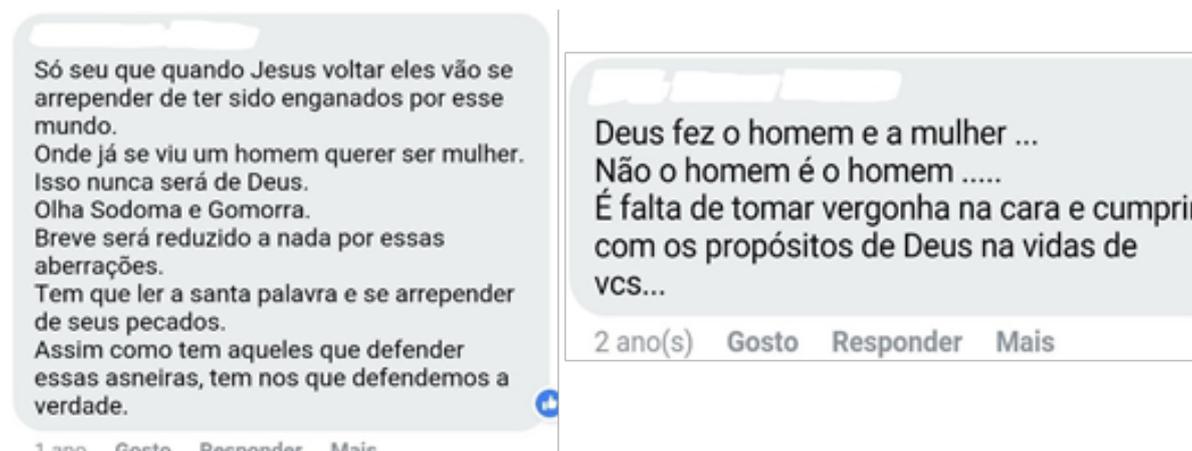


Fonte: Autores (2019)

6) IMPOSIÇÃO DA MORALIDADE E DA RELIGIOSIDADE PESSOAL – Esta categoria avalia as publicações sob uma ótica religiosa e moralista que deve estar de acordo com os princípios pessoais do usuário. Mesmo a República Federativa do Brasil constituindo um Estado laico, 86,8% da população brasileira segue os preceitos e liturgias do cristianismo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante desses números e da moral cristã que historicamente condena as práticas homossexuais, foram observadas diversas manifestações de discursos de ódio justificando o preconceito com a citação de versículos bíblicos e histórias atribuídas à condenação homossexual, como Sodoma e Gomorra (Gênesis, capítulos 18-19). Unida aos ideais religiosos, a moral pessoal também é um dos motivadores do discurso de ódio. Por definição, moral é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente na vida de cada cidadão. Essas regras servem para orientar cada indivíduo, nortear as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mal. Conforme os ensinamentos transmitidos de pai para filho ou de geração para geração, aprende-se a identificar o que deve ser benquisto e o que deve ser condenado no ponto de vista social. Pelo retrospecto histórico da perseguição aos homossexuais e pela condenação cristã às práticas, a moral do povo

brasileiro em relação aos grupos LGBTs é ainda enxergada de maneira negativa e como algo a ser combatido para a manutenção do que costuma-se classificar como “bons costumes”. Dessa forma, também foram notados comentários do tipo “casal é homem e mulher”, “inversão de valores”, “família é pai e mãe” e entre outros comentários que colocam a moralidade pessoal como parâmetro a ser seguido.

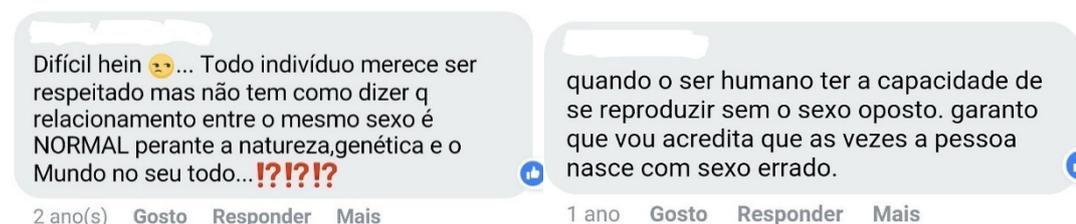
Figura 6: Exemplos da categoria Imposição da Religiosidade e da Moralidade observada nos comentários classificados como discurso de ódio



Fonte: Autores (2019)

7) ABORDAGEM BIOLOGIZANTE – Este tipo de discurso de ódio foi classificado nos comentários que predominaram a visão biológica ou que fizeram referência a aspectos biológicos. A questão da impossibilidade reprodutiva entre as relações homossexuais tanto na espécie humana quanto no reino animal, foi um dos argumentos mais utilizados pelos usuários na tentativa de condenar a homossexualidade. Outro fator bastante observado foram os comentários que atribuíram antinaturalidade às práticas homossexuais, como distúrbio dos princípios que regem as leis da natureza.

Figura 7: Exemplos da categoria Abordagem Biologizante observada nos comentários classificados como discurso de ódio

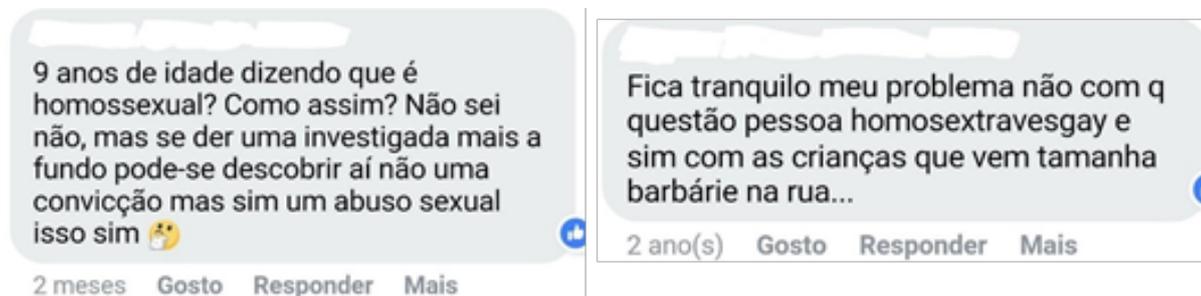


Fonte: Autores (2019)

8) APELO À SUPOSTA INFLUÊNCIA COMPORTAMENTAL E DE PENSAMENTO INFANTOJUVENIL – A categoria de discurso de ódio em questão apela ao argumento de que a criança é suscetível e propensa a desenvolver comportamentos homossexuais se ela for exposta a um ambiente com pessoas LGBTs. A discriminação é velada e fundamentada no princípio de que a criança é pura e não deve ser corrompida em sua formação como pessoa. Em vista disso, os movimentos LGBTs e as práticas homossexuais em público são combatidos na

justificativa de que as crianças não podem ver tamanha barbárie, se não, vão se tornar iguais e desenvolver práticas atribuídas à homossexualidade.

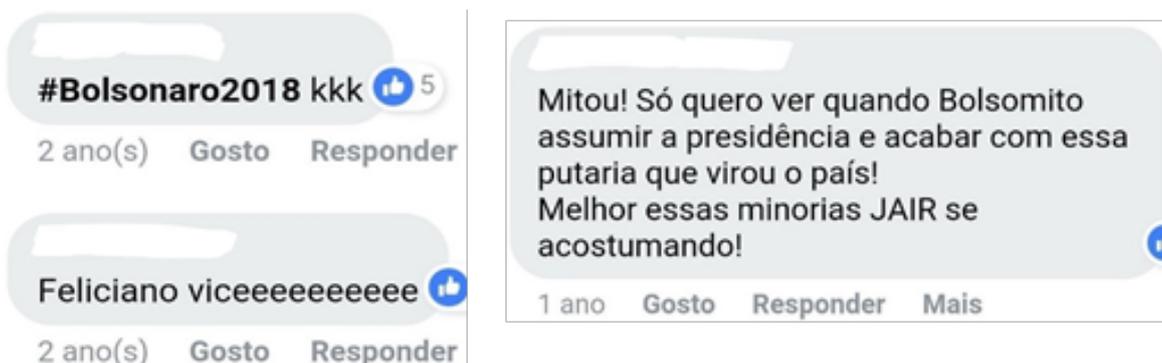
Figura 8: Exemplos da categoria de Influência Comportamental Infantojuvenil observada nos comentários classificados como discurso de ódio



Fonte: Autor (2019)

9) OPINIÃO INTERMEDIADA POR CITAÇÃO DE AUTORIDADE – De todas as categorias, esta é a mais controversa de explicação. A princípio, é necessário explicar o que significa citação de autoridade: uma fonte confiável, que pode ser um especialista no assunto, uma frase dita por alguém, líder ou político, algum artista famoso ou algum pensador. Ao utilizar um pensador ou especialista no assunto para embasar comentários, a intenção é encontrar uma estratégia retórica para convencer e apresentar argumentos. No artigo em questão, as citações de autoridade observadas no comentário são de políticos que historicamente combatem as práticas homossexuais e os direitos da população LGBT, seja nas igrejas ou na Câmara dos deputados. Une-se então, o propósito de uma citação de autoridade mais o discurso que ela representa em uma publicação que menciona a população LGBT em suas várias manifestações, movimentos, direitos e conquistas. Logicamente, o objetivo com a citação dessas autoridades é a mensagem subliminar que ela representa, que está oculta em um simples nome em uma publicação sem caráter político de campanha eleitoral ou que fizesse referência à figura citada. A citação acontece justamente para manifestar o preconceito, livrando-se da autoria direta e terceirizando a opinião com a citação da figura política representada na publicação.

Figura 9: Exemplos da categoria Discurso de Autoridade observada nos comentários classificados como discurso de ódio



Fonte: Autores (2019)

Após a exposição de alguns exemplos e a descrição das nove categorias de discursos de ódio contra a população LGBT nos comentários das publicações de notícias no Facebook, é importante demonstrar o resultado final obtido a partir dos 481 comentários classificados na pesquisa como manifestações de discriminação e em quais categorias de discurso de ódio contra a população LGBT elas se mobilizam.

Gráfico 1: Resultado Geral da Classificação dos discursos de ódio observados nos comentários das matérias analisadas



Fonte: Autores (2019)

Com base no gráfico, é possível que afirmar que a repulsa ou o repúdio pelas pessoas e pelo comportamento dos LGBTs é a categoria de discurso de ódio mais presente nos 481 comentários tidos como discurso de ódio pela pesquisa. Em seguida se encontram as categorias de descrédito pela informação jornalística, imposição da moralidade e da religiosidade pessoal e a injúria ou ofensa à dignidade da pessoa humana.

Considerações Finais

O presente trabalho analisou os comentários tidos como discurso de ódio encontrados nas publicações de notícias de ciberjornais no Facebook. A partir dos resultados, mais de um quarto (27%) dos comentários realizados nas fanpages das matérias analisadas que fizeram algum tipo de menção ao universo LGBT foram classificadas como discursos de ódio e, dentre elas, o estudo levantou nove maneiras diferentes da manifestação do preconceito contra a população LGBT, todas elas configurando como uma manifestação velada da homofobia.

Como já discutido no artigo, o Brasil é o país que mais consome informação no Facebook e a tendência do ciberjornalismo é continuar investindo nessas plataformas de mídia e buscar aprimorar a eficiência dos mecanismos de interação com o conteúdo publicado, seja com um clique na matéria, uma reação, um comentário ou compartilhamento. Por meio da discussão nos tópicos

anteriores, é possível atribuir influência direta e potencializadora que a internet, as redes sociais e a interatividade do público com os ciberjornais no Facebook possuem na propagação do fenômeno do discurso de ódio na sociedade em rede.

O Facebook também procura combater a prática do discurso de ódio, porém devido à diversidade de pessoas que utilizam a rede social, muitos comentários preconceituosos não são assim classificados pela própria plataforma. Além disso, como exposto no artigo o discurso de ódio necessita de um estudo minucioso e analítico dos comentários. O Facebook, nesse contexto, não demonstra ter disponibilidade, investimento e tempo útil suficientes para analisar a quantidade de denúncias feitas diariamente na rede social.

O grande desafio dos novos veículos de comunicação é informar nas redes sociais para um público civilizado. Como observado, o simples fato de mencionar os LGBTs no título da notícia já concede margem para discriminação, da qual muitas não tinham relação com o tema da matéria, mas com o ódio e o preconceito em torno da homossexualidade. O tema é pouquíssimo retratado nos veículos de comunicação e as vítimas do discurso de ódio dificilmente procuram as autoridades para denunciar pela dificuldade de comprovar crimes cibernéticos e pela própria característica do ciberespaço, que permite a exclusão de dados a qualquer instante. Infere-se que tal apontamento também constitui um fator limitante para os estudos envolvendo comentários, uma vez que o ambiente virtual é passível de modificações como a edição ou a exclusão dos comentários, das publicações e até mesmo das fanpages neste ambiente de redes sociais.

A questão lançada para futuras pesquisas pode partir tanto do ponto de vista normativo e jurídico quanto de aspectos próprios do universo comunicacional e particularmente jornalístico, isto é, reflexões sobre as características do ciberespaço que favorecem ou tencionam a disseminação de discursos de ódio e de práticas de incivildade online a partir de plataforma jornalísticas.

Por ora, recorda-se que no preâmbulo da Constituição Federal lê-se que o Estado Democrático tem a necessidade de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. Em contrapartida, os comentários das publicações de notícias no Facebook constituem-se como um cenário hostil ao exercício de uma sociedade igualitária, democrática e livre de preconceitos.

Referências

ANTOCI, A. et al. **Civility vs. Incivility in online Social Interations: Na Evolutionary Approach.** Plos one. United States, 11, 11, e0164286, Nov. 1. 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BOYD, d. **Social Network Sites: Public, Private, or What?** In: Knowledge Tree 13, May, 2007.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRUGGER, Winfried. **Proibição ou proteção do discurso de ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano**. Revista de Direito Público, Brasília, v. 15, n. 117, jan.-mar. 2007.
- CANAVILHAS, João (2011), “**Del gatekeeping al gatewatching: el papel de las redes sociales en el nuevo ecosistema mediático**” in **Periodismo Digital: convergencia, redes y móviles**. Fernando Irigaray, Dardo Ceballos e Matía Manna (orgs.)
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Matheus Felipe de; FREITAS, Riva Sobrado de. **Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão**. Seqüência (Florianópolis), n. 66, p. 327-355, jul. 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p327> Acesso em 16/07/2016. Acesso em 05/11/2018>.
- CRARY, Jonathan. **Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- FACEBOOK. **Padrões da Comunidade**. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/communitystandards/> Acesso em: 16 de junho de 2019.
- FENAJ. **CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS**, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 12 out 2018.
- FISS, Owen M. **A Ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- G1. **Facebook completa 15 anos com 2,3 bilhões de usuários**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/02/04/facebook-completa-15-anos-com-23-bilhoes-de-usuarios.ghtml>> Acesso em: 16 de junho de 2019.
- GOMES, W. A política na timeline. EDUFBA editora, 1ed. 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país. Rio de Janeiro, 2017.
- JUNQUEIRA, Rogério. **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: JUNQUEIRA, Rogério. (Org.) **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- KIESLER, S., SIEGEL, J. and MCGUIRE, T.W. (1984) **Social Psychological Aspects of Computer-Mediated Communication**, *American Psychologist*.
- LEAL DA SILVA, Rosane et al. **Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira**. Revista Direito - GV, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, jul.-dez. 2011.

MEYER – PFLUG, Samantha Ribeiro; LEITE, Flavia Piava Almeida. As redes sociais e o discurso do ódio. In: MORAES, Daniela Marques de; LABONARSKI, Jaime Ruben Sapolinski (Coord.). **Direitos e Garantias Fundamentais II**. Florianópolis: CONPEDI, 2016. p. 80-95. Disponível em: Acesso em: 18 ago. 2017.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MORATO, Rafael dos Santos. **Os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade no Facebook: a desigualdade social “curtida” e “compartilhada”**. 2017.148 f. Mestrado – (Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2017.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Cerca de 70% dos brasileiros ativos no Facebook se informam pela rede social**. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/cerca-de-70-dos-brasileiros-se-informam-pelo-facebook/>> Acesso em: 16 de junho de 2019.

PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA 2015. **Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acesso em: 16 de junho de 2019.

RECUERO, Raquel. **Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet**. In: PRIMO, Alex (Org.). Interações em rede. Porto Alegre: Sulina, 2013.

RECUERO, Raquel. **Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook**. Revista Verso & Reverso, v. 28, n. 68, maio/ago. 2014.

RECUERO, Raquel. **Tipologia de Redes Sociais Brasileiras no Fotolog.com**. E-Compós (Brasília), v.9, p.01, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/files/05ecompos09_RaquelRecuero.pdf>.

RIOS, Roger Raupp (org) **Em defesa dos Direitos Sexuais**. Porto Alegre, Livraria do advogado Editora, 2007. 195p.

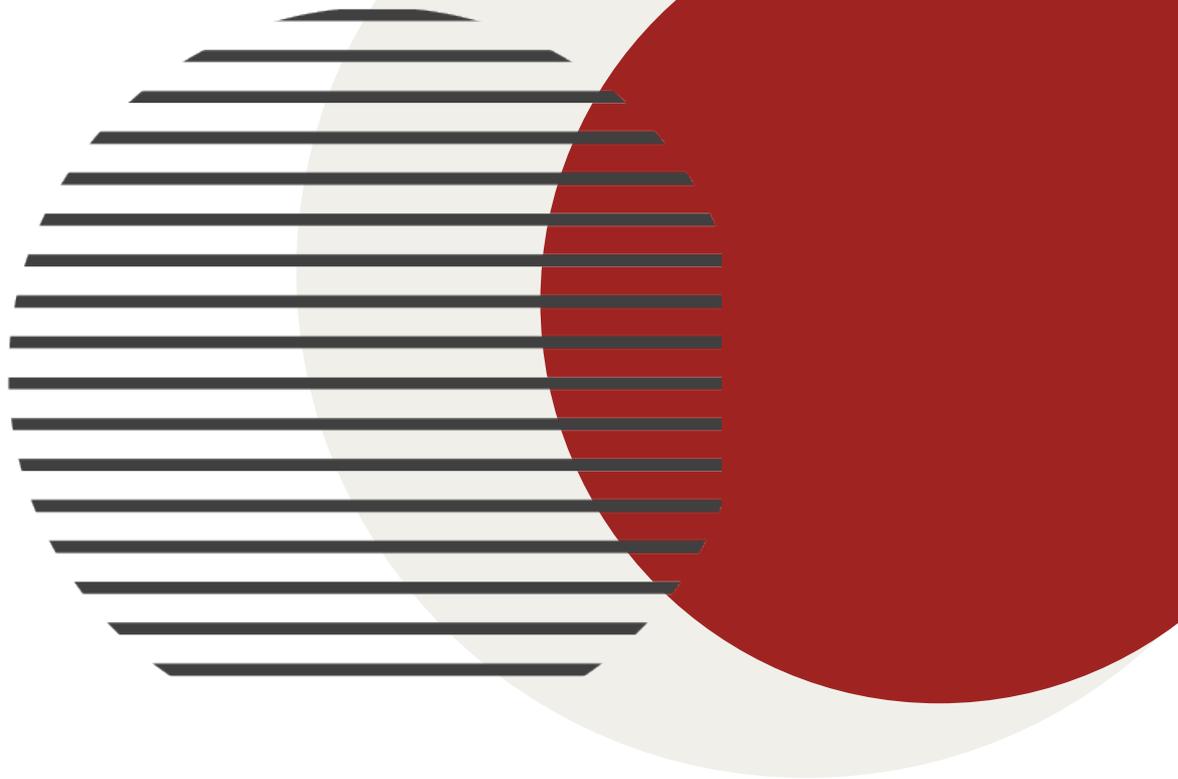
SAFERNET. **Indicadores**. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/indicadores.html>> Acesso em: 05 de nov. de 2018.

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. **O Discurso do Ódio em Redes Sociais**. 1. ed. São Paulo: Lura Editorial, 2016.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do “Hate Speech”**. In: SARMENTO, Daniel. Livres e iguais: estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

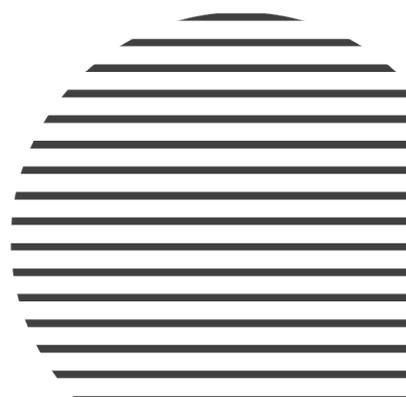
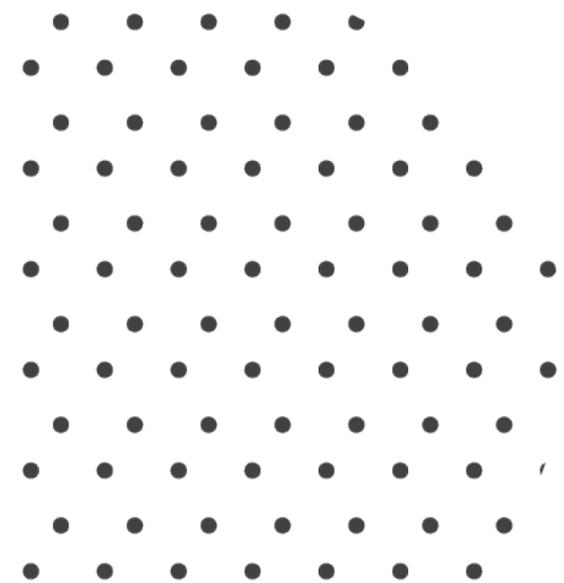
SHOEMAKER, Pamela J., VOS, Tim P. **Gatekeeping theory**. New York e Londres: Routledge, 2009.

SILVEIRA, Renata Machado da. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. Dissertação de Mestrado. PUC/MG, 2007.



Parte III

RELATOS DAS REDES DE PESQUISA DA SBPJOR



Rede Telejor

O local do Telejornalismo: a Rede Telejor rumo aos 15 anos

Iluska Coutinho¹

Cárlida Emerim²

Um pouco de história

Em 2005, um grupo de pesquisadores se reuniu em torno da temática do telejornalismo e apresentou uma Mesa Coordenada dentro do 3º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Nascia ali, o embrião da Rede Telejor, que se constituiu como rede no ano seguinte, em 2006, no 4º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, (SBPJor), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Desde então, a Telejor não deixou de organizar coordenadas com as demandas e temáticas que reuniam os pesquisadores em torno do Telejornalismo, crescendo e se atualizando a cada ano.

Em 2020, a Rede completa 15 anos de atividade ininterrupta, produzindo pesquisas e contribuindo para fortalecer o campo teórico e prático do telejornalismo ou do jornalismo para diferentes telas disponibilizado nos mais variados suportes. Com funcionamento coletivo e decisões colegiadas, desde o início a Rede Telejor organizava as temáticas assumindo aquelas que agregassem o maior número de pesquisadores, propondo entender e mapear o campo do telejornalismo no Brasil. Um esforço de buscar conceitos, rever processos, empreender metodologias de análise, estudar estratégias de aplicabilidade de conteúdos diversos entre outros desafios, com o objetivo central de que os resultados das pesquisas possam ser empregados no ensino, na extensão e na pesquisa em telejornalismo ou jornalismo para telas. Na estrutura, a Rede Telejor integra pesquisadores de cinco regiões do Brasil, com cerca de 20 grupos de pesquisa registrados no CNPq, já publicou 11 livros, cerca de 72 artigos apresentados desde 2005 somente em Mesas Coordenadas na SBPJor, além de textos apresentados nas comunicações livres e em outros eventos.

As atividades em 2019

O percurso de pesquisas e atividades compartilhadas pelos membros da Rede Telejor nos trouxe ao telejornalismo local e regional, aquele que em um primeiro momento poderia ser entendido como o efetivado a partir dos desdobramentos com a comunidade. Assim, investigar e refletir o tema envolveu a rede e seus pesquisadores também, de maneira similar ao telejornalismo local, incluir perspectivas e prospecções do olhar para si, para o outro, próximo à sua

¹ Coordenadora da Rede TELEJor (2017-2019). Professora Titular do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora; membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. E-mail: iluskac@uol.com.br.

² Vice Coordenadora da Rede TELEJor (2017-2019). Professora e pesquisadora na Graduação e Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: carlida.emerim@ufsc.br.

convivência e espaço geográfico. Na contemporaneidade, que vivencia complexa globalização de sentidos, fluxos e experiências, conceituar o que é, o que se pode definir por telejornalismo local constituiu-se como um desafio para a Rede Telejor.

O oitavo volume da Coleção Jornalismo Audiovisual, publicado em parceria com a Editora Insular, propôs-se enfrentar este desafio e apresentar os resultados das pesquisas de 27 autores, integrantes da Rede. Ao longo de 2019 estes se dedicaram a desenvolver conceitos, teóricos e operacionais, exemplos de aplicabilidade e reflexão, que incluíram propostas de teorias sobre os fazeres, práticas e estudos do telejornalismo local. Em termos de campo empírico, os lócus de pesquisa envolveram análises de produções exibidas por emissoras e produtores audiovisuais em âmbito local, regional e estadual, nas cinco regiões do Brasil. Em termos de sistematização epistemológica, o entendimento do Telejornalismo local foi estruturado a partir de três grandes eixos: a) o local do telejornalismo e sua relevância; b) telejornalismo e território e, c) as transformações no telejornalismo local e regional.

Assim, em 2019, a etapa da pesquisa coletiva da Rede Telejor se dedicou a aprofundar e analisar as práticas das emissões territoriais, locais, regionais, circunscritas a regiões específicas, de modo a compreender as semelhanças e diferenças com o telejornalismo dito nacional, que se exhibe em rede, demonstrando aspectos peculiares de regiões brasileiras. Esta investigação demonstrou que surgem novos espaços geográficos, não delimitados pelo espaço físico, mas organizado pelos interesses e pelo sentimento de pertença de muitos cidadãos. Mostrou, também, que o apelo à proximidade com a comunidade através dos telejornais locais ou regionais tem mais discurso do que tempo dedicado ao cidadão da comunidade, às suas mazelas; o popular é usado como exemplo ou personagem, mas as narrativas podem estar em qualquer comunidade. Essa aparente desterritorialização apresentou-se ao longo dos estudos como um paradoxo do telejornalismo local, com ações de aproximação e afastamento que cada vez mais acontecem a partir de telas, entre elas aquelas que constituem o lugar do telejornalismo. Nessa perspectiva, outro aspecto a destacar do resultado da pesquisa integrada foram seus ensaios teóricos, que se desafiaram a conceituar o que entende por telejornalismo local buscando fundamentar as referências na bibliografia disponível articulada com a experiência profissional dos autores.

Nos capítulos do livro e nos textos apresentados nas três mesas coordenadas realizadas em 2019 os pesquisadores da Rede Telejor oferecem críticas propositivas, com contribuições efetivas para além do “deve ser”, mas que buscam indicar um “possível ser”. Nas mesas coordenadas estruturadas a partir pesquisa de rede sobre “Telejornalismo local: teorias, conceitos e reflexões” foram apresentados ao todo 18 trabalhos que discutiram as temáticas do telejornalismo local com vistas a aprimorar os preceitos norteadores do telejornalismo local.

As propostas para 2020

Em uma sistemática que celebra 15 anos em 2020, os planos e metas da Rede Telejor começam a ser elaborados no ano anterior, por ocasião do encontro do SBPJor, após a avaliação do percurso coletivamente percorrido a cada pesquisa compartilhada. Assim, no 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em Goiânia (2019), definiu-se que o atual trabalho da rede terá como foco o sentido das telas no/ do Telejornalismo. A proposta é priorizar no estudo uma espécie de cartografia das experiências, vivências e aspectos sensoriais do espectador e de produtores/realizadores com as telas de notícia, com o jornalismo para as telas, na perspectiva de tensionar três âmbitos fundamentais: teorias, propostas de conceitos e sua aplicabilidade a partir da empiria.

Nos 15 anos da Rede Telejor, o protocolo de pesquisa é elaborado partindo de uma definição operacional do que é telejornalismo, sentido e telas, para que cada pesquisador tenha o mesmo ponto de partida para investigar as especificidades de seu modo de olhar e empregando seus autores e teorias de base. A proposta é que a pesquisa a ser desenvolvida em 2020 se desenvolva sob três âmbitos centrais: 1) o de caráter bibliográfico, b) o de caráter documental (análise de materiais públicos, vídeos etc) e, c) o de caráter empírico com a realização de pesquisas de campo (com entrevistas, observação, grupo de foco, etc. Tal proposta permitirá desenvolver de forma mais aprofundada a temática e o próprio protocolo de investigação comum incluindo, sobretudo, pensar na questão da ética na pesquisa com humanos, uma exigência a partir da resolução 510/2016 (CONEP).

A Rede Telejor completa 15 anos em 2020, entre os planos para marcar essa data estão a realização de um evento especial e a publicação de dois livros: o volume 9 da Coleção Jornalismo Audiovisual, que reúne os resultados da pesquisa integrada em textos de pesquisadores seniores da Rede - com chamada e seleção divulgadas em edital – e o segundo volume da Coleção Jovens Pesquisadores, um espaço para as produções de investigadores recém-titulados, doutorandos e mestrados, que integram a rede, e são apresentados em parceria com os membros seniores da Telejor.

Outra proposta que está se consolidando em 2020 é a criação de um site da Rede Telejor para centralizar as publicações e informações, não só como forma de apresentar a comunidade em geral as realizações, produções e publicações dos integrantes da Telejor como também disponibilizar para o público interessado. Assim, a ideia é tornar acessível à associações, sindicatos, universidades e órgãos de fomento, os resultados das diferentes produções teórico-científicas, e também audiovisuais, desenvolvidas pelos pesquisadores da Rede Telejor.

Outro resultado da avaliação do percurso realizado sobretudo em 2019, quando o foco da rede foi o Telejornalismo Local, foi refletir também em sua estrutura de

gestão sobre os diferentes locais em que a rede se materializa, com professores e estudantes, os pesquisadores do jornalismo audiovisual. Assim, com o crescimento também em rede do número de integrantes da Telejor, a decisão na Assembleia da Rede realizada durante o último congresso da SBPJor foi reorganizar a estrutura interna do grupo, incluindo além da coordenação geral e vice-coordenação, e de seus conselho consultivo, coordenações regionais Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Atualmente a Rede Telejor conta com os seguintes coordenadores regionais: Norte, José Tarcísio Oliveira Filho (UFRR); Nordeste, Vitor Belém (UFS) e Paulo Cajazeira (UFCA); Centro-Oeste, Ana Carolina Pessoa Temer (UFG) e Letícia Renault (UnB); Sudeste, Ana Paula Goulart de Andrade (Facha/UFRJ) e Claudia Thomé (UFJF); Sul, Leandro Olegário (ESPM-RS) e Fabiana Piccinin (Unisc). A coordenação geral da Rede Telejor no biênio 2020-2021 é da professora Cárilda Emerim (UFSC), com a vice-coordenação da professora Ariane Pereira (Unicentro). Já o Conselho Consultivo da Rede é composto pelos ex-coordenadores: Alfredo Vizeu (UFPE); Flávio Porcello (UFRGS); Edna Mello (Unifesp); Cristiane Finger (PUCRS) e Iluska Coutinho (UFJF).

Referências

COUTINHO, Iluska & EMERIM, Carlida. **Telejornalismo local: teorias e conceitos**. Coleção Jornalismo Audiovisual – volume 8. Florianópolis: Insular, 2019.

EMERIM, Cárilda; COUTINHO, Iluska e FINGER, Cristiane. **Epistemologias do telejornalismo**. Coleção Jornalismo Audiovisual – volume 7. Florianópolis: Insular, 2018.

EMERIM, Cárilda; FINGER, Cristiane e COUTINHO, Iluska. **Estudos contemporâneos em telejornalismo: narrativas de jornalismo para telas**. Série Jovens Pesquisadores – volume 1. Florianópolis: Insular, 2018

Rede RadioJor

A consolidação dos estudos em radiojornalismo

Valci Zuculoto¹

Marcelo Kischinhevsky²

Introdução

As pesquisas sobre teorias e práticas profissionais no radiojornalismo avançaram de forma extraordinária nas últimas duas décadas, na esteira da consolidação dos Programas de Pós-graduação na área de Comunicação e Informação e, notadamente, dos PPGs com foco e/ou linhas de pesquisa voltados ao Jornalismo. A formação de mestres e doutores com pesquisas radiojornalísticas, até os anos 1990 restrita a alguns poucos PPGs, como os da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), capilarizou-se na virada do século e hoje tem diversos polos, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), as Universidades Federais de Santa Catarina (UFSC), Ouro Preto (UFOP), Minas Gerais (UFMG), Pernambuco (UFPE) e Fluminense (UFF) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre muitos outros.

Embora o rádio como objeto de pesquisa seja extremamente abrangente, o radiojornalismo se confunde com os primórdios do conhecimento científico sobre o meio no país. Um dos marcos inaugurais da pesquisa acadêmica sobre rádio no Brasil remonta a 1967, quando Maria José de Andrade Lima, a Zita, defendeu sua dissertação de mestrado na UnB, abordando os princípios e as técnicas do radiojornalismo. Mas, para Sonia Virgínia Moreira (2005), é nos anos 1990 que os estudos radiofônicos atingem sua maioridade. Valci Zuculoto (2016) também vê um fortalecimento do campo naquela década e, no século XXI, a entrada em nova fase, de consolidação nacional e início da internacionalização.

A dinamização dos estudos radiofônicos no país está intimamente ligada à criação do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), em 1991. O GP, desde seu início, tem influenciado a produção científica com foco no radiofônico, sempre com destaque para o jornalismo. No começo dos anos 2010, já havia no país cerca de 230 teses e dissertações sobre o meio, das quais 123 só na primeira década do século XXI (HAUSSEN, 2011). Essa produção qualificada resultou, também, em grande número de publicações de artigos em revistas científicas avaliadas

¹ Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista (UFRGS), mestre e doutora em Comunicação (PUCRS) e pós-doutora (UFRJ). Coordenadora da Rede RadioJor, da Rádio Ponto UFSC e diretora científica da Rede Alfredo de Carvalho de História da Mídia (Alcar). Email: valzuculoto@hotmail.com

² Diretor do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutor e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ e bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. Coordena o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), e é coordenador-adjunto da RadioJor. Email: marcelok@forum.ufrj.br

nos estratos superiores (A2 e B1) no Brasil, sendo que o radiojornalismo aparece como terceiro objeto mais estudado, atrás apenas de tecnologia e radiodifusão comunitária (HAUSSEN, 2016).

RadioJor

A Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RadioJor), formalizada em 2019 na assembleia geral da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), soma-se a esse movimento, estabelecendo novo espaço de interlocução de alto nível e possibilitando reflexão crítica sobre desafios conceituais, metodológicos e empíricos no campo, para além da simples descrição de rotinas produtivas e das análises de conteúdo sonoro.

No 17º Encontro da SBPJor, em 2019, quando a RadioJor ainda estava em fase de constituição e aprovação, pesquisadores deste campo de estudo promoveram três mesas coordenadas, com 17 trabalhos aprovados. Assinados por 11 doutores, 10 doutorandos e dois mestrandos, discutiram a reconfiguração do radiojornalismo em emissoras públicas (universitárias, educativas), comerciais, comunitárias, em ondas hertzianas e via web, e como esta atividade profissional se insere no novo entorno midiático, marcado pelo big data, pela emergência de novos dispositivos, suportes e interfaces e pelos desafios regulatórios e mercadológicos – notadamente, a migração de emissoras da faixa AM para a FM.

Considerações

Agora formalizada, para 2020, o desafio da Radiojor é intensificar o diálogo com pesquisadores de outros países. Nessa direção, a principal revista científica de rádio no Brasil, a Rádio-Leituras, muda de nome, para Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora, e ganha Conselho Editorial com representantes de seis nações além do Brasil (Argentina, Austrália, Espanha, França, Itália e Portugal), circulando em periodicidade quadrimestral e buscando indexações no exterior.

Cada vez mais, num cenário de crescente reconfiguração das indústrias midiáticas em escala planetária, é necessária uma interlocução global para avançar nas pesquisas sobre radiojornalismo, uma forma de conhecimento presente no cotidiano de 86% dos brasileiros, segundo pesquisa Kantar Ibope de 2018.

Referências

HAUSSEN, Doris Fagundes. Revistas de comunicação brasileiras registram a pesquisa sobre rádio (2002-2012). **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (RBCC)**. São Paulo: Intercom, v. 39, n. 3, p. 155-165, set./dez. 2016.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Trajetória das pesquisas em rádio no Brasil. **Rádio-Leituras**, ano 2, n. 2, jul.-dez. 2011.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Da memória particular aos estudos acadêmicos: a pesquisa sobre rádio no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia (org.). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. p. 124-128. São Paulo: Intercom, 2005.

ZUCULOTO, Valci. A história do campo acadêmico do rádio no Brasil: registros referenciais para uma proposta de roteiro de percurso. In: ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora Cristina; KISCHINHEVSKY, Marcelo (org.). **Estudos radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom**. São Paulo: Intercom (Coleção GPs – vol. 22), 2016.

Rede Renami

Um ano digno de nota

Demétrio de Azeredo Soster¹

Fabiana Piccinin²

Marta Maia³

Monica Martinez⁴

Movimentos significativos

A julgar pelas evidências, e não obstante as eventuais dificuldades encontradas no caminho, pode-se afirmar, com algum grau de precisão, que 2019 foi um ano particularmente significativo para a Rede de Pesquisa em Narrativas Midiáticas Contemporâneas (Renami). Ele foi digno de nota, em primeiro lugar, porque sugere que a Renami, em seu quarto ano de atividades ininterruptas, é uma rede que cresce de forma equilibrada e que demonstra, neste crescimento, muitos e bons indicativos de vitalidade.

Isso pode ser percebido, como veremos de forma pormenorizada mais adiante, por meio de realizações que, individualmente, ou em seu conjunto, constituem identitariamente a rede. Mas, também – e principalmente, porque estes movimentos se dão de forma sistêmica, ou seja, dialogando muito de perto com todos os outros passos dados pela Renami até aqui, desde sua criação, e projetando futuros vínculos. Vejamos estes movimentos individualmente.

Começamos pelos aspectos editoriais. Durante o 17º Encontro Nacional da SBPJor, na Universidade Federal de Goiânia (UFG), os integrantes da Renami lançaram dois livros: “Narrativas Midiáticas Contemporâneas: Sujeitos, Corpos e Lugares” (Catarse, 2019), organizado por Demétrio de Azeredo Soster e Fabiana Piccinin, integrantes da diretoria colegiada da Renami, e “Narrativas de Viagem/ Travel Narratives” (Catarse, 2019), organizado por Demétrio de Azeredo Soster e Matheus Yuri Passos, este último igualmente da diretoria colegiada desde novembro de 2019.

¹ Professor e Pesquisador do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Letras (UNISC). Editor Revista Rizoma - Mídiação, Cultura e Narrativas (Qualis B2). Integrante da diretoria colegiada da Renami. deazedososter@gmail.com

² Professora e Pesquisadora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Letras (UNISC). Vice-líder do GENALIM (CNPQ) Grupo de Estudos sobre Narrativas Literárias e Midiáticas e integrante da diretoria colegiada da RENAMI (SBPJor). Integrante da diretoria colegiada da Renami. fabi@unisc.br

³ Doutora em Ciências da Comunicação - Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais (JorNal/CNPq). Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP (PPGCOM-UFOP) e docente do curso de Jornalismo da mesma Instituição. Integrante da diretoria colegiada da RENAMI (SBPJor). Integrante da diretoria colegiada da Renami(SBPJor). marta@martamaia.pro.br

⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), onde é líder do Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI). Foi presidente da SBPJor (2017-2019). É autora de “Jornalismo Literário: Tradição e Inovação (Insular, 2016). Integrante da diretoria colegiada da Renami. monica.martinez@prof.uniso.br

Vejam os títulos individualmente:

a) Narrativas Midiáticas Contemporâneas: Sujeitos, Corpos e Lugares (Catarse, 2019). É o terceiro livro da Renami, lançado em versões impressa e e-book (distribuição gratuita), composto de 18 capítulos divididos em três seções temáticas – Narrativas do outro, Narrativas da resistência e Narrativas diversas, que por sua vez são assinadas por 25 integrantes da rede.

Trata-se, segundo seus organizadores, de uma forma de resistência frente aos tempos sombrios que vivemos em 2019. “Pelo que representa, a narrativa, que não serve às aplicações práticas cotidianas e, portanto, não ‘tem utilidade nenhuma’, é que a entendemos como objeto de pesquisa sempre de estratégica importância, especialmente pela dificuldade que enfrentamos de enxergar aquilo a que se chama real com algum apuro em momentos particularmente adversos” (SOSTER, PICCININ, 2019, p. 16).

Jorge Pedro de Sousa, professor da Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA, em sua apresentação, salienta, por outro lado, que se trata, a obra, “(...) portanto, de um conjunto de textos resultantes de pesquisas com timbre brasileiro que, desde diferentes perspectivas, colocam o leitor perante o inquietante e permanente desafio do desvelamento em profundidade das narrativas que circulam na sociedade” (SOUSA, 2019, p. 15).

b) Narrativas de Viagens/Travel Narratives (Catarse, 2019)

No livro de 556 páginas, apresentado por Monica Martinez (Uniso), então presidente da SBPJor e atualmente coordenadora do Comitê de Relações Internacionais da entidade, e igualmente integrante da direção colegiada da Renami, os pesquisadores podem encontrar, gratuitamente, de forma bilíngue – em inglês ou espanhol – e disposta ao longo de 16 capítulos, “(...) mais que uma tentativa de interpretação do que entendemos por narrativas de viagem, e sua aplicação, uma espécie de mapa que nos permite delimitar, conceitualmente, o estado da arte das discussões em torno do assunto.” (SOSTER, PASSOS, 2019, p. 8). Tensionando assim, por meio das pesquisas acerca das viagens e seus movimentos, a ideia da narrativa decorrente das histórias contadas por aqueles que as experienciam e narram.

Além das publicações, a rede registrou outro movimento significativo em 2019 a partir da realização, no encontro da SBPJor de Goiânia, em Goiás, de quatro mesas coordenadas, assim constituídas: 1) “Mesa Renami: narradores, sujeitos e formas de dizer”, com cinco trabalhos; 2) “Mesa Renami: Jornalismo, narrativas e discursos em disputa”, com quatro trabalhos; 3) “Mesa Renami: Narrativas múltiplas – tensões, estéticas e saberes”, com cinco trabalhos; e, finalmente, 4) “3º Painel IALJS/SBPJor-Renami de Jornalismo Literário”, com cinco trabalhos. Este último teve como destaque a participação de Edvaldo Pereira Lima, conhecido na área como o pioneiro nos estudos de Jornalismo Literário no país,

bem como autor do livro seminal, Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura (Manole, 2009). Este ano, pelo conjunto de sua obra, a Lima foi outorgado o Prêmio Adelmo Genro Filho (PAGF) na categoria sênior.

Para além dos conteúdos e abordagens, e do volume de pessoas envolvidas em sua concepção e apresentação, sugere, como dito na abertura deste capítulo, que a Renami cresce de forma consistente, com novos pesquisadores que se agregam continuamente à rede. O que é bom para a pesquisa como um todo.

Dito isso, resta-nos, integrantes da Renami, seguir trabalhando para que a investigação em rede sobre a narrativa e sobre os temas afeitos à mídia, de maneira geral, e ao jornalismo, em particular, tenha condições de prosseguir e se qualificar. Tarefa cada vez mais necessária nos dias que se seguem.

Referências

SOUSA, Jorge Pedro. Apresentação. In: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Narrativas midiáticas contemporâneas: sujeitos, corpos e lugares**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2019.

PASSOS, Matheus Yuri; SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Narrativas de Viagem/ Travel Narratives**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2019. E-book

Rede Retij

Mapear e interpretar as metamorfoses no trabalho dos jornalistas

Jacques Mick¹

Rafael Grohmann²

Roseli Figaro³

Samuel Lima⁴

Fábio Henrique Pereira⁵

Edgard Patrício⁶

No mundo todo, jornalistas são forçados a ajustar seu modo de trabalhar a transformações estruturais do ofício impostas, entre outros fatores, pela financeirização do capital, pela convergência digital, pela plataformação da informação e do trabalho, pelo decréscimo na confiança pública na “verdade” disseminada por mídias jornalísticas. A tais fatores econômicos, tecnológicos e epistemológicos (desafiadores em si), a particularidade do exercício do jornalismo no Brasil soma, na segunda década do século 21, os variados efeitos de longa crise sociopolítica e econômica, especialmente nos últimos sete anos, da qual os jornalistas são vistos ora como causadores, ora como redentores. O cenário é de enormes pressões sobre o trabalho dos e das jornalistas brasileiros e as consequências disso combinam fenômenos comuns a outras atividades, como o desemprego, a precarização, a multifuncionalidade e outras formas de intensificação da exploração do trabalho; fenômenos específicos do ofício, como as demandas de produção multimídia e o uso de trabalho autoral em várias mídias de propriedade de um mesmo grupo (ou de mídias associadas); e fenômenos próprios à realidade brasileira, marcada por polarização ideológica, em que jornalistas são criticados cotidianamente por trabalharem em empresas de mídia alinhadas a posições políticas (com as quais concordam ou não). Agrava o cenário o fato de jornalistas da elite profissional terem sido protagonistas de momentos importantes da dimensão sociopolítica da crise e, nessa condição, terem contribuído para a viabilização de um governo de extrema-direita no país. Ao lado destas questões, há tentativas de construção de novos modelos e arranjos de trabalho, pautados em lógicas coletivas e cooperativas, em busca

¹ Professor dos programas de pós-graduação em Jornalismo e em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC). E-mail: jacques.mick@ufsc.br

² Professor do programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Editor da newsletter DigiLabour e pesquisador do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (USP). E-mail: rafaelgrohmann@unisinis.br

³ Professora Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP, e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, CPCT-ECA-USP/CNPq. E-mail: figaro@uol.com.br

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e docente do Departamento de Jornalismo da UFSC. É pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) e do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC). E-mail: samuca13@gmail.com

⁵ Professor associado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. É editor-executivo da revista Brazilian Journalism Research e coeditor da Sur Le Journalisme. E-mail: fabiop@unb.br

⁶ Coordenador da Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade Profissional dos Jornalistas (Retij). É professor do Curso de Jornalismo e coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Participa do grupo de pesquisa PráxisJor - Práxis no Jornalismo. E-mail: edgard@ufc.br

de governança social para o jornalismo. As lutas em circulação no mundo do trabalho dos jornalistas muitas vezes se caracterizam como “insurgentes” ou “independentes”, mas nenhuma delas está livre de contradições.

A despeito desse conjunto imenso de pressões no sentido da transformação de suas práticas, os jornalistas brasileiros permanecem confortáveis não apenas em defender um conjunto idealizado de valores associados ao cânone profissional, como em valorizar e reproduzir processos de formação marcadamente técnicos - em ambos os casos, movimentos fora de sintonia com as transformações estruturais que o campo profissional enfrenta. As adaptações dos cursos de jornalismo às Novas Diretrizes Curriculares tornaram mais explícitas as diferenças entre as escolas e docentes que optam por formação técnica, sob a justificativa de “preparar para o mercado”, e propostas que buscam aliar ensino de jornalismo e desenvolvimento de senso crítico, ancoradas em discussão conceitual.

Investigar, a partir da realidade concreta de trabalho, esse paradoxo entre práticas em transformação e valores (ou ideologias) ancorados na formação clássica da área e seus efeitos na atuação profissional e na configuração do mercado de trabalho será o objetivo do primeiro projeto de pesquisa comum à Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade Profissional dos Jornalistas (Retij). Constituída em 2013, durante o encontro anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor) em Brasília, a Retij filiou-se à SBPJor em 2019. Nesse período, a Rede promoveu reuniões anuais de pesquisadores paralelas aos encontros da SBPJor e ofereceu comunicações coordenadas com número crescente de artigos e instituições. Atualmente, a Rede articula pesquisadores em 16 instituições de ensino, de quatro regiões do país.

Sob perspectivas teórico-metodológicas transdisciplinares, a Retij organiza seus tópicos de investigação em cinco eixos:

1. características demográficas e do mercado de trabalho dos jornalistas brasileiros (incluindo fenômenos como precarização, pejotização, duplo emprego e multifuncionalidade, entre outros);
2. configuração de identidades, culturas profissionais e discursos sobre a profissão;
3. trajetórias profissionais: formas de acesso, distribuição dos jornalistas em distintas áreas de atuação (midiáticas e não midiáticas), abandono da carreira;
4. caracterização das rotinas produtivas e dos processos comunicacionais determinantes para o desempenho do trabalho do jornalista; e
5. sindicalização e atuação dos jornalistas em organizações corporativas, cooperativas ou associativas.

O fortalecimento da Rede é gradual e a concepção de um projeto de pesquisa comum é um objetivo que deriva do acúmulo de experiências de cooperação entre os grupos. A existência da Retij favoreceu a troca sistemática de

informações e resultados de pesquisa. Também estimulou dinâmicas de cooperação entre pesquisadores ou instituições no âmbito dos projetos de investigação consolidados nas principais universidades envolvidas, principalmente em três instituições-pólo da rede - as universidades de Brasília, São Paulo e Federal de Santa Catarina. A colaboração permitirá a expansão do alcance dos estudos sobre trajetórias ou carreiras profissionais (PEREIRA, 2013; 2019), novos arranjos produtivos no jornalismo (FIGARO; NONATO, 2017; FIGARO; NONATO; GROHMANN, 2013; GROHMANN, 2019; MICK; TAVARES, 2017) e transformações no perfil sociodemográfico da categoria (MICK; LIMA, 2013), além de pesquisas comparativas.

As experiências de contribuição interinstitucional com vistas a um projeto de investigação comum desembocaram na organização de uma coletânea com alguns dos principais artigos apresentados em coordenadas da Retij na SBPJor desde 2013. Editado pela Insular, o livro terá lançamento previsto para a edição 2020 do encontro anual da Associação. Por fim, as experiências na Rede favoreceram a expansão das conexões internacionais dos pesquisadores, hoje vinculados a estudos comparativos mais amplos, como os realizados na Réseau d'études sur le journalisme (REJ) e no projeto Journalistic Role Performance (JRP). A atuação conjunta em eventos internacionais de pesquisa sobre o tema, para apresentação sistemática dos resultados encontrados no Brasil nesses estudos, é outra iniciativa da Retij na caminhada para um projeto comum de pesquisa.

Referências

FIGARO, R. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** São Paulo: ECA-USP, 2018. Disponível em :<http://twixar.me/LqC3>

FIGARO, R.; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Salta, 2013.

GROHMANN, R. Cooperativas de Comunicadores: possibilidades, contradições e cenário argentino. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** V. 42, n. 3, p. 77-90, 2019.

MICK, J.; LIMA, S. P. . **Perfil do jornalista brasileiro.** Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, J.; TAVARES, L. M. . Governance of Journalism and Alternatives to the Crisis. *Brazilian Journalism Research*, v. 13, p. 114, 2017.

PEREIRA, F. H.. Três estatutos, uma identidade. Comparação das carreiras profissionais de jornalistas, assessores de imprensa e professores de jornalismo em Brasília. In: 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2013,

Brasília. **Anais do 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Brasília:** SBPJor, 2013. p. 19p.

PEREIRA, F. H. 'Old journalists' in a 'new media' environment? A study on the career choices of digital journalists. **The Journal of International Communication**, [online first], 2019. doi: <https://doi.org/10.1080/13216597.2019.1677261>

Rede JorTec

Desafios e tendências da Rede JorTec na interface entre Jornalismo e Tecnologias Digitais

Carlos Eduardo Franciscato¹

Gerson Luiz Martins²

A Rede de Pesquisa Aplicada Jornalismo e Tecnologias Digitais (JorTec) iniciou em 2007 a realização de mesas coordenadas nos encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Vinculada formalmente à SBPJor em 2008, a JorTec realizou, em 13 anos, 23 comunicações coordenadas, cada uma com quatro a seis trabalhos por sessão, o que totaliza, em 2019, 124 trabalhos apresentados. Em média, 30 pesquisadores brasileiros têm se mantido vinculados anualmente à Rede, representando ao menos quinze diferentes instituições de ensino e pesquisa do País.

Este capítulo busca apresentar um perfil da produção científica da JorTec na organização de duas mesas coordenadas do 17º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado entre os dias 6 a 8 de novembro de 2019, na cidade de Goiânia, organizado pela Universidade Federal de Goiás. A proposta de sistematização ressalta dados específicos das mesas coordenadas de 2019, mas com a intenção de apontar tendências de pesquisa da Rede nos anos recentes.

Os dados analisados dos trabalhos de 2019 tomam por base os títulos, resumos, palavras-chave, o desenvolvimento temático e metodológico dos artigos, bem como as referências bibliográficas. No tratamento das palavras-chave, consideramos sua importância como recursos indexadores que possibilitam visualizar os assuntos mais relevantes de cada paper apresentado. Na abordagem das referências bibliográficas, destacamos a presença, concentração e repetição de autores nacionais e estrangeiros como literaturas de consulta dos trabalhos.

Para o tratamento dessas referências, seguimos princípios da bibliometria conforme apontados por Spinak (1988), Araújo (2006) e Mugnaini, Digiampietri e Mena-Chalco (2014). Ao pretendermos uma apresentação breve do momento da pesquisa da JorTec em 2019 com base nos dez papers componentes das duas mesas, evitamos uma análise quantitativa detalhada da bibliografia, mas buscamos capturar alguns traços que permitam ilustrar certos movimentos desse grupo de pesquisadores, em alguns momentos abordando também os anos anteriores de produção da Rede.

¹ Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Jornalista. E-mail: cfranciscato@uol.com.br.

² Jornalista, pós-doutor em Ciberjornalismo pela UAB/Espanha, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFMS, coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo (CIBERJOR/UFMS). E-mail: gerson.martins@ufms.br.

Sabemos que, conforme Araújo (2006), a bibliometria reforça a natureza quantitativa e estatística para mensurar a produção e disseminação do conhecimento científico, sendo parte de um esforço da comunidade científica internacional de criação de procedimentos de medição e de avaliação da produção intelectual e acadêmica. Spinak (1988) nos lembra a existência de diferentes modelos de análise, reunidos nos termos “bibliometria”, “cienciometria” e “informetria”. Para os objetivos desse texto, ficamos restritos ao primeiro termo. Afinal, Mugnaini, Digiampietri e Mena-Chalco (2014, p. 240) reforçam que acompanhar o fluxo de comunicação científica em ciência, tecnologia e inovação “facilita o processo de avaliação da pesquisa, cujas características são tão diversificadas quanto o é a própria ciência”. Assim, considerar o conjunto do sistema exige pensar formas de interrelação entre a produção, a métrica e a avaliação científica em sentido amplo.

A aplicação dessa perspectiva sobre a produção científica foi facilitada pela presença de um dos papers das mesas coordenadas da JorTec de 2019. O trabalho “Métodos e perspectivas de pesquisa em rede: um estudo bibliométrico da produção científica da Rede JorTec/SBPJor”, dos autores Rodrigo Eduardo Botelho Francisco, Raquel Ritter Longhi e Alisson Augusto de Oliveira traz uma análise de 104 trabalhos apresentados nas mesas coordenadas da JorTec durante os congressos da SBPJor entre 2007 a 2018. O estudo investigou a literatura de referência utilizada nas pesquisas, bem como os métodos e objetivos dos trabalhos da Rede. Trata-se de um paper que permite ao leitor entender, sob o aspecto de sua produção científica, o papel da Rede na pesquisa sobre jornalismo e tecnologias digitais no País.

Temáticas predominantes

A JorTec é uma rede de pesquisa e, como tal, apresenta uma vocação para produção compartilhada de conhecimento científico e inovação por meio da interação continuada de grupos de pesquisa que trabalham com vistas a uma convergência de esforços, problemas de pesquisa, fundamentações teóricas ou metodológicas, objetos ou metas, com a intenção de alcançar resultados comuns ou de intercambiar informações por meio do crescimento mútuo. Para isso, desde a sua criação, a JorTec tem estimulado ações partilhadas de pesquisa, publicação e elaboração conjunta de projetos de pesquisa. Uma das atividades regulares da JorTec tem sido a formação de mesas coletivas de trabalho nos congressos anuais da SBPJor, nas quais seus pesquisadores apresentam resultados de suas pesquisas.

Nos encontros da SBPJor, essas mesas denominam-se “Comunicações Coordenadas”. Pelas regras atuais da entidade, aplicadas no 17º Encontro da SBPJor de 2019, essas Comunicações devem ser compostas por quatro a seis trabalhos, com pelo menos três autores doutores de diferentes instituições. A JorTec propôs, para este congresso, duas mesas (Quadro 1), quantidade que ocorreu em nove das treze edições em que a Rede participou.

Quadro 1 – Comunicações Coordenadas da Rede Jortec no 17º Encontro SBPJor 2019

Comunicação Coordenada	Trabalhos apresentados
XXII Mesa Coordenada da Rede JORTEC – Perspectivas do ensino, pesquisa e inovação em jornalismo digital	4
XXIII Mesa Coordenada da Rede JORTEC – Desafios e tendências na interface entre o Jornalismo e Tecnologias Digitais	6

Fonte: Anais 17º Encontro SBPJor

É possível perceber, também, a recorrência de alguns termos centrais para a Jortec presentes na nomenclatura das suas 23 comunicações coordenadas nos 13 anos de participação nos eventos. Há três núcleos temáticos que agregam terminologias similares: jornalismo; tecnologias digitais; e metodologias. No primeiro, há a grande recorrência do termo jornalismo e, em menor grau, jornalismo digital, além de modalidades mais específicas. No segundo, a própria expressão tecnologias digitais está presente com frequência, mas também foram utilizadas manifestações variadas destas tecnologias, tais como plataformas digitais, sistemas computacionais, redes sociais, sistemas de gerenciamento, etc. Em terceiro, pode-se citar que algumas comunicações coordenadas afirmaram a preocupação da JorTec no desenvolvimento de metodologias de pesquisa que converge as áreas do jornalismo e das tecnologias digitais, assim como o destaque para tipos específicos de investigação mais característicos da JorTec, como a pesquisa aplicada e a inovação.

As duas mesas coordenadas de 2019 trouxeram, em seus dez trabalhos, uma continuidade de tendências temáticas da Rede. Das 47 palavras-chave listadas nesses papers, 22 (46,8%) convergiram para a noção de jornalismo e suas variações, tanto em referência a categorias das teorias do jornalismo, formatos do jornalismo tradicional e nomes de organizações jornalísticas quanto às novas experiências jornalísticas no ambiente digital. Assim, as palavras-chave confirmam a pertinência das pesquisas da JorTec ao campo do jornalismo.

As tecnologias digitais, por sua vez, caracterizaram-se como um segundo eixo de sentido das palavras-chave, com 11 menções (23,4%), relacionando experiências, ferramentas e plataformas digitais. O eixo das metodologias foi significativamente menor, com apenas 3 palavras-chave (6,3%). Houve também a presença de um grupo significativo de palavras-chave (11, equivalente a 23,4%) que se referiram a objetos gerais da comunicação, sem concentração específica.

Esses resultados seguem os dados obtidos por Botelho, Longhi e Oliveira (2019) na análise das palavras-chaves dos trabalhos apresentados nas mesas coordenadas de 2007 a 2018. Nesta pesquisa, as cinco palavras-chave mais citadas foram: jornalismo (44 citações), tecnologia (15), ciberjornalismo (12),

convergência (11) e jornalismo digital (9). Próximas a essas aparecem também webjornalismo e jornalismo online, as quais estão em um mesmo nível semântico que ciberjornalismo e jornalismo digital, fazendo uma forte demarcação de objeto de estudo da Rede, reforçado pelo acentuado destaque do termo jornalismo. Assim, as coordenadas de 2019 mostram uma tendência à estabilidade, neste momento, das áreas comuns e também específicas de pesquisa da Rede.

Há também o surgimento de objetos de estudo mais recentes, cujas palavras-chave não se encontram entre as mais citadas na tabela de Botelho, Longhi e Oliveira (2019). Dois trabalhos demarcam esse aspecto: “Newsgames como um formato jornalístico e oportunidade de atuação na área dos jogos digitais”, de Ricardo Aoki, Carlos Marciano e Rita de Cássia Romeiro Paulino; e “Jornalismo Automatizado e imparcialidade: uma análise das notícias da startup Knowhere”, de Laura Storch e Bruna Eduarda Feil. No primeiro, o objeto de estudo é marcado pelas palavras-chave jogos digitais e newsgames, enquanto que, no segundo, esta marcação é feita pelas palavras-chave jornalismo automatizado, Natural Language Generation (NLG) e algoritmos.

Aoki, Marciano e Paulino (2019) destacaram em seu paper que a área dos jogos digitais é considerada uma das mais promissoras no mercado mundial, exigindo qualificações multidisciplinares e sinalizando para o uso de games na área do Jornalismo. Os newsgames surgem então como um novo formato editorial, interativo, lúdico e multimídia, na forma de um jogo digital que tem como base uma notícia jornalística, abrindo espaço para atuação de jornalistas especializados na concepção dessa mídia. Este artigo teve como proposição refletir sobre as oportunidades que tangenciam a área do Jornalismo no desenvolvimento de newsgames, desde o seu planejamento, desenvolvimento e implementação, assim como apresentar uma experiência aplicada no curso de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para capacitação de alunos ao desenvolvimento de newsgames.

Storch e Feil (2019) discutiram a automação no jornalismo buscando contribuições da Natural Language Generation (NLG), que explora a capacidade de produção de textos em linguagens humanas. O objeto de análise deste paper foi a startup norte-americana Knowhere, que desenvolveu algoritmos com a proposta de produzir notícias “imparciais”. As pesquisadoras observaram como a Inteligência Artificial processa dados online de forma que os algoritmos escrevam três versões de um mesmo acontecimento, com vieses distintos - identificadas a partir de etiquetas como “positivo”, “imparcial” e “negativo”. Buscaram identificar, por meio da análise de conteúdo dos textos produzidos, os modos como os algoritmos operam a sistematização das categorias principais de NLG (conceitualização, formulação e articulação) e suas implicações sobre a capacidade de produção de percepções de imparcialidade.

Inovação e participação dos públicos

Uma das palavras-chave que vem demarcando a construção de um campo mais sistemático de estudos em jornalismo e tecnologia é inovação. A JorTec tem ampliado essa perspectiva de estudo tanto porque a inovação tecnológica tem sido uma das expressões mais comuns das melhorias nos processos e produtos jornalísticos (embora obviamente não seja a única forma de inovação) quanto por ser uma conceituação mais próxima de práticas de pesquisa aplicada – uma proposta metodológica central na Rede. Assim, Botelho, Longhi e Oliveira (2019) já a identificaram como a 11ª palavra-chave mais citada, e o termo apareceu novamente como palavra-chave em dois dos dez trabalhos das mesas coordenadas realizadas em 2019.

Ventura (2019) utilizou o termo para estudar o Jornalismo de Dados, entendendo-o como resultante de um processo inovativo dentro das redações jornalísticas. Para isso, fez uma sistematização acerca das definições de inovação, os contextos em que foram criadas e suas aplicações na comunicação e no jornalismo. A partir daí, a autora revisou a literatura sobre Jornalismo de Dados e identificou como a incorporação de informações numéricas em conteúdo jornalístico é cada dia mais recorrente na atividade, considerando ainda as formas como os bancos de dados podem contribuir para a produção de reportagens inovadoras.

Franciscato e Silva (2019) analisaram a transição de um jornal no padrão impresso para uma plataforma digital no estado de Sergipe entre 2017 a 2019 e questionaram as especificidades dos processos e os tipos de inovação presentes. Reconheceram as assimetrias desta transição e procuraram formular, a partir dos modelos clássicos dos estudos de inovação, como a presença de fatores sociais característicos do espaço social em que uma organização se encontra podem ser centrais para a condução dos processos inovativos.

Schuch e Jorge (2019) analisaram o uso do aplicativo de mensagens WhatsApp por repórteres das rádios CBN e Band News, investigando permanências e câmbios nas rotinas de produção para o meio. Os autores utilizaram o modelo de newsmaking para investigar as rotinas de trabalho dos profissionais das duas emissoras all news, reconhecendo como plataformas de internet (sites, aplicativos e redes sociais digitais) modificam os processos produtivos no jornalismo. Esta modificação não é apenas operacional, mas afeta diretamente a definição de pautas e reportagens no rádio, sendo um componente indispensável para a produtividade dos profissionais.

Abadias da Silva e Tonus (2019) refletiram sobre o webdocumentário como uma renovação de um padrão tradicional de narrativa midiática. Mostraram como o gênero se revigora com o ambiente das tecnologias digitais, analisando a produção acadêmica sobre esse produto e as possibilidades multimidiáticas na sua construção e disponibilização na Internet. Ressaltaram uma mudança

no padrão de produção, com o barateamento e maior acesso a ferramentas simples de gravação e edição, particularmente equipamentos como smartphones, softwares e aplicativos e suas repercussões para a narrativa.

Leitores, participação e redes sociais

O jornalismo que se produz no século XXI está sustentado pelas tecnologias que buscam ampliar as audiências, melhorar a contextualização e atingir públicos estratégicos, como aqueles que manipulam no cotidiano dispositivos móveis e se cercam de softwares que promovem a comunicação pessoal e dialógica. Neste contexto, a “XXIII Mesa Coordenada da Rede JORTEC – Desafios e tendências na interface entre o Jornalismo e Tecnologias Digitais” tratou dos dilemas e das potencialidades narrativas que emergem das imbricações com as redes sociais na Internet, com as bases de dados, ubiquidade, design dos cibermeios e ajustes ao mobile journalism e sistemas de publicações. Tais cenários afetam a formação do jornalista que, em tempos de hardware e software ubíquos, tem desafios ampliados para o desenvolvimento e melhorias na captação de um público jovem.

Três papers aplicaram este olhar sobre as audiências jornalísticas a partir de diferentes perspectivas. Martins e Queiroz (2019) propuseram uma reflexão sobre os tensionamentos do contrato de comunicação na era das mídias digitais, a partir da análise dos comentários dos leitores na página do Jornal Correio do Estado, de Campo Grande (MS) no Facebook durante o período final da campanha eleitoral de 2018, de 1º a 28 de outubro. Para os autores, a interatividade participativa proporcionada pelas tecnologias digitais tornou mais evidente os tensionamentos e contradições que pautam a relação entre os veículos jornalísticos e seus leitores. No contexto político, em especial durante as eleições, o jornalismo passa a ser um dos alvos das críticas do público-leitor.

Siqueira e Martins (2019) buscaram compreender as formas de participação do público no fotojornalismo em portais de notícia no contexto da cultura da convergência, cujas transformações tecnológicas, mercadológicas, sociais e culturais alteram as formas de produzir e consumir conteúdos. A pesquisa adotou como pressuposto que o fotojornalismo ocupa hoje um lugar de protagonista na construção da notícia e analisou os portais DOL, UOL e Clarín, de esferas regional, nacional e internacional, respectivamente. Os resultados indicaram que os portais vêm incorporando a participação do público e garantindo-lhe maior espaço.

Macedo e Quadros (2019) fizeram um estudo sobre como os leitores podem contribuir para o fortalecimento do jornalismo em profundidade na plataforma digital. A discussão foi desenvolvida com a análise de uma reportagem especial, The sugar conspiracy, publicada na seção The long read do jornal britânico The Guardian, com maior número de compartilhamentos no Facebook. Os 10 comentários com maior número de recomendações e discussões foram analisados para conhecer as naturezas dessas interações. Conforme os autores,

os comentários analisados mostram, a princípio, uma construção dialógica coletiva dos leitores, indicando certo nível de reciprocidade, persistência e engajamento nas discussões na plataforma digital do tradicional periódico.

Autores de referência

O estudo de Botelho, Longhi e Oliveira (2019) sobre 104 trabalhos apresentados nas mesas coordenadas da JorTec durante os congressos da SBPJor entre 2007 a 2018 possibilitou visualizar quais autores têm sido usados como principais referências às investigações desenvolvidas. O paper apontou os 34 autores mais citados, indicando uma concentração de estrangeiros (20) e uma presença significativa de autores nacionais (14). É curioso perceber que, se fizermos um corte nesta tabela analisando os 20 autores mais citados, 12 são brasileiros e 8 estrangeiros, sendo que três deles estão entre os cinco mais referenciados (Marcos Palacios, Elias Machado e Alex Primo, nas terceira, quarta e quinta posições, respectivamente). Manuel Castells é o mais citado e, em segundo, Henry Jenkins.

Nos 10 papers das mesas coordenadas de 2019, há praticamente um empate no número total de citações nacionais (110 citações) e estrangeiras (109), o que reforça uma forte presença dos autores nacionais como bibliografia de referência da pesquisa da JorTec. Só que, desta vez, houve uma alteração no ranking dos cinco autores mais citados: quatro foram estrangeiros. São eles: Manuel Castells e Henry Jenkins (com cinco citações cada), Nelson Traquina e Ramón Salaverría (quatro citações). A única autora brasileira foi Raquel Recuero, com quatro citações. Isso talvez seja expressão de uma produção mais intensa e atual desta autora, particularmente focada nas redes sociais digitais como objeto de relevância crescente, e uma redução na produção acadêmica de Palacios, Machado e Primo voltada ao jornalismo.

A obra mais citada nas mesas coordenadas da JorTec em 2019 foi o livro *Cultura da convergência*, de Henry Jenkins (2008), presente em quatro dos dez trabalhos apresentados. Em contrapartida, constatamos que Manuel Castells teve cinco diferentes obras suas citadas (uma delas em co-autoria). O livro de Raquel Recuero bem considerado na JorTec em 2019 foi *Redes sociais na internet* (2009).

Nesta presença de autores nacionais, vale ainda destacar que os trabalhos da edição de 2019 também utilizaram autores pertencentes à própria Rede. Nos dez papers, foram localizadas citações a sete autores membros da JorTec (consideramos também pesquisadores mais antigos, que não fazem parte de Rede atualmente). Os pesquisadores que tiveram mais de uma citação foram Carlos Eduardo Franciscato (3 menções), Raquel Ritter Longhi (2) e Walter Teixeira Lima Junior (2). Para esta busca, foram desconsideradas citações feitas pelos autores dos papers sobre seus próprios trabalhos.

Considerações provisórias

Quando se aborda as interfaces do jornalismo e das tecnologias digitais, no emaranhado contemporâneo da revolução digital e evolução geométrica das propriedades digitais proporcionadas pela Internet, há inúmeros desafios e uma profusão de matizes. O jornalismo se transformou e muda a cada instante. A cada hora uma nova tecnologia que, se não é adotada pelo jornalismo, lhe é imposta pela sociedade. Ou o jornalista apreende rapidamente os recursos das tecnologias (sim tecnologias, pois não podemos falar de tecnologia, são inúmeras) ou não consegue cumprir com a responsabilidade social de sua atividade. Com o incremento das tecnologias digitais e, neste âmbito, principalmente das mídias sociais (cada vez mais personalizadas), o jornalismo (e também o jornalista) tem um novo papel, uma nova função; migra do produtor e difusor de conteúdo para curador da notícia.

A sociedade, além de consumir notícia, também a difunde, e a faz de maneira desordenada. A customização ou personalização (LORENZ, 2014), uma das características do ciberjornalismo, é realizada por essa sociedade prosumidora. Uma charge publicada recentemente, nesta perspectiva da customização, da personificação da informação jornalística, expressa muito bem um mal da sociedade contemporânea, as chamadas “fake news”. Nessa charge, onde aparecem uma filha e o seu pai diante de um monitor de TV, a filha diz ao pai que a notícia que assiste na TV é falsa, e o pai contesta e questiona: como pode ser falsa se a notícia expressa exatamente o que ele pensa! Ou seja, se a informação está consonante com a opinião e o entendimento da pessoa, ela é aceita como verdadeira. O consumidor de notícias, no ambiente digital, se torna produtor e difusor. Nas palavras de LORENZ (2014), “a agregação é uma forma de personalização e de resposta às novas necessidades das audiências”.

Neste ambiente, podemos considerar que todo jornalismo contemporâneo é ciberjornalismo, conforme destacou Leão Serva em conferência no 7º Congresso Internacional de Ciberjornalismo, realizado em 2016 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, organizado pelo Grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo – CIBERJOR-UFMS (ciberjor.ufms.br/ciberjor7/anais/). Esta perspectiva ampliada da noção de jornalismo, indicando um sentido integrativo com as terminologias utilizadas para anteriormente definir estudos específicos de jornalismo digital, ciberjornalismo, webjornalismo, jornalismo online, entre outros, tem sido constatada nos trabalhos apresentados na Rede JorTec e, particularmente, nas duas comunicações coordenadas realizadas no ano de 2019. Embora os pesquisadores destas mesas tenham usado essas diferentes palavras-chaves, as teorias, os estudos empíricos e os cenários desenhados têm apontado para uma noção mais rica e complexa do jornalismo nas sociedades contemporâneas, profundamente integrado aos ambientes, ferramentas, processos e práticas das tecnologias digitais de informação e comunicação.

Referências

AOKI, R.; MARCIANO, C.; PAULINO, R. C. R. Newsgames como um formato jornalístico e oportunidade de atuação na área dos jogos digitais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-17.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BOTELHO FRANCISCO, R. E; LONGHI, R. R.; OLIVEIRA, A. A. Métodos e perspectivas de pesquisa em rede: um estudo bibliométrico da produção científica da Rede JorTec/SBPJor. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-22.

FRANCISCATO, C. E.; SILVA, G. S. Fatores sociais da inovação na transição do jornalismo impresso ao digital. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-18.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LORENZ, M. Personalização: Análise aos 6 graus. In: CANAVILHAS, J. (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: UBI, Livros LabCom, 2014, p. 157-158.

MACEDO, K. C. A.; QUADROS, C. I. As interações entre os leitores do site The Guardian: a participação no Long-form Journalism. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-15.

MARTINS, G. L.; QUEIROZ, A. Tensionamentos do contrato de comunicação na era das mídias digitais: Uma análise dos comentários da fan page do Correio do Estado durante as eleições 2018. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-18.

MUGNAINI, R.; DIGIAMPIETRI, L. A.; MENA-CHALCO, J. P. Comunicação científica no Brasil (1998-2012): indexação, crescimento, fluxo e dispersão. **TransInformação**, Campinas, 26(3):239-252, set./dez., 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHUCH, M.; JORGE, T. M. Rotinas produtivas: o uso do WhatsApp por repórteres de rádios all news. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA

DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...].
Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-13.

SILVA, E. A.; TONUS, M. Webdocumentário na prática: da teoria à produção – dúvidas e descobertas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...].
Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-14.

SIQUEIRA, T.; MARTINS, E. A produção do público no fotojornalismo convergente: formas de participação em portais de notícia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...].
Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-19.

SPINAK, E. Indicadores cientímetricos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago. 1998.

STORCH, L.; FEIL, B. E. Jornalismo Automatizado e imparcialidade: uma análise das notícias da startup Knowhere. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...].
Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-17.

VENTURA, M. P. O Jornalismo de Dados como um produto da inovação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 17., 2019, Goiânia. **Anais** [...].
Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019, p. 1-16.

Rede Renoi

Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI): origens, atividades e perspectivas

Fernando Oliveira Paulino

Rafiza Varão¹

Criada em 2005, a Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI)² tem como primeira inspiração o Observatório da Imprensa, site iniciado em 1996, idealizado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Dois anos depois, a ideia de formar uma rede nacional de observatórios foi apresentada pelo professor Victor Gentilli, em artigo intitulado “Chamamento às escolas de Jornalismo: criemos juntos a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa”, publicado no próprio Observatório da Imprensa, em sua edição 48³. Nele, Gentilli convoca:

O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA convida as escolas e cursos de jornalismo no Brasil para, em parceria, estruturarmos a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa, RENOI. A Rede Nacional de Observatórios de Imprensa será constituída pelo conjunto de escolas nas diversas regiões do Brasil que se dispuserem a praticar a crítica local da mídia, como atividade didático-pedagógica regular e permanente, sob a coordenação do Observatório da Imprensa. O objetivo fundamental da Rede é tentar montar um painel do jornalismo brasileiro, com ênfase para o jornalismo local de cada região. Estimulados e pautados pelo Observatório da Imprensa, e acompanhados por um professor, estudantes de jornalismo farão avaliações, estudos, trabalhos, diagnósticos e pesquisas dos jornais, revistas, telejornais e radiojornais. Estarão, deste modo, consolidando e ampliando as experiências brasileiras de crítica de mídia e abrindo, nas escolas de jornalismo, um espaço privilegiado para a sua prática.⁴ (GENTILLI, 1998).

¹ Professores da Universidade de Brasília e Coordenadores da RENOI. Emails: rafiza@gmail.com e paulino@unb.br

² Existem dezessete grupos, em todas as regiões do país, vinculados à RENOI. Destes, sete são grupos ativos de pesquisa e dez, de diferentes naturezas, que têm atuação em crítica de mídia. 1 – Crítica de Ponta (UEPG) Ligado ao Grupo de Pesquisa Jornalismo Cultural e Folkcomunicação, Diretório CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3599897752335302>; 2 – Diálogos do Pampa (UFP, Diretório CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6032508434237074>; 3 – Laboratório de Estudos em Jornalismo – Lejor (UFS), Diretório CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9324755657243576>; 4 – Cultura, Mídia e Política (UnB), Diretório CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9190294876673191>; 5 – Observatório da Ética Jornalística – objETHOS (UFSC), Diretório CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3964306385831186>; 6 – Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (UFT), Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3201224483808764; 7 – Plural: Observatório de Comunicação e Cidadania (Unesp) Ligado ao grupo de pesquisa Mídia e Sociedade, Diretório CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4162952981530090>. Os demais grupos destinados à crítica de mídia que integram a RENOI são: Agência Unama (Unama); Canal da Imprensa; Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo (UFPB); Jornalismo Capixaba – Estudos em Jornalismo Brasileiro (UFES); Mídia em Foco (Feevale); Observatório da Imprensa – Brasil; Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência (UFES); Renoi-VP; SOS Imprensa (UnB) e Observe (UFMS).

³ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/chamamento-s-escolasde-jornalismo-criemosjuntos-a-rede-nacional-deobservatrios-da-imprensa/>. Acesso em 12 de maio de 2020.

⁴ Gentilli afirma que o texto impulsor da RENOI foi, na verdade, escrito a quatro mãos, tendo a parceria do jornalista Alberto Dines. In: GENTILLI, Victor. A RENOI 1405. Mensagem recebida por <rafiza@gmail.com> em 14 de maio de 2020. Acesso em: 14 de maio de 2020.

A fundação da rede se deu anos mais tarde, em 2005, quando formalmente instituída no III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sua criação refletiu a crescente necessidade de se congregarem iniciativas desenvolvidas pelas universidades no Brasil relacionadas à crítica de mídia - emergentes naquele momento.

Com pouco espaço para ser realizada nas instituições privadas de comunicação no Brasil, as universidades foram percebidas como locus ideal para o empreendimento de uma reflexão mais profunda sobre os meios de comunicação, uma leitura da mídia que a compreendesse como elemento fundamental das dinâmicas sociais.

Assim, Rogério Christofolletti (2005) sintetizou a relevância das universidades nesse contexto, no texto “Para uma rede nacional de observatórios de imprensa”⁵:

[...] é no meio acadêmico que a crítica de mídia parece encontrar mais condições para se implementar enquanto prática reflexiva e como ação propositora de novos procedimentos. E isso se explica pelo fato de que a universidade é um ambiente seguro (com relativa imunidade às pressões mercadológicas), fértil (pois dele se espera soluções para problemas e explicações para fenômenos e situações), reflexivo (por se constituir num pólo gerador de conhecimento) e plural (reunindo variedades de público e de perspectivas teóricas).

Além disso, Christofolletti afirmava que uma rede nacional de observatórios de imprensa poderia aproveitar a capilaridade do sistema de ensino superior para se

[...] difundir pelo país. Assim, faculdades e universidades podem funcionar como os nós que dão rigidez e formato à rede. Como já observamos exemplos de instituições públicas e particulares desenvolvendo experimentos de crítica de mídia, não há um padrão único para que a escola se credencie no projeto da rede. É desejável que cada instituição que componha o coletivo tenha um projeto local de operações, e que este convirja com o empreendimento nacional de oferecer um mosaico de leituras críticas dos meios de comunicação brasileiros. Cada instituição formadora constitui um nó da rede. E cada nó reúne professores, pesquisadores e alunos de graduação e/ou pós-graduação em torno de linhas de ação claras e objetivas. (CHRISTOFOLLETTI, 2005).

Assumindo essa vocação, há quinze anos a RENOI tem atuado nas linhas-mestras de ação acadêmica: ensino, pesquisa e extensão, unindo diversos observatórios da imprensa no país. Entre seus objetivos, conforme Art. 5º. de seu regimento interno, aprovado em 2007, estão a crítica de mídia; o monitoramento

⁵ Disponível em: <http://www.observatorioidaimprensa.com.br/diretorio-academico/para-uma-rede-nacional-de-observatorios-de-imprensa/>. acesso em 12 de maio de 2020.

de coberturas e veículos jornalísticos; o esforço no aprimoramento de processos, conteúdos e produtos de comunicação; o incentivo à formação e qualificação profissional; a promoção de ações de educação para a mídia; a promoção e difusão de uma cultura de consumo crítico da mídia; a cooperação entre seus membros e o intercâmbio com outros atores sociais interessados no desenvolvimento e evolução da comunicação.

A RENOI também integra o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas⁶, iniciativa que foi determinante no processo de criação da Lei de Acesso à Informação no Brasil (12.527/2011) e também tem monitorado a formulação, a implantação e a avaliação de políticas públicas relacionadas à transparência.

Somada à uma atuação e articulação nacionais, integrantes da RENOI têm desenvolvido iniciativas internacionais. Dentre elas, é possível citar a participação de membros da RENOI na fundação, na coordenação e na apresentação de trabalhos do GT Ética, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC), em funcionamento contínuo desde 2012. Em continuidade da política de internacionalização das ações da RENOI, em 2018, participo-se na concretização da Rede Lusófona pela Qualidade da Informação (RLQI), mantida no Centro de Estudos do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC) com foco em desenvolver pesquisas, realizar eventos, promover mobilidade docente e discente, além de produzir material de referência para os nove países de língua portuguesa no mundo. Sobretudo, os esforços de internacionalização da RENOI foram caracterizados por vínculos importantes com agências como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que apoiou a publicação de quatro volumes de uma pesquisa que verificou as relações entre indicadores globais de desenvolvimento da mídia e o desempenho de profissionais brasileiros, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) agência do Ministério da Educação, que financiou abrangente pesquisa sobre mídia e democracia. Em ambos os casos, a rede se destacou por sua capacidade de propor novas abordagens de pesquisa, em linha com desafios contemporâneos do campo da comunicação, tanto em relação às atividades profissionais nas mídias quanto à vocalização de demandas sobre o papel da comunicação no fortalecimento do sistema democrático. Como desafio presente, a RENOI tem buscado promover a criação de redes internacionais, tais como a constituição de uma articulação ibero-americana. Finalmente, merece fazer referência ao contato com colegas europeus, sediados principalmente na Universidade Técnica de Dortmund (TU Dortmund). Pesquisadores da RENOI têm atuado na pesquisa Global sobre Mídia e Accountability, que neste momento sistematiza informações para a produção de um livro a ser lançado em 2021.

⁶ Disponível em: <http://informacaopublica.org.br>.

